THE OVERARCHING ISSUES ON THE EUROPEAN AREA

How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

Como conjugar eficientemente, sustentabilidade, resiliência e gestão territorial?

Helena Pina
Felisbela Martins
Andrews Lucena
(Eds.)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024



THE OVERARCHING ISSUES ON THE EUROPEAN AREA

How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

Como conjugar eficientemente, sustentabilidade, resiliência e gestão territorial?

Helena Pina
Felisbela Martins
Andrews Lucena
(Eds.)

Faculdade de Letras da
Universidade do Porto

2024



Título: THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN AREA

GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU

-

How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?

Como conjugar eficientemente, sustentabilidade, resiliência e gestão territorial?

Organização de: Helena Pina, Felisbela Martins, Andrews Lucena

Prefácio de: Andrews Lucena, Helena Pina e Felisbela Martins

Editor: Universidade do Porto – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Local de edição: Porto

Ano de edição: 2024

ISBN: 978-989-9193-48-2

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/com

Todos os textos estiveram sujeitos a revisão científica por pares / All texts were subject to scientific peer review.

Contacto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Via Panorâmica, s/n

4150-564

Porto

Email sdi@letras.up.pt

Edição em formato eletrónico disponível em: https://ebooks.letras.up.pt/index.php/eflup

Esta publicação teve o apoio do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT), financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) com a referência UIDB/04084/2020.

This publication received support from the Centre of Studies in Geography and Spatial Planning (CEGOT), funded by national funds through the Foundation for Science and Technology (FCT) under the reference UIDB/04084/2020.



Organização:

Profª. Doutora Helena Pina, CEGOT, Universidade do Porto, Portugal

Profª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto, Portugal

Prof. Doutor Andrews Lucena, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Comissão Científica:

Profª. Doutora Ana Isabel Boura, Universidade do Porto, Portugal

Profª Doutora Ana Maria Bicalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Doutor André Samora-Arvela, Universidade do Porto, Portugal

Prof. Doutor André Santos da Rocha, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Doutor Andrews José de Lucena, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Doutor António Barros Cardoso, Universidade do Porto, Portugal

Prof. Doutor Atanas Dermendhziev, University of Verliko Tarnovo, Bulgaria

Profª. Doutora Borna Fuerst-Bjeliš, University of Zagreb, Croácia

Profª. Doutora Célia Taborda, Universidade Lusófona do Porto, Portugal

Profª. Doutora Felisbela Martins, CEGOT-Universidade do Porto, Portugal

Profª. Doutora Helena Pina, Universidade do Porto, Portugal

Profª. Doutora Hélène Roth, Université Clermont- Auvergne, França

Profª. Doutora Ileana Constantinescu, Université de Bucarest, Roménia

Prof. Doutor Lúcio Carramillo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Doutor João Luís Fernandes, Universidade de Coimbra, Portugal

Prof. Doutor Jorge Queiroz, Universidade do Porto, Portugal

Prof. Doutor José António Aldrey Vázquez, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Prof. Doutor José António Oliveira, Instituto Politécnico do Porto, Portugal

Profª. Doutora Laura Sakaja, University of Zagreb, Croácia

Prof. Doutor Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil

Profª. Doutora Mary Cawley, National University of Ireland Galway, Irlanda

Prof. Doutor Michael Woods, Aberystwyth University, Reino Unido

Prof. Doutor Miguel Pazos Otón, Universidade de Santiago de Compostela, Espanha

Prof. Doutor Milen Penerliev, University of Shumen, Bulgária

Profª. Doutora Paula Remoaldo, Universidade do Minho, Portugal

Prof. Doutor Paulo Jorge Santos, Universidade do Porto, Portugal

Prof. Doutor Ronan Foley, Universidade Maynooth, Irlanda

Prof. Doutor Scott Willian Hoefle, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Prof. Doutor Slavi Dimitrov, University of Verliko Tarnovo, Bulgaria

Profª. Doutora Stella Dermendhzieva, University of Verliko Tarnovo, Bulgaria

Profª. Doutora Ulrike Grabski-Kieron, University of Munster, Alemanha

Prof. Doutor Veselin Petkov, University of Shumen, Bulgaria

ÍNDICE

Preface	Andrews LUCENA Helena PINA Felisbela MARTINS	11 - 17
Prefácio	Andrews LUCENA Helena PINA Felisbela MARTINS	18 - 24

CAPÍTULO I – ESPAÇOS DE BAIXA DENSIDADE: ENTRE A RESILIÊNCIA, A TRADIÇÃO E A INOVAÇÃO
/
CHAPTER I - LOW DENSITY SPACES: BETWEEN RESILIENCE, TRADITION AND INNOVATION

Rural Discontent and Disruptive Politics in Europe: An Initial Analysis	Michael WOODS	26 - 41
Territórios de baixa densidade e economia criativa: uma contribuição para a teoria do ator-rede	António COVAS Mercês COVAS	42 - 53
Envolver a comunidade no futuro do mundo rural: a criação de uma comunidade digital de líderes rurais	João ALMEIDA Andrea BARBOSA	54 - 69
The contribution of agricultural holdings located in the mountain areas to the energy transition: reflections from Italy	Giorgia BRESSAN, Giorgia SCOGNAMIGLIO	70 - 85
Recuperação ambiental de áreas degradadas por mineração. Estudo de caso: empresa JJG Itaboraí. Ltda.	André Luís RIBEIRO Igor SILVA Lucio CAETANO Cefas FARINA	86 - 96

CAPÍTULO II – A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO/REVITALIZAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO E SUSTENTABILIDADE DOS TERRITÓRIOS
/
CHAPTER II - THE IMPORTANCE OF ENVIRONMENTAL PRESERVATION/REVITALIZATION IN THE MANAGEMENT AND SUSTAINABILITY OF TERRITORIES

Governance in times of sustainable transformation – business as usual?	Ulrike Grabski-KIERON	98 - 107
The management and conservation of Atlantic salmon and its habitat in the River Moy, Ireland	Mary CAWLEY	108 - 119
Sustentabilidade corporativa: limites e possibilidades à luz da Geografia Económica Ambiental	Leandro Dias de OLIVEIRA	120 - 129
Legislação brasileira voltada à recuperação ambiental de áreas mineradas	Lucio CARRAMILLO André Luís RIBEIRO Igor SILVA Cefas FARINA	130 - 141
Perceção ambiental da natureza: olhares sobre as áreas protegidas da Baixada Fluminense a partir da fotografia	Tayane dos Santos GUEDES Karine Bueno VARGAS	142 - 153

CAPÍTULO III – A MULTIPLICIDADE DE FATORES DE TRANSFORMAÇÃO TERRITORIAL: ALGUNS FUNDAMENTOS E REFLEXOS
/
CHAPTER III - THE MULTIPLICITY OF FACTORS OF TERRITORIAL TRANSFORMATION: SOME FOUNDATIONS AND REFLECTIONS

Turismo no "Vale dos Solares" – casas, histórias e estórias	António Barros CARDOSO	155 - 179
Reflexões acerca do conceito de pós-turista	José Luís BRAGA	180 - 185
Elementos sociais, económicos e políticos para pensar o acesso à água na periferia da Metrópole do Rio de Janeiro – um olhar a partir do Censo IBGE e do SNIS de 2022	André Santos ROCHA Raphael VIANNA Júlio Majerowicz MANESCHY	186 - 199
Queering urban planning: from gender geographies to inclusive cities	Anna MAROCCO	200 - 211
Entre o global e o local: a greve feminista internacional	Célia TABORDA	212 - 225
Notas de uma viagem a Chernobyl. Leituras entre a geografia política e cultural	João Luís FERNANDES	226 - 238

CAPÍTULO IV – EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: IMPACTE NA EVOLUÇÃO E GESTÃO TERRITORIAL
/
CHAPTER IV - EDUCATION AND TRAINING: IMPACT ON TERRITORIAL DEVELOPMENT AND MANAGEMENT

Mapas táteis para acessibilidade de deficientes visuais no Jardim Botânico da UFRRJ, Seropédica/Rio de Janeiro, Brasil	Gustavo Mota de SOUSA Tainá Moreira da SILVA Yasmin Vegele PINHEIRO	240 - 250
Methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in geography and economics in the high school stage in the bulgarian school	Stella DERMENDZHIEVA Tamara DRAGANOVA	251 - 267
Innovative strategies and methods of training geography and economics for europe, balkan peninsula and bulgaria in 7th grade	Stella DERMENDZHIEVA Tamara DRAGANOVA	268 - 283
A formação profissional nas Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS)	José António OLIVEIRA Maria João POLIDORO	284 - 298

PREFACE

PREFÁCIO

LUCENA, A.; PINA, H.; MARTINS, F. (2024). ***Preface.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 11-17
DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/compreeng

PREFACE

The increasing severity of climate change, uncontrolled urbanisation and the reckless exploitation of natural resources are hindering sustainable spatial planning. The combination of sustainability, resilience and spatial management plays a strategic role in promoting balanced development that is capable of meeting current needs without compromising the future of coming generations. These concepts are interdependent, which is why they must be integrated into public policies and planning instruments in order to promote environmental protection, economic development and social cohesion.

It should be borne in mind, however, that sustainability forms the guiding principle of contemporary spatial management. Indeed, it is based on the rational and efficient management of natural resources, the conservation of ecosystems and the promotion of development models that reconcile economic, social and environmental considerations. Thus, sustainability leads to the efficient use of land and a reduction in the artificialisation of landscapes, as well as to the conservation of biodiversity and the enhancement of diverse ecosystems, thereby improving people's quality of life.

In turn, resilience highlights the ability of spatial planners to bolster territorial resistance, as well as to adapt to and recover from natural or man-made calamities, such as forest fires, floods, droughts, earthquakes or economic crises. In resilient territories, not only are perceived risks mitigated or resolved, but their capacity for adaptation and regeneration is also strengthened as a result of past experiences. The integration of resilience into spatial planning is increasingly necessary, given the rise in extreme weather events associated with climate change.

Only by boosting sustainability in its many facets can effective spatial management be achieved, based on policies and instruments capable of planning the occupation and use of space in a balanced and efficient manner. This management involves different levels of governance, ranging from local authorities to national and supranational bodies, ultimately implemented through multi-level governance structures, which also foster the active participation of citizens.

Effective spatial planning must also be grounded in up-to-date scientific data, geographic information systems, environmental assessment models and participatory processes that enable the identification of needs, goals, conflicts and opportunities for development.

The effective combination of these three pillars (sustainability, resilience and spatial planning) requires, furthermore, an integrated and multidisciplinary approach, which is the focus of this volume called "*THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN AREA – How to Efficiently Combine Sustainability, Resilience and Territorial Management? / GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU – Como conjugar eficientemente, sustentabilidade, resiliência e gestão territorial?*". To achieve this goal, sustainability criteria have to be incorporated into all stages of the spatial planning process, prioritising nature-based solutions and urban regeneration over urban sprawl and unplanned development. A commitment to energy efficiency in buildings and sustainable mobility is also required. This will reduce greenhouse gas emissions, preserve ecosystems and enhance the quality of the territories.

Furthermore, the inclusion of risk assessment and adaptation to climate change in spatial planning instruments is essential to strengthen resilience. Indeed, identifying vulnerable areas, restricting development in areas that may be affected by natural hazards, and designing and implementing green infrastructure are initiatives that reduce the populations" exposure to risk and enhance their capacity to respond to extreme events. At the same time, the continuous monitoring of various environmental and spatial indicators means public policies can be adapted to new socio-economic and environmental dynamics.

However, other approaches must be implemented, as we will see in this volume. This is the case with the promotion of collaborative governance. The participation of local communities, as well as scientific institutions, businesses and various civil society organisations, facilitates the development of more inclusive and efficient solutions. Furthermore, the transfer of technical and scientific knowledge facilitates decision-making, whilst also lending legitimacy to territorial development policies. In addition, the active participation of local people strengthens environmental awareness and ensures the continuity of local culture and traditions.

Technological innovation, for its part, plays a key role in linking sustainability, resilience and spatial management. Tools such as Geographic Information Systems (GIS), satellite remote sensing, environmental sensors and artificial intelligence enable the monitoring of changes in land use, in conjunction with risk prevention and a commitment to more effective spatial management planning, including in emergency situations.

However, several obstacles to the implementation of this integrated approach remain. In fact, political and administrative fragmentation persists and is, at times, increasing, in addition to budgetary deficits and differences in the choice of economic and social strategies amongst the various bodies involved. However, planning tools require constant adaptation and updating, which justifies the continuation of scientific and technological research, as well as a commitment to innovation, followed by the dissemination of the results, as is the case in this volume.

In short, sustainability, resilience and spatial management must be effectively combined. This entails the development of integrated, preventive and participatory planning models capable of reconciling economic development, environmental protection and social well-being. The adoption of policies based on scientific knowledge and the use of innovative technologies, whilst not neglecting the active participation of society, is a fundamental factor in building and maintaining safer, more inclusive and environmentally balanced territories – the only way to tackle and manage the challenges of the 21st century.

In light of the above considerations, the publication of the e-book **"Overarching Issues in the European Area"**, whose theme is "*How To Effectively Combine Sustainability, Resilience and Territorial Management?*", intends to address these issues. It comprises four chapters structured as follows: *I – Low-Density Areas: Between Resilience, Tradition and Innovation*, with five articles; *II – The Importance of Environmental Conservation and Revitalisation in Spatial Management and Sustainability*, with five articles; *III – The Multiplicity of Factors Driving Territorial Transformation: Some Fundamentals and Implications*, with six articles; and, finally, *IV – Education and Training: Impact on Spatial Development and Management*, with four articles.

Chapter I brings together a collection of articles focusing on low-density areas and the challenges they face, against a backdrop where resilience, tradition and innovation are all present.

The first article is called “RURAL DISCONTENT, SPATIAL JUSTICE AND DISRUPTIVE POLITICS IN EUROPE”, by Michael Woods. The author analyses the spatial distribution of election results in the Netherlands, France and Portugal, from the perspective of disruptive policies regarding rural discontent. Whilst the importance of results in areas with a more pronounced rural character is highlighted in these three countries, disruptive models and practices lead to significant, and even radical, changes that differ from country to country, demonstrating that there is no single model for political demands and practices in Europe.

The second article, “TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE E ECONOMIA CRIATIVA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A TEORIA DO ATOR-REDE” (*Low-Density Territories and The Creative Economy: A Contribution to Actor-Network Theory*), authored by Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas and António Manuel Alhinho Covas, explains and discusses the creative economy in low-density territories, which are regarded as important areas in which to invest through projects and funding. In fact, the creative economy brings together knowledge, creativity, collaboration and communication, thereby converging the four types of intelligence: rational, emotional, natural and artificial. Thus, Actor-Network Theory offers an alternative framework for understanding society, culture and science, by positing that reality is constructed through complex interactions between different actors and their respective networks.

The third article, “ENVOLVER A COMUNIDADE NO FUTURO DO MUNDO RURAL: A CRIAÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE LÍDERES RURAIS” (*Engaging the Community in the Future of the Rural World: Creating a Community of Rural Leaders*) is the third article in this chapter, by João Almeida and Andrea Barbosa. The authors highlight the challenges facing rural areas, such as depopulation, an ageing population and a lack of economic opportunities, as these factors undermine the sustainability and resilience of rural areas. They also emphasise the impact of community empowerment projects on territorial development, singling out the Academy of Rural Leaders as a practical example of sustainable entrepreneurship and social inclusion.

Giorgia Bressan and Giorgia Scognamiglio are the authors of the article “THE CONTRIBUTION OF AGRICULTURAL HOLDINGS LOCATED IN MOUNTAIN AREAS TO THE ENERGY TRANSITION: REFLECTIONS FROM ITALY”. The study sets out to examine whether topography influences the spatial distribution of investment in renewable energy production, particularly in mountainous areas. The results highlight significant differences between mountain municipalities, as these show lower levels of investment in profitable renewable energy production activities on agricultural holdings than those observed in lowland areas.

Finally, the fifth and final article in this chapter of the e-book, “RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS POR MINERAÇÃO, ESTUDO DE CASO: EMPRESA JJG ITABORAÍ LTDA/BRASIL” (*Environmental Restoration of Areas Degraded by Mining, Case Study: JJG ITABORAÍ LTDA/BRAZIL*), is authored by André Luís Pereira Ribeiro, Igor Cristiano Silva, Lucio Carramillo Caetano and Cefas Dutra Farina. These authors examine the environmental restoration of a former sand extraction site, located in the municipality of Itaboraí, in the state of Rio de Janeiro, Brazil. Extraction operations ceased in 2020; however, by 2024, the area had been restored following the implementation of the environmental controls deemed most appropriate. This restoration was based on the replanting of orange and banana trees and forage fields, combined with the restoration of grassland grazing areas. The study concludes with

a reflection on the possibility of replicating this example in the restoration of other areas degraded by mining, either by utilising the cropping systems that existed prior to the start of mineral extraction, or by complying with the requirements set by environmental agencies.

The second chapter brings together studies highlighting the importance of environmental conservation and revitalisation in the management and sustainability of territories. The first article in this chapter is called “GOVERNANCE IN TIMES OF SUSTAINABLE TRANSFORMATION – BUSINESS AS USUAL?” by Ulrike Grabski-Kieron. The article questions current discourses on socio-ecological transformation in the context of the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs), under the paradigm of transformation, understood as a critical change to the socio-ecological system and the economy. This research takes governance in Germany as its case study, drawing on the author’s own experience, and also examines the implications for regional development in Germany and France.

The second article in this chapter, “THE MANAGEMENT AND CONSERVATION OF ATLANTIC SALMON AND ITS HABITAT IN THE RIVER MOY, IRELAND”. is authored by Mary Cawley. The article focuses on the depletion of salmon stocks in the River Moy, in western Ireland, one of the country’s most productive rivers for salmon fishing. The author identifies several natural and human factors affecting the quantity of fish caught and their habitat – the environment where salmon spend part of their life cycle. Adopting an actor-centred methodological approach, Cawley seeks to gain insights into these factors, critically analysing the publications and reports dealing with the depletion of this highly prized fish.

The third article, “SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: LIMITES E POSSIBILIDADES À LUZ DA GEOGRAFIA ECONÓMICA AMBIENTAL” (*Corporate Sustainability: Limits and Possibilities from the lens of Environmental Economic Geography*), by Leandro Dias de Oliveira, discusses how corporate sustainability models have been adopted, particularly by large companies currently located in Brazil’s peripheral regions. Indeed, there is a clear trend towards the increasing implementation of a range of measures centred on corporate sustainability. In addition to the author’s goals, the article offers a geopolitical and geo-economic analysis of corporate models of environmental management and their territorial implications for the affected populations.

Lucio Carramillo Caetano, Cefas Dutra Farina, André Luís Pereira Ribeiro and Igor Cristiano Silva are the authors of the fourth article in Chapter II, “A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA VOLTADA PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINERADAS” (*Brazilian Legislation on the Environmental Restoration of Mining Areas*). This is a brief overview of the main laws currently in force in Brazil that deal with the obligation of mining companies to rehabilitate the areas they have mined. They present the legal provisions originating from both mining regulatory bodies and environmental regulatory bodies. The authors conclude that Brazilian legislation is stringent with regard to mining areas, with the aim of returning the affected areas to society once they have been properly rehabilitated.

The fifth and final article in Chapter II is called “PERCEÇÃO AMBIENTAL DA NATUREZA: PERSPETIVAS SOBRE AS ÁREAS PROTEGIDAS DA BAIXADA FLUMINENSE ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA” (*Environmental Perception of Nature: Perspectives on the Protected Areas of the Baixada Fluminense through Photography*), by Tayane dos Santos Guedes and Karine Bueno

Vargas. The study presents the use of nature photography as a tool for recognising perceptions of the ecosystems of the Baixada Fluminense, a peripheral geographical area of the metropolitan region of Rio de Janeiro, Brazil. The authors' main conclusion is that the use of photographs in protected areas can help to foster new perspectives on these spaces. Indeed, by combining environmental education and awareness with citizenship, they increase public engagement and strengthen the sense of belonging amongst those involved, whilst also raising society's awareness of the need to protect biodiversity and reframe its perspectives on nature.

António Barros Cardoso opens the third chapter of this work with the essay "TURISMO NO "VALE DOS SOLARES" – CASAS, HISTÓRIAS E ESTÓRIAS" (Tourism in the "Vale Dos Solares" – Homes, Stories and Tales). The article examines the practice and role of tourism in areas classified as tangible and intangible heritage sites located in the Lima Valley. The author selected cultural assets, such as historic houses and manor houses, listed in the inventory of the Directorate-General for Cultural Heritage. The examples are numerous, highlighting an indelible heritage that urgently needs to be preserved and promoted.

The second article, "REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE 'PÓS-TURISTA'" (*Reflections on the Concept of the "Post-Tourist*), by José Luís Braga, discusses the concept of the "post-tourist" in the context of post-Fordism, globalisation and postmodernism. Considering various propositions, it is argued that the post-tourist is aware of their status as a tourist, and that tourism is a "game" rather than a singular tourist experience. The author concludes by emphasising that new forms of tourism increasingly prioritise immediate pleasure at the expense of reinforcing collective memories and experiences.

The third article in Chapter III is called "ELEMENTOS SOCIAIS, ECONÓMICOS E POLÍTICOS PARA PENSAR O ACESSO A ÁGUA NA PERIFERIA DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO – UM OLHAR A PARTIR DO CENSO IBGE E DO SNIS DE 2022" (*Social, Economic and Political Elements to Rethink Access to Water in the Periphery of the Rio de Janeiro Metropolis – A Perspective Based on the 2022 IBGE Census and the SNIS*). Authored by André Santos da Rocha, Raphael Vianna and Júlio Majerowicz Maneschy, this article provides an "x-ray" of access to water in the Rio de Janeiro metropolitan area, based on information provided by the National Sanitation Information System (SNIS) and the Census of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE). Data relating to 2022 in both cases aim to shed light on the various social divides and socio-cultural profiles found in the city's outskirts. The authors argue that the social problem of access to water is not solely related to the flow rate provided by water bodies, but, above all, to the general conditions of access, which are sustained and/or manipulated by the social and political structures of power.

Anna Marocco is the author of the fourth article, "QUEERING URBAN PLANNING: FROM GENDER GEOGRAPHIES TO INCLUSIVE URBAN PLANNING". The author examines issues of socio-spatial justice relating to sexual and gender minorities, whilst placing a central focus on advocating for greater inclusion and social representation of these groups in urban planning. The main aim is, in fact, to highlight the importance and potential impact of integrating "queer" perspectives, proposing practical strategies for policy-makers and spatial planners to promote transformative and expansive urbanism, resulting in more inclusive and just cities.

The fifth article in this Chapter III, "ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: A GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL" (Between the Global and the Local: The International Feminist Strike), by Célia Taborda, explores how digital activism has contributed to the emergence of new forms of interaction, in a symbiosis between digital activism and street protests, forming a kind of relational *continuum*, thereby underpinning the importance of championing gender equality and the struggle against various forms of oppression, such as economic injustice. This study analyses the scope and global forms of action of the international feminist strike, which began on 8th March 2017, on International Women's Day, and its local expression in Portugal, a country where feminist movements had all but disappeared during the dictatorial regime. They have, however, re-emerged.

João Luís J. Fernandes is the author of the final article in Chapter III, "NOTAS DE UMA VIAGEM A CHERNOBYL. LEITURAS ENTRE A GEOGRAFIA POLÍTICA E CULTURAL" (*Notes from a Journey to Chernobyl. Readings Between Political and Cultural Geography*). The author argues that this journey was a performative experience that invites reflection on the multiple dimensions of the tragic event that took place in Chernobyl in 1986. As soon as the necessary conditions were in place, his desire led to a trip to the Chernobyl Exclusion Zone in 2017. This article records the places visited, but in close connection with reflections and associations of ideas arising from notes gathered throughout the journey. These insights offer an experience that bridges Cultural Geography and Political Geography.

The article "MAPAS TÁTEIS PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTES VISUAIS NO JARDIM BOTÂNICO DA UFRRJ, SEROPÉDICA/RIO DE JANEIRO, BRASIL" (*Tactile Accessibility Maps for Visually Impaired People at the UFRRJ Botanical Garden, Seropédica/Rio de Janeiro, Brazil*), by Gustavo Mota de Sousa, Tainá Silva and Yasmin Pinheiro, opens the fourth and final chapter of this e-book. The aim of this study is to demonstrate the importance of how the creation of tactile maps facilitates the identification of areas within the Botanical Garden of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (JB-UFRRJ). This initiative sought to raise awareness of and improve accessibility to this Conservation Area, located within the university campus in the municipality of Seropédica, in the state of Rio de Janeiro, Brazil. Following a brief explanation of tactile language, it is evident that this technique involves processes of generalisation and the use of *hatching* to create raised relief, achieved through printing on micro-capsulated paper (swell paper). This technique has made it possible to increase the number of blind or visually impaired visitors to the world of cartography, which is extremely beneficial and inclusive.

Continuing to develop articles related to education and training and their impacts on territorial development and management, the second article is called METHODOLOGICAL PROJECTIONS OF THE CURRICULA CONTENT FOR THE SUCCESSFUL IMPLEMENTATION OF NEW CURRICULUMS IN GEOGRAPHY AND ECONOMICS IN THE HIGH SCHOOL STAGE IN THE BULGARIAN SCHOOL", by Stella Dermendzhieva and Tamara Draganova. The article focuses on improving teaching practices amongst teachers in Bulgaria, based on the new methodological requirements associated with the teaching of geographical content, teaching tools and teaching methods for geography and economics at secondary level. This aligns with the changes introduced to educational content, curricula, assessment regulations and strategies, using lower secondary education (Years 8 to 10) as an example. It is hoped that

these changes will provide students with the opportunity for professional, social and personal fulfilment.

The third article, "INNOVATIVE STRATEGIES AND METHODS OF TRAINING GEOGRAPHY AND ECONOMICS FOR EUROPE, BALKAN PENINSULA AND BULGARIA IN 7TH GRADE", also authored by Stella Dermendzhieva and Tamara Draganova, explores the previous topic in greater depth, highlighting the modernisation associated with digitalisation, with a view to improving educational quality, refining methodological tools and introducing innovative training strategies, models and methods. With the changes introduced in the new curricula from 2024 onwards, the study of Europe, the Balkan Peninsula and Bulgaria has been retained, but teaching and methodological approaches have been revised. It now includes artificial intelligence, *software* capable of detecting cause-and-effect relationships and generating predictions, recommendations or decisions based on incomplete information. These changes are illustrated in this article using the subject "Geography and Economics" for the 7th Grade. The preliminary results are very positive.

Finally, the last article in Chapter IV in "A FORMAÇÂO PROFISSIONAL NO TERCEIRO SETOR: RESULTADOS DE UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NO NORTE DE PORTUGAL" (*Vocational Training in the Third Sector: Results of an Exploratory Study in Northern Portugal*), by José António Oliveira and Maria João Polidoro. The authors confirm that vocational training in the Northern Region is a reality, even though it does not comply with the provisions of the applicable legislation. Nevertheless, most institutions recognise the importance of vocational training in enhancing the knowledge and skills of their staff, enabling them to acquire new knowledge and practices, aligned with increasingly demanding institutional goals.

We hope our readers will enjoy the excellent articles in this e-book, which cover topics that are both thought-provoking and crucial not only for geographical science but also for other academic disciplines such as sociology, law, economics, and even history and psychology, within a multidisciplinary framework, thereby broadening the debate and strengthening science in the contemporary world.

December 2024

Andrews LUCENA
Helena PINA
Felisbela MARTINS

LUCENA, A.; PINA, H.; MARTINS, F. (2024). ***Prefácio.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 18-24
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/compre

PREFÁCIO

A crescente intensificação das alterações climáticas, da urbanização descontrolada e da exploração inconsequente dos recursos naturais, dificulta um ordenamento sustentável dos territórios. Neste contexto, a conjugação entre sustentabilidade, resiliência e gestão territorial, assume um papel estratégico na promoção de um desenvolvimento equilibrado, capaz de responder às necessidades atuais e sem comprometer a continuidade das gerações futuras. Estes conceitos são interdependentes, razão pela qual devem ser integrados nas políticas públicas e nos instrumentos de planeamento, no sentido de promoverem a proteção ambiental, o desenvolvimento económico e a coesão social.

Há, porém, que recordar que a sustentabilidade constitui a base orientadora da gestão territorial contemporânea. Efetivamente, esta assenta na gestão racional e eficiente dos recursos naturais, na preservação dos ecossistemas e na promoção de modelos de desenvolvimento que conciliem as vertentes económica, social e ambiental. Assim, a sustentabilidade induz a um uso eficiente do solo e à redução da artificialização das paisagens, bem como à conservação da biodiversidade e à valorização dos diversos ecossistemas, melhorando, desta forma, a qualidade de vida das populações.

Por sua vez, a resiliência territorial, realça a capacidade dos gestores de um território possibilitarem a resistência desses espaços, para além de os adaptarem e recuperarem de perturbações de origem natural ou antrópica, como por exemplo, incêndios florestais, inundações, secas, sismos ou crises económicas. Num território resiliente, não só se mitigam, ou solucionam, os riscos percecionados, mas, fruto de experiências anteriores, também se reforça a sua capacidade de adaptação/regeneração. A integração da resiliência no planeamento territorial, é cada vez mais necessário, dado o aumento de fenómenos meteorológicos extremos associados às alterações climáticas.

Porém, só conjugando a sustentabilidade nas suas múltiplas vertentes, se obterá uma gestão territorial fundamentada num conjunto de políticas e instrumentos capazes de organizar a ocupação e a utilização do espaço de forma equilibrada e eficiente. Esta gestão inclui diferentes níveis de governação, que abarcam desde as administrações locais, às entidades nacionais e supranacionais. Tal exige uma governância multinível, mas com a participação ativa dos cidadãos.

Obviamente que, para um eficaz planeamento territorial, este tem de enraizar-se também em informação científica atualizada, sistemas de informação geográfica, modelos de avaliação ambiental e processos participativos que permitam identificar carências, objetivos, conflitos e oportunidades de desenvolvimento.

A conjugação eficiente destes três pilares (sustentabilidade, resiliência e gestão territorial) exige, contudo, uma abordagem integrada e multidisciplinar. É o que sucede neste volume intitulado ”THE OVERARCHING ISSUES OF THE EUROPEAN AREA/ GRANDES PROBLEMÁTICAS DO ESPAÇO EUROPEU - How to efficiently combine sustainability,

resilience and territorial management?/ Como conjugar eficientemente, sustentabilidade, resiliência e gestão territorial?". Para tal desiderato, em primeiro lugar, há que incorporar critérios de sustentabilidade em todas as fases do processo de planeamento territorial, privilegiando soluções baseadas na natureza e na reabilitação urbana, em detrimento da expansão citadina desordenada. Exige-se ainda a aposta na eficiência energética dos edifícios e na mobilidade sustentável. Assim se reduzirão as emissões de gases com efeito de estufa, se preservarão os ecossistemas e se dilatará a qualidade dos territórios.

Por outro lado, a inclusão da avaliação do risco e da adaptação às alterações climáticas nos instrumentos de ordenamento do território, é indispensável para reforçar a resiliência. De facto, a identificação de áreas vulneráveis, a limitação à ocupação de áreas que podem ser afetadas por riscos naturais e a delineação e implementação de infraestruturas verdes, correspondem a iniciativas que reduzem a exposição ao risco das populações e aumentam a capacidade de resposta perante eventos extremos. Simultaneamente, a monitorização contínua dos diversos indicadores, ambientais e territoriais, permite ajustar as políticas públicas às novas dinâmicas socioeconómicas e ambientais.

Mas outras dinâmicas têm de ser implementadas, como se constatará neste volume. É o caso da promoção da governança colaborativa. A participação das comunidades locais, mas também das instituições científicas, das empresas e das distintas organizações da sociedade civil, facilita a estruturação de soluções mais inclusivas e eficientes. Acresce que a transmissão de conhecimentos técnicos e científicos facilita a tomada de decisões, para além de legitimar as políticas de desenvolvimento territorial. Além disso, a participação ativa dos autóctones fortalece a consciência ambiental e a continuidade da cultura e tradições locais.

A inovação tecnológica, por seu turno, desempenha um papel relevante na articulação entre sustentabilidade, resiliência e gestão territorial. Ferramentas como os Sistemas de Informação Geográfica (SIG), a deteção remota por satélite, os sensores ambientais e a inteligência artificial, permitem monitorizar alterações no uso do solo, na sua correlação com a prevenção de riscos e na aposta num planeamento mais eficaz da gestão territorial, inclusivamente, em situações de emergência.

Contudo, persistem diversos obstáculos à implementação desta abordagem integrada. Na realidade, continua e por vezes incrementa-se, a fragmentação político-administrativa, para além dos *déficits* orçamentais e das divergências na seleção das estratégias económicas e sociais pelas diferentes entidades envolvidas. Exige-se, porém, uma adaptação e atualização permanente dos instrumentos de planeamento, o que justifica a continuidade da investigação científica e tecnológica, bem como a aposta na inovação, seguindo-se a divulgação dos resultados, como sucede neste volume.

Em suma, há que conjugar eficientemente sustentabilidade, resiliência e gestão territorial. Tal implica o desenvolvimento de modelos de planeamento integrados, preventivos e participativos, capazes de conjugar o desenvolvimento económico, a proteção ambiental e o bem-estar social. A adoção de políticas baseadas no conhecimento científico e no recurso a tecnologias inovadoras, sem ignorar a participação ativa da sociedade, constitui um fator basilar para a construção/manutenção de territórios mais seguros, inclusivos e ambientalmente equilibrados, única forma de enfrentar e controlar os desafios do século XXI.

Tendo em conta o referido anteriormente, compreende-se a edição do Ebook "**Grandes Problemáticas do Espaço Europeu**" cujo tema é "Como conjugar eficientemente, sustentabilidade, resiliência e gestão territorial?". São quatro capítulos assim estruturados: I - Espaços de baixa densidade: entre a resiliência, a tradição e a inovação, com cinco textos; II - A importância da preservação/revitalização ambiental na gestão e sustentabilidade dos territórios, com cinco textos; III - A multiplicidade de fatores de transformação territorial: alguns fundamentos e reflexos, com seis textos; e, finalmente, IV - Educação e Formação: impacte na evolução e gestão territorial, com quatro textos.

No capítulo I reuniu-se um conjunto de textos direcionado aos espaços de baixa densidade e aos desafios com que se confrontam, num contexto em que a resiliência, a tradição e a inovação estão presentes. Neste contexto, o primeiro texto designa-se "RURAL DISCONTENT, SPATIAL JUSTICE AND DISRUPTIVE POLITICS IN EUROPE", de Michael Woods. O autor analisa a dispersão territorial dos resultados eleitorais registados nas eleições dos Países Baixos, França e Portugal, sob uma perspetiva de políticas disruptivas quanto ao descontentamento rural. Apesar de se realçar nestes três países a importância dos resultados em espaços cuja ruralidade é mais vincada, os modelos e práticas disruptivas fazem com que imperem mudanças expressivas, e até radicais, distintas em cada país, o que evidencia que não há um modelo único na reivindicação e nas práticas políticas na Europa.

O segundo texto, da autoria de Maria das Mercês Cabrita de Mendonça Covas e de António Manuel Alhinho Covas, intitulado "TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE E ECONOMIA CRIATIVA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A TEORIA DO ATOR-REDE", explana e discute a economia criativa em territórios de baixa densidade, considerados espaços importantes onde se deve apostar com projetos e investimentos. Na realidade, a economia criativa agrega o conhecimento, a criatividade, a colaboração e a comunicação (4C), convergindo, desta forma, as quatro inteligências: a racional, a emocional, a natural e a artificial. Assim, a teoria do Ator-Rede, oferece uma alternativa para entender a sociedade, a cultura e a ciência, ao considerar que a realidade é construída através de interações complexas entre os diferentes atores e respetivas redes.

"ENVOLVER A COMUNIDADE NO FUTURO DO MUNDO RURAL: A CRIAÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE LÍDERES RURAIS" é o terceiro texto deste capítulo, com autoria de João Almeida e Andrea Barbosa. Os autores destacam os desafios dos territórios rurais, como o despovoamento, o envelhecimento da população e a falta de oportunidades económicas, pois estes elementos comprometem a sustentabilidade e resiliência dos espaços rurais. Realçam também o impacte dos projetos de capacitação comunitária no desenvolvimento territorial, destacando a Academia de Líderes Rurais, um exemplo prático de empreendedorismo sustentável e de inclusão social.

Giorgia Bressan e Giorgia Scognamiglio são as autoras do texto "THE CONTRIBUTION OF AGRICULTURAL HOLDINGS LOCATED IN THE MOUNTAIN AREAS TO THE ENERGY TRANSITION: REFLECTIONS FROM ITALY". O estudo propõe examinar se a orografia influencia a distribuição espacial dos investimentos na produção de energias renováveis, especialmente nas áreas montanhosas. Os resultados evidenciam diferenças expressivas entre os municípios de montanha, pois estes apresentam níveis mais baixos de investimento em

atividades rentáveis de produção de energia renovável nas explorações agrícolas, do que os detetados nas áreas de planícies.

Finalmente, o quinto e último texto deste capítulo do E.book, "RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS POR MINERAÇÃO, ESTUDO DE CASO: EMPRESA JJG ITABORAÍ LTDA/BRASIL", é da autoria de André Luís Pereira Ribeiro, Igor Cristiano Silva, Lucio Carramillo Caetano e Cefas Dutra Farina. Estes autores estudam a recuperação ambiental de uma antiga área de extração de areia, localizada no município de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, Brasil. Os trabalhos de exploração encerraram-se em 2020, todavia, em 2024, a área encontra-se recuperada, após aplicação dos controles ambientais considerados mais pertinentes. Esta recuperação teve por base o replantio de laranjeiras, bananeiras e capineiras, associado ao retorno das áreas de pasto. O estudo encerra-se com uma reflexão acerca da possibilidade de replicação deste exemplo na recuperação de outras áreas degradadas pela mineração, apostando nos sitemas de cultura existentes antes do início da extração mineral, ou obedecendo à forma exigida pelos organismos ambientais.

Posicionemo-nos no segundo capítulo que agrega estudos em que se realça a importância da preservação/revitalização ambiental na gestão e sustentabilidade dos territórios. O primeiro texto deste capítulo designa-se "GOVERNANCE IN TIMES OF SUSTAINABLE TRANSFORMATION – BUSINESS AS USUAL?" de Ulrike Grabski-Kieron. O texto questiona os discursos atuais sobre a transformação socioecológica no contexto dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, sob o paradigma da transformação, entendida como uma mudança crítica do sistema socioecológico e da economia. Trata-se de uma investigação que toma como exemplo a governança na Alemanha, a partir da experiência da autora, e ainda os reflexos no desenvolvimento regional na Alemanha e na França.

O segundo texto deste capítulo é de Mary Cawley, com o título "THE MANAGEMENT AND CONSERVATION OF ATLANTIC SALMON AND ITS HABITAT IN THE RIVER MOY, IRELAND". O texto centra a sua discussão no esgotamento dos *stocks* de salmão no rio Moy, no oeste da Irlanda, um dos mais produtivos para a pesca de salmão no país. A autora deteta uma série de fatores naturais e humanos que afetam a quantidade de peixe obtido e o seu habitat, aquele onde o salmão passa parte do seu ciclo de vida. Com uma abordagem metodológica centrada no ator, Mary Cowley perspetiva obter as perceções sobre aqueles fatores, analisando de forma crítica sobretudo as publicações e relatórios que versam o esgotamento daquele peixe tão nobre.

O texto seguinte designado "SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: LIMITES E POSSIBILIDADES À LUZ DA GEOGRAFIA ECONÓMICA AMBIENTAL", de Leandro Dias de Oliveira, corresponde ao terceiro texto do capítulo II. O texto discute como têm sido adotados os modelos de sustentabilidade corporativa, nomeadamente pelas grandes empresas localizadas nas periferias brasileiras na atualidade. De facto, é notória uma crescente aplicação de um conjunto de medidas em torno da sustentabilidade corporativa. Agrega-se aos objetivos do autor, uma reflexão geopolítica e geoeconómica acerca dos modelos corporativos de gestão ambiental e as suas implicações territoriais entre as populações afetadas.

Lucio Carramillo Caetano, Cefas Dutra Farina, André Luís Pereira Ribeiro e Igor Cristiano Silva assinam o quarto texto deste capítulo II, com o título "A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

VOLTADA PARA A RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS MINERADAS". Trata-se de um breve levantamento das principais leis vigentes no Brasil que versam sobre a obrigatoriedade das empresas de mineração em recuperar a área explorada. Apresentam as normas legais com origem tanto em órgãos gestores da mineração, quanto em órgãos gestores do meio ambiente. Os autores concluem que a legislação brasileira é rigorosa no que se refere às áreas exploradas, tendo como finalidade a devolução à sociedade das áreas intervencionadas, depois de adequadamente recuperadas.

O quinto e último texto do capítulo II é intitulado "PERCEÇÃO AMBIENTAL DA NATUREZA: PERSPETIVAS SOBRE AS ÁREAS PROTEGIDAS DA BAIXADA FLUMINENSE ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA" da autoria de Tayane dos Santos Guedes e Karine Bueno Vargas. O estudo apresenta o uso da fotografia da natureza como ferramenta para o reconhecimento das perceções sobre os ecossistemas da Baixada Fluminense, espaço geográfico periférico da região metropolitana do Rio de Janeiro/Brasil. Como principal reflexão deste trabalho, conclui-se que o uso de fotografias nas áreas protegidas pode contribuir para o despertar de novos olhares sobre esses espaços. De facto, ao aliarem educação e perceção ambiental à cidadania, aumentam o uso público e fortalecem o sentimento de pertença dos envolvidos, enquanto sensibilizam ainda a sociedade para proteger a biodiversidade e ressignificar os seus olhares sobre a natureza.

António Barros Cardoso inaugura o terceiro capítulo desta obra com o texto "TURISMO NO "VALE DOS SOLARES" – CASAS, HISTÓRIAS E ESTÓRIAS". O artigo versa sobre a prática e o papel do turismo em espaços clasificados como patrimónios materiais e imateriais localizados no Vale do Lima. Para a execução deste trabalh o autor selecionou bens culturais, como casas históricas e solares que constam do inventário da Direção Geral do Património Cultural. Os exemplos multiplicam-se, evidenciando um indelével património que urge preservar e divulgar.

No segundo texto intitulado "REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE "PÓS-TURISTA", de José Luís Braga, discute-se o conceito de "pós-turista" no contexto do pós-fordismo, da globalização e do pós-modernismo. Diante de várias proposições, entende-se que o pós-turista está ciente da sua qualidade de turista, e que o turismo é um "jogo" e não uma experiência turística singular. Conclui enfatizando que as novas formas de turismo privilegiam, cada vez mais, o prazer imediato, em detrimento do reforço das memórias e das experiências coletivas.

"ELEMENTOS SOCIAIS, ECONÓMICOS E POLÍTICOS PARA PENSAR O ACESSO A ÁGUA NA PERIFERIA DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO – UM OLHAR A PARTIR DO CENSO IBGE E DO SNIS DE 2022" é o terceiro texto do capítulo III deste E.Book. Da autoria de André Santos da Rocha, Raphael Vianna e Júlio Majerowicz Maneschy, este artigo expõe uma "radiografia" do acesso à água na metrópole do Rio de Janeiro, tendo por base as informações disponibilizadas pelo Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e pelo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Informações referentes a 2022 em ambos os casos, têm como escopo a reflexão sobre as diferentes clivagens sociais e perfis sócioculturais existentes nas suas periferias. Os autores entendem que o problema social do acesso à água não está relacionado apenas com o caudal disponibilizado pelos corpos hídricos, mas, sobretudo, com as condições gerais de acesso, sustentadas e/ou manipuladas pelas estruturas sociais e políticas do poder.

Por seu turno, Anna Marocco escreve o quarto texto designado "QUEERING URBAN PLANNING: FROM GENDER GEOGRAPHIES TO INCLUSIVE URBAN PLANNING". A autora examina questões de justiça socioespacial relacionadas com minorias sexuais e de género, ainda que com enfoque central na defesa de uma maior inclusão e representação social destes grupos no planeamento urbano. A proposta principal é, de facto, mostrar a importância e o potencial impacto da integração das perspetivas "*queer*", propondo estratégias práticas para que os decisores políticos e planeadores territoriais, promovam um urbanismo transformador e expansivo, com cidades mais inclusivas e justas.

Já o quinto texto deste capítulo III, designado "ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: A GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL", da autoria de Célia Taborda, expõe como o ativismo digital contribuiu para o emergir de novas interações, numa simbiose entre ativismo digital e de ações de rua, numa espécie de *continuum* relacional, corroborando a importância da defesa da igualdade de géneros e da luta contra várias formas de opressão, como a injustiça económica. Esta pesquisa analisa a dimensão e as formas de ação globais da greve feminista internacional, iniciada em 8 de março de 2017, no Dia Internacional da Mulher, e a sua expressão local, em Portugal, um país em que os feminismos quase se dissiparam durante o regime ditatorial. Ressurgiram, entretanto.

João Luís J. Fernandes assina o último texto do capítulo III designado "NOTAS DE UMA VIAGEM A CHERNOBYL. LEITURAS ENTRE A GEOGRAFIA POLÍTICA E CULTURAL". Defende a tese da concretização desta viagem como uma vivência performativa que proporciona a reflexão sobre as múltiplas dimensões de um acontecimento trágico ocorrido em Chernobil, em 1986. O seu desejo despoletou, assim que foram criadas as necessárias condições, a deslocação, em 2017, à Zona de Exclusão de Chernobyl. Neste artigo, registam-se os locais visitados, mas numa íntima correlação com reflexões e associações de ideias, decorrentes de notas coligidas ao longo do seu trajeto. Estas perceções proporcionam uma experiência entre a Geografia Cultural e a Geografia Política.

O artigo "MAPAS TÁTEIS PARA A ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTES VISUAIS NO JARDIM BOTÂNICO DA UFRRJ, SEROPÉDICA/RIO DE JANEIRO, BRASIL", dos autores Gustavo Mota de Sousa, Tainá SILVA e Yasmin PINHEIRO, inaugura o quarto e último capítulo deste E-book. O objetivo deste estudo é a demonstração da importância de como a construção de mapas táteis proporcionam a identificação dos espaços do Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (JB-UFRRJ). Esta aposta visou trazer maior divulgação e acessibilidade a esta Unidade de Conservação, localizada dentro do Campus Universitário implantado no município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. Após uma breve explanação sobre a linguagem tátil, constata-se que esta técnica inclui processos de generalização e a inserção de *hachuras* para a criação de alto relevo, decorrente da impressão em papel microcapsulado (swell paper). Tal técnica possibilitou a ampliação do número de visitantes cegos, ou com baixa visão, ao universo da cartografia, o que é extremamente favorável, inclusivo.

Continuando a desenvolver textos relacionados com a educação/formação e seus impactes na evolução e gestão territorial, o segundo artigo intitula-se "METHODOLOGICAL PROJECTIONS OF THE CURRICULA CONTENT FOR THE SUCCESSFUL

IMPLEMENTATION OF NEW CURRICULUMS IN GEOGRAPHY AND ECONOMICS IN THE HIGH SCHOOL STAGE IN THE BULGARIAN SCHOOL", das autoras Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova. O artigo orienta-se para a melhoria da prática pedagógica dos professores na Bulgária, alicerçada nas novas exigências metodológicas associadas ao ensino dos conteúdos geográficos, das ferramentas didáticas e dos métodos de lecionação da geografia e da economia no ensino secundário. Assim se obedece às alterações introduzidas nos conteúdos educativos, currículos, regulamentos de avaliação e estratégias, exemplificando-se com o primeiro grau do ensino secundário (8º ao 10º ano). Perspetiva-se, com estas alterações, que o aluno tenha a oportunidade de autorrealização profissional, social e pessoal.

Já o terceiro texto, denominado "INNOVATIVE STRATEGIES AND METHODS OF TRAINING GEOGRAPHY AND ECONOMICS FOR EUROPE, BALKAN PENINSULA AND BULGARIA IN 7TH GRADE", também da autoria de Stella Dermendzhieva e Tamara Draganova, aprofundam a temática anterior, evidenciando a modernização associada à digitalização, tendo em vista o aumento da qualidade educativa, o aperfeiçoamento das ferramentas metodológicas e a introdução de estratégias, modelos e métodos de formação inovadores.Com a alteração dos novos curricula desde 2024, preservou-se o estudo da Europa, Península Balcânica e Bulgária, mas alterando os métodos didáticos e metodológicos. Passou a incluir a inteligência artificial, *software* capaz de detetar relações de causa e efeito e gerar previsões, recomendações ou decisões baseadas em informações incompletas. Estas alterações são exemplificadas neste artigo através da disciplina de "Geografia e Economia" para o 7º ano de escolaridade. Os resultados preliminares são muito positivos.

Finalmente, o último artigo do capítulo IV deste E.book tem a autoria de José António Oliveira e de Maria João Polidoro. Intitula-se "A FORMAÇÂO PROFISSIONAL NO TERCEIRO SETOR: RESULTADOS DE UM ESTUDO EXPLORATÓRIO NO NORTE DE PORTUGAL". Os autores atestam que a formação profissional na Região Norte é uma realidade, muito embora não cumpram o estipulado na legislação. Ainda assim, a maioria das instituições é sensível à importância da formação profissional para o aumento dos conhecimentos e das competências dos seus trabalhadores, possibilitando a aquisição de novos saberes e práticas, articulados com objetivos institucionais cada vez mais exigentes.

Esperamos que os nossos leitores usufruam dos belos textos deste E-book, com temas tão reflexivos e cruciais para a ciência geográfica, mas também para outras valências científicas como a sociologia, o direito, a economia ou mesmo a história e a psicologia, num quadro multidisciplinar, ampliando o debate e o fortalecimento da Ciência no mundo contemporâneo.

Dezembro de 2024

Andrews LUCENA

Helena PINA

Felisbela MARTINS

CHAPTER I
/
CAPÍTULO I

Low-density areas:
between resilience, tradition and innovation

Espaços de baixa densidade:
Entre a resiliência, a tradição e a inovação

WOODS, M. (2024). ***Rural Discontent and Disruptive Politics in Europe: An Inital Analysis.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 26-41
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma1

RURAL DISCONTENT AND DISRUPTIVE POLITICS IN EUROPE: AN INITIAL ANALYSIS

DESCONTENTAMENTO COM OS ESPAÇOS RURAIS E POLÍTICAS DISRUPTIVAS NA EUROPA: UMA ANÁLISE INICIAL

Michael WOODS
Department of Geography and Earth Sciences, Aberystwyth University
m.woods@aber.ac.uk

Resumo

A ascensão de partidos políticos disruptivos na Europa, incluindo partidos populistas e de extrema-direita, tem sido frequentemente associada, nos meios de comunicação social e na academia, ao descontentamento do mundo rural, especialmente nas regiões periféricas "esquecidas". Este texto apresenta novas análises que mostram que a geografia eleitoral é mais complicada. Centrando-se nas recentes eleições nos Países Baixos, em França e em Portugal, demonstra que existem dinâmicas diferentes em cada país, com relações diferentes com o descontentamento rural. Nos Países Baixos, o descontentamento rural canalizado através de um partido populista agrário é um elemento numa geografia multifacetada de políticas disruptivas; em França, as áreas rurais são um campo de batalha fundamental; e em Portugal, o descontentamento rural foi captado em alguns territórios numa geografia ainda emergente. Estas evidências preparam o terreno para uma investigação mais aprofundada para compreender a importância do descontentamento rural na política disruptiva.

Palavras-chave: Descontentamento rural, eleições, populismo, justiça espacial.

Abstract

The rise of disruptive political parties in Europe, including far-right and populist parties, has been frequently associated in media and academic sectors with rural discontent, especially in peripheral 'left-behind' regions. This paper presents new analysis that shows that the electoral geography is more complicated. Focusing on recent elections in the Netherlands, France and Portugal it demonstrates that there are different dynamics in each country with different relations to rural discontent. In the Netherlands, rural discontent channelled through an agrarian populist party is one element in a multi-layered geography of disruptive politics; in France, rural areas are a key battleground; and in Portugal, rural discontent has been captured in some localities in a still emerging geography. These findings set the scene for further investigation to understand the significance of rural discontent in disruptive politics.

keywords: Rural discontent, elections, populism, spatial justice.

1- Introduction

On the first day of February 2024 over a thousand tractors filled the streets around the European Parliament in Brussels as farmers converged to demonstrate against trade deals and other policies that they feared posed an existential threat to their industry. It was the culmination of a wave of farmers protests that had spread across Europe that winter. Starting in Germany in November 2023, by February farmers

protests had been reported in 21 EU member states, as well as in Albania, Moldova, Serbia and the UK (Finger et al, 2024). The catalysts for action varied between countries. German farmers had mobilized against reductions in subsidies for agricultural fuel. In France, farm protests objected to policies in the green transition. In Poland, farmers protested against tariff-free imports from Ukraine; while the main target of the Brussels rally was proposals for an EU trade deal with Mercosur, the South American common market. Underlying all these protests, however, was a sense of agriculture in crisis, with farmers coping with economic precarity and feeling beleaguered by the green turn in rural policy.

The farmers' protests captured news headlines, but they are just one expression of a wider rural malaise that has settled over the European countryside in recent decades. Many rural regions have faced persistent out-migration and depopulation, accompanied by a loss of services, school closures, and the demographic ageing of communities (Gómez Valenzuela and Holl, 2024; Newsham and Rowe, 2023; Rickardsson, 2021). Deindustrialization and globalization have been linked to economic decline or stagnation (McDonagh et al., 2015; Rickardsson, 2021).

Rural economies are too often characterized by low wages, limited job opportunities, and poor infrastructure. Transitions in some rural areas from primary industries to the consumption economy has frequently brought its own challenges of over-tourism and demand for holiday and second homes that has contributed to increasing problems with access to affordable housing. In other localities, the conversion of farmland to renewable energy production or carbon forestry, or designation for re-wilding, has prompted claims of neo-extractivism or new forms of 'green colonialism' (Bresnihan and Brodie, 2021; Canelas and Carvalho, 2023; del Mármol and Vaccaro, 2020).

Although the European Commission has made a serious and substantial effort to recognize and address these trends through the Long-Term Vision for Rural Areas, launched in 2021, it is also not difficult to understand why rural residents may feel alienated from urban-centred governments and consider themselves as victims of spatial injustice (Lago, 2022; Woods, 2023a, 2023b). Neither is it surprising that such rural discontent has been exploited by populist, nationalist and other disruptive parties, especially on the political right. The populist rhetoric of 'us' versus 'them' is all too easily mapped on to perceptions of a rural-urban divide.

As disruptive parties have advanced in many European countries over the last decade it has become commonplace in both academic analysis and political commentary to identify their rise with peripheral and 'left-behind' regions, including rural areas. Yet, not all experiences fit this narrative. There are many rural regions in Europe, including economically lagging rural districts, that have not swung behind disruptive parties; and the majority of people voting for disruptive parties live in cities and suburbs, not the countryside (see for example, Albertazzi and Zulianello, 2021; De Lange et al., 2023; Manley et al., 2017). There is, therefore, a need to more carefully interrogate the nature and extent of rural support for disruptive politics and its variegated geographies. This is the focus of the 'Rural Discontent, Spatial Justice, and Disruptive Politics' (Rural-Spatial-Justice) project, which is employing mixed qualitative and quantitative methods to examine the drivers, dynamics and consequences of rural support for disruptive politics at macro- and micro-

scales in Europe and North America. This article sets the scene for the research by discussing the background and presenting some initial findings from recent elections in France, Portugal and the Netherlands. It draws on quantitative geographical analysis of election results by rural-urban categorization and secondary data, including previously published commentaries in academic papers and media articles. The next section of the chapter introduces our approach to the study of disruptive politics and their association with rural discontent, with the remainder of the chapter focusing in turn on the cases of the Netherlands, France and Portugal, before summarising some conclusions.

2 – Approaching Disruptive Politics

A decade ago, Strijker et al. (2015) published an edited volume on *Rural Protest Groups and Populist Political Parties*. The contributors surveyed a landscape at the start of the century in which rural protests had developed in several countries, including Austria, Britain, France and the Netherlands, and populist parties had emerged in several more, including Austria, Finland, France, Hungary, the Netherlands and Poland, but the two did not necessarily connect. There were a few cases where rural protests did bleed into populist parties, notably in Poland (Stanley, 2015), and the odd populist party with clear rural origins, for example in Finland (Jungar, 2015). More generally, however, Strijker et al. (2015, p. 15) observed that "there are far more examples of modern populist parties that do not have a rural origin, and of rural protest groups that did not develop into populist parties".

This conclusion has been tested by subsequent events, as populist parties have become more widespread and achieved greater success in European countries, and as they have become more overt in seeking to tap into rural discontent. A multitude of academic studies have examined this nexus, both within individual countries and comparatively (see for instance, Mamonova and Franquesa, 2019). At the same time, economic geographers and regional scientists have drawn connections between populist voting and economically 'left-behind' regions, implicitly, if not explicitly, identifying populism with peripheral rural districts (along with de-industrializing towns) (Essletzbichler et al., 2018; Rodríguez-Pose, 2018). Together with American ethnographic studies that recorded the growth of populist sentiments in rural and small-town communities (most notably Cramer, 2016, and Hochschild, 2016), these accounts have shaped much of popular understanding of recent politics. However, there are a number of critiques that can be directed at this literature.

First, the emphasis on populism is problematic. In spite of its current widespread use, populism is a vague and malleable term that has been applied in different ways by different writers and researchers (Mudde and Kaltwasser, 2017). It has been used to refer to an ideology, to a style of politics, to a discourse, to specific language and rhetoric, to a cause, and to a condition of contemporary politics. Political scientists tend to adopt an ideational approach, understanding populism either as an ideology or as a discourse; whereas many geographers, sociologists and agrarian scholars have focused on 'authoritarian populism', which is more concerned with a style of politics. Accordingly, there are disagreements over whether specific

individual parties are populist or not, some of which extend to significant parties in Europe such as Fratelli d'Italia in Italy. Neither is it any more straightforward to define the parties that we're interested in as 'far right' or 'radical right'. Not all populists are right-wing; some populist parties combine conventionally left- and right-wing policies; some parties have moved on the political spectrum over time; and fine categorizations such as between 'far right' and 'radical right' are hotly contested. Moreover, it is also evident that rural discontent can also be expressed through support for parties that are neither populist nor right-wing, but which nonetheless present a challenge to settled structures, such as separatist parties in Catalonia and the Basque Country.

We, therefore, use 'disruptive politics' as a more inclusive term that can accommodate parties and movements with a variety of ideological positions, but which share an outsider status in relation to the political mainstream. More precisely, we define disruptive politics as political movements and events that disrupt settled political cultures and parties and challenge established leaders and sites of authority, and which contribute to societal polarization. In order to be included in our analysis, a party must meet three criteria: advocacy of policies that sit outside the conventional window of acceptability; attributes relating to ideology, language, style or leadership that are expressly disruptive or polarizing (e.g., populist or nationalist rhetoric; racism or homophobia; religious fundamentalism; promotion of conspiracy theories; or neophyte leaders); and demonstrating either a surge in public support or a sustained high level of support since 2000.

Second, there is little correspondence or interaction between work on rural discontent and disruptive politics produced from different directions, for example, between quantitative analysis of election results and regional statistics and qualitative ethnographic studies of individual communities. While the former can reveal geographical patterns, it often tends towards emphasizing economic factors that are most easily quantifiable and, in some cases, plays down the significance of rural identity or culture, in part because of the difficulty of expressing these in statistical terms. The latter, in contrast, often foreground rural identity and culture as important, but can only do so in the context of specific places.

Third, the literature puts forward a wide range of explanations for the differences in support for disruptive parties, including specifically support from rural areas. Support for disruptive parties is variously attributed to economic marginalization, including impacts of deindustrialization, globalization and agricultural restructuring (Essletzbichler et al., 2018; Hobolt, 2016; McCann, 2020; Rodríguez-Pose, 2018); anti-immigration and anti-minority sentiment (Carreras et al., 2019; Locco et al., 2020; Kalmar, 2020); religious voting (Ignazi & Wellhofer, 2013; Kalmar, 2020); the demographic and class profile of rural areas (Manley et al., 2018; Oesch, 2008); a rural-urban cultural divide (Lee et al., 2018; Nilsson and Lundgren, 2019); nostalgia (Elgenius and Rydgren, 2019; Mamonova, 2019); libertarian and anti-statist beliefs (Cortes-Vazquez, 2020; Fortner et al., 2021); and perceived political marginalization and declining trust in political leaders (Ejrnæs et al., 2024; Kasabov, 2020; Mitsch et al., 2021; Schraff, 2019).

Fourth, some elements in the literature reproduce essentialist notions of rural places and people that fail to acknowledge their social, economic, cultural and political diversity. These include quantitative analyses that treat 'rural' as a homogenous category, or which include rural areas within similarly broad

categories such as lagging regions, but also qualitative and ethnographic studies that generalize conclusions about rural people and their politics from place-specific individual case studies. As such, these studies tend to overlook or neglect differences in rural-urban dynamics between countries as well as variations between different rural localities within countries, which may have contrasting economic fortunes or divergent cultural or political histories, leading to differing contemporary political behaviors (see for example, Strijker et al. 2015; Woods, 2015).

3 – Examining Disruptive Politics in Context: Three Case Studies

This paper presents analysis from the first stage of the Rural-Spatial-Justice project at Aberystwyth University, which has involved a global survey of elections since 2000 to assess the significance of rural areas in providing support for disruptive political parties and to identify emerging patterns and differences. We focus here on the analysis of recent elections in three European countries, France, the Netherlands, and Portugal, selected as examples that reveal differing dynamics in rural voting patterns for disruptive parties. The analysis has been conduced at the scales both of departments or provinces and of municipalities, communes or *freguesias* (parishes). Election results were sourced from official or media sites (Expresso in Portugal, NOS in the Netherlands). For rural-urban categorization, we used Eurostat's rural-urban classification at the regional scale (including for departments in France). At the local scale, in France, we used commune population size as a proxy for rurality/urbanity, in the Netherlands we applied a rural-urban classification of municipalities based on that used by Gao et al. (2018), and in Portugal we have followed the 2014 TIPAU Typology of Urban Areas produced by the Instituto Nacional de Estatística (Instituto Nacional de Estatística, 2014).

3.1- The Netherlands

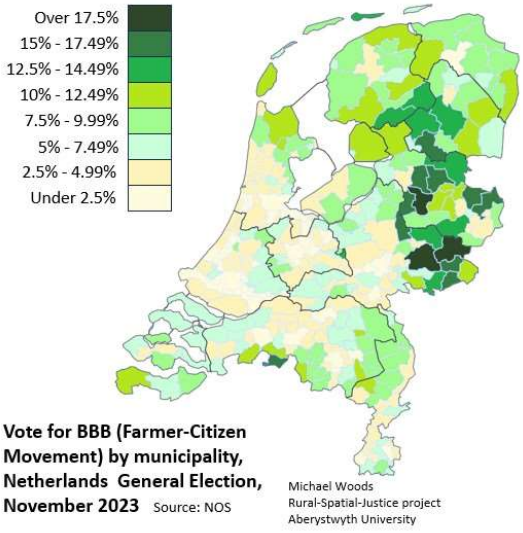
The Netherlands is one of the few European countries where a clear line can be drawn between farmers' protests and a disruptive political party. In 2019, Dutch farmers had mounted a series of road blocks and rallies, primarily in protest at government proposals aimed at reducing nitrogen emissions from agriculture, but also encompassing a wider, less well defined, sense of discontent (Van der Ploeg, 2020). The protests spawned a new political party, the BoerBurgerBeweging (BBB) (Farmer-Citizen Alliance), although its emergence wasn't organic. The party was set up, and initially funded, by a marketing agency that had been working with farmer activists (Engelen, 2023). Its framing as an alliance between farmers and citizens reflected a recognition that to have an electoral impact the movement needed to enol urban supporters and paralleled the publicity campaign that the agency had been running.

The BBB won its first seat in the Dutch parliament in 2021, but became a significant national political force in the provincial elections in March 2023, in which it was the first placed party with over 19% of the vote. It achieved over 30% of the vote in some rural parts of the eastern Netherlands, but also came first in many small towns and periurban areas (Otjes, 2023). It is not unusual for provincial elections to be used by

the Dutch electoral as an opportunity to cast protest votes and the far-right Forum voor Democratie (FvD) had taken first place in 2019. The BBB's victory in the 2023 provincial elections in part reflected the broadening of its platform to include populist positions on multiculturalism and law and order as well as the representation of itself as a party of 'common sense' against the excesses of the political establishment (van der Plas, 2023).

At the same time, the BBB's agrarianism enabled it to build up a more solid core vote of farmers who had previously supported the Christian Democrats (CDA), and who remained as its wider protest vote faded (Boom, 2024). In the November 2023 parliamentary elections, the BBB took 4.65% of the vote nationally and increased its number of MPs from one to seven. The BBB's vote came predominantly from rural areas, but not evenly, instead being concentrated in a band of rural municipalities running through the provinces of Drenthe, Overijssel, and Gelderland (Figure 1). Most of these districts had been sites of farmers protests, but they are not necessarily the areas of highest agricultural production or places with the greatest issues around nitrate use and pollution. Rather, they tended to be more marginal rural areas by Dutch standards, but economically and in terms of access to services.

.



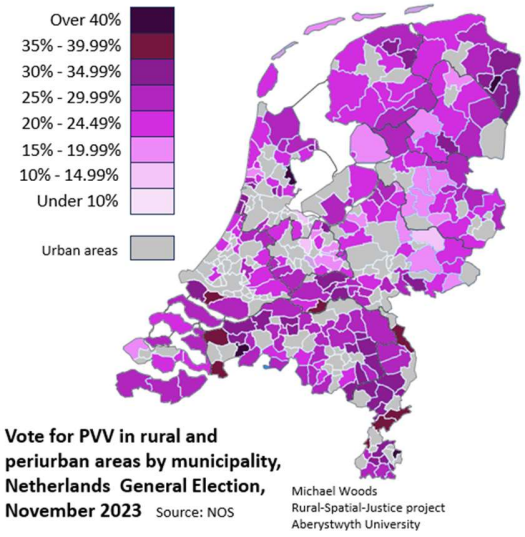


Figure 1: Vote share for the BBB by municipality in the Netherlands parliamentary election, 2023 (left);
Figure 2: Vote share for the PVV in rural municipalities in the Netherlands parliamentary election, 2023.
Source: Prepared by the author. Election data: NOS.

The main winner of the November 2023 election was the far-right populist Partij voor de Vrijheid (PVV) (Freedom Party), which polled 23.5% nationally. In contrast to the BBB, the PVV comes from a lineage of urban-based populism in the Netherlands, extending back to Leefbaar Nederland and Lijst Pim Fortuyn in the early 2000s, with its electoral base in Rotterdam (Harteveld et al., 2022; Van Gent et al., 2014). However, its victory in 2023 rested on extending its appeal to rural areas and small towns (Figure 2). Eight of the ten

municipalities with the highest PVV vote share were in rural, small town or periurban areas, as were seven of its ten largest increases in vote

The third key beneficiary of the 2023 election was a new party, Nieuw Sociaal Contract (NSC) (New Social Contract), founded by former Christian Democrat politician Peter Omtzigt. The NSC doesn't qualify as a disruptive party in our definition, with a moderate centre-right platform and an emphasis on upholding the constitution. Yet it's message of change also appealed to voters disillusioned with established parties and it subsequently joined the BBB and liberal-conservative VVD in a controversial PVV-led coalition that has enacted disruptive policies. That BBB, NSC and PVV were fishing in the same pool of rural voters is indicated by the electoral geography, which shows the PVV winning relatively fewer votes in municipalities where the BBB or NSC performed strongly, as well as by survey data. Around 40 percent of voters supporting the BBB at the start of November, three weeks before the election, and a quarter of those backing the NSC eventually voted PVV (Boom, 2024).

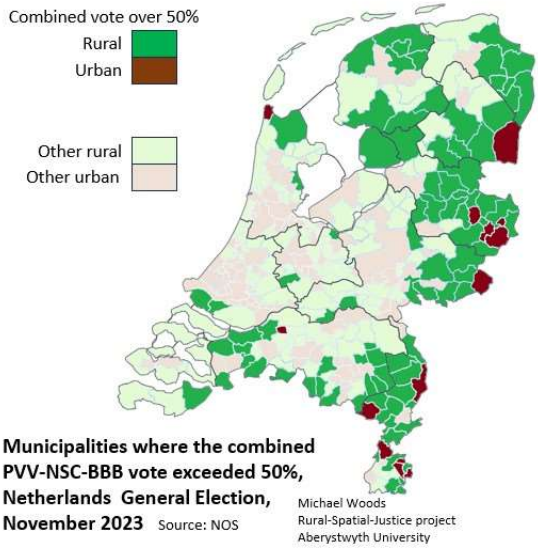


Figure 3: Municipalities where the combined PVV, BBB and NSC vote exceeded 50% in the Netherlands parliamentary election 2023.
Source: Prepared by the author. Data: NOS.

De Lange et al. (2023) have argued that populism in the Netherlands is driven by *regional* resentment rather than *rural* resentment, reflecting a perception of spatial injustice that is strongest in peripheral districts. To a degree, the 2023 parliamentary election results support this conclusion. As Figure 3 shows, municipalities where the combined PVV, BBB and NSC vote exceeded 50% are largely found in peripheral and border regions. They include some medium-sized towns such as Almelo, Emmen, Enschede, and Venlo, but are mainly rural. However, the rise of the BBB has added rural identity more prominently into the mix of Dutch disruptive politics. It has contributed to a layering of electoral dynamics in which a core-periphery pattern of perceived spatial injustice creating a volatile electorate moving behind different vehicles

WOODS, M. (2024). ***Rural Discontent and Disruptive Politics in Europe: An Inital Analysis.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 26-41
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma1

for disruptive politics (PVV, BBB, FvD), is reinforced both by disadvantaged urban neighbourhoods with long-term populist tendencies backing the PVVV, and by rural discontent around public services and the net-zero transition harnessed by the BBB.

3.2- France

France also has long histories of both disruptive right-wing politics and farmers' protests, but the connections between the two are less direct than in the Netherlands (Ivaldi and Gombin, 2015; Woods, 2015). During farmers' protests in January 2024 both Jordan Bardella of the Rassemblement National (RN) and Marion Maréchal – then heading the European parliamentary election list for the rival right-wing Reconquête party – attempted to position themselves as spokespersons for the farmers and tap into their discontent. When the RN subsequently topped the vote in the June 2024 European election and June-July 2024 parliamentary election, some media reports referred to the party's 'rural heartland'. However, closer analysis suggests that the electoral geography map is more complicated.

.

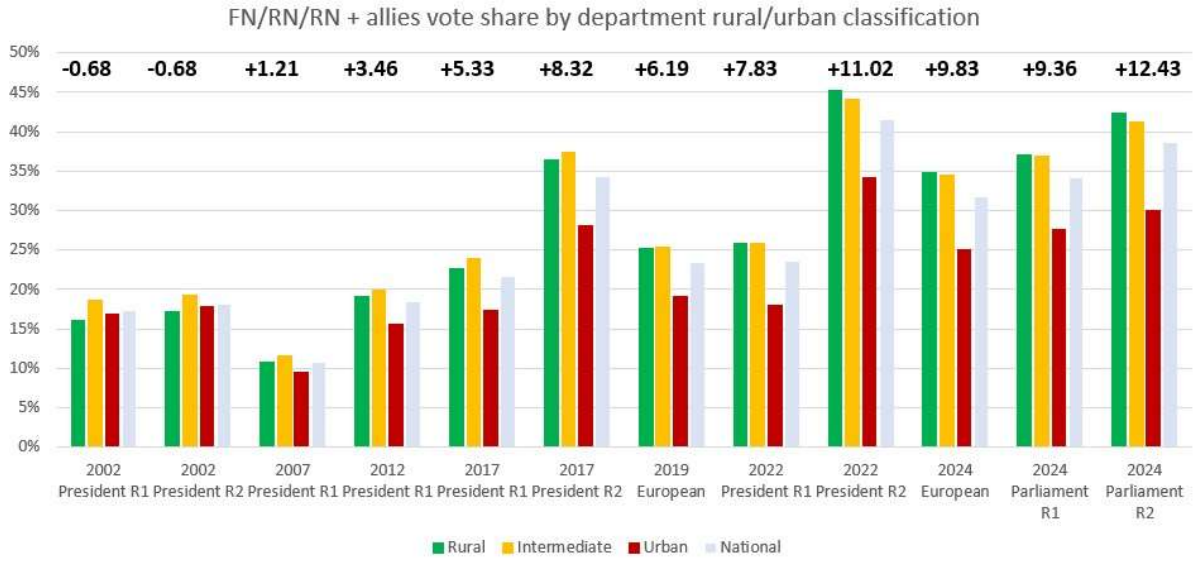


Figure 4: Vote share for Front National / Rassemblement National by rural-urban typology.
Source: Prepared by the author. Election data from French Interior Ministry.

Like the PVV in the Netherlands, the initial voter base of the RN, or the Front National (FN) as it was named until 2018, was in cities. When FN leader Jean-Marie Le Pen first broke through to the second round of the presidential election in 2002, his vote share was higher in urban departments than in rural departments (Figure 4). Over the next two decades, however, the FN/RN vote has undergone a distinct rural tilt. By the second round of the 2024 parliamentary elections, the RN's vote share was 12.43 percentage points higher in rural departments than in urban departments. In total, the RN and allies took 42.4% of the vote in rural

departments, 30.0% in urban departments, and 41.1% in 'intermediate' departments, where between 20% and 50% of the population live in rural areas

If voting patterns are analysed by commune rather than department, with commune population size taken as proxy for rurality, the rural skew is equally pronounced. The RN polled 41.3% of the vote in communes with 2,500 or fewer electors in the first round of the 2024 parliamentary elections, compared with 33.2% of the vote overall nationally. In contrast, as Figure 5 shows, its vote in large cities was generally under 20%, with the notable exceptions of Marseille and Nice; and the RN and allies did not achieve more than 50% of the vote in any commune with an electorate of more than 50,000, and not more than 60% in any commune with an electorate of more than 25,000.

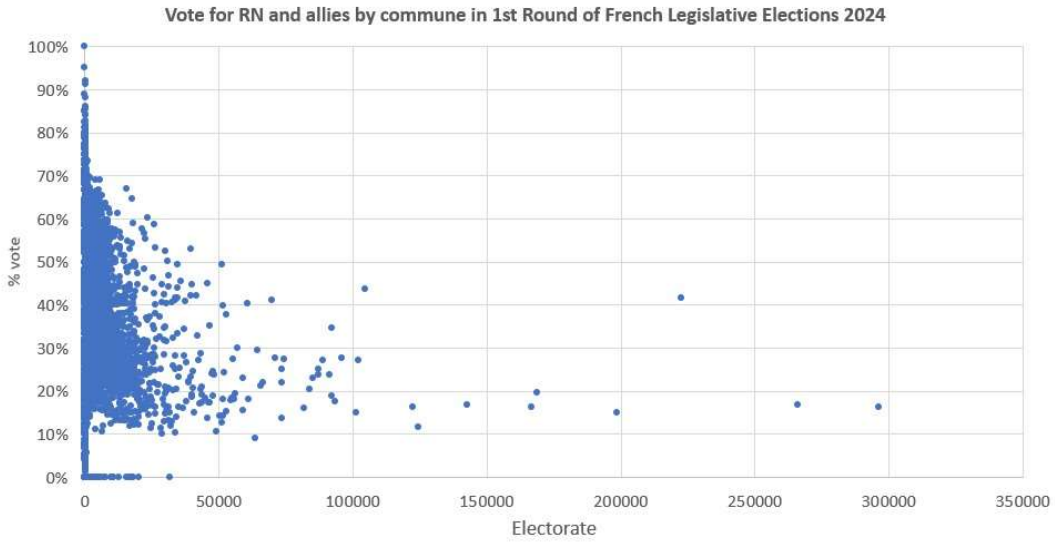


Figure 5: Vote share for RN and allies in the first round of the French legislative elections 2024, by size of commune (35.079 communes) (Excludes Paris (11% of vote) and Marseille (33%)).
Source: Prepared by the author. Election data from the French Interior Ministry.

Ivaldi and Gombin (2015) note that a number of explanations have been advanced for the rural tilt in the FN/RN vote, including migration and the socio-economic reconfiguration of the rural population as lower income groups have moved in (see also Pierru and Vignon, 2023). They also observe that the FN explicitly reached out to "voters in the so-called 'invisible constituency' in urban peripheries and rural areas", resulting in "the politicization of new issues concerning in-migrations, models of rural development and the transformation of the rural-urban divide" (p. 259). Farmers have also played a part. Ivaldi and Gombin report that around 22% of farmers are estimated to have voted for Jean-Marie Le Pen in the first round in 2002 and that in parts of Brittany, Normandy and around Paris, between a third and a half of voters are modelled to have voted for Marine Le Pen in the 2012 election. Fourquet (2023), meanwhile, demonstrates high levels of RN support in rural communes that have experienced a sharp loss of public and private services.

WOODS, M. (2024). ***Rural Discontent and Disruptive Politics in Europe: An Inital Analysis.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 26-41
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma1

.

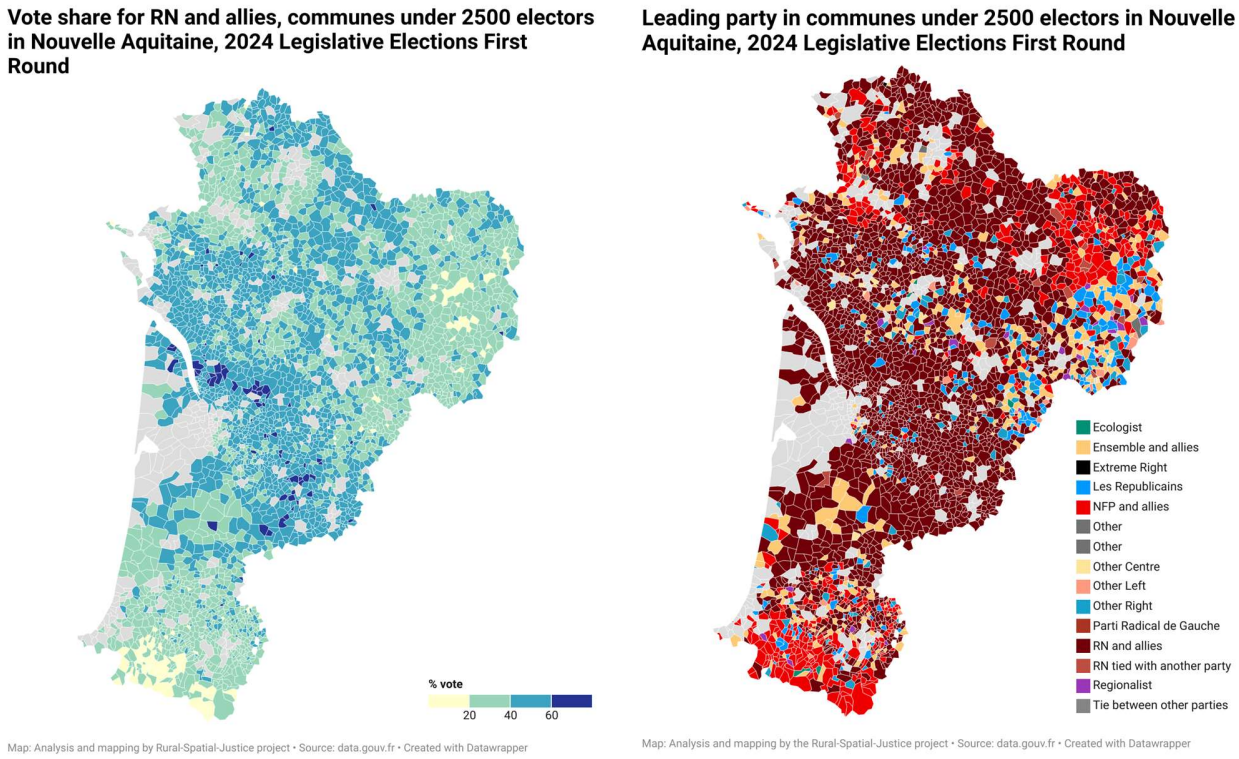


Figure 6: Vote share for the RN and allies in the first round of the French legislative elections 2024 in communes with under 2500 electors in the Nouvelle Aquitaine region (left); Figure 7: Leading party in the first round of the French legislative elections 2024 in communes with under 2500 electors in the Nouvelle Aquitaine region (right). Source: Prepared by the author. Election data from the French Interior Ministry.

Yet, Figure 5 also shows a clear tail of very small communes in which the RN performed poorly. Indeed, there are 802 communes with an electorate of under 2,500 where the RN achieved less than 20% of the vote, including 18 where it got no votes at all. Therefore, while rural areas as a whole are more inclined to vote for the disruptive far right in France, *not all rural communes are far right strongholds*. Figures 6 and 7 reveal something of this fragmented geography for communes with under 2,500 electors in the Nouvelle Aquitaine region of south west France, both in variations in the RN vote share (Figure 6) and in the plethora of parties leading the vote in individual communes (Figure 7). Notably, the strongest areas for the RN are not peripheral, potentially 'left-behind' districts, but more accessible and affluent communes in the lower Dordogne and Garonne valleys close to Bordeaux. As such, rather than describing rural France as the heartland for the Rassemblement National, it would be more accurate to describe the French countryside as the key battleground for and against right-wing disruptive politics

3.3 - Portugal

Until recently, Portugal, along with Spain, were considered to be exceptions in Europe with no active right-wing populist parties (Heyne and Manucci, 2021). There was a school of thought among some, that memories of twentieth century dictatorships provided a form of immunity. That spell was broken in Portugal with the rise of the right-wing populist party Chega! Founded in April 2019, the party achieved just 1.3% of the vote in the October 2019 legislative elections, surged to 11.9% in the 2021 presidential election, fell back to 7.2% in the 2022 legislative election, but achieved a new record high of 18.1% in the 2024 legislative elections (Mendes 2022; Ministério da Administração Interna, 2024).

The party's founder, André Ventura, had been a councillor in Loures, in the urban fringe of Lisbon and he won Chega's first parliamentary seat in the Lisbon constituency. However, the party's highest vote share in that first 2019 election was in the largely rural constituency of Portalegre in Alentejo, where it achieved 2.73%. Heyne and Manucci (2021) similarly found through analysis of online survey data from 2019 that Chega supporters were more likely to live in rural areas than in urban areas. Although Chega has not explicitly positioned itself as a party representing rural interests and is active in larger towns and cities, it has tailored its platform to appeal to conservative sentiments among rural voters. Article 48 of the party's political platform refers to 'Defence of the Rural World', which it presents as "respecting good agricultural practices and good animal welfare customs, against all threats of animalist ideology" (Chega website). It proceeds to commit to representing and promoting agriculture, hunting, fishing, bullfighting and rural customs and traditions, stating that the party "will always preserve the Portuguese identity of rural areas, such as ethnography, handicrafts, gastronomy, rational use of natural resources as a consecration of national biodiversity" (ibid.). Strikingly, this appeal to rural voters is made in cultural terms not economic terms, which is consistent with Heyne and Manucci's (2021) finding that support for Chega does not come from economic 'losers' from globalization.

The increase in Chega's vote in 2024 was similarly especially pronounced in rural areas. Almeida and Rodríguez-Pose (2024) calculate that its vote share in rural districts rose from 10.92% in 2022 to 36.53%, substantially more than the 10.9 percentage point increase in its vote nationally. Almeida and Rodríguez-Pose interpret this as confirmation of the pattern identified by Heyne and Manucci (2021), observing that "the party's strongholds are rural areas and some medium-sized cities, where feelings of marginalization and neglect run deep. Despite overall growth in all municipalities, *Chega* struggled to make inroads in urban centres, drawing attention to a growing gulf between Portugal's metropolitan hubs and its peripheries".

However, the pattern of *freguesias* (parishes) where Chega was in first place by votes cast in the 2024 election does not fully match this conclusion, as Figure 8 shows. They include a cluster of both rural and urban *freguesias* in Portalegre district, a peripheral and deprived region against the Spanish border, which has frequently voted for disruptive left-wing parties, including the Communists in the past; as well as a scattering of small rural *freguesias* in the north. They also include, though, urbanized coastal communities

in the Algarve and more urbanized *freguesias* close to the Lisbon metropolitan area, which do not fit ideas of 'left-behind' regions in the conventional sense, but may still perceive spatial injustice. Indeed, Almeida and Rodríguez-Pose (2024) note that support for Chega in Algarve is connected to internal social divides, low wages in a tourism economy, and a perception of being forgotten by Portugal's major parties.

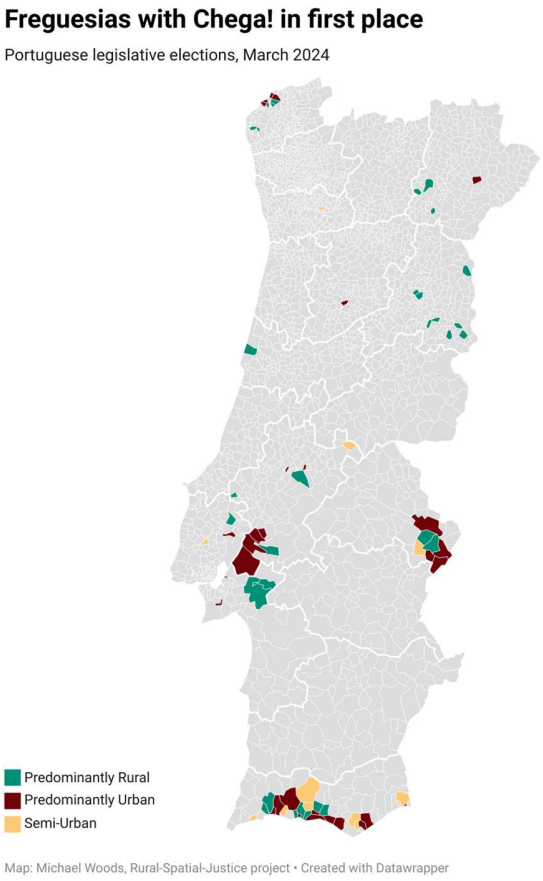


Figure 8: Freguesias where Chega came first in votes cast in the Portuguese parliamentary election 2024. Source: Prepared by the author. Election data from Expresso.

As such, the rise of the disruptive right in Portugal can be connected to perceptions of political disenfranchisement and spatial injustice, which includes appealing to rural communities by asserting support for traditional rural cultures, but which is not yet substantially aligned with rural-urban disparities or dynamics of rural discontent.

4 – Conclusions

The examples discussed in this paper indicate that the geography of disruptive politics is complicated and that generalizations cannot be made about the significance of rural support to disruptive political parties across Europe. Disruptive parties do feed on sentiments of spatial injustice, but these are about more than

economic marginalization – they are also about rural-urban cultural differences and perceptions of political neglect. In this way, rural discontent can be a breeding ground for disruptive politics, but disruptive parties also draw votes from urban areas and, crucially, support for disruptive parties in rural areas is uneven. We need to better understand the geographies of rural discontent and why and how discontent is converted into support for disruptive parties in some rural localities but not in others. This is one of the central aims of our research in the Rural-Spatial-Justice project.

Many of the drivers of rural support for disruptive politics are long-term trends. It is not a passing phenomenon and could have significant implications for the social, economic and political coherence of Europe, as well as for the capacity of the European Union to tackle major challenges such as climate change. Rural discontent is exploited by parties that aim to dismantle aspects of democracy and civil rights giving them credibility and contributing to widening social polarization. At the local scale, rising rural support for parties using populist, xenophobic or exclusionary rhetoric compromises the 'right to the country' of immigrants and other minorities. More broadly, opposition to net zero and green transition policies by disruptive parties in rural areas – as well as by protesting farmers - may block necessary action on the climate and biodiversity crises. However, forcing through green actions against rural opposition risks being perceived as a further sign that rural opinion doesn't matter to urban elites, further fuelling support for disruptive parties that claim to represent rural interests.

Seeking to understand the specific drivers and dynamics of rural discontent and its connections to disruptive politics, taking the genuine grievances and feelings of neglect of rural people seriously, and trying to find alternative, less disruptive and less polarizing ways of articulating and addressing these grievances are all vital steps for tackling the over-arching issues confronting Europe.

Bibliography

ALBERTAZZI, D. and ZULIANELLO, M. (2021) Populist electoral competition in Italy: the impact of sub-national contextual factors, *Contemporary Italian Politics*, 13(1), 4-30.

ALMEIDA, J. & RODRÍGUEZ-POSE, A. (2024) The geography of discontent and the rise of far-right politics in Portugal, LSE EUROPP blog, 26 March. Available at: https://blogs.lse.ac.uk/europpblog/2024/03/26/the-geography-of-discontent-and-the-rise-of-far-right-politics-in-portugal/. Accessed 20 December 2024.

BOOM, W. (2024) *De ruk nar rechts*. Amsterdam: Uitgeverij Balans.

BRESNIHAN, P. and BRODIE, P. (2021) New extractive frontiers in Ireland and the Moebius strip of wind/data, *Environment and Planning E: Nature and Space*, 4, 1645-1664.

CANELAS, J. and CARVALHO, A. (2023) The dark side of the energy transition: extractivist violence, energy (in)justice, and lithium mining in Portugal, *Energy Research and Social Science*, 100, 103096.

CARRERAS, M., IREPOGLU CARRERAS, Y., & BOWLER, S. (2019) Long-term economic distress, cultural backlash, and support for Brexit. *Comparative Political Studies*, 52, 1396-1424.

CORTES-VAZQUEZ, J. A. (2020) In the name of the people: The populist redefinition of nature conservation in post-crisis Spain. *Geoforum*, 108, 110-118.

CRAMER, K. J. (2016) *The politics of resentment: Rural consciousness in Wisconsin and the rise of Scott Walker*. Chicago: University of Chicago Press.

DE LANGE, S., VAN DER BRUG, W., & HARTEVELD, E. (2023) Regional resentment in the Netherlands: a rural or peripheral phenomenon? *Regional Studies*, 57, 403-415.

DEL MÁRMOL, C. and VACCARO, I. (2020) New extractivism in European rural areas: how twentieth first century mining returned to disturb the rural transition, *Geoforum*, 116, 42-49.

ELGENIUS, G. & RYDGREN, J. (2019) Frames of nostalgia and belonging: the resurgence of ethno-nationalism in Sweden. *European Societies*, 21, 583-602.

ENGELEN, E. (2023) Boze burgers en boeren. Leiden: Bot uitgevers.

ERJÆNAES, A., JENSEN, M.D, SCHRAFF, D. & VASILOPOULOU, S. (2024) Introduction: regional inequality and political discontent in Europe, *Journal of European Public Policy*, 31(6), 1465-1493.

ESSLETZBICHLER, J., DISSLBACHER, F. & MOSER, M. (2018) The victims of neoliberal globalisation and the rise of the populist vote: a comparative analysis of three electoral decisions. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11, 73-94.

FINGER, R., FABRY, A., KAMMER, M., CANDEL, J., DALHAUS, T. & MEEMKEN, E. (2024) Farmer protests in Europe 2023-2024, EuroChoices, 23(3), 59-63.

FORTNER, M., BELINA, B. & NAUMANN, M. (2021) The revenge of the village? The geography of right-wing populist electoral success, anti-politics, and austerity in Germany, *Environment and Planning C: Politics and Space*, 39, 574-596.

FOURQUET, J. (2023) *La France d'après: Tableau politique*. Paris: Éditions du Seuil.

GAO., J., KAMPHUIS, C.B.M., DIJST, M. & HELBICH, M. (2018) The role of natural and built environment in cycling duration in the Netherlands, *International Journal of Behavioral Nutrition and Physical Activity*, 15, 82.

GÓMEZ VALENZUELA, V. & HOLL, A. (2024) Growth and decline in rural Spain: an exploratory analysis, *European Planning Studies*, 32(2), 430-453.

HARTEVELD, E., VAN DER BRUG, W., DE LANGE, S. & VAN DER MEER, T. (2022) Multiple roots of the populist radical right: support for the Dutch PVV in cities and the countryside, *European Journal of Political Research*, 61(2), 440-461.

HEYNE, L. & MANUCCHI, L. (2021) A new Iberian exceptionalism? Comparing the populist radical right electorate in Portugal and Spain. *Political Research Exchange*, 3, 1989985.

HOBOLT, S. B. (2016) The Brexit vote: a divided nation, a divided continent. *Journal of European Public Policy*, 23, 1259-1277.

HOCHSCHILD, A. R. (2016) *Strangers in their own land: Anger and mourning on the American right*. New York: The New Press.

IGNAZI, P. & WELLHOFER, E. S. (2013) Religion, rurality and voting: secularization, land ownership and Italian electoral behaviour, 1953-2008. *West European Politics*, 36, 919-945.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2014) Tipologia das áreas urbanas (2014), downloaded from https://dados.gov.pt/en/datasets/tipologia-das-areas-urbanas-2014/. Accessed 20 December 2024.

IOCCO, G., LO CASCIO, M., & PERROTTA, D. C. (2020) 'Close the ports to African migrants and Asian rice!', *Sociologia Ruralis*, 60, 732-753.

IVALDI, G. & GOMBIN, J. (2015) The Front National and the new politics of the rural in France. In D. Strijker et al. (Eds.) *Rural protest groups and populist political parties*. Wageningen Academic Press, pp 243-264.

JUNGAR, A.C. (2015) Agrarian populism in Finland: continuity and change. In D. Strijker et al. (Eds.) *Rural protest groups and populist political parties*. Wageningen Academic Press, pp 217-242.

KALMAR, I. (2020) The East is just like the West, only more so: Islamophobia and populism in Eastern Germany and the East of the European Union. *Journal of Contemporary European Studies*, 28: 15-29.

KASABOV, E. (2020) Ignored, silenced, caricatured, ridiculed, patronised, and hijacked: what next for a post-populist, post-Gilded-Age countryside? *Journal of Rural Studies*, 75, 143-151.

LAGO, I. (2022) Rural decline and satisfaction with democracy, *Acta Politica*, 57(4), 753-771.

LEE, N., MORRIS, K. & KEMENY, T. (2018) Immobility and the Brexit vote. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11, 143-164.

MAMONOVA, N. (2019) Understanding the silent majority in authoritarian populism: what can we learn from popular support for Putin in rural Russia? *Journal of Peasant Studies*, 46, 561-585.

MAMONOVA, N. & FRANQUESA, J. (2019) Populism, neoliberalism and agrarian movements in Europe: Understanding rural support for right-wing politics and looking for progressive solutions. *Sociologia Ruralis*, 60, 710-731.

MANLEY, D., JONES, K. & JOHNSTON, R. (2017) The geography of Brexit – What geography? Modelling and predicting the outcome across 380 local authorities. *Local Economy*, 32, 183-203.

McCANN, P. (2020) Perceptions of regional inequality and the geography of discontent: insights from the UK, *Regional Studies*, 54, 256-267.

McDONAGH, J., NIENABER, B. & WOODS, M. (Eds) (2015) *Globalization and Europe's Rural Regions*. Farnham: Ashgate.

MENDES, M. S. (2022) The rise of Chega and its impact on the Portuguese party system, Populism in Action Project blog, 17 March. Available at: https://more.bham.ac.uk/populism-in-action/2022/03/17/the-rise-of-chega-and-its-impact-on-the-portuguese-party-system/. Accessed 20 December 2024

MITSCH, F., LEE, N. & MORROW, E. (2021) Faith no more? The divergence of political trust between urban and rural Europe, *Political Geography*, 89, 102426.

MUDDE, C. and KALTWASSER, C.R. (2017) Populism: a very short introduction. Oxford: Oxford University Press.

NEWSHAM, N. and ROWE, F. (2023) Understanding trajectories of population decline across rural and urban Europe: a sequence analysis, *Population, Space and Place*, 29(3), e2630.

NILSSON, B. and LUNDGREN, A. S. (2019) Morality of discontent: the constitution of political establishment in the Swedish rural press. *Sociologia Ruralis*, 59, 314-328.

OESCH, D. (2008) Explaining workers' support for right-wing populist parties in Western Europe: evidence from Austria, Belgium, France, Norway and Switzerland. *International Political Science Review*, 29, 349-373.

OTJES, S. (2023) Provincial and Senate elections in the Netherlands, November, 2023, *Electoral Bulletins of the European Union*, https://geopolitique.eu/en/articles/provincial-and-senate-elections-in-the-netherlands/. Accessed 20 December 2024.

PIERRU, E. & VIGNON, S. (2023) Comprendre le votes frontistes dans les mondes ruraux. Une approche ethnographique des préférences électorales. In G. Mauger & W. Pelletier (Eds.) *Pourquoi tant de votes RN dans les classes populaires?* Éditions du Croquant, pp 127-148.

RICKARDSSON, J. (2021) The urban-rural divide in radical right populist support: the role of residents' characteristics, urbanization trends and public service supply, *Annals of Regional Science*, 67(1), 211-242.

RODRÍGUEZ-POSE, A. (2018) The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11, 189-209.

SCHRAFF, D. (2019) Regional redistribution and Eurosceptic voting. *Journal of European Public Policy*, 2, 83-105.

STANLEY, B. (2015). The Polish Self-Defence party: from agrarian protest to the politics of populism, 1991-2007. In D. Strijker et al. (Eds.) *Rural protest groups and populist political parties*. Wageningen Academic Press, pp 181-216.

STRIJKER, D., VOERMAN, G. & TERLUIN, I.J. (Eds.) (2015). *Rural protest groups and populist political parties*. Wageningen: Wageningen Academic Press.

VAN DER PLAS, C. (2023) Gewoon gezond verstand. Amsterdam: Prometheus.

VAN DER PLOEG. J.D. (2020) Farmers' upheaval, climate crisis and populism. *Journal of Peasant Studies*, 47(3), 589-605.

VAN GENT, W. P. C., JANSEN, E. F., and SMITS, J. H. F. (2014) Right-wing radical populism in city and suburbs: an electoral geography of the Partij Voor de Vrijheid in the Netherlands. *Urban Studies*, 51, 1775-1794.

WOODS, M. (2015) Explaining rural protest: a comparative analysis. In D. Strijker et al. (Eds.) *Rural protest groups and populist political parties*. Wageningen Academic Press, pp 35-62.

WOODS, M. (2023a) Rural recovery of rural spatial justice? Responding to multiple crises for the British countryside. Geographical Journal [early view online]. Available at: https://rgs-ibg.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/geoj.12541. Accessed 20 December 2024.

WOODS, M. (2023b) Rural-urban inequalities and spatial justice in Europe. *Europa XXI*, 44, 37-56.

France election results: https://www.interieur.gouv.fr/actualites/actualites-du-ministere/elections-legislatives-2024-resultats-definitifs

Netherlands election results: https://app.nos.nl/nieuws/tk2023/

Portugal election results: https://expresso.pt/politica/eleicoes/legislativas-2024/resultados?location=NACIONAL

Chega political platform: https://partidochega.pt/index.php/programa_politico/

Acknowledgements

This article presents research from the project, 'Rural Discontent, Spatial Justice and Disruptive Politics' (Rural-Spatial-Justice), selected by the European Research Council as an Advanced Grant and funded by the UKRI Frontier Research Guarantee, grant EP/Y031148/1.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

LOW DENSITY TERRITORIES AND THE CREATIVE ECONOMY: A CONTRIBUTION TO ACTOR-NETWORK THEORY

TERRITÓRIOS DE BAIXA DENSIDADE E ECONOMIA CRIATIVA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A TEORIA DO ATOR-REDE

Maria das Mercês Cabrita de Mendonça COVAS
Universidade do Algarve, FCHS
mcovas@ualg.pt

António Manuel Alhinho COVAS
Universidade Algarve, FE
acovas@ualg.pt

Resumo

Na sociedade do conhecimento em que vivemos hoje, o nosso pressuposto é simples: todos os territórios e, em especial, os de baixa densidade têm uma inteligência coletiva tácita ou implícita que os seus principais atores e representantes podem explicitar e desenvolver se forem capazes de resolver os seus principais défices de conhecimento. Não há, portanto, nenhum fatalismo ou determinismo especial relativamente a um território, simplesmente, na sociedade do conhecimento, a origem dos problemas reside num défice de conhecimento e criatividade, se quisermos, de economia criativa. Esta, em sentido amplo, é uma economia **4** (**C**) composta por **Conhecimento**, **Criatividade**, **Colaboração** e **Comunicação**. A grande questão reside em saber até que ponto um determinado território é, não apenas um "objeto de conhecimento", mas, também, um "território-desejado", que mobiliza entusiasmo e adesão para um projeto de futuro. Na economia criativa, convergem quatro inteligências; a racional, a emocional, a natural e a artificial. Se, todavia, um território for percebido como um mero recipiente, um continente sem conteúdo, as quatro inteligências nunca se encontrarão para um projeto de futuro, isto é, não haverá inteligência coletiva territorial digna desse nome e capaz de reduzir os défices de conhecimento e criatividade acumulados. Nestas condições mantém-se o círculo vicioso de desenvolvimento e muito dificilmente conseguiremos um território desejado, inteligente e criativo. Esta é, também, a razão para a nossa proposta de uma teoria do ator-rede para os territórios de baixa densidade.

Palavras-chave: Baixa densidade, Economia criativa, Território desejado, Ator-rede.

Abstract

In the knowledge society in which we live today, our assumption is simple: all territories, especially low-density ones, have a tacit or implicit collective intelligence that their main actors and representatives can make explicit and develop if they are able to resolve their main knowledge deficits. There is therefore no fatalism or special determinism with a territory, simply that in the knowledge society the origin of problems lies in a deficit of knowledge and creativity, if you like, of creative economy. This, in a broad sense, is an economy made up of **Knowledge**, **Creativity**, **Collaboration** and **Communication**. The big question is to what extent a given territory is not only an "object of knowledge", but also a "desired territory" that mobilizes enthusiasm and support for a future project. Four intelligences converge in the creative economy: rational, emotional, natural and artificial. If, however, a territory is perceived as a mere container, a continent without content, the four intelligences will never meet for a future project, i.e. there will be no territorial collective intelligence worthy of the name and capable of reducing the accumulated deficits in knowledge and creativity. Under these conditions, the vicious circle of development continues, and it will be very difficult to achieve a desired, intelligent and creative territory. This is also the reason for our proposal of an actor-network theory for low-density territories.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

keywords: Low density, Creative economy, Desired territory, Actor-network.

1- Introdução

A nossa tese é fácil de enunciar. Os territórios de baixa densidade (TBD) têm, na economia criativa, entendida em sentido amplo, como a fusão de recursos materiais e imateriais, um instrumento precioso de promoção do seu desenvolvimento se, para o efeito, forem capazes de implementar a função primordial de curadoria territorial, levada à prática por um ator-rede cuja tarefa principal é a montagem de um sistema produtivo regional e uma geografia desejada e adequada à função de curadoria.

O enoturismo e o Alto Douro vinhateiro são, porventura, o melhor exemplo desta cadeia de valor que junta economia produtiva, economia criativa e *branding* territorial. Nela vamos encontrar a produção vitivinícola, a conservação pelos socalcos, o recreio e o lazer da visitação local e regional, a cultura da vinha e do vinho, a tecnologia digital, a produção de conteúdos e a comunicação simbólica, enfim, os *terroirs* vinhateiros da nossa imaginação tornados realidade material nas encostas do Douro*,* ou seja, a fusão entre fatores criativos e fatores produtivos levada a efeito por uma verdadeira curadoria territorial.

Ora, falar de economia criativa é falar de signos distintivos territoriais (SDT). O universo material e simbólico de uma região contém muitos SDT*,* muitos deles ocultos, subestimados ou ignorados. Por exemplo, o mosaico agro-silvo-pastoril e paisagístico do montado, os sítios da rede natura 2000 e as áreas de paisagem protegida, a biodiversidade, os endemismos e os serviços de ecossistema, as fontes e as minas de água, as amenidades e os percursos de natureza, as denominações de origem protegida (DOP) e os mercados de nichos, as apelações de património imaterial da UNESCO, o estatuto de reserva da biosfera, as medidas de mitigação e reabilitação, os campos e as estações arqueológicas, os monumentos, as vistas panorâmicas, os ofícios e o artesanato, as celebrações e a cultura tradicional, a literatura oral e as paisagens literárias, todos são exemplos de **signos distintivos territoriais** (SDT), que podem contribuir decisivamente para a construção da iconografia de uma região, a sua geografia desejada, a sua imagem de marca impressiva territorial.

O grande desafio que se segue, para lá das nomenclaturas estatísticas (NUTS) e das divisões administrativas, é a descoberta e promoção de uma geografia desejada ou sentimental, a busca de sentido e significado, que nos devolvam o território como *paisagem orgânica global*, como *território-ser vivo*, capaz de gerar inteligência coletiva e, portanto, de criar uma direção e linha de rumo próprias. Dito isto, existe uma triangulação virtuosa para explorar entre os TBD, entendidos como territórios-rede, a economia criativa e a teoria do ator-rede. As comunidades intermunicipais (CIM) podem ser uma boa ilustração desta triangulação e deste ator-rede investido na função cognitiva, sentimental e utilitária de curadoria territorial.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

2 - Territórios de Baixa Densidade (TBD), a formação de um território-rede

Não há nenhuma fatalidade ou determinismo relativamente aos territórios de baixa densidade, o que há é uma história política e social inscrita nos territórios, isto é, uma série de opções políticas e económicas feitas em certos períodos que conduziram à situação desigual e assimétrica que hoje conhecemos. Poderia ter havido outras opções, outra história, e teríamos seguramente outro território. O território que temos é, portanto, uma construção política e social, não uma fatalidade do destino ou da natureza. Podemos dizer que um Território-Rede é um território que se auto organiza e autogoverna.

> *Acreditamos que os territórios, à semelhança dos mercados, se podem constituir em objetos de construção social, em territórios reflexivos e cognitivos que aprendem, pela participação cooperativa e organizada dos seus principais atores, a reconfigurar e recriar os seus capitais próprios mais característicos e valiosos por via da diversificação, diferenciação e densificação dos seus muitos atributos e qualidades. (Covas, A.; Covas, M.M. 2014, 129).*

As configurações territoriais e os territórios-rede, tal como nós os pressupomos / entendemos aqui, são, antes de mais, produções da sociedade civil, de cariz social, societal, cooperativo, mutualista ou comunitário, mais do que territórios institucionais, públicos e institucionalizados ou burocrático-administrativos, o que não invalida a cooperação necessária entre parceiros públicos e privados. Essas produções da sociedade civil são verdadeiras comunidades políticas produtoras de capital social (confiança, respeito, entreajuda, conhecimento, futuro), para lá da política convencional e, nessa medida, necessitam de muita instigação social e política para atingirem um alto grau de reflexão interna. Esta **instigação sociopolítica** não é fácil de obter na fase de transição e liberta muitos anti-recursos e contrarrecursos.

Com efeito, se cada parceiro transportar para a ação comum e coletiva as posições fixas do seu estatuto e condição, como se fosse um mero delegado mandatado pela sua corporação, então, a violência simbólica será de tal ordem, que bloqueará os progressos já realizados e nada de relevante acontecerá para o território-rede em formação. É, mais uma vez, o reino vitorioso dos antirrecursos e dos contrarrecursos.

Vivemos na sociedade da informação e do conhecimento. Neste género de sociedade só sobrevivem os subsistemas, os sectores e os atores que estão dispostos a aprender e são capazes de aprender**.** De facto, se os parceiros que integram as configurações territoriais que nos propomos construir teimarem em ser autorreferenciais, abdicando de se protegerem de si próprios e do seu interesse egoísta, está criado um equívoco muito grande e, em breve, não surpreenderá que o território-zona regresse vitoriosamente para impor a sua ordem no sistema territorial.

Sabemos hoje, por via da sociologia do conhecimento, que não podemos ver o que não conhecemos.

Sabemos, também, que a produção dos territórios-rede, na sua enorme variedade, implica a passagem da governação pública para a governação civil ou, ainda, a transição da regulação pública para a hétero-regulação e desta para a autorregulação que é, afinal, a obrigação de os atores se autolimitarem

na sua ação e nos seus interesses, substituindo a regulação externa pela regulação própria. Isto só é possível, se o território-rede reunir as condições para criar uma administração dedicada, capaz de produzir várias visões de futuro através de sucessivas ficções de consenso que alimentem permanentemente a comunicação consensual em redor de um ideário de prosperidade cooperativa para todos[1].

Como dissemos, cada configuração territorial, sob a forma de um território-rede em formação, terá de criar uma racionalidade operativa apropriada e adaptada aos seus diversos territórios de origem. De um ponto de vista prático, a delimitação do território-rede e a sua inteligência coletiva territorial dependem de muitos fatores críticos, por exemplo:

- A delimitação de um território determina o *stock* de recursos e a escala das operações, logo, a importância da multiescalaridade;
- A variedade dos recursos e dos atores determina a variedade das expectativas, logo, temos um território com diferentes escalas temporais e vários conflitos de interesses.
- A qualidade das equipas técnicas depende da variedade dos atores, sem esquecer que a competência anda de mãos dadas com a permanência;
- As parcerias são imprescindíveis, mas o investimento em capital social não se confunde com simples arranjos de conveniência;
- Todos os projetos libertam recursos ociosos que se convertem muitas vezes em anti recursos e contrarrecursos, logo, são necessárias uma gestão e mediação prudentes;
- O paradoxo da vizinhança existe mesmo, os vizinhos cooperam pouco e mal, logo, é necessária uma gestão inteligente e criativa;
- O processo cognitivo é muito frágil, aprende-se pouco e mal, porque existe o medo de errar;
- A governação multiníveis é relegada para plano secundário, tem um custo de transação elevado, logo, é a inércia do sistema a funcionar e a dominar.

Como dissemos, numa perspetiva intermédia de política regional e no plano do meso-desenvolvimento territorial, o sistema dominante faz prevalecer as suas condições, a saber:

- Numa estrutura de governo e administração centralizada como a nossa, o nível regional é um nível de compatibilização e conformação;
- O sistema desconcentrado funciona no modo vertical e hierárquico, de cima para baixo;
- O sistema cria muitos simulacros de participação, para poder funcionar e criar habituação;
- O sistema funciona numa lógica utilitarista declarada, de saldo de fluxos, tendo em vista obter a máxima entrada de fundos europeus;

[1] Para aprofundar vários desenvolvimentos sobre a temática abordada neste artigo ver os textos: Covas, A.; Covas, M.M., 2022; 2019; 2015a; 2015b; 2014; 2013a; 2013b; 2012a; 2012b; 2011; 2010; 2009; Dallabrida, V. R. *et all*. 2022; Covas, A.; Covas, M.M.; Dallabrida, V.R. 2019.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

- O sistema não tem multiescalaridade suficiente devido à baixa autonomia dos níveis intermédios;
- O sistema padece de um *excesso de institucionalização*, ora centralista ora localista;
- O sistema produz muita retórica sobre inovação, mas os territórios de geometria fixa são **naturalmente conservadores**, ao contrário dos territórios de geometria variável;
- O sistema não leva em boa conta a produção de capital social, ignorando com ligeireza que os valores da sociedade colaborativa são valores portadores de futuro através das redes respetivas.

3- Territórios de Baixa Densidade (TBD), as hiperligações entre economia produtiva e economia criativa

A sociedade da informação e conhecimento provoca uma espécie de dilatação dos territórios e essa dilatação é fonte para outras formas de riqueza. Referimo-nos à cadeia de valor que está implicitamente contida nos elementos criativos – património e paisagem, ciência e tecnologia, artes e cultura, capital humano e social - que nós ainda não fomos capazes de transferir para os nossos territórios, por causa de um défice estrutural de informação e conhecimento em sentido largo de que padecem as nossas comunidades territoriais e os seus incumbentes principais. Para ilustrar este défice, ou baixa dilatação, vamos tomar em consideração uma resolução do Conselho Ministros, a RCM nº 42/2019 de 21 fevereiro sobre o Plano Nacional das Artes.

Na verdade, o que é dito na resolução a propósito do Plano Nacional das Artes é igualmente válido para o Plano Nacional de Leitura, o Plano Nacional de Cinema, o Programa de Educação Estética e Artística, o Programa de Bibliotecas Escolares, a Rede Portuguesa de Museus e a Rede Portuguesa de Arte Contemporânea. Todos estes instrumentos de programação e planeamento podem estar ligados ao território e à sua dilatação, seja por via da itinerância das coleções de arte, das visitas guiadas, dos percursos de natureza e das paisagens literárias, das residências artísticas e das artes de rua, da arte sacra e dos lugares de culto e peregrinação, dos museus e dos vestígios arqueológicos, dos centros de ciência viva e dos endemismos locais, dos numerosos centros interpretativos, entre muitos outros sinais distintivos territoriais.

Estamos a falar de sinais distintivos territoriais (SDT)[2] e elementos criativos por excelência de um território. Falta, porém, em muitos casos, conexão produtiva e intensidade-rede, visibilidade e projeção internacional, o músculo e a flexibilidade da governação multiníveis, mas, falta, sobretudo, o pensamento e ação estratégicos capazes de utilizar esses recursos criativos para produzir valor especifico próprio e, a seguir, transferir esse valor para os produtos, as fileiras económicas e os arranjos produtivos locais e

[2] Para aprofundar o tema sobre Sinais Distintivos Territoriais (SDT), ver: Covas, A.; Covas, M. M.; Dallabrida V. R. (2019).

regionais, recebendo em troca a colaboração, o patrocínio e o financiamento participativo dessas atividades.

Damos um exemplo simples a partir de uma realidade local do interior. Como é que os extraordinários painéis coloridos do museu do azulejo de Estremoz, em conjunto com as artes de pedra mármore do concelho e os conhecidos bonecos artesanais de Estremoz podem ser projetados e incorporados como ícones territoriais nos produtos tradicionais da agricultura do Alto Alentejo e em novos arranjos produtivos locais, fazendo evoluir toda esta sub-região para um *terroir* de reputação e visitação internacionais?

Com mais recursos à nossa disposição, materiais e imateriais, trata-se, agora, de *montar um estaleiro de economia criativa, arquitetura e curadoria territorial* em direção a um objetivo mais ambicioso, muito para lá dos eventos convencionais das indústrias culturais de cariz urbano. Um bom exemplo deste desafio ambicioso é o lema *mais cidade no campo e mais campo na cidade,* o lema fundamental do que nós, enquanto autores deste texto, costumamos designar como o universo da 2ª ruralidade.

Neste sentido, estamos convencidos de que a conexão das redes 4G e 5G impulsionará a convergência das transições climática, energética, ecológica, digital, migratória e demográfica e essa convergência será o grande motor do universo da 2ª ruralidade, por exemplo, no âmbito do combate às alterações climáticas e das novas relações cidade-campo. Temos, de resto, motivos e condições para estarmos moderadamente otimistas na década que está em curso, senão vejamos:

- Temos um país cada vez mais pequeno devido às redes digitais de comunicação;
- Temos um país bem servido de boas vias de comunicação e rede logística;
- Temos muitas instituições de ensino superior espalhadas pelo país;
- Temos muitos centros tecnológicos e laboratórios associados no interior do país;
- Temos numerosas estruturas municipais e associativas espalhadas pelo país,
- Temos uma grande variedade de microclimas, mosaicos e amenidades paisagísticas;
- Temos meios financeiros muito substanciais para a década;
- Temos mais nomadismo digital e mais mobilidade de talento criativo[3].

Ora, um dos grandes trunfos para esta década é, justamente, o hibridismo do espaço rural, um híbrido de produção, consumo e conservação, que não só alarga os mercados de futuro, como também a tipologia de agriculturas **AAA** (**A**gricultura, **A**mbiente, **A**limentação) e a gama de produtos oferecida. Os mercados de futuro serão um *mix* cada vez mais complexo de tecnologia, ecologia e economia, com uma oferta conjunta de bens e serviços cada vez mais diversificada. Neste contexto, as comunidades locais inteligentes, apoiadas em plataformas digitais colaborativas, podem acolher muitos projetos, empreendimentos e *startups* e oferecer uma gama variada de serviços de rede em diversas áreas, por exemplo: a agricultura de precisão, as agriculturas de nicho, denominações e indicações geográficas, os

[3] Para aprofundar a discussão deste tema ver Dallabrida, V. R., Buttenbender, P. L., Covas, A. M. A.., Covas, M. M. C. M., Costamagna, P., & Menezes, E. C. O. (2022). Andrade, A. A. V.; Rotta, E.; Teixeira, T.; Covas, M. M.; Quadros, D. A.; Schmitt, V. T. (2023).

serviços de logística, a economia circular, a bioeconomia e as redes energéticas, os serviços ambulatórios ao domicílio, os serviços de reabilitação e restauro do património natural e construído, etc.

Bastaria o elenco destes serviços para demonstrar como o nosso conceito de economia criativa é muito abrangente, multidisciplinar e desafiante. Os exemplos que se seguem são algumas configurações de territórios-rede onde a curadoria e a arquitetura de interiores são fundamentais. Em cada caso, é essencial escolher uma parceria, um grupo de missão, um ator-rede, que seja capaz de relevar os sinais territoriais mais distintivos e, a partir deles, construir novos territórios simbólicos e uma nova arquitetura de interiores. Sem eles, e sem a malha que eles constituem, não haverá uma verdadeira interligação de territórios e, portanto, uma genuína valorização do interior.

- A construção de um sistema alimentar local (SAL);
- A construção de uma denominação de origem protegida (DOP);
- A construção ou requalificação de um mercado ou segmento de nicho;
- A construção de um complexo agroturístico com Campo de Férias e Aventura;
- A construção de uma marca coletiva para o lançamento de uma gama de produtos;
- A construção de um sistema ou mosaico agroflorestal (SAF);
- A criação ou reforço de um centro de ecologia funcional e arquitetura paisagística;
- A construção de um parque biológico e ambiental em zona de montanha;
- A construção de uma zona termal, parque natural, zona ou geoparque;
- Um Parque Agrícola Intermunicipal com objetivos de inclusão social.

Sabemos, de antemão, que será muito difícil fazer coincidir, no mesmo espaço-tempo geofísico, todos estes elementos de programação e planeamento. Numa aproximação mais pragmática a estas hiperligações, damos agora alguns exemplos que podem frutificar, se a curadoria dos territórios for organizada de forma conjunta e coordenada dentro do espaço comunitário e regional de uma comunidade intermunicipal. Eis algumas iniciativas na boa direção:

1) O *branding* territorial das denominações de origem, indicações geográficas, mercados de nicho e marcas coletivas, que pode e deve estar associado aos clubes de jovens empresários rurais e às escolas de *marketing* e *design*;

2) As redes comunitárias de mercados locais para a pequena agricultura e a agricultura acompanhada pela comunidade (AAC) que pode ser objeto, por exemplo, de uma organização de trabalho comunitário;

3) O *merchandising* de produtos e lugares em estreita associação com as artes e os ofícios tradicionais, que pode ser objeto de uma ligação às escolas de artes e *design*;

4) Uma rede de extensão agro-rural que apoie e articule todos os projetos de desenvolvimento em ligação, por exemplo, com as escolas superiores agrárias e as escolas profissionais agrícolas;

5) Um conjunto de residências culturais, artísticas e científicas, que possa estar associado a projetos interdisciplinares de ecologia multifuncional – solos, coberturas, água, biodiversidade, pastoreio,

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

artes da paisagem – e que sirva para dinamizar, por exemplo, um ou vários condomínios de aldeia; os campos de férias e trabalho voluntário podem aparecer associados a estas iniciativas;

6) A construção de amenidades, roteiros e percursos de turismo acessível a pessoas e visitantes com mobilidade reduzida;

7) Um banco de solos e uma plataforma de arrendamento em meio rural, apoiada num regime de incentivos para projetos coletivos e comunitários que conduzam, por exemplo, à construção de hortas e jardins e a uma economia rural de base artesanal;

8) Uma rede de *co-housing* com ligação a um serviço ambulatório intermunicipal e a um programa de envelhecimento ativo, onde as medidas de saúde ambiental e saúde alimentar apareçam sempre associadas;

9) Um programa de agroturismo e turismo rural que tenha como motivos principais, para atrair os seus clientes, as práticas certificadas de silvicultura preventiva, agricultura biológica e modos integrados de produção, assim como modalidades alternativas de agricultura regenerativa e circular;

10) Um programa de eventos criativos intimamente associados à construção destes territórios da 2ª ruralidade, aos seus projetos e às suas iniciativas.

Como já dissemos antes, na transição dos territórios-zona para os territórios-rede passamos do modo *governing* (hierarquia) para o modo *governance* (heterarquia). Nesta transição, falta-nos, ainda, uma teoria-prática do ator-rede e da sua interação social, para se fazer bem a aprendizagem da cooperação entre parceiros que mal se conhecem. Recordemos os quatro pilares sobre os quais assenta a política de transição para uma boa governança territorial. Em 1º lugar, a centralidade da cooper**a**ção como ato criativo de capital social comum aos parceiros; em 2º lugar, a produção de internalidades como ato de redução e racionalização dos custos de informação e transação entre parceiro; em 3º lugar, a sustentabilidade da coopetição como ato de criação de bens e serviços de mérito e reputação do território-rede em construção; por último, em 4º lugar, a institucionalidade dedicada que só a constituição de um ator-rede pode assegurar.

4- A teoria do ator-rede e a economia do bem comum[4]

Com estas condições, a inteligência coletiva territorial promovida pelo ator-rede visa, em primeira instância, projetar um novo bem comum que supere os interesses particulares dos parceiros envolvidos e, em segundo lugar, se possível, transformar esse bem comum particular num novo espaço público[5] **(**INNRARITY, 2010) alargado a outros segmentos de público**.** Estes objetivos pressupõem uma ampliação do que terá de ser considerado bem comum e espaço público. Não ignoramos a dificuldade da tarefa de

[4] Para aprofundar esta temática ver obras de: HOWKINS, J. (2007); Lévy, P. (2007); Mazzucato, M. (2021); Sachs, I. (2007); Tirole, J. (2016) e (2017); Volle, M.; Rochet, C. (2015).
[5] Para aprofundar o conceito de Novo Espaço Público, ver Innerarity, D. 2010.

COVAS, M.; COVAS, A. (2024). ***Low density territories and the creative economy: a contribution to actor-network theory,*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 42-53
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma2

configurar espaços comuns, em particular a dificuldade de traçar limites e de, com base neles, organizar uma estratégia em direção ao espaço público. Esta é a missão do ator-rede que terá de problematizar adequadamente a distinção entre o dentro e o fora, e, entre nós e eles, sabendo que há um espaço de transição que se desenvolve em todas as direções e que, nessa medida, espaço comum particular e espaço público novo podem ser devidamente articulados com benefício mútuo.

Vejamos, então, os dez atributos principais deste ator-rede de inspiração cooperativa, comunitária e administração dedicada ao bem comum:

1) O ator-rede é uma organização dotada de pensamento e inteligência territorial que é capaz de produzir uma autorreferenciação suficiente para criar um mínimo de *ordem local* no território-rede em formação; nessa exata medida, patrocina a cultura política do bem comum e do espaço público, o envolvimento policontextual e a interação comunicativa dos parceiros;

2) O ator-rede é uma organização contraintuitiva que perscruta o futuro, antecipando-o constantemente, uma vez que o futuro já não é o que costumava ser; nessa exata medida, lida tanto com *a realidade,* como com a parte mais invisível e contingente da realidade;

3) O ator-rede é uma organização que cultiva a modéstia organizacional e que constrói uma identidade precária em redor de pequenas melhorias sectoriais, provisórias e contingentes; nessa exata medida, os atores do território-rede em formação movimentam-se entre a estrutura e a finalidade, no interior de uma teia de processos e procedimentos;

4) O ator-rede é uma organização que atribui mais importância à performatividade dos procedimentos do que à normatividade da sua própria legitimação**;** nessa exata medida, é a construção laboriosa de uma esfera deliberativa dos interesses que cultiva o consenso como horizonte e o dissenso como processo, sempre em busca de um compromisso mesmo que provisório e contingente;

5) O ator-rede é uma organização que se distingue pelo modo como lida com a marginalidade e a exclusão; nessa exata medida, é uma organização inclusiva, em especial na forma como coopera com os anti recursos e os contrarrecursos;

6) O ator-rede é uma organização que deve a sua sobrevivência à sua capacidade cognitiva e reflexiva permanente; nessa exata medida, é uma comunidade política de autogoverno que mantém uma gramática sempre atualizada do bem comum e da ação coletiva;

7) O ator-rede é uma organização que precisa urgentemente de um sistema produtivo local para a sua identificação e autorreferenciação; nessa exata medida, o ator-rede está obrigado a operar a conversão entre *o sistema de produtos* e *os produtos do sistema*, aqui representados por bens de mérito e reputação que são a ponte entre o espaço comum e o espaço público;

8) O ator-rede é uma organização que privilegia a produção conjunta de bens de mérito e reputação; nessa exata medida, se for capaz de articular espaço comum particular e espaço público teremos um território-rede que oferecerá uma provisão diversificada de bens mercantis, de bens ambientais

e ecossistémicos de bens sociais e culturais e de bens de lazer e turismo, num espaço-território muito mais estruturado do que temos hoje;

9) O ator-rede é uma organização que precisa de uma liderança muito forte e de uma administração dedicada, para poder revelar todo o seu produto potencial e tanto mais, quanto ela tende constantemente para o impasse e a entropia; nessa exata medida, a organização está obrigada à produção continuada de uma *ficção de consensos*, que só uma inteligência territorial muito fértil e uma liderança muito marcada estão em condições de proporcionar;

10) Em síntese, o ator-rede é uma organização que apresenta as seguintes traves-mestras: uma comunidade política de interesses, um projeto de vida em comum, uma ação coletiva inovadora, uma rede cooperativa, uma estrutura de missão, uma administração dedicada, uma liderança muito marcada.

5- Conclusão

Tudo o que aqui fica dito pode reportar-se perfeitamente às comunidades intermunicipais (CIM), como território-rede intermunicipal e como administração dedicada à provisão de bens e serviços comuns à CIM. De acordo com estes atributos, o ator-rede está dotado de uma inteligência territorial útil, para mobilizar os *conhecimentos tácitos* do território-rede, o que, só por si, já é uma tarefa de grande monta; mas, sobretudo, está obrigado a criar *ficções de consenso*, como se fosse o ator principal de uma representação ficcional, de uma espécie de encenação territorial. Esta inteligência territorial manifesta-se, sobretudo, na forma como a criação de um espaço comum, particular, enquanto espaço de produção de bens de mérito e reputação, pode ser convertida no palco de um novo espaço público (Innerarerity, 2010), enquanto espaço de consumo, recreação e lazer. Onde antes só havia um espaço comum, mas privado, passaria a haver, agora, também, um espaço público de visitação e conhecimento, ou seja, um verdadeiro território aberto e colaborativo. Se quisermos, e adotando um outro registo, estamos a falar do ator-rede como um ator pós-moderno da multiterritorialidade, cuja função principal é, justamente, a construção social dos futuros territórios-rede.

Aqui chegados, estamos, por exemplo, a pensar na CIM do Alto Alentejo e nas quatro unidades de paisagem que a constituem: o parque natural da serra de S. Mamede, a peneplanície alentejana, as colinas de Elvas e as várzeas do Caia e Juromenha. Em termos de arquitetura do sistema territorial regional, as opções são várias e têm a ver com a multifuncionalidade, a multiescalaridade e a multiterritorialidade que as quatro unidades de paisagem nos oferecem e que os incumbentes principais estão dispostos a protagonizar. No limite, uma decisão eminentemente política. Para já importa fazer as perguntas certas.

Como vamos abordar a economia criativa destes territórios que nos conduzem ao grande universo da 2ª ruralidade? Vamos deixar estas pequenas economias rurais ao sabor dos avisos de concurso, mais ou menos aleatórios, que não comunicam entre si para efeitos de planeamento e administração territoriais?

Vamos perder os efeitos externos positivos dos investimentos e sofrer/protestar apenas por causa dos efeitos externos negativos? Vamos deixar ao acaso a interoperabilidade entre os investimentos diretamente produtivos e as ações integradas de base territorial? Vamos subestimar a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nas explorações agrícolas, redes de extensão rural e formação profissional? Enfim, qual o papel e a intensidade-rede que vamos pedir às instituições de ensino superior, aos centros de investigação, aos grupos operacionais e aos laboratórios colaborativos no desenvolvimento da economia rural e regional? Sem um ator-rede competente e uma curadoria criativa e responsável não estaremos, muito provavelmente, em condições de acautelar estas questões fundamentais.

Bibliography / Referências

ANDRADE, A. A. V.; ROTTA, E.; TEIXEIRA, T.; COVAS, M. M.; QUADROS, D. A.; SCHMITT, V. T. (2023). Abordagem Territorial do Desenvolvimento e sua Dimensão Social: Proposta Metodológica para Mensuração. *Desenvolvimento Social em Questão* v. 21, nº 59. https://doi.org10.21527/2237-6453.5914532. pp. 1-25.

DALLABRIDA, V. R., BUTTENBENDER, P. L., COVAS, A., COVAS, M.M.C.M., COSTAMAGNA, P., & MENEZES, E.C.O. (2022). Estado e sociedade na construção de capacidades para fortalecer práticas de governança territorial. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 24(1). https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202219pt. pp. 1-25.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2022). A Inteligência dos Territórios e o Princípio Ativo das Redes: Um Ensaio Exploratório sobre a Inteligência Coletiva. Guaju, *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável.* (V. 8). | Recurso online disponível em: www.revistas.ufpr.br/guaju DOI: 10.5380/guaju.v%vi%i.83256

COVAS, M. M.; COVAS, A. (2022). Cidades inteligentes e criativas e smartificação dos territórios: apontamentos para reflexão. *Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 10 (ed. esp.), pp. 40-59.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2019) A Inteligência dos Territórios: os terroirs como espaços de inovação colaborativa. *Informe GEPEC*, v. 23 (ed. esp.), pp. 40-54.

COVAS, A.; COVAS, M. M.; DALLABRIDA, V. R. (2019). Os Signos Distintivos Territoriais e a Smartificação do Território: uma abordagem exploratória. *Biblio3W - Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales*, v. XXIV, n. 1.268. pp. 1-22.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2015a). Sociedade do conhecimento, escalas de governo e governança territorial: um ensaio exploratório e prospetivo para a sociedade portuguesa. *DRd – Desenvolvimento Regional em Debate*, v. 5, n. 2, pp. 25-47, jul./dez. Doi: https://doi.org/10.24302/drd.v5i2.970

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2015b). Multiterritorialidades I: Temas e Problemas de Governança e Desenvolvimento Territoriais. Lisboa: Editora Colibri.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2014). Os Territórios-rede: A inteligência territorial da 2ª ruralidade. Lisboa: Editora Colibri.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2013a). A construção social dos territórios-rede da 2ª ruralidade. Dos territórios-zona aos territórios-rede. Construir um território de múltiplas territorialidades. *Revista de Geografia e Ordenamento do Território*, n. 3, pp. 43-66, junho. DOI: 10.17127/GOT/2013.3.003.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2013b). A caminho da 2ª ruralidade: a microgeoeconomia de novos sistemas territoriais – A experiência do Projeto Querença. 1st International Meeting – Geography & Politics, Policies and Planning. CEGOT. E-book_Geography&PPP.pdf. nº.1, pp. 528-540.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2012a). A Caminho da 2ª Ruralidade: uma Introdução à Temática dos Sistemas Territoriais. Lisboa: Editora Colibri.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2012b). A Governança Local e a Microgeoeconomia das Áreas Rurais de Baixa Densidade in *A Caminho da 2ª Ruralidade: Uma introdução à Temática dos Sistemas Territoriais*. Lisboa: Editora Colibri, Cap. V, pp. 173-214.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2011) A Grande Transição: Pluralidade e diversidade no mundo rural: elementos para um novo contrato social. Lisboa: Editora Colibri.

COVAS, A.; COVAS, M. M. (2010). Ruralidades V: Modernização Ecológica, Serviços Ecossistémicos e Riscos Globais – a ruralidade do nosso tempo. Faro: Edições da Universidade do Algarve.

COVAS, A.; COVAS, M. M**.** (2009)**.** Ruralidades IV: Retratos portugueses de agricultura multifuncional. Faro: Edições da Universidade do Algarve.

HOWKINS, J. (2007). The creative economy: how people make money from ideas. Penguin Books, London.

INNERARITY, D. (2010). O novo espaço público. Lisboa: Editora Teorema.

LÉVY, P. (2007**).** A inteligência coletiva: Por uma antropologia do ciberespaço**.** Edições Loyola.10ª Edição. ISBN 8515016133

MAZZUCATO, M. (2021). Economia de Missão: Um guia ousado e inovador para mudar o capitalismo. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.

SACHS, I. (2007). As cinco dimensões do ecodesenvolvimento. S. Paulo: Editora Cortez.
TIROLE, J. (2017). Economics For The Common Good. Princeton University Press.

TIROLE, J. (2016**).** Economie du bien commun. Presses Universitaires de France.

VOLLE, M.; ROCHET, C. (2015). L' Intelligence Economique. Collection, Méthodes et Recherches. Librairie Evrolles. https://www.eyrolles.com

ALMEIDA, J.; BARBOSA, A. (2024). ***Involving the Community in the future of the rural world: creating a community of rural leaders.*** The Overarching Issues of the European Space, - How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 54-69
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma3

INVOLVING THE COMMUNITY IN THE FUTURE OF THE RURAL WORLD: CREATING A COMMUNITY OF RURAL LEADERS

ENVOLVER A COMUNIDADE NO FUTURO DO MUNDO RURAL: A CRIAÇÃO DE UMA COMUNIDADE DE LÍDERES RURAIS

João ALMEIDA
GOVCOPP, Universidade de Aveiro (Portugal)
Rural Move – Associação para a Promoção do Investimento em Territórios de Baixa Densidade (Portugal)
joao.almeida@ruralmove.org

Andrea BARBOSA
Universidade Católica Portuguesa (Portugal)
Rural Move – Associação para a Promoção do Investimento em Territórios de Baixa Densidade (Portugal)
andrea.barbosa@ruralmove.org

Resumo

Os territórios rurais enfrentam desafios estruturais como o despovoamento, o envelhecimento da população e a falta de oportunidades económicas, que comprometem a sua sustentabilidade e resiliência. Paralelamente, dispõe de um potencial significativo de regeneração sustentável, assente na força das comunidades locais como agentes de transformação. Este capítulo apresenta os resultados da Academia de Líderes Rurais (ALR), um projecto-piloto desenvolvido em 2024 pela Associação Rural Move em cinco municípios da Região do Médio Tejo, que envolveu e capacitou mais de 200 participantes. O estudo segue um desenho misto descritivo-avaliativo, combinando inquéritos ex-ante e ex-post, registos de participação e notas das sessões de co-criação. Os resultados evidenciam a relevância deste tipo de iniciativas no desenvolvimento de competências empreendedoras e de liderança dos participantes, mas também no aumento das redes de colaboração e na melhoria das percepções dos participantes relativamente ao seu papel no desenvolvimento do território. Combinando análise crítica e exemplos concretos, o capítulo avalia a metodologia e impactos da ALR, ao mesmo tempo que propõe estratégias para replicar este modelo, convidando assim decisores políticos, técnicos e investigadores a repensar o papel das comunidades rurais como agentes centrais de transformação sustentável dos territórios rurais.

Palavras-chave: rural; liderança; comunidade; empreendedorismo

Abstract

Rural areas face structural challenges such as depopulation, an ageing population and a lack of economic opportunities, which compromise their sustainability and resilience. At the same time, they have significant potential for sustainable regeneration, based on the strength of local communities as agents of change. This chapter presents the results of the Rural Leaders Academy (ALR), a pilot project developed in 2024 by the Rural Move Association in five municipalities in the Médio Tejo region, which involved and trained more than 200 participants. The study follows a mixed descriptive-evaluative design, combining ex-ante and ex-post surveys, participation records and notes from co-creation sessions. The results highlight the relevance of this type of initiative in developing the entrepreneurial and leadership skills of participants, but also in increasing collaboration networks and improving participants' perceptions of their role in the development of the territory. Combining critical analysis and concrete examples, the chapter evaluates the methodology and impacts of ALR, while proposing strategies to replicate this model, thus inviting policy makers, technicians and researchers to rethink the role of rural communities as central agents of sustainable transformation in rural territories.

Keywords: rural; leadership; community; entrepreneurship

ALMEIDA, J.; BARBOSA, A. (2024). ***Involving the Community in the future of the rural world: creating a community of rural leaders.*** The Overarching Issues of the European Space, - How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 54-69
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma3

1 - Introdução

Os territórios rurais enfrentam, atualmente, um conjunto de desafios estruturais e multidimensionais que ameaçam o seu desenvolvimento sustentável e a sua resiliência face às crescentes crises globais. Em Portugal, estes territórios representam cerca de 80% do território, mas apenas 20% da população. Problemas como o despovoamento, o envelhecimento populacional, o acesso limitado a serviços básicos e a escassez de oportunidades económicas e culturais têm contribuído para uma crescente marginalização destas regiões (OECD, 2018) e para um crescimento de uma crescente geografia de descontentamento (Rodríguez-Pose, 2018).

Este quadro de desafios, contudo, coexiste com um potencial significativo. Os territórios rurais desempenham um papel estratégico na transição ecológica, na promoção da economia circular e na segurança alimentar, enquanto preservam identidades culturais e património únicos (OECD, 2018). Além disso, a crescente valorização dos espaços de baixa densidade e a adoção do teletrabalho, especialmente durante a pós a pandemia *COVID-19*, apontam novas oportunidades para a revitalização destas áreas (Almeida & Belezas, 2022).

Central a este debate é o papel crucial das comunidades locais, cujo conhecimento profundo das dinâmicas territoriais e capacidade de adaptação as tornam agentes cruciais de transformação, tendo a capacidade de influenciar, de forma decisiva, a aceitação e a eficácia das iniciativas que visam transformar o futuro das suas regiões. Apesar disso, estas comunidades têm delegado progressivamente às instituições públicas a responsabilidade de planeamento e intervenção nos seus territórios, resultando muitas vezes em abordagens distantes das suas realidades.

Este capítulo propõe-se explorar um mecanismo inovador para promover o envolvimento das comunidades rurais: a criação de uma comunidade de líderes locais. Este conceito é ilustrado através do projeto Academia de Líderes Rurais (ALR), que procura capacitar uma rede de agentes locais, equipando-os com ferramentas de liderança, inovação e colaboração, com vista à co-criação de soluções sustentáveis para os desafios identificados nas suas comunidades. A ALR, desenvolvida pela Associação Rural Move, capacitou mais de 200 participantes e apoiou a co-criação de 25 projetos de impacto em áreas como empreendedorismo sustentável, inclusão social e inovação agrícola, e destaca-se pela sua metodologia participativa e iterativa, baseada na co-criação, capacitação contínua e fortalecimento de redes colaborativas.

Através de uma análise das fases do projeto e do impacto gerado, este capítulo procura não só partilhar as aprendizagens e os resultados alcançados, mas também inspirar novas práticas e abordagens colaborativas, baseadas na participação ativa das comunidades e no uso de metodologias inovadoras, que sejam o motor para um futuro mais inclusivo, dinâmico e resiliente dos territórios rurais.

ALMEIDA, J.; BARBOSA, A. (2024). ***Involving the Community in the future of the rural world: creating a community of rural leaders.*** The Overarching Issues of the European Space, - How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 54-69
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma3

2 - Desafios e Oportunidade dos Territórios Rurais

Os territórios rurais enfrentam desafios que afectam as suas dimensões sociais, económicas, ambientais, políticas e tecnológicas, e que comprometem a sua resiliência e o seu potencial de desenvolvimento (OECD, 2018). O declínio e o envelhecimento da população, juntamente com infraestruturas digitais inadequadas, colocam obstáculos significativos ao acesso a serviços essenciais como a educação, os cuidados de saúde e as instalações recreativas. Além disso, o declínio do investimento privado e público e a erosão das oportunidades de emprego tradicionais conduzem a uma fuga de cérebros para os centros urbanos, agravando a capacidade de desenvolvimento das economias locais (Almeida & Daniel, 2022). Os territórios de baixa densidade em Portugal cobrem 80% do território continental português, abrangendo, no entanto, menos de 20% da população. O despovoamento estrutural de várias regiões do país nas últimas décadas tem criado diversos obstáculos e falta de oportunidades nestes territórios. O desinvestimento, e até desinteresse, quer por parte dos actores públicos quer privados, que direccionam o investimento e atenções para as grandes cidades, e que, como consequência, origina menores oportunidades de educação, profissionais e culturais, tem transformado o país numa espécie de grande arquipélago, onde apenas algumas "ilhas" (um número limitado de pólos dinâmicos) se destacam num "mar" de dificuldades (Mateus, 2017).

Por outro lado, os mesmos fatores que caracterizam os territórios rurais podem também ser vistos como oportunidades de diferenciação destes territórios (Bock & Krzysztofowicz, 2021). Os territórios rurais desempenham um papel cada vez mais importante nos desafios societais actuais, como a transição ecológica, a segurança alimentar, a economia circular ou a proteção da biodiversidade (OECD, 2018; Perpiña et al., 2023). Além disso, a pandemia COVID-19 veio acelerar várias oportunidades para estes territórios, nomeadamente com a digitalização e adopção de tecnologia, as novas percepções sobre a importância dos espaços menos povoados e com o trabalho remoto capazes de mitigar a escassez de capital humano e impulsionar o empreendedorismo e a inovação (Almeida & Belezas, 2022; Almeida & Daniel, 2022).

2.1 - O Papel da Comunidade no Desenvolvimento Local

A coesão comunitária e o envolvimento das populações emergem como elementos centrais para desbloquear o potencial dos territórios rurais, desempenhando um papel fundamental no seu desenvolvimento. As comunidades rurais possuem um conhecimento profundo das dinâmicas locais, permitindo-lhes identificar desafios e propor soluções adaptadas às suas realidades. No entanto, estas comunidades enfrentam limitações na sua capacidade de ação devido à falta de recursos e à centralização das decisões, muitas vezes alheias às suas especificidades.

A capacitação de líderes comunitários, tanto formais quanto informais, fortalece o tecido social e promove a construção de soluções inovadoras e sustentáveis. Líderes capacitados são agentes de

transformação que fortalecem o tecido social, a identidade local e estimulam a construção de soluções inovadoras e duradouras. Este papel é amplamente reconhecido na literatura sobre desenvolvimento rural, que enfatiza a importância de processos participativos e de empoderamento comunitário para garantir o sucesso de iniciativas de longo prazo (Shucksmith, 2004; Abreu et al., 2019).

Embora muitas estratégias e iniciativas tenham sido implementadas para enfrentar os desafios dos territórios rurais, desde incentivos à mobilidade até à criação de espaços de teletrabalho e novas infraestruturas, grande parte destas abordagens segue um modelo tradicional, definido "de cima para baixo". Estas iniciativas, frequentemente uniformizadas e desprovidas de uma conexão real com as especificidades locais, tendem a ignorar o papel crucial da comunidade no sucesso a longo prazo.

Por outro lado, as características únicas dos territórios rurais apresentam vantagens e desafios. A menor dimensão e densidade das redes nas zonas rurais conduzem a maiores níveis de isolamento social e exclusão (Shucksmith, 2004) dos trabalhadores rurais, especialmente dos trabalhadores independentes (Abreu et al., 2019). Além disso, os laços locais tendem a ser mais fortes e duradouros, promovendo uma coesão comunitária significativa, a integração de novos residentes e ideias pode ser dificultada por estas mesmas estruturas fechadas (Roundy, 2017). Assim, iniciativas que pretendam revitalizar estas regiões precisam de adotar uma abordagem que valorize o fortalecimento do capital social, promovendo não apenas interações entre os residentes, mas também a ligação a redes externas e recursos externos (Bosworth et al., 2023).

2.2 – Processos Participativos e de Envolvimento Comunitário

As propostas de desenvolvimento rural da União Europeia refletem o reconhecimento institucional sobre a necessidade de desenhar novos modelos de organização e promoção das economias nos territórios rurais, que valorizem todos os componentes do espaço, desde uma perspetiva flexível, integral e participativa (Cebrián Abellán, 2003). A inclusão das comunidades locais nesses processos de desenvolvimento é um dos principais fatores de sucesso para estratégias rurais. O profundo conhecimento do território é fundamental para encontrar soluções adequadas às especificidades de cada área e ninguém conhece melhor o seu território, os seus recursos, as suas dinâmicas sociais e económicas, do que a sua comunidade. Os processos participativos e de envolvimento comunitário oferecem, assim, uma abordagem transformadora, colocando os residentes locais no centro das estratégias de desenvolvimento, permitindo que estes sejam, não apenas beneficiários, mas co-criadores de soluções adaptadas às suas necessidades e ambições (Gonçalves et al., 2013).

Por outro lado, é importante reconhecer que as ações de empoderamento, entendidas enquanto processo de mobilizações e práticas destinadas a promover e impulsionar grupos e comunidades, se traduzem num aumento da capacidade de gerar processos de desenvolvimento, coletivos e sustentáveis, coordenando recursos e iniciativas, ainda que através da mediação de agentes externos (Gohn, 2004).

Nas zonas rurais, onde a exclusão social pode ser acentuada pela menor densidade populacional e pela limitada diversidade de redes, a criação de espaços e iniciativas que estimulem esse empoderamento e a participação ativa e o diálogo entre residentes torna-se ainda mais crucial (Abreu et al., 2019). Espaços de encontro, como cafés comunitários, espaços de coworking ou fóruns locais, não só combatem o isolamento social, como também funcionam como catalisadores para novas ideias e colaborações (Almeida, 2023).

A instituições europeias são unânimes em identificar a inovação como um aspeto essencial para transformar as áreas rurais em regiões prósperas, sustentáveis e inclusivas, por exemplo na Visão de Longo Prazo para as Áreas Rurais da União Europeia ou a Nova Agenda Europeia para a Inovação (European Commission, 2024). No entanto, é igualmente relevante que nessas estratégias de desenvolvimento partam linhas de aplicação que permitam formar para a participação, inovar na formação, formar para a inovação, participar da inovação e inovar nos métodos de participação (Llobera Serra, F. 2001).

É na confluência desses dois vetores que o projeto ALR se encaixa. Através do envolvimento das comunidades, da criação de sinergias, da promoção de redes colaborativas e de programas de capacitação ajustados às realidades locais, o projecto pretende dar mais autonomia aos líderes locais para que estes sejam assim capazes de liderar iniciativas e projectos sustentáveis que lhes permitam encontrar soluções aos problemas por elas identificados e assim fazer frente às dificuldades sentidas nos seus territórios.

3 – O Projecto: Academia de Líderes Rurais

O projecto Academia de Líderes Rurais (www.academiarural.pt) foi um projeto lançado em 2024 pela Rural Move – Associação para a Promoção do Investimento nos Territórios de Baixa Densidade (www.ruralmove.org). A Rural Move, instituição sem fins lucrativos sediada em Miranda do Douro, nasceu em 2020 e apresenta-se como um movimento nacional de apoio e dinamização das comunidades rurais e a quem nelas quer viver, trabalhar ou investir. Desde 2020, a Rural Move tem procurado criar uma rede de gestores de comunidade e líderes rurais, capacitando-os e envolvendo-os no processo de dinamização dos seus territórios e acolhimento de novos residentes. Hoje em dia, a Rural Move conta com uma rede com mais de 70 voluntários e parceiros em mais de 30 territórios rurais, tendo já apoiado mais de 300 "*Rural Movers*" e impactado mais de 1250 residentes com as suas iniciativas.

A ALR surge da formalização do processo de capacitação interna que a Rural Move fazia junto dos seus voluntários e define-se então como um projecto de criação e capacitação de uma rede de líderes rurais e de co-criação de projectos de impacto e intervenção social, cultural e económica nos territórios rurais, tendo como objectivos:

- Promover as práticas de empreendedorismo social de impacto;
- Capacitar agentes locais nas áreas de liderança, comunicação, digitalização, entre outras;

ALMEIDA, J.; BARBOSA, A. (2024). ***Involving the Community in the future of the rural world: creating a community of rural leaders.*** The Overarching Issues of the European Space, - How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 54-69
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma3

- Criar uma rede de interação entre diversos líderes locais para partilha de boas práticas;
- Criar uma rede de suporte a quem se pretende mudar/trabalhar/investir em territórios rurais
- Tornar os territórios mais atrativos e dinâmicos.

3.1 – Metodologia de Implementação

A metodologia da ALR baseia-se em princípios de co-criação, participação ativa e capacitação contínua, concebidos para promover o empreendedorismo social e a dinamização dos territórios rurais. Esta abordagem metodológica é estruturada em quatro pilares fundamentais:

Rede: Criação de Comunidade

A Academia procura formar uma comunidade coesa de líderes rurais, promovendo a partilha de experiências, conhecimentos e boas práticas. Este objetivo é alcançado através de encontros regulares, virtuais e presenciais, que estimulam o diálogo e o fortalecimento de laços entre os participantes. A construção de redes locais e inter-regionais visa fomentar a colaboração em novos projetos, criar sinergias entre territórios e ampliar o impacto das iniciativas.

Capacitação e Mentoria

A capacitação é estruturada em dois níveis: temáticas transversais, como liderança, comunicação e digitalização, que oferecem competências essenciais para todos os participantes, e capacitação especializada, adaptada às necessidades específicas de cada território ou projeto, cobrindo áreas como *branding* territorial, gestão de equipas e modelos de negócio. Complementando as sessões de capacitação, o projeto oferece um programa de mentoria que liga os líderes rurais a especialistas que lhes fornecem orientação prática e apoio na implementação de projetos, reforçando a viabilidade e sustentabilidade das iniciativas locais.

Co-Criação: Metodologia Iterativa e Centrada nas Pessoas

A co-criação é o eixo central da metodologia, permitindo que os participantes identifiquem desafios específicos das suas comunidades e desenvolvam soluções adaptadas. Este processo segue uma abordagem iterativa e colaborativa, utilizando ferramentas de *design thinking* para garantir que as ideias emergem de forma estruturada e centrada nas pessoas. O modelo prioriza assim a identificação de desafios locais, envolvendo os líderes na análise e priorização dos problemas da sua comunidade; e o desenvolvimento de projetos de impacto, orientando os participantes na construção de iniciativas práticas e inovadoras que respondam às necessidades locais.

Plataforma Digital e Gamificação

Todos os participantes têm acesso a uma plataforma de aprendizagem digital, que combina elementos gamificados para incentivar o envolvimento contínuo. A plataforma fornecerá materiais exclusivos de formação; ferramentas de *networking* para conectar líderes e empreendedores rurais; espaços para partilha de boas práticas e divulgação de resultados. Esta plataforma representa um

elemento-chave para manter a dinâmica da comunidade e garantir o acesso a recursos mesmo após o término das atividades presenciais.

3.2 – Piloto na Região do Médio Tejo

A primeira edição (piloto) da ALR foi apoiada pelo 2º lugar do Prémio AGIR promovido pela empresa REN e contou com a colaboração de cinco Municípios da região do Médio Tejo, a saber: Alcanena, Mação, Sardoal, Tomar e Torres Novas. Enquanto investidores sociais e partes interessadas na implementação do projeto, além de apoio financeiro para a execução do projeto, os municípios assumiram a responsabilidade de acompanhar e apoiar a sua implementação. Foram designados facilitadores que colaboraram na disponibilização de espaços e meios para as acções de formação e dinamização definidas e na divulgação do projeto nas suas redes sociais e meios de comunicação habituais.

Tabela I - Caracterização dos Municípios Parceiros da Academia de Líderes Rurais. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2024).

	Alcanena	**Mação**	**Sardoal**	**Tomar**	**Torres Novas**	**Médio Tejo**	**Portugal**
População Residente (nº, 2021)	12.472	6.402	3.513	36.413	34.111	210.533	10.343.066
Variação da População (%, 2011-2021)	-10,07	-12,76	-10,81	-10,48	-7,10	-7,66	-2,07
Índice de Envelhecimento (nº, 2021)	276,23	632,24	434,21	362,54	279,03	296,66	213,71
Taxa de Desemprego (%, 2021)	5,27	5,26	7,39	7,08	6,34	6,76	8,92
População Estrangeira (nº, 2023)	681	229	126	1.796	1.205	12.055	1.044.238
Poder de Compra per capita (índice, 2021)	85,27	71,47	74,31	88,84	94,95	87,23	100

Após a avaliação de impacto positiva deste primeiro piloto, a Rural Move entende que será possível replicar o êxito deste modelo em outros territórios. A replicabilidade de projetos de sucesso como a Academia de Líderes Rurais, financiada através de parcerias público-privadas, pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento local dos territórios do interior de Portugal. Ao adaptar e implementar esta iniciativa bem-sucedida em diversos contextos, estamos a trabalhar na mitigação de algumas das assimetrias que colocam em causa a coesão e o crescimento sustentável dos territórios rurais.

3.3 – Recolha de Dados e Medição de Impacto

A avaliação da ALR foi conduzida em 2024, ao longo do ciclo de capacitação desenvolvido nos cinco municípios da Região do Médio Tejo. O processo de recolha de dados combinou diferentes instrumentos e momentos, procurando captar tanto os efeitos imediatos da participação como a evolução das perceções e competências dos envolvidos.

Instrumentos de recolha de dados.

Foram aplicados questionários ex-ante e ex-post a todos os participantes, permitindo medir a evolução das suas competências e perceções ao longo do programa. Estes questionários incluíram escalas de autoavaliação baseadas no quadro *EntreComp – Entrepreneurship Competence Framework* (Bacigalupo et al., 2016), cobrindo três dimensões fundamentais: (i) Ideias e Oportunidades, (ii) Recursos e (iii) Em Ação. Além disso, recolheram-se dados sociodemográficos, perceções sobre o dinamismo local e prioridades de desenvolvimento territorial.

Paralelamente, foram reunidos registos de participação (número de sessões frequentadas, horas de mentoria, envolvimento em atividades de co-criação) e notas qualitativas das sessões de co-criação, que documentaram os desafios priorizados pelas comunidades e as soluções desenvolvidas de forma colaborativa.

Técnicas de análise.

Os dados quantitativos foram tratados através de estatística descritiva (frequências, médias, variações percentuais) e de comparação simples pré-pós, permitindo identificar alterações nas competências dos participantes ao longo do programa. Os dados qualitativos, por sua vez, foram sujeitos a uma análise temática leve, de modo a ilustrar experiências e narrativas dos participantes, valorizando o conhecimento local e o processo de co-criação.

Medição de impacto.

A utilização do modelo *EntreComp* possibilitou uma leitura estruturada dos resultados, avaliando não apenas a aquisição de competências individuais, mas também o reforço do capital social e do espírito colaborativo entre os líderes rurais. Este enquadramento metodológico assegura a comparabilidade com outros estudos europeus de capacitação empreendedora e sustenta as conclusões sobre o impacto da ALR no desenvolvimento territorial sustentável.

4 – Resultados

A implementação da Academia de Líderes Rurais revelou-se um exemplo paradigmático de como a capacitação de agentes locais pode ajudar a transformar o futuro dos territórios rurais. Esta secção

ALMEIDA, J.; BARBOSA, A. (2024). ***Involving the Community in the future of the rural world: creating a community of rural leaders.*** The Overarching Issues of the European Space, - How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 54-69
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma3

apresenta os principais resultados alcançados, destacando as percepções iniciais dos líderes rurais, o impacto das atividades de capacitação e os projetos desenvolvidos pelos participantes. Estes resultados ilustram os efeitos práticos da metodologia adotada, bem como reforçam a relevância da capacitação como estratégia central para o desenvolvimento territorial sustentável.

4.1 – A Percepção Inicial dos Líderes Rurais

No início do programa, foi realizado um diagnóstico com o objetivo de compreender as percepções e necessidades das comunidades participantes, numa abordagem que privilegia o conhecimento local como ponto de partida para a definição de estratégias de desenvolvimento. Este diagnóstico inicial revelou uma realidade marcada por sentimentos ambivalentes em relação às dinâmicas locais. Entre os 216 participantes registados, 162 (75%) residem em localidades rurais, refletindo uma representatividade significativa deste grupo. Questionados sobre a percepção do dinamismo das suas localidades, 54% dos participantes (88 indivíduos) classificaram-nas como "dinâmicas", enquanto os restantes 46% (74 indivíduos) descreveram-nas como "estagnadas".

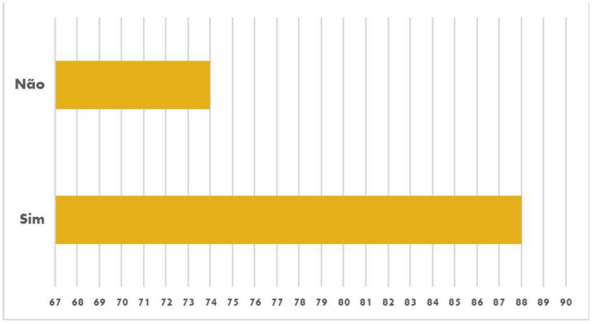


Figura 1 - Percepções sobre o dinamismo da sua localidade (N=162 residentes rurais). Fonte: Inquérito ex-ante aos Participantes da ALR (2024).

Os desafios identificados pelos participantes reforçam as conclusões da literatura sobre os obstáculos estruturais enfrentados pelos territórios rurais (OECD, 2018). As principais áreas de preocupação foram o emprego, destacado por 60% dos participantes (96 respostas), seguido pela cultura, mencionada por 85 pessoas, e a habitação, assinalada como um problema crítico por 74 participantes. Estes resultados sublinham a importância de uma abordagem que vá além das respostas convencionais de "cima para baixo", integrando as vozes locais e as suas prioridades nos processos de decisão.

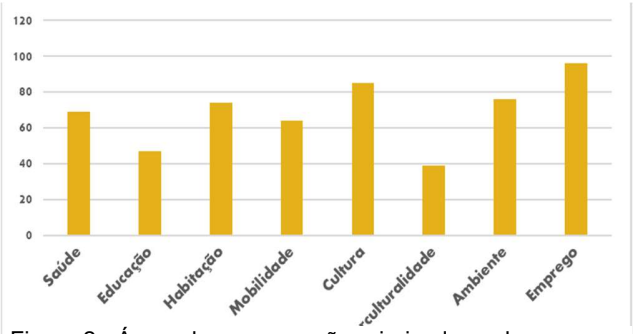


Figura 2 - Áreas de preocupação priorizadas pelos participantes (N=216, resposta múltipla). Fonte: Inquérito ex-ante aos Participantes da ALR (2024).

Finalmente, foi pedido neste questionário inicial que os participantes sugerissem ideias para melhorar a sua localidade rural. As 138 ideias submetidas foram agrupadas em clusters de sugestões, nomeadamente: desenvolvimento económico e empregabilidade (28 ideias), participação cívica e dinamização comunitária (23), cultura, arte e turismo (21), sustentabilidade e ambiente (19),

infraestruturas e serviços (17), habitação e fixação de população (15), educação e formação (12), redes e parcerias (10). Alguns exemplos de ideias sugeridas são "*disponibilizar ou facilitar o arrendamento de casas para atrair mais habitantes*" ou "*incentivar o voluntariado e a participação em projetos comunitários*". A criação de dinâmicas culturais, sociais e ambientais é também frequentemente mencionada, destacando o papel transformador da cultura e do turismo no reforço da atratividade territorial. Além disso, os participantes sublinharam a importância de práticas sustentáveis e de redes colaborativas, enfatizando a necessidade de trabalhar em conjunto para enfrentar os desafios locais, como referido nestes exemplos: "*trabalhar em rede com outras localidades de forma a dinamizar o interior em cooperação*" e "*promover troca de experiências e atrair pessoas diferentes*". Este levantamento inicial serviu, assim, como um diagnóstico essencial para orientar as intervenções e co-criar soluções adaptadas às especificidades de cada território.

4.2 – Processo de Co-Criação e Capacitação

O primeiro passo do projecto foi a realização de sessões de co-criação (Figura 3) em cada um dos municípios. Além de apresentar o projecto, o principal objectivo das sessões era envolver os participantes a pensar nos desafios do seu território, no que era ser um líder rural, e nas ideias para melhorar a sua comunidade.

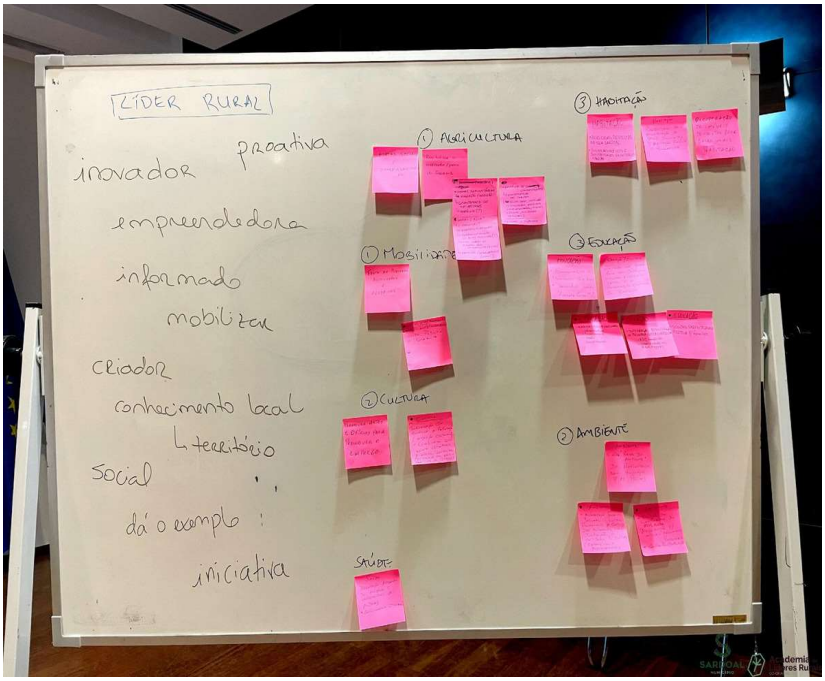


Figura 3 – Exemplo ilustrativo de exercício em sessão de co-criação.
Fonte: Documentação da ALR - registo fotográfico (2024).

"Durante o processo, eu senti que não estava num projecto chapa cinco (...) senti que ouviram as minhas necessidades, ouviram o que era o meu projecto e me ajudaram e me ajudaram nesse processo"
(Empreendedora L)

Após o processo de co-criação, os líderes rurais tiveram oportunidade de participar em sessões de capacitação virtuais e presenciais, bem como sessões de mentoria individual para aqueles que apresentaram um projecto concreto. A capacitação cobriu temáticas como gestão de pessoas, modelos de negócios, branding territorial ou comunicação com impacto e envolveu diversos parceiros e especialistas nessas áreas

O impacto desta metodologia iterativa e centrada nas pessoas também foi evidente nos processos de co-criação promovidos pela ALR. Os participantes referiram que a possibilidade de identificar os desafios das suas comunidades e trabalhar em soluções adaptadas não só reforçou o sentimento de pertença, mas também aumentou a eficácia das intervenções. Como apontado por um dos participantes:

4.3 – Projectos de Impacto Apresentados

As sessões de co-criação e capacitação inicial culminaram com a apresentação de 25 projetos concretos, refletindo a diversidade e criatividade das soluções desenvolvidas pelos líderes rurais. Estes projetos cobriram áreas tão variadas como o empreendedorismo sustentável, a inclusão social e a inovação agrícola, reforçando a centralidade da liderança comunitária na regeneração territorial.

Entre as propostas finais apresentadas (Figura 4) encontra-se o *Joaninha Maçanica*. Implementado em Mação, promove a produção sustentável de joaninhas adaptadas à cultura de citrinos, reduzindo a dependência de pesticidas químicos, respondendo a desafios ambientais, mas também criando novas oportunidades económicas para a região. Outro exemplo notável é o *Integra-Te*, desenvolvido em Tomar, pela Associação de Saúde Mental do Médio Tejo, que oferece respostas sócio-ocupacionais para pessoas com doença mental grave, promovendo a sua reintegração na comunidade. Ambos os projetos são exemplos concretos de como as comunidades podem mobilizar os seus recursos e criatividade para enfrentar os seus desafios de forma sustentável.

Os resultados obtidos sublinham a importância de integrar processos participativos nas estratégias de desenvolvimento rural. A metodologia adotada pela ALR, baseada na co-criação e na capacitação contínua, revelou-se eficaz não só para mobilizar as comunidades, mas também para gerar soluções adaptadas e sustentáveis. Contudo, os desafios encontrados, como a resistência inicial à mudança por parte de alguns atores locais e a dificuldade em garantir financiamento para a implementação de todos os projetos, ilustram a necessidade de um apoio institucional mais consistente.

Os testemunhos dos participantes e municípios reforçam o impacto transformador desta abordagem. Como destacou um representante de um dos municípios parceiros,

ALMEIDA, J.; BARBOSA, A. (2024). ***Involving the Community in the future of the rural world: creating a community of rural leaders.*** The Overarching Issues of the European Space, - How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 54-69
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma3



Figura 4 - Imagem ilustrativa das apresentações finais dos projectos - Tomar.
Fonte: Documentação da ALR - registo fotográfico (2024).

"O que falta a muitos destes projectos é de um apoio mais estruturado, do município ou seja de quem for, e por isso o próximo passo é tentar envolver ainda mais pessoas neste processo (...)"
(Representante Município X)

4.4 – Avaliação de Impacto da ALR

A avaliação de impacto da ALR, conduzida ao longo de 2024, confirma a relevância desta iniciativa para o fortalecimento de competências individuais e coletivas em territórios de baixa densidade. O exercício de monitorização incluiu questionários *ex-ante e ex-post*, registos de participação e análise qualitativa de testemunhos, permitindo captar efeitos em diferentes horizontes temporais.

No que toca a resultados de curto e médio prazo, nos primeiros meses, os participantes destacaram o aumento do conhecimento sobre o potencial do território e a expansão das suas redes de contactos. Ao fim de seis meses, registou-se maior motivação e confiança, bem como capacidade acrescida para resolver problemas locais, testar ideias e propor soluções inovadoras. A longo prazo, a avaliação ao fim de 12 meses evidenciou ganhos significativos em competências empreendedoras e de liderança comunitária, maior coesão social e um efeito multiplicador na dinamização territorial. Verificou-se também o reforço da intenção de empreender e de participar ativamente na vida comunitária.

Os dados revelaram progressos notórios em três áreas críticas: resiliência e foco (aumento da capacidade de manter a motivação e superar contratempos em +1,25 pontos); planeamento e execução (maior facilidade em desenvolver planos de ação estruturados e em tomar decisões em contextos de

incerteza em +1,00 ponto); mobilização de recursos (maior confiança em identificar e angariar recursos para iniciativas comunitárias em +1,00 ponto).

Por outro lado, a diversidade das redes de contactos (geográfica, demográfica e profissional) apresentou menor evolução, permanecendo estável ou com ligeira regressão. Este resultado sugere a necessidade de ações mais direcionadas para diversificar redes de colaboração. Nos testemunhos, muitos participantes relataram aumento de autoconfiança, novas perspetivas para os seus projetos e maior sentido de pertença comunitária. Entre as sugestões de melhoria destacam-se a necessidade de sessões mais longas e práticas, maior integração digital e a escala nacional da iniciativa.

5 – Conclusões

A ALR demonstrou que o envolvimento e a capacitação das comunidades locais são elementos fundamentais para o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais. Num contexto marcado por desafios estruturais como o despovoamento, o envelhecimento populacional e a centralização de recursos, a capacitação de líderes comunitários revelou-se uma estratégia transformadora. Estes líderes não apenas adquiriram competências técnicas e de liderança, mas também consolidaram o capital social das suas comunidades, criando redes de colaboração e desenvolvendo projetos concretos capazes de dar resposta às necessidades locais.

Este capítulo mostrou como a metodologia da ALR, ancorada na co-criação e na aprendizagem participativa, pode ser uma ferramenta eficaz para mobilizar comunidades e fomentar o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Para além dos resultados tangíveis apresentados, esta iniciativa destaca o potencial inexplorado das comunidades rurais para serem agentes de transformação, desde que adequadamente capacitadas e apoiadas.

5.1 – Implicações Práticas

Os resultados da primeira edição da ALR têm implicações diretas para decisores políticos, técnicos de desenvolvimento e organizações da sociedade civil interessadas na regeneração de territórios rurais, nomeadamente:

- **Maior integração da capacitação comunitária nas políticas públicas** locais e nacionais, como parte integrante das estratégias de desenvolvimento rural. Programas como a ALR podem ajudar a fortalecer o capital humano e social, criando lideranças locais mais preparadas para enfrentar os desafios do território.
- **Mais investimento em redes colaborativas** locais e trans-locais de líderes e comunidades para a partilha de boas práticas e para a implementação de projetos que transcendem as fronteiras locais.

- **Promoção de metodologias participativas e de co-criação** como princípio central no desenho e execução de iniciativas para os territórios rurais, assegurando que as soluções desenvolvidas refletem as realidades e prioridades das comunidades.
- **Necessidade de suporte contínuo** às iniciativas locais de forma a garantir a sustentabilidade dos projetos iniciados, sendo crucial a **existência de mecanismos de apoio**, como mentoria, financiamento e plataformas digitais que mantenham os participantes conectados e motivados.
- **Foco na digitalização e na adoção de ferramentas digitais** como suporte ao desenvolvimento rural, permitindo maior alcance e eficiência dos programas de capacitação e dos projectos apoiados.

5.2 – Desafios para Futuro

O projecto-piloto da Academia de Líderes Rurais evidenciou diversas áreas de melhoria e novas oportunidades que podem ser exploradas numa versão mais alargada e abrangente. Os desafios para o futuro e sustentabilidade de projectos como este depende de vários fatores, nomeadamente:

- A **replicabilidade e escalabilidade** de um modelo ajustável a diferentes contextos locais e regionais, sendo necessário refinar a metodologia e testá-la em outros casos de estudo.
- A **monitorização** a longo prazo por forma a compreender o impacto real das iniciativas, permitindo ajustes e melhorias contínuas.
- Um **apoio institucional e financeiro** robusto que garanta a sustentabilidade a longo prazo das iniciativas criadas.
- O foco na **integração intercultural** com estratégias que promovam a integração de novos residentes em territórios rurais que enriqueçam as comunidades com diversidade cultural e económica.
- A exploração de **novas oportunidades e tendências** emergentes, expandindo o impacto em áreas como a transição ecológica, economia circular e inteligência artificial tecnológica, alinhando-se às agendas europeias e globais de sustentabilidade.

Projectos como a ALR revelam que os territórios rurais não são apenas espaços de problemas, são também espaços de oportunidades e de imenso potencial. Capacitar as comunidades locais é investir em agentes de mudança que transformam os seus territórios e constroem um futuro mais inclusivo e resiliente. Como disse o poeta Ovídio, “poucos rios surgem de grandes nascentes, mas muitos crescem recolhendo fios de água”, e este exemplo aqui demonstrado sublinha a importância dos pequenos passos e do poder da acção colectiva na criação de mudanças significativas.

A regeneração dos territórios rurais não é um objetivo inalcançável, é uma oportunidade tangível que exige estratégias ousadas, compromisso político e o reconhecimento das comunidades como

protagonistas principais no seu desenvolvimento. Num mundo em constante transformação, a construção de um futuro mais sustentável e resiliente começa com a capacitação e o envolvimento daqueles que vivem, trabalham e cuidam dos seus territórios, aqueles que, mesmo não sabendo, são os verdadeiros líderes locais.

Referências

ABREU, M., ONER, O., BROUWER, A., & VAN LEEUWEN, E. (2019). Well-being effects of self-employment: A spatial inquiry. *Journal of Business Venturing*, 34(4), 589–607. https://doi.org/10.1016/j.jbusvent.2018.11.001

ALMEIDA, J., & BELEZAS, F. (2022). The rise of half-tourists and their impact on the tourism strategies of peripheral territories. In *Tourism Entrepreneurship in Portugal and Spain* (pp. 181–191). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-030-89232-6_9

ALMEIDA, J., & DANIEL, A. D. (2022). Post-pandemic opportunities for low-density territories: insights and implications from Portuguese case studies. *European Planning Studies*, 31(10), 2034–2057. https://doi.org/10.1080/09654313.2022.2074785

BACIGALUPO M., KAMPYLIS P., PUNIE Y & VAN DEN BRANDE G. (2016) *EntreComp: the entrepreneurship competence framework*. Luxembourg: Publication Office of the European Union; EUR 27939 EN. https:// doi.org/10.2791/593884

BOCK, A.-K., & KRZYSZTOFOWICZ, M. (2021). *Scenarios for EU Rural Areas 2040.* Publications Office of the European Union. Disponível em: https://op.europa.eu/s/z1hV

BOSWORTH, G., WHALLEY, J., FUZI, A., MERRELL, I., CHAPMAN, P., & RUSSELL, E. (2023). Rural co-working: New network spaces and new opportunities for a smart countryside. *Journal of Rural Studies*, 97, 550–559. https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2023.01.003

CEBRÍAN ABELLÁN, A. (2003). Génesis, método y territorio del desarrollo rural con enfoque local. *Papeles de Geografía*, (38), 61–76. Retirado de https://revistas.um.es/geografia/article/view/44991

EUROPEAN COMMISSION. (2024). *The long-term vision for the EU's rural areas: key achievements and ways forward*. Directorate-General for Agriculture and Rural Development. https://rural-vision.europa.eu/

GOHN, MARIA GLÓRIA (2004): Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. *Saúde e Sociedade*, 13(2), 20-31. https://doi.org/10.1590/S0104-12902004000200003

GONÇALVES, HERMÍNIA; MARTA-COSTA, ANA; CRISTÓVÃO, ARTUR (2013): Empoderamento de Comunidades Rurais como Prática de Revitalização de Aldeias. DRd – Desenvolvimento Regional em debate (ISSN 2237-9029) Ano 3, n. 2, p. 86-99, jul./dez. 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2024) *Instituto Nacional de Estatística - Web Portal*. Disponível em: https://www.ine.pt/.

LIOBERA SERRA, F. (2001). Conceptos clave, dinamización y asistencia en programas de desarrollo rural. *Lecciones de desarrollo rural*. Universidad de Castilla-La Mancha, CEDERCAM. Ciudad Real; pp. 51-70.

MATEUS, A. (2017). *O mundo rural e o desenvolvimento económico e social de Portugal: Uma Agenda para o futuro*. Disponível em: https://www.cm-idanhanova.pt/media/285849/Estudo%20Mundo%20Rural.pdf

OECD. (2018). *Rural 3.0: A Framework for Rural Development*. Disponível em: https://www.oecd.org/cfe/regionaldevelopment/Rural-3.0-Policy-Note.pdf

ROUNDY. (2017). "Small town" entrepreneurial ecosystems: Implications for developed and emerging economies. *Journal of Entrepreneurship in Emerging Economies*, 9(3), 238–262.https://doi.org/10.1108/JEEE-09-2016-0040

PERPINA, C. C., JACOBS-CRISIONI, C., BARRANCO, R., CURTALE, R., KOMPIL, M., VALLECILLO, S., AUTERI, D., & DIJKSTRA, L. (2023). *Opportunities and challenges for remote rural areas in the European Union* (No. JRC135398). European Commission, ISPRA. https://publications.jrc.ec.europa.eu/repository/handle/JRC135398

RODRÍGUEZ-POSE, A. (2018). The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, 11(1), 189–209. https://doi.org/10.1093/cjres/rsx024

SHUCKSMITH, M. (2004). Young people and social exclusion in rural areas. *Sociologia Ruralis*, 44(1), 43–59. https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2004.00261.x

Agradecimentos

Esta publicação é apoiada pela Rural Move – Associação para a Promoção do Investimento em Territórios de Baixa Densidade.

BRESSAN, G.; SCOGNAMIGLIO, G. (2024). ***The contribution of agricultural holdings located in the mountainous areas to the energy transition: Refections from Italy*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 70-85
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma4

THE CONTRIBUTION OF AGRICULTURAL HOLDINGS LOCATED IN THE MOUNTAINOUS AREAS TO THE ENERGY TRANSITION: REFLECTIONS FROM ITALY

O CONTRIBUTO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS LOCALIZADAS NAS ZONAS MONTANHOSAS PARA A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA: REFLEXÕES DE ITÁLIA

Giorgia BRESSAN
University of Udine
giorgia.bressan@uniud.it

Giorgia SCOGNAMIGLIO
University of Rome, MEMOTEF
giorgia.scognamiglio@uniroma1.it

Resumo

A União Europeia estabeleceu objectivos ambiciosos de neutralidade carbónica através do Pacto Ecológico Euopeu e de medidas subsequentes. Consequentemente, a necessidade urgente de dedicar novas terras à transição energética exige que se considere a melhor forma de integrar os objectivos energéticos na paisagem. Mesmo as zonas de montanha, frequentemente consideradas excepcionais pelo seu elevado valor natural e cultural, estão a tornar-se cada vez mais o local de implantação de infraestruturas de energias renováveis intermitentes. Contudo, os factores geográficos nas zonas de montanha podem não incentivar a presença de projectos de energias renováveis. Este é um desafio no Sul da Europa, por exemplo, onde uma proporção significativa do território não é plana.
Este estudo examina se os vinculos geográficos podem influenciar a distribuição espacial dos investimentos na produção de energias renováveis. O Recenseamento Italiano geral da Agricultura 2020 fornece dados municipais sobre as explorações agrícolas envolvidas em actividades remuneradas relacionadas com a produção de energias renováveis. Estes dados permitem uma análise detalhada da integração dos objectivos de descarbonização no sector agrícola. Foram utilizados testes estatísticos múltiplos e modelos de regressão para investigar potenciais diferenças entre municípios de montanha e de planície. Os resultados preliminares mostram diferenças significativas, com os municípios de montanha a apresentarem níveis mais baixos de investimento em actividades rentáveis de produção de energia renovável nas explorações agrícolas do que os seus homólogos das planícies. Estes resultados sublinham a contribuição desigual das diferentes actividades de produção de energia renovável nas explorações agrícolas.

Palavras chave: Montanha, Agricultura, Energias renováveis

Abstract

The European Union has set ambitious targets for carbon neutrality through the Green Deal and subsequent measures. As a result, the urgent need to devote new land to energy transition requires consideration of how best to integrate energy objectives into the landscape. Even mountain areas, often considered exceptional for their high natural and cultural value, are increasingly becoming the location of intermittent renewable energy infrastructure. However, geographical factors in mountain areas may not encourage the presence of renewable energy projects. This is a challenge in Southern Europe, for example, where a significant proportion of the territory is not flat.
This study examines whether geographical constraints can influence the spatial distribution of investments in renewable energy production. The Italian Agricultural Census 2020 provides municipal data on agricultural holdings engaged in remunerative activities related to the production of renewable energy. These data allow detailed analysis of the integration of decarbonisation targets with the agricultural sector. Multiple statistical tests and regression models were used to investigate potential differences between mountain and plain municipalities. Preliminary results show significant differences, with mountain municipalities showing lower levels of investment in profitable renewable energy production activities on farms than their counterparts in the plains. These results highlight the uneven contribution of different areas

BRESSAN, G.; SCOGNAMIGLIO, G. (2024). ***The contribution of agricultural holdings located in the mountainous areas to the energy transition: Refections from Italy*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 70-85
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma4

within a country to the energy transition goals. However, factors such as belonging to the province of Bolzano dominate the predictive power, suggesting that although mountain status is a critical factor, contextual factors strongly influence the commitment to renewable energy.

Keywords: Mountain, Agriculture, Renewable Energy

1- Introduction

The European Union has set ambitious targets for carbon neutrality through the Green Deal and subsequent measures. Renewables are the future of European countries, not only because the continent is a key player in the global fight against climate change, but also because they are fundamental to tackling the energy insecurity problem following the invasion of Ukraine by Russian troops in February 2022. The increasing reliance on renewables is not without consequence from a geographical perspective (Deshaies, 2020). They are characterized by lower power density compared to fossil fuels (Smil, 2015); consequently, a problem of identifying new surfaces to install such energy infrastructure emerges. Fragile environments such as mountainous areas are not excluded from this challenge, especially if an equality perspective is taken and there is an objective of reducing winter electricity import dependency. Mountains are generally known as a source of biomass and hydroelectric energy, but as there are limits to further capacity expansion, it is important to assess the contribution of mountainous areas to the development of modern renewable energy.

The theme is particularly relevant in Europe, as mountains characterize the landscape of many European countries. It is perhaps trivial to recall that mountainous areas are very diverse in terms of climate, ecology, economy and other characteristics. Gløresen et al. (2004) describe that, for example, there are large differences in land cover. In northern Europe, grassland is proportionally more important, as is barren land and permanent ice and snow in Scandinavia. In central and southern Europe, arable land is much more important than grassland. Mediterranean scrub is important in Greece and over much of the Iberian Peninsula. Thus, an increased presence of renewables in these environments would interfere differently with the current land uses, but if the installation concerns are already artificial surfaces, this diversity will become less significant and a European-wide approach to the problem becomes relevant. In addition, the climate change problem is common.

The purpose of this study is to investigate whether geographical constraints can influence the spatial distribution of investments in renewable energy production. The context of the research is Italy, which was chosen for two main reasons. Firstly, because a gross production of 143.03 TWh from gas is the highest value in Europe in 2022 (European Union, 2024). Considering that Italy is a gas importer, the above-mentioned data underline the fact that its energy needs are mainly met by territorial transformations taking place outside its borders. The ongoing energy transition will change this picture and will increasingly require clean energy production to take place domestically. Specifically, the ambitious targets set out in Italy's Integrated Energy and Climate Plan call for the installation of around 40 GW of new capacity by 2030,

almost exclusively from wind and photovoltaic sources[6]. The Italian case study is also interesting because the 2020 Agricultural Census provides for the first time municipal data on agricultural holdings engaged in remunerated activities related to the production of renewable energy. These data allow for a detailed analysis of the integration of decarbonisation targets in the agricultural sector. A common way to increase renewable capacity in this sector is to use the roofs of stables to install solar photovoltaic panels, for instance. This is particularly interesting, as it does not imply a major transformation of the landscape, as is the case where energy infrastructure occupies large open areas. This note is quite important because social obstacles such as public reservations linked to changes in landscape aesthetics and habitat quality, rather than technical constraints, pose the greatest limits to the development of intermittent renewable energy (Pasqualetti, 2011).

This article aims to contribute to the growing literature on the transformation of southern European landscapes due to renewables (cfr. Bressan, 2024). It examines whether the presence of permanent natural handicaps due to topographical constraints negatively influences the development of renewable energy in agricultural holdings in such areas. This is a particularly relevant issue for the European context as a whole, given that a consistent part of its territory is not flat, in addition to the fact that the solutions where energy infrastructures are integrated with existing functions should be privileged.

The paper is structured as follows. The next section discusses the contribution of mountainous areas to the energy transition. Then, the data and the approach used in the analysis are presented. Subsequently, statistical tests and analyses are carried out to investigate potential differences between mountain and plain municipalities. The final section wraps up the research.

2 – The energy transition in the Italian mountainous area

Despite the advantages of renewables from a greenhouse gas emission perspective, public reservations on type of energy source might surge (Grilli et al., 2017). It is well known that there are two main ways to expand renewables capacity: by occupying large open areas with ground-mounted installations, for instance, or using artificial surfaces such as rooftops. Consequently, renewable energy infrastructures can cause a remarkable change not only in the material appearance of the landscape and in terms of nature conservation and wildlife, but also in the way people living nearby perceive that new environment. The great demand for space linked to the current energy transition must include mountain spaces in the discussion. Mountainous areas are special environments and are of vital importance in their countries in many ways: as “water towers”, especially in summer; as centers of biological and cultural diversity; as providers of recreational and tourist opportunities based on natural features and the local

[6] Source: https://www.terna.it/it/sistema-elettrico/ruolo-terna/insight (last accessed: 18 December 2024).

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma4

heritage. However, there are conditions under which such environments are suitable to host renewable energy projects.

Especially in the twentieth century, mountainous areas were very important for energy production from forest biomass and hydroelectric power. However, the contribution of the latter may change drastically in the next years due to climate change. According to the statistics published by Terna[7] - the Italian company operating the electricity transmission networks - the gross production from hydroelectric power passed from 47,478.4 GWh in 2021 to 30,290.7 in 2022, which means an annual reduction of 36,2%. The same Terna[8] explains that this outcome was due to natural conditions which contributed to the drop in reservoir levels in many months, remaining below historical levels, with an average reduction of 20% in rainfall and 40% in snowfall. In general, the issue of climate change creates a very worrying scenario for the electricity generation system, as the exceptional conditions of high temperatures and low rainfall have potentially negative and multiplying effects on the adequacy of the system. These features simultaneously affect both demand (e.g. higher request for air-conditioning) and generation capacity, due to the reduction in available capacity linked to the effects of high temperatures on the phenomenon of derating and limits for cooling the plants.

Mountainous areas like the Alps, which are characterized with great seasonal weather variability together with geographical isolation, are not per se the ideal context for solar photovoltaic production. However, as illustrated by Đunkan et al. (2024), beside options such as hydro dam walls and floating infrastructure on lakes, the installation of photovoltaic plants above the winter cloud and fog cover could be a viable solution in some high-altitude mountain areas, albeit with risks and revenue uncertainties. Wind technologies are also not the best option for mountainous areas. On this aspect, Grilli et al. (2017) points out that they guarantee several benefits in terms of return on investment, efficiency of the technology and the capacity factor of the power plants; however, when focusing on the environmental consequences and public perceptions the evaluation is different. The scarce adoption of intermittent renewable energy in the Italian mountainous area, as illustrated in Terna's regional data, reflects these issues. However, it cannot be excluded that other places besides large open areas can host the infrastructure for the energy transition.

[7] Source: «Dati statistici sull'energia elettrica in Italia 2023», available at https://download.terna.it/terna/Terna_annuario_statistico_energia_elettrica_Italia_2023_8dd211b3585b028.pdf (last accessed 28 December 2024).
[8] Source: «La corsa a due velocità dell'Italia nel 2022», available at https://download.terna.it/terna/corsa-due-velocita-italia-2022_8db77058d6a9ed5.pdf (last accessed 28 December 2024).

BRESSAN, G.; SCOGNAMIGLIO, G. (2024). ***The contribution of agricultural holdings located in the mountainous areas to the energy transition: Refections from Italy*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 70-85
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma4

3 – The approach

3.1- Data

The identification of the mountainous area is made in this research using the geographical layer provided by the European Environmental Agency, which covers the 38 member countries of the European Environment Agency network plus the United Kingdom, Andorra, and San Marino[9]. The layer was intersected with the cartography of the Italian municipalities in order to identify the municipalities where this feature is present.

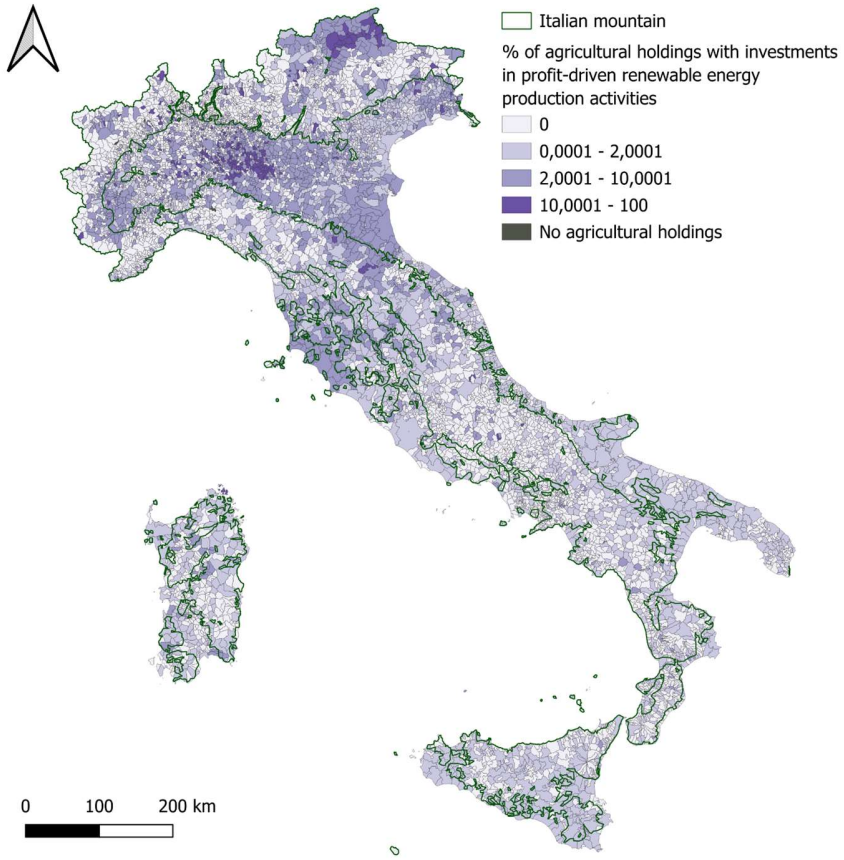


Figure 1 - Thematic map concerning the percentage agricultural holdings in each Italian municipality where there are investments in profit-driven renewable energy production activities
Source: Authors' elaboration

[9] Data source: https://www.eea.europa.eu/en/datahub/datahubitem-view/48b6f8a7-9e5a-4865-bd05-59c29348b5fb (downloaded on 25 February 2024). According to the information provided in the web page "the delineation of European mountainous areas was carried out by using digital elevation models, considering different criteria combination of thresholds of altitude, climate, and topography variables".

The other main source of data is the Italian 2020 Agriculture Census, provided by the Italian Institute of Statistics (ISTAT). This makes it possible to identify the number of agricultural holdings in each Italian municipality where there are investments in profit-driven renewable energy production activities. It could be energy from renewable non-fossil sources, i.e. wind, solar, aerothermal, geothermal, hydrothermal and ocean energy, hydropower, biomass, landfill gas, sewage treatment plant gas, and biogas[10]. Figure 1 is a thematic map of Italy with the percentage of agricultural holdings having such a feature.

It is possible to observe that in most Italian municipalities, there are no agricultural holdings with this type of investment. High values of this variable are observed in the plain area of North Italy, and in the municipalities of the Tyrrhenian coast of Tuscany and Latium. It is also interesting to note the very high values in the northernmost part of Italy, in the province of Bolzano, on the border with Austria.

Finally, for the statistical analysis, we have considered a set of variables that can allow demographic and economic characterization of the Italian municipality. Table 1 shows the variables considered in this paper.

Table I - List of variables

Acronym	Variable	Source
PER_R_C	**Percentage of agricultural holdings where there are investments in profit-driven renewable energy production activities**	**ISTAT, Agriculture Census, Municipal level**
SUP	Surface (kmq)	ISTAT, Municipal level
POP_RES	Population	ISTAT, Municipal level
DENS	Population density	ISTAT, Municipal level
URBAN	Degree of urbanization (1=cities; 2=towns; 3=rural areas)	ISTAT, Municipal level
LAND_CON	Percentage of consumed soil on total municipal area	ISTAT, Municipal level, Municipal Fragility Index
ACCES_SE	Accessibility index for essential services	ISTAT, Municipal level, Municipal Fragility Index
ACCESS_STRA	Accessibility index for motorway network	ISTAT, Municipal level
PROT_NAT	Percentage of the municipal area covered by terrestrial protected areas included in the Official List of Protected Areas or in the Natura 2000 Network	ISTAT, Municipal level, Municipal Fragility Index
ARU	Utilised agricultural areas (hectares)	ISTAT, Agriculture Census, Municipal level
HO	Number of agricultural holdings	ISTAT, Agriculture Census, Municipal level

[10] Data source: https://esploradati.istat.it/databrowser/#/it/censimentoagricoltura/categories/CENSAGR/CENSAGR_STRCHAR/IT1,DCAT_CENSAGRIC2020_GAIN,1.0 (downloaded on 16 May 2024).

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma4

DIM_EC_C	Number of agricultural holdings with an economic dimension over 100,000 euros	ISTAT, Agriculture Census, Municipal level
PERC_EC_C	Percentage of agricultural holdings with an economic dimension over 100,000 euros	ISTAT, Agriculture Census, Municipal level
IRR	Solar radiation (kWh/m2)	JRC (mean value)
BOLZ	Municipality pertaining to the Bolzano province (=1)	ISTAT, Municipal level
SUD	Municipality located in the South of Italy (=1)	ISTAT, Municipal level
STAT	Municipalities in special (=1) or ordinary (=0) statute regions	ISTAT, Municipal level
PERC_IMP_ATT	Percentage of firms active in the agricultural sector	Chambers of commerce, provincial level
PERC_ADD	Percentage of employees in the agricultural sector	Chambers of commerce, provincial level
RED	Average taxable income	Ministry of Economy and Finance, Municipal level
IST	Population aged 25-64 with no more than lower secondary education or vocational training	ISTAT, Municipal level
OCC	Employment rate (20-64 years)	ISTAT, Municipal level

3.2- Methodology

The analysis employed multiple statistical methods to evaluate how agricultural holdings in mountainous areas contribute to the energy transition. The methodological framework was designed to evaluate whether the geographical classification of a municipality (specifically, whether it is mountainous or not) affects investment in renewable energy activities. Methods included exploratory statistical tests for differences to compare renewable energy activities between mountainous and non-mountainous municipalities, and regression models to further explore this relationship and identify influencing factors.

Municipalities were classified based on the EU_MOUN variable, with mountainous areas coded as 1 and non-mountainous as 0. The primary variable of interest, PER_R_C (percentage of agricultural holdings with activities related to the production of renewable energy), was compared between the two groups using three statistical tests: Wilcoxon's test, Somers' Delta test, and Levene's test (Agresti and Finlay, 2009; Field et al., 2012; Hollander, 2013).

- Wilcoxon's test is a non-parametric test used to compare the distributions of a variable between two independent groups. By focusing on medians rather than means, it avoids the assumption of normality, making it suitable for skewed data. A significant result indicates a difference in central tendency between groups (Mann and Whitney, 1947).
- Somers' Delta quantifies the strength and direction of the association between variables. Values range from -1 (perfect negative association) to +1 (perfect positive association), with 0 indicating no association (Somers, 1962).

- Levene's test is used to assess the homogeneity of variances (homoscedasticity) between two or more groups. It determines whether the variability of renewable energy activities in agricultural holdings significantly differs between mountainous and non-mountainous areas. A significant result ($p \leq 0.05$) suggests unequal variances, and the F-value quantifies the extent of variance differences, with larger values typically indicating greater discrepancies (Levene, 1960).

Regression analyses incorporated a set of control variables to account for potential confounding factors, such as demographic, economic, and infrastructural factors, such as degree of urbanization, population density, accessibility, and regional characteristics (e.g., protected natural areas and energy policies in specific areas like Bolzano) (see Table I). Least Absolute Shrinkage and Selection Operator (LASSO) regression identified key predictors by imposing a penalty on the size of the coefficients to reduce model complexity and minimize overfitting (Tibshirani, 1996). A Logit regression model was employed to examine the likelihood of a municipality being classified as mountainous (EU_MOUN=1) based on the percentage of agricultural holdings engaged in renewable energy activities (PER_R_C), using odds ratios for interpretation. Ordinary Least Squares (OLS) regression with bootstrap analysis (999 replicates) was performed with PER_R_C as the dependent variable and EU_MOUN as the primary independent variable to assess the stability of the coefficient. Bootstrapping, a statistical resampling method, estimates the distribution of a parameter (e.g. a coefficient) by simulating multiple samples from the observed distribution, enabling the derivation of confidence intervals and robust variability estimates (Efron and Tibshirani, 1993). Multicollinearity was tested using Variance Inflation Factors (VIF) and the condition index (Belsley et al., 2005). These measures ensured that the observed relationships were not significantly influenced by collinearity among predictors.

4 – Results and discussion

Exploratory Analysis and Test for Differences

The exploratory analysis revealed significant differences in renewable energy activities between mountainous and non-mountainous municipalities. The Wilcoxon test (*p-value*: <2.2e-16) showed a highly significant difference in the distributions, indicating that agricultural holdings in mountainous areas are less likely to engage in renewable energy activities. Somers' Delta (Δ = -0.2626323) showed a negative association between mountain classification (EU_MOUN=1) and engagement in renewable energy activities. Levene's test (F-value: 404.62, *p-value*: < 2.2e-16) confirmed significant differences in the variability between the two groups, highlighting non-uniform distributions across territorial types. Table II provides a summary of these results.

BRESSAN, G.; SCOGNAMIGLIO, G. (2024). ***The contribution of agricultural holdings located in the mountainous areas to the energy transition: Refections from Italy*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 70-85
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma4

Table II - Statistical tests comparing mountainous (EU_MOUN=1) and non-mountainous (EU_MOUN=0) municipalities for PER_R_C.

Test	Value	p-value
Wilcoxon	8508838	< 2.2e-16 ***
Somers' Delta	-0.2626323	-
Levene	404.62	< 2.2e-16 ***

Source: authors elaboration in R environment, *stats*, *DescTools,* and *car* packages.

LASSO Regression and Variable Selection

LASSO regression identified EU_MOUN (β=−0.496) as a key negative predictor of renewable energy activities, with BOLZ (β=3.909) showing the strongest positive effect. Other influential variables included PERC_EC (β=1.362), RED (β=0.315), and URBAN (β=0.280), while variables like PERC_IMP_ATT (β=−0.224), DENS (β=−0.138), and IST (β=−0.137) exhibited negative associations. SUP (β=−0.035) and POP_RES (β=0.018) showed minimal coefficients, leading to their exclusion from further analysis. The model explained a modest variance (R^2 = 0.2025) but effectively isolated the most relevant predictors, confirming the utility of LASSO for reducing dimensionality and enhancing interpretability in complex datasets. Outputs are provided in Table III.

Table III LASSO Regression Output. Predictors ordered from most influential to least influential.

Coefficients for Selected λ=0.00681292	
Variable	*Coefficient (β)*
const	0,658
BOLZ	3.909
PERC_EC	1.362
EU_MOUN	-0.496
RED	0.315
URBAN	0.280
PERC_IMP_ATT	-0.224
IST	-0.137
DENS	-0.138
STAT	0.138
PERC_ADD	0.160
IRR	-0.104
PROT_NAT	-0.073
OCC	0.075
SUD	0.122
LAND_CON	-0.058
ACCES_SE	-0.048
ACCES_STRA	-0.036
SUP	-0.035
POP_RES	0.018
BOLZ	3.909
Additional Model Information	

Cross-validation folds	10
Number of observations	7,904
λ (Minimized MSE)	0,00681292 (*)
Training Data R2	0.1104
Largest λ within one SE of the minimum	1,000000

Source: authors' elaboration in R environment, *stat* package.

Logit Regression Analysis

The Logit regression model revealed that increased renewable energy production by agricultural holdings (PER_R_C) reduces the probability of a municipality being mountainous. An odds ratio of 0.948 (p-value < 0.0001) indicates that a 1% increase in PER_R_C reduces the likelihood of a municipality being mountainous by 5.1%, holding other variables constant. The variable BOLZ was automatically excluded from the logistic regression because every municipality where BOLZ = 1 is classified as mountainous (EU_MOUN = 1) with 100% certainty. These results highlight potential geographical disparities in renewable energy investments, suggesting that mountainous areas may face structural and economic challenges in adopting renewable energy. Outputs are provided in Tables IV and V.

Table IV - Logit Regression Output: coefficients, significance, and summary statistics

	Coefficient (B)	*Std.Error*	*z*	*p-value*	
const	2.30492	0.223114	10.33	<0.0001	***
PER_R_C	**−0.0526402**	**0.0125115**	**−4.207**	**<0.0001**	*******
URBAN	−0.329061	0.0823511	−3.996	<0.0001	***
STAT	0.939680	0.108587	8.654	<0.0001	***
SUD	−0.412206	0.112639	−3.660	0.0003	***
ACCES_SE	0.774688	0.0579015	13.38	<0.0001	***
LAND_CON	−1.44815	0.0812768	−17.82	<0.0001	***
PROT_NAT	0.355488	0.0502792	7.070	<0.0001	***
PERC_EC	−0.845921	0.0426207	−19.85	<0.0001	***
PERC_IMP_ATT	−0.406183	0.0716922	−5.666	<0.0001	***
PERC_ADD	0.371785	0.0729933	5.093	<0.0001	***
IRR	−1.03740	0.0725889	−14.29	<0.0001	***
DENS	0.723437	0.0629792	11.49	<0.0001	***
RED	−0.300471	0.0550620	−5.457	<0.0001	***
IST	−0.412097	0.0434816	−9.478	<0.0001	***
OCC	−0.735584	0.0706714	−10.41	<0.0001	***
Summary Statistics					
Mean Dependent Variable	0.685016		Log-Likelihood	−2834.307	
Sum of Squared Residuals	0.464539		Akaike Criterion (AIC)	5700.615	
Adjusted R2	0.421044		Schwarz Criterion (BIC)	5812.213	

Source: authors' elaboration in R environment, *stat* package.

Table V - Logit Regression Output: Odds ratios and confidence intervals

Variable	*Odds Ratio*	*Std. Error*	*95% Confidence Interval*
PER_R_C	**0.948721**	**0.01187**	**[0.925740, 0.972273]**
URBAN	0.719599	0.05926	[0.612341, 0.845645]
STAT	2.55916	0.277891	[2.06856, 3.16612]
SUD	0.662188	0.074588	[0.531010, 0.825771]
ACCES_SE	2.16991	0.125641	[1.93712, 2.43068]
LAND_CON	0.235004	0.0191	[0.200398, 0.275587]
PROT_NAT	1.42688	0.071742	[1.29297, 1.57465]
PERC_EC	0.429162	0.018291	[0.394768, 0.466552]
PERC_IMP_ATT	0.666188	0.047761	[0.578858, 0.766693]
PERC_ADD	1.45032	0.105864	[1.25699, 1.67339]
IRR	0.354375	0.025724	[0.307379, 0.408555]
DENS	2.06151	0.129832	[1.82212, 2.33234]
RED	0.74047	0.040772	[0.664719, 0.824852]
IST	0.66226	0.028796	[0.608159, 0.721174]
OCC	0.479225	0.033868	[0.417238, 0.550421]

Source: authors' elaboration in R environment, *stat* package.

OLS Regression and Bootstrap Analysis

OLS regression (Table VI) confirmed a negative association between being mountainous (EU_MOUN) and renewable energy activities (β = −0.470, p < 0.0001). Other variables showed very significant effects: degree of urbanization (URBAN), location in the province of Bolzano (BOLZ), percentage of agricultural holdings with an economic dimension over 100,000 (PERC_EC), percentage of employees in agriculture (PERC_ADD), and average income (RED) positively influence renewable energy production, while factors like percentage of agricultural holdings (PERC_IMP_ATT) and low education level (IST) are negatively associated. The consistency of the key results with the Logit model reinforces the reliability of the analysis, while the multicollinearity check, through VIF values (1.05 - 6.43), confirmed the robustness of the model.

Table VI - OLS regression output

Variable	*Coefficient (β)*	*Std. Error*	*t*	*p-value*	
EU_MOUN	**−0.470044**	**0,106514**	**−4.413**	**<0.0001**	***
URBAN	0.507845	0.0330009	15.39	<0.0001	***
STAT	0.223155	0.118756	1.879	0.0603	*
BOLZ	3.88687	0.375683	10.35	<0.0001	***
SUD	0.221247	0.123812	1.787	0.0740	*
PROT_NAT	−0.0853226	0.0436355	−1.955	0.0506	*

LAND_CON	0.00184139	0.0891717	0.02065	0.9835	
ACCES_SE	−0.0962177	0.0536855	−1.792	0.0731	*
ACCES_STRA	−0.0662411	0.0506319	−1.308	0.1908	
PERC_EC	1.37371	0.0462300	29.71	<0.0001	***
PERC_IMP_ATT	−0.319892	0.0791951	−4.039	<0.0001	***
PERC_ADD	0.244602	0.0825554	2.963	0.0031	***
IRR	−0.115878	0.0509412	−2.275	0.0229	**
ARU	−0.00761223	0.0400875	−0.1899	0.8494	
POP_RES	0.0436009	0.0458039	0.9519	0.3412	
SUP	−0.0350381	0.0475711	−0.7365	0.4614	
DENS	−0.147950	0.0802663	−1.843	0.0653	*
RED	0.336364	0.0637974	5.272	<0.0001	***
IST	−0.153177	0.0478433	−3.202	0.0014	***
OCC	0.0778711	0.0718665	1.084	0.2786	
Model fit					

Mean dependent variable	1.156140	SQM dependent variable	3.882662
Residual Sum of Squares	95001.07	Standard Error reg.	3.471731
R-squared	0.202396	P-value(F)	0.000001
F (20, 7882)	143.8213	Akaike	42115.38
Log-likelihood	-21037.7	Schwarz	42163.16

Source: authors' elaboration in R environment, *stat* package.

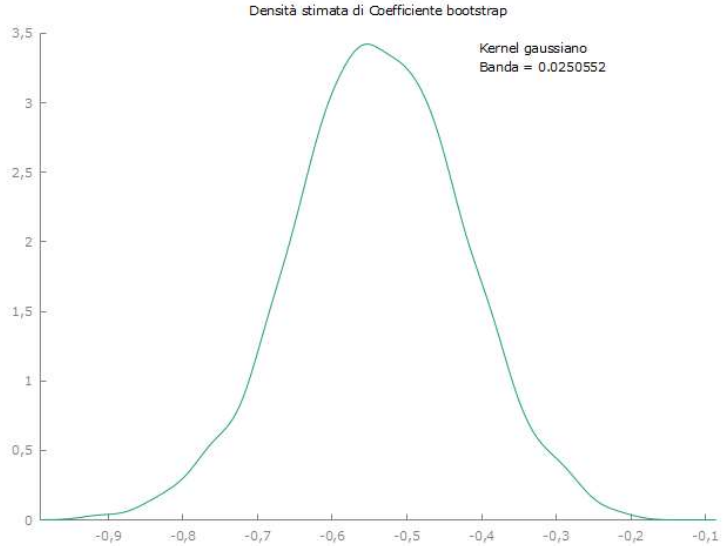


Figure 2 - Estimated density of the bootstrap coefficients.
Source: authors' elaboration in R environment, *glmnet* package.

The bootstrap analysis revealed an estimated density for EU_MOUN centered at −0.537. The 95% confidence interval (−0.743 to −0.317) and the symmetrical distribution of the coefficient (Fig. 2) reinforced

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma4

the robustness and stability of the findings, as well as the significance and reliability of EU_MOUN as a predictor. Regardless of the specific sample used, the coefficient consistently exhibits a negative effect on the dependent variable. However, the observed variability suggests that the "mountain effect" can fluctuate depending on the sample, possibly due to the presence of particularly high-performing mountainous municipalities, such as those in the province of Bolzano, where favorable conditions may encourage renewable energy investments. These outliers contribute to the observed fluctuation and highlight the heterogeneity among mountainous areas.

In brief, the results indicated a clear negative relationship between mountainous municipalities and renewable energy engagement among agricultural holdings, as evidenced by multiple complementary statistical methods.

The explanatory analysis revealed a significant difference between mountainous and non-mountainous municipalities in terms of renewable energy activities, highlighting a strong geographical gap. LASSO regression provided a robust basis for variable selection, identifying EU_MOUN as a significant negative predictor. However, factors such as belonging to the province of Bolzano (BOLZ) dominate the predictive strength, suggesting that, although mountain status is a critical factor, contextual peculiarities (e.g. policies, economic conditions) strongly influence engagement to renewable energy mitigating the "mountain effect".

The Logit model reinforced these findings, revealing that municipalities with higher levels of renewable energy investment are less likely to be mountainous, likely due to structural and economic limitations that inhibit such activities in these areas. The OLS analysis, supported by bootstrap procedures, further validated the negative association and highlighted the validity of the coefficient EU_MOUN. Again, the variability observed in the bootstrap coefficient, particularly in relation to high-performing municipalities like those in Bolzano, suggests that exceptions exist within mountainous areas that may require further exploration.

Future research could focus on understanding the factors that make some mountainous municipalities outliers in terms of renewable energy investments. Further analysis could involve testing the robustness of these findings by excluding exceptional municipalities, as well as by replicating the models with alternative definitions of “mountain”. Additionally, it would be valuable to explore the interaction effects between mountainous status and other socio-economic or environmental factors, such as agricultural productivity, or access to renewable energy incentives, to better understand the drivers of investment disparities in renewable energy across different territorial contexts. In particular, the structural characteristics of the agricultural sector should be greater considered in order to interpret these findings. Finally, employing spatial models (e.g., spatial Logit) could account for spatial dependencies and spillover effects, offering a more comprehensive understanding of the geographical dynamics influencing renewable energy engagement.

BRESSAN, G.; SCOGNAMIGLIO, G. (2024). ***The contribution of agricultural holdings located in the mountainous areas to the energy transition: Refections from Italy*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 70-85
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma4

5 – Conclusion

The research presented in this paper consists of an original analysis focusing on the integration of decarbonisation targets with the agricultural sector. In Italy, statistical data at the municipal level on the presence of renewables are rare. Consequently, the data used in this paper, collected in the context of the Italian Agriculture Census, offer a unique opportunity to analyze a particular aspect of the energy transition at a very low geographical scale. The special focus of this paper is on mountainous areas that, despite their permanent natural handicaps due to topographical and climatic constraints, can make their important contribution to the energy transition.

To wrap up the paper, we would like to emphasize two aspects. The first observation comes from Figure 1. The presence of investments in renewables in agricultural holdings, although limited, shows that agricultural landscapes are increasingly equipped with infrastructures for the production of renewable energy. They highlight that the landscape, even one as fragile as the mountainous one, is destined to change significantly due to the demand for energy, which will be satisfied more and more at a domestic level. On the other hand, statistical findings reveal significant disparities across the Italian territory, with mountainous municipalities exhibiting lower levels of investments in profit-driven renewable energy production activities within agricultural holdings than their counterparts in the plains. These results show the unequal contribution of different territories within the same country to the energy transition. However, the very high values in the mountainous area of Bolzano testify that the geographical factors alone are not per se barriers to the development of renewables.

The next step is to reflect whether these results can help policymakers to design energy policies that encourage the development of renewable capacity in the mountainous region. The variable weather conditions of these geographical contexts justify the government's support to tackle the financial risks. It's clear that promoting renewable energy investments in mountainous areas is not without consequences for the environment and people living there. One priority is that these policies should strike a balance between development and preservation, given the special features of mountainous areas. If one of the main problems of renewable energy development is social, then the objective should consist in minimizing the territorial impacts by avoiding an increase in the artificial soil. In this light, investments made in rooftops of agricultural holdings or in other artificial surfaces should be privileged by policymakers.

The research presented in this paper can be further developed from a methodological perspective, as discussed in the previous section, but it can also be extended spatially. The energy transition is a challenge that affects the whole of Europe, that is why experiences in one country should be compared with those in another. Clearly, the availability of data at a low geographical level is crucial to allow the analysis to be replicated elsewhere.

Acknowledgment

The research conducted in this article is part of the activities carried out by the Sapienza University of Rome research group, coordinated by Roberta Gemmiti, for the PRIN 2020 project - Mountains INsiDe the mountain (MIND) prot. 2020XWM9ML (PRIN programme call 2020). The authors shared entirely the contents of this article; however, paragraphs 3.2 and 4 are attributed to Giorgia Scognamiglio, the rest to Giorgia Bressan.

Bibliography

AGRESTI, A., FINLAY, B. (2009). *Statistical methods for the social sciences*. Pearson Prentice Hall.

BELSLEY, D.A., KUH, E., WELSCH, R.E. (2005). *Regression diagnostics: Identifying influential data and sources of collinearity*. John Wiley & Sons.

BRESSAN, G. (2024). Territori della transizione: considerazioni geografiche sullo sviluppo delle energie rinnovabili nei paesi dell'Europa mediterranea. In Bettini, E., Tondini, D. (Eds.) VI Forum internazionale del Gran Sasso Partenariato Euro-Africano: V Conferenza. Conoscere per *Costruire. Il ruolo dei centri accademici, di ricerca e della formazione, Atti Collana Forum del Gran Sasso*, 6 (2), 671-689.

DESHAIES, M. (2020). Problèmes géographiques des transitions énergétiques: quelles perspectives pour l'évolution du système énergétique? *Mondes en développement*, 4 (192), 25-44.

ĐUNKAN, M., GUT D., GUMBER A., STEFFEN, B. (2024). Harnessing solar power in the Alps: A study on the financial viability of mountain PV systems. *Applied Energy*, 375, 124019.

EFRON, B., TIBSHIRANI, R. (1993). *An Introduction to the Bootstrap*. Chapman and Hall, New York, London.

EUROPEAN UNION (2024). EU energy in figures. Statistical pocketbook 2024, Publications Office of the European Union, Luxemburg.

FIELD, A., FIELD, Z., MILES, J. (2012). *Discovering statistics using R*. SAGE Publications Ltd.

GLØERSEN, E. et al. (2004). *Mountainous areas in Europe: Analysis of mountainous areas in EU member states, acceding and other European countries*. Nordregio Report to the Directorate–General for Regional Development, European Commission. Stockholm.

GRILLI, G., DE MEO, I., GAREGNANI, G., PALETTO A. (2017). A multi-criteria framework to assess the sustainability of renewable energy development in the Alps, *Journal of Environmental Planning and Management*, 60 (7),1276-1295.

HOLLANDER, M. (2013). *Nonparametric statistical methods*. John Wiley & Sons Inc.

LEVENE, H. (1960). *Robust tests for equality of variances*. In: I. Olkin, (eds.) Contributions to Probability and Statistics: Essays in Honor of Harold Hotelling, 278-292. Palo Alto, CA: Stanford University Press.

MANN, H.B., WHITNEY, D.R. (1947). On a test of whether one of two random variables is stochastically larger than the other. *The Annals of Mathematical Statistics*, 18(1), 50-60.

PASQUALETTI, M.J. (2011). Social barriers to renewable energy landscapes, *Geographical Review*, 101 (2), 201-223.

SCOTT C.A., KHALING S., PADMENDRA P. SHRESTHA, F., RIERA, S., CHODEN, K., SINGH, K. (2023). Renewable Electricity Production in Mountain Regions, *Mountain Research and Development*, 43 (1), A1-A8.

SOMERS, R.H. (1962). A new asymptotic theory for the accuracy of the delta method in regression analysis. *Journal of the American Statistical Association*, 57 (298), 256-266.

TIBSHIRANI, R. (1996). Regression shrinkage and selection via the lasso. *Journal of the Royal Statistical Society Series B: Statistical Methodology*, 58 (1), 267-288.

RIBEIRO, A.; SILVA, I.; CAETANO, L. FARINA, C. (2024). ***Environmental recovery of areas degraded by mining. Case study: Company JJG Itaboraí LTDA.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 86-96
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma5

ENVIRONMENTAL RECOVERY OF AREAS DEGRADED BY MINING. CASE STUDY: COMPANY JJG ITABORAÍ LTDA.

RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DEGRADADAS POR MINERAÇÃO. ESTUDO DE CASO: EMPRESA JJG ITABORAÍ LTDA.

André Luís Pereira RIBEIRO
University of Rio de Janeiro, UFRRJ
andreluis.geologia@gmail.com

Igor Cristiano SILVA
Geologist, Civil Engineer and Consultant
igorcristiano@hotmail.com

Lucio Carramillo CAETANO
University of Rio de Janeiro, UFRRJ
carramillo@gmail.com

Cefas Dutra FARINA
University of Rio de Janeiro. UFRRJ
ce.farina@hotmail.com

Abstract

This paper presents a case study of the environmental recovery of an old sand extraction area located in the municipality of Itaboraí, Rio de Janeiro state, Brazil, owned by JJG ITABORAÍ AREAL LTDA and covering 49.79 hectares. Growing concern about environmental preservation has led Brazilian mining and environmental management authorities to require the mining sector to recover mined areas during and, particularly, after the completion of extraction. The area studied is an open-cast extraction site with shallow pits averaging 70 cm in depth, without reaching the water table and with environmental controls intended to maintain ecosystem balance. Mining activities ended in 2020, and by 2024 the area had been fully recovered. In some of the reclaimed areas, the landscape returned to a condition similar to that existing before the mining project. Environmental controls included the replanting of orange and banana crops, the establishment of grass plantations and the recovery of pasture areas. The study was based on documentary research using information provided by the company, a technical field visit, photographic records and descriptive observations, complemented by consultations with company owners and employees. The results demonstrate that environmental recovery of a degraded mining area is feasible when recovery measures are progressively implemented during the mining operation and maintained after its closure.

Keywords: Mining, Environmental Recovery, Environment

Resumo

O presente trabalho apresenta um estudo de caso relacionado com a recuperação ambiental de uma antiga área de extração de areia, localizada no município de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro, Brasil. Trata-se da empresa JJG ITABORAÍ AREAL LTDA, cuja área concessionada possui 49,79 hectares. As crescentes preocupações com o meio ambiente e a preservação ambiental levaram os órgãos brasileiros responsáveis pela mineração e pela gestão ambiental a exigir do setor de mineração a recuperação ambiental das áreas mineradas durante e, sobretudo, após a conclusão da extração. A área estudada corresponde a uma jazida de extração a céu aberto, em cavas rasas, com profundidade média de 70 cm, sem atingir o lençol freático e com a adoção de controles ambientais destinados à manutenção do equilíbrio do ecossistema. Os trabalhos de extração foram encerrados em 2020 e, em 2024, a área encontrava-se totalmente recuperada. Em parte dos locais recuperados, a paisagem retornou a uma condição semelhante à existente antes do empreendimento minerário. Entre as medidas adotadas destacam-se os controles ambientais, o replantio de laranja e banana, o cultivo de capim e a recuperação das áreas de pastagem. A metodologia baseou-se em pesquisa documental, utilizando informações disponibilizadas pela empresa, visita técnica de campo, registros fotográficos e observações descritivas, complementadas por consultas aos proprietários e funcionários da empresa. Os resultados demonstram que é possível recuperar uma

área degradada pela mineração quando as medidas de recuperação são implementadas de forma progressiva durante a exploração e mantidas após o encerramento da atividade.

Palavras-Chave: Mineração, Recuperação Ambiental, Meio Ambiente, Areia.

1 - Introduction

Regardless of its great importance for the development of humanity over time, and its necessity for human technological advancement, it is common for mining to be considered a great environmental villain that irreversibly destroys the environment. Still, over the years, with the growth of environmental concern, thanks to the various environmental regulations created not only by environmental management bodies, but also by mining management bodies, mining has become one of the sectors most concerned with environmental recovery, since each and every mining venture already carries out environmental recovery of the mined area during the advancement of the mining front, and also after its closure.

This study presents the results of the environmental recovery work undertaken by the sand extraction company JJG ITABORAÍ AREAL LTDA, located in the municipality of Itaboraí, in the state of Rio de Janeiro, Brazil. The aim of this work is to present another aspect related to mining activity, demonstrating that mining not only can, but under current legislation in Brazil, has an obligation to recover, recompose or readjust the environment into which it is inserted, either by reutilizing the area for the same activities already conducted before the mining activity began, or for another type of utilization, such as reforestation, cultural activities, the implantation of allotments, among others.

The methodology used in this study comprised documentary research and fieldwork. The documentary stage involved the analysis of technical and environmental information made available by JJG ITABORAÍ AREAL LTDA, including documentation related to the mining operation and environmental recovery. The fieldwork consisted of a technical visit to the area where the environmental recovery described in this case study was carried out. During the visit, photographic records and descriptive observations of the conditions of the site and the recovered areas were obtained. To complement the documentary and field information, consultations were held with the company's owners and employees, allowing additional information about the mining operation and the recovery measures to be incorporated into the study.

2 - Study Area

The area in question was a mining project for silty-clay sand (areola), owned by JJG ITABORAÍ AREAL LTDA, covering 49.79 hectares in Itaboraí, Rio de Janeiro, Brazil. Figure 1 presents the location of the State of Rio de Janeiro in Brazil, while Figure 2 presents the location of the Municipality of Itaboraí within the State of Rio de Janeiro. The mineral resource was of sufficient quality and quantity to be characterized as a deposit and could be extracted by open-cast methods in shallow pits with average

depths of 70 cm, without reaching the water table. Environmental controls were implemented throughout the operation.

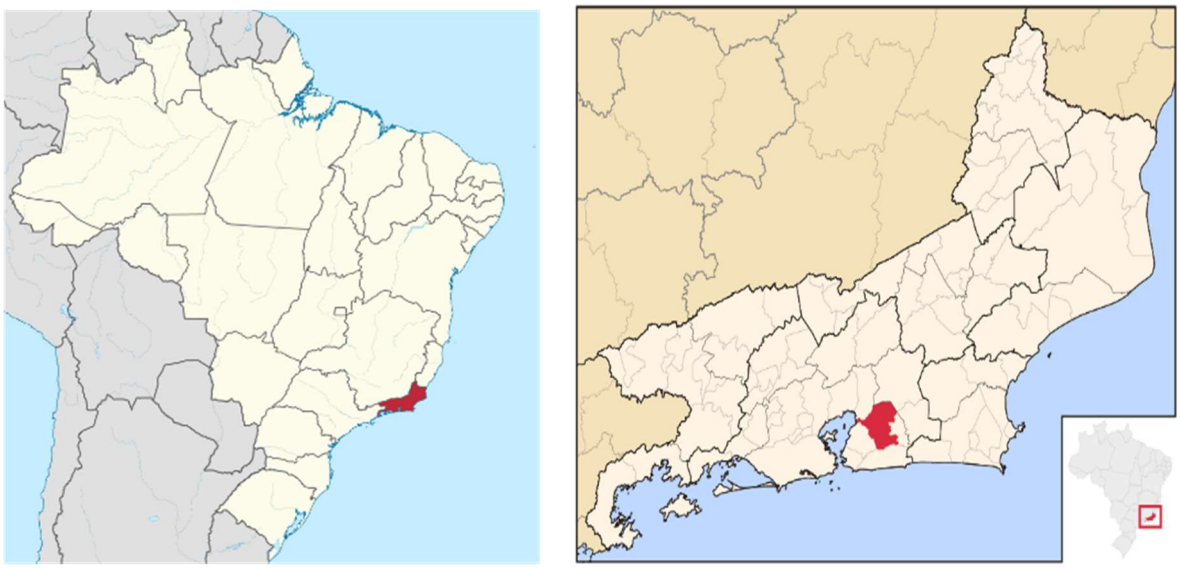


Figure 1. Location of the State of Rio de Janeiro, Brazil. Figure 2. Location of the Municipality of Itaboraí, State of Rio de Janeiro. (Source: Abreu, 2006).

Note: The scales of Figures 1 and 2 must be included according to the original cartographic files.

The plan for the economic use of the area was submitted to the National Department of Mineral Production (DNPM), now the National Mining Agency (ANM), for the “areola” mineral resource. This plan contains the history of exploitation during the mining phase, as well as the procedures for environmental recovery of the area. The mining phase began in 2013, and extraction of the mineral resource was carried out using a relatively simple method. Mining ended in February 2020 due to the exhaustion of the mineral resource at the site.

Since the area has predominantly flat topography, the excavation and transportation of the material were facilitated. The measured reserves of areola in the studied area were estimated at 934,458 tons, which were mined at a rate of 8,000 tons/month, giving the project an estimated useful life of approximately seven years. (Source: Archive of JJG ITABORAÍ AREAL LTDA.)

3 - Machinery, equipment, installations and supplies

In line with the intention of the company to preserve the property as much as possible, the site was divided into several modules, and the sand was extracted from module to module. This technique allowed environmental recovery to be carried out progressively, so that whenever mining ended in a module, its recovery began immediately. The sand was extracted by scraping to an average depth of 70 cm, in order to protect the water table.

The following operational methodology was followed during extraction:

- Initially, stripping was performed with the removal of soil and organic material;
- Afterwards, the material was extracted, always aiming for the progressive recovery

of each module mined;

- The sterile material (soil mixed with organic material) was placed in appropriate locations for the preparation of seedlings in a nursery; subsequently, all the organic soil, already with the seedlings, was replaced on the top layers of the modules that had already been mined.
- The small elevations were lowered by pushing the material with the help of a tractor to form piles aiming to fill in the open pits that remained shallow after mining;
- The sand was transported by third-party trucks;
- The production was commercialized for immediate use in civil construction, without the need for further processing.

The materials used during the mining phase included the following (Source: Archive of JJG ITABORAÍ AREAL LTDA):

- A crawler bulldozer tractor;
- A backhoe, for mining and loading the trucks;
- A wheel loader;
- Various trucks;
- Shovels, hoes, picks, etc

4 - Open-cast mining

In order to make extraction possible, it was necessary to remove the vegetation and the shallow soil layer to expose the areola, in a process called stripping. This process involved removing the sterile material (organic soil) and storing it in an orderly manner, without obstructing access roads and service areas. The material was subsequently reused after mineral extraction for levelling, soil recomposition and replanting of the mined areas (Vieira Filho, 2011).

The material resulting from stripping and coming directly from the mining front is referred to as sterile soil. The material removed from the site varied in granulometry, from clayey and silty particles to psephitic material, and also contained mixed organic remains. These materials were deposited in areas selected for temporary storage and later use in environmental recovery. The extraction and recovery procedures were conducted progressively throughout the mining operation.

For loading and transporting the mineral resource, the extracted material was loaded by wheel loaders and transported by trucks from the mining area to consumer centres. The transport was carried out by third-party trucks. The impacts associated with vehicle traffic, including noise and emissions, were considered insignificant under the conditions observed at the site (Vieira Filho, 2011).

5 - Follow-up and Monitoring Programs for Environmental Factors

During the entire mining process, various environmental parameters were monitored according to a pre-established schedule, such as:

- Vegetation monitoring;
- Water quality monitoring;

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma5

- Environmental and generic aspects;

In relation to vegetation, monitoring aimed to verify its development, and sampling was undertaken in the replanted areas, where the stage of plantation development was verified, the percentage of individual loss and the detection of pests and diseases.

The monitoring of water quality was carried out by taking samples at critical locations, such as the settling tanks and the drainage network. The parameters considered were water pH, settleable solids, turbidity, water color, oil and grease.

The environmental and general aspects monitored included possible erosion on the slopes of the area, repairs to structures and improvements to access routes, among others. If any monitored factor presented an unexpected result, remediation measures would be required to mitigate the resulting impact. However, all the results analysed were reported as satisfactory.

In order to implement the mining in question, it became necessary to devise the development of a plan to control the possible pollution resulting from this process. In relation to the soil, the objective of the plan was to verify soil losses at the mining sites, sampling sectors under exploitation, mainly where alterations were performed to the topography, and in other sectors where the soil was bare, unprotected and without vegetation cover.

The sampling was used to assess the following:

- Soil loss;
- The aggregation conditions of the material;
- The presence of sediment in the drainage channels;
- The recurrent topographical modifications

Sampling was conducted on a quarterly basis.

Due to the type of activity performed, atmospheric pollution could occur as a result of excessive dust on the roads and service routes within the property. As this factor is more likely to occur on days with strong winds and during prolonged periods of drought, the roads were successively watered in these circumstances until sufficient moisture was reached to prevent dust from rising. The company also maintained the machinery, vehicles and equipment in good operating condition, reducing the potential for gaseous emissions.

Drainage control was implemented by surrounding the entire site established by ditches, preventing the disordered flow of rainwater, in order to avoid the start of erosion processes and the disordered carrying of the material. These ditches converged at two points chosen as the discharge point for the lower areas, and the dimensioning was based on an analysis of the stretch that received the greatest contribution of waters.

6 - Environmental Recovery Works

6.1- Waste or Sterile Disposal

The pits resulting from extraction were filled with the inert material stockpiled during the period in which the project was active. The organic sterile soil layer, approximately 15 cm thick and covering the

mineralized layer, was removed mechanically and reserved for subsequent soil recomposition in the same area. Alternatively, this material was spread by tractor (Figure 3) over an area that had already been mined, allowing environmental recovery to take place progressively during the mining operation.



Figure 3: Tractor spreading sterile soil to recover areas that have already been mined.
(Source: own authorship, 2021.)

6.2- Soil Recovery

The original soil recovery was implemented by applying dolomitic limestone in the soil utilizing a tractor (Figure 4), in order to correct its pH, thus enabling the grasses applied to adapt to the soil.



Figure 4: Tractor spreading dolomitic limestone in order to correct the pH of the soil
(Source: own authorship, 2021.)

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma5

6.3- Mitigating physical and hydraulic impacts

The topography suffered a slight alteration, remaining so that it did not change the local drainage. The stream closest to the area is at a much lower level, about 2.00 m below the lowest level in the area (Figure 5), not allowing any type of accumulation of local and surrounding rainwater.



Figure 5: Figure showing the difference in elevation between the river and the mined area. (Source: own authorship, 2021.)

6.4- Effluent release control

No chemical products were used in the extraction, and no gaseous emissions or solid tailings were generated as part of the extraction process. Consequently, no liquid, solid or gaseous effluents were discharged from the operation.

6.5- Area Reutilization

After the operation was completed, the entire area was recovered, allowing the owner to continue using the property in ways similar to those that existed before extraction. Pasture areas were restored (Figure 6), together with orange plantations (Figure 7), grass plantations (Figure 8) and banana plantations (Figure 9). Thus, the post-mining use of the area remained compatible with its previous occupation.

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma5



Figure 6: Recovered area with current pasture occupation. (Source: own authorship, 2021.)



Figure 7: Orange trees planted in the recovered area. (Source: own authorship, 2021.)



Figure 8: Grass plantation in the recovered area. (Source: own authorship, 2021.)



Figure 9: Banana trees planted in the recovered area. (Source: own authorship, 2021.)

6.6- General Status of the Mining Concession

The sand extraction area was completely recovered as a result of the shallow depth of the mineral resource exploited (approximately 70 cm), the extraction method used and the immediate recovery of areas after mining. An overview of the recovered area is presented in Figures 10 and 11.

Furthermore, with the completion of mining activities in February 2020, the former mined area was restored to a condition similar to that existing before mineral extraction. This was achieved through the replanting of orange, banana and grass crops and the restoration of pasture areas.



Figure 10: Overview of the post-recovery area. (Source: own authorship, 2021.)



Figure 11: Overview of the post-recovery area. (Source: own authorship, 2021.)

7 - Conclusion

The results obtained from the environmental recovery of the area in this case study were satisfactory. The entire mined area was recovered and returned to a use compatible with its previous occupation, in accordance with the environmental and mining legislation applicable to the project. The main difference was the change in topography: after extraction, the area was approximately 70 cm lower than its original level.

The case study demonstrates that a legally authorized mineral extraction operation can incorporate environmental recovery measures during and after mining. Depending on the characteristics of each site and the requirements established by the competent authorities, recovery may include reforestation, restoration of agricultural or pasture uses, or other forms of land use compatible with environmental requirements.

It should also be pointed out that mining is a temporary activity, operating only while economically mineable mineral reserves are available, and that environmental recovery can be undertaken progressively during operation and after closure. The case presented here illustrates how progressive recovery measures can contribute to restoring the environmental and productive functions of a mined area.

References

ABREU, R. L. (2006) – Location map of the city of Itaboraí, Rio de Janeiro. (Mapa localizador da cidade de Itaboraí, Rio de Janeiro.) Ficheiro: Rio de Janeiro, Município de Itaboraí. File: Rio de Janeiro, Itaboraí Municipality. [Online]Available in: https://pt.wikipedia.org/wiki/Itabora%C3%AD#/media/Ficheiro:RiodeJaneiro_Municip_Itaborai.svg. [Accessed December 27, 2024]

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1999) - NBR 13030: elaboration or preparation and presentation of a project for the rehabilitation of areas degraded by mining. (NBR 13030: elaboração e apresentação de projeto de reabilitação de áreas degradadas pela mineração). Rio de Janeiro Rio de Janeiro: ABNT, 5p.

BRASIL (2018). Decree-Law no. 9.406, from June 12, 2018. Regulates Decree-Law No. 227, from February 28, 1967, Law No. 6 567, from September 24, 1978, Law No. 7 805, from July 18, 1989, and Law No. 13 575, from December 26, 2017. (Decreto-lei nº 9.406, de 12 de junho de 2018. Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de junho de 2018). Official Diary of the Union (Diário Oficial da União), Brasília, DF, June 13, 2018. [Online]. Available at http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9406.htm. [Accessed February 28, 2021]

BRASIL (2021). ANM Resolution No. 68, from April 30, 2021. Provides for the rules regarding the Mine Closure Plan - PFM and revokes Mining Regulatory Standards No. 20.4 and No. 20.5, approved by DNPM Ordinance No. 237, from October 18, 2001. Official Diary of the Union Diário Oficial da União, Brasília, DF, May 4, 2021. (Dispõe sobre as regras referentes ao Plano de Fechamento de Mina - PFM e revoga as Normas Reguladoras da Mineração nº 20.4 e nº 20.5, aprovadas pela Portaria DNPM nº 237, de 18 de outubro de 2001). [Online]. Available at: https://www.in.gov.br/en/we b/dou/-/resolucao-anm-n-68-de-30-de-abril-de-2021-317640591. [Accessed on 27th June 2022]

CONSELHO ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE (2010) – CONEMA - RIO DE JANEIRO. State Resolution No. 2 of May 7, 2010. Classification of Polluting Activities. Official Gazette from the State of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, May 17, 2010. (Resolução Estadual Nº2, de 07 de maio de 2010. Classificação de Atividades Poluidoras. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 17 de maio de 2010). [Online]. Available at: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=159413 [Accessed on December 27, 2024]

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (2002) - Mining Regulatory Norms No. 20, Suspension, Mine Closure and Resumption of Mining Operations. (Normas Regulamentadoras da Mineração n°20, Suspensão, Fechamento de Mina e Retomada das Operações Mineiras). [Online]. Available at: https://www.dnpm-pe.gov.br/Legisla/nrm_20.htm. [Access on 5 October of 2020].

LEMOS, E. C (2016) - Recovery of Areas Degraded by Mining Activity: Analysis of Legal Effectiveness in Minas Gerais. (Recuperação de Área Degradada pela Atividade Minerária: Análise da Efetividade Legal em Minas Gerais). Lavras, MG. UFLA. 234p.

SILVA, I. C. (2020) - Environmental Situation Assessment Report, J. J. G Itaboraí Areal LTDA. Operating License: LO n° IN 038040. Rio de Janeiro State Environment Council. Rio de Janeiro. (Relatório de Avaliação de Situação Ambiental, J. J. G Itaboraí Areal LTDA. Licença de Operação: LO n° IN 038040. Conselho Estadual de Meio Ambiente do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro).

VIEIRA FILHO, B. V (2011) - Plan for the economic use of sand (areola). JJG ITABORAÍ AREAL LTDA. Itaboraí, Rio de Janeiro. (Plano de aproveitamento econômico de areia (areola). JJG ITABORAÍ AREAL LTDA. Itaboraí, Rio de Janeiro).

List of Acronyms:

1. National Department of Mineral Production (NDMP)[1]
   Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

2. National Mining Agency (NMA)[2]
   Agência Nacional de Mineração (ANM)

CHAPTER II
/
CAPÍTULO II

The Importance of Environmental Conservation and Revitalisation in Spatial Management and Sustainability

---

A importância da preservação/revitalização ambiental na gestão e sustentabilidade dos territórios

KIERON, U; (2024). ***Governance in times of sustainable transformation - Business as usual?*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 98-107
DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma6

GOVERNANCE IN TIMES OF SUSTAINABLE TRANSFORMATION – BUSINESS AS USUAL?

GOVERNANÇA EM TEMPOS DE TRANSFORMAÇÃO SUSTENTÁVEL – NEGÓCIOS COMO DE COSTUME?

Ulrike Grabski-KIERON
University of Muenster, Germany
kieron@uni-muenster.de

Abstract

The text takes up current discourses on socio-ecological transformation and places them in the context of issues that are currently arising in the countries of the EU and beyond. They concern implementation of the UN Sustainable Development Goals in spatial development under the paradigm of transformation, comprehended as a critical change of the socio-ecological system and economy. Behind this background the term “sustainable transformation” is deduced. From a spatial and planning science perspective some aspects and development paths of interdisciplinary transformation research are outlined. The importance of governance for the implementation of sustainable transformation in regional development is emphasised. From this background selected elements and work phases of governance are presented. They are submitted to closer view in order to assess whether long established working methods and phases - characteristics of regional governance - also meet the requirements for opening the avenues to transformative regional development in future. Some needs for modification are addressed. The explanations are based on findings of governance research in Germany and on the author's experience, particularly in regional development in Germany and France.

Keywords: Regional governance, transformation, sustainability, regional development

Resumo

O texto retoma os discursos atuais sobre a transformação socioecológica e coloca-os no contexto de questões que estão atualmente a surgir nos países da UE e não só. Dizem respeito à implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU no desenvolvimento espacial sob o paradigma da transformação, entendida como uma mudança crítica do sistema socioecológico e da economia. Por detrás deste pano de fundo deduz-se o termo “transformação sustentável”. Numa perspetiva de ciência espacial e de planeamento, são delineados alguns aspetos e caminhos de desenvolvimento da investigação de transformação interdisciplinar. É enfatizada a importância da governação para a implementação da transformação sustentável no desenvolvimento regional. A partir deste contexto são apresentados elementos selecionados e fases de trabalho da governação. São sujeitas a uma análise mais detalhada para avaliar se os métodos e fases de trabalho há muito estabelecidos - características da governação regional - também cumprem os requisitos para abrir caminhos para o desenvolvimento regional transformador no futuro. Algumas necessidades de modificação são abordadas. As explicações baseiam-se nas descobertas da investigação sobre a governação na Alemanha e na experiência do autor, particularmente no desenvolvimento regional na Alemanha e em França.

Palavras-chave: Governação regional, transformação, sustentabilidade, desenvolvimento regional

1- Introduction – Rethinking sustainability

The manifold socio-economic and ecological crises of the present as well as visible current changes in land use patterns - such as expanding urbanisation, increasing energy production on farm

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma6

land or the mining of precious natural resources fostered on a global scale and many others are fuelling new thinking about sustainable future development. Under the regimes of a globalized economy, migration and other megatrends like energy transition and digitalisation, current spatial development is characterized by ongoing changes of urban-rural connectedness and interdependencies. At the same time enhanced territorially differentiated development paths become obvious. Territorial potentials and their acknowledgement are more and more reevaluated in accordance with aspects of resilience and sustainability. Established development paradigms and models of spatial development are called into question and are confronted with discourses on alternative designs. All these phenomena raise questions whether the Sustainability Development Goals (SDGs), which are internationally accepted and governed since the UN Conference of Rio de Janeiro 1992 (UN 1992) and underlined by the UN Agenda 2030 (UN 2015), can actually (still) be achieved.

In recent years, critical discourses have questioned the validity of these to date unmodified goals and have increasingly led to approaches which address sustainability only through a profound and comprehensive socio-ecological transformation. This concerns all spheres of living, working, consumption, mobility etc.. It is multi-sectoral in this sense. It challenges local, regional and national development and demands new impetus to international and global policies. This transformation is no longer aiming at the sole question of an ecological modernisation of the development of prosperity, but is fostering the need of an all-pervading structural-socio-ecological upheaval. For both, strict standards are applied deduced from the limitations of natural ecosystems and resources as well as from generally accepted values of socio-ecological justice and global participation. Conceptual approaches such as "Sufficiency as a Strategy of Enough" (SRU 2024), Degrowth or Post-growth (Koch, Frambach 2024) or the “Ökonomie der Großzügigkeit” (Economy of Generosity) (Luks 2023) are just a few examples of these to agree with current debates.

However the socio-ecological transformation" is less about "the big bang". Rather, it is more about diverse, interconnected, small-scale and system-penetrating transformations, which affect spatial development at all levels. These small-scaled transformations are determined by their own socio-ecological settings and generate their own fields of action, demanding new approaches to deal with upcoming structural and functional changes. These can be configured within the following seven arenas of transformation (Schneidewind 2019): “prosperity and consumption, energy, resources, mobility, nutrition, urban development and industry”. At present critical turning points towards an overall need for transformation are inherent in each of them (Schneidewind 2019).

In this context, the term “transformation” is not only monopolized by social, environmental and spatial sciences (Bauriedl et.al 2021). Becoming an interdisciplinary major scientific issue since the 1990s, when discourses on sustainability gained importance, different approaches of research, also in economics and political sciences, have been followed since then. The fact that the term “transformation” itself has roots in economic sciences of the mid 1940s (Polanyi (orig.: 1944) 2024) is sometimes forced onto the sidelines. Overall objectives of modern transformation research are to elaborate fundamental theories, to analyse and evaluate concepts, and to give impetus to innovative practices.

Since the1990s approaches under the term of “transition research” have attracted major interest in spatial and environmental sciences. They can be traced back to the research school on sustainability in the Netherlands at that time: Here the conceptual research framework led to approaches and discourses that focussed strongly on transformative development processes in a multi-level perspective (Sommer 2024). Research followed the objectives to analyse and explain the inherent driving forces and interdependencies, which were interpreted as different spheres of influence such as technologies, actors, institutions etc. (Avelino et.al 2016). These approaches have maintained their importance until the present. There is no doubt that they have contributed to the comprehension of socio-ecological transformation in terms of its key elements, driving forces and mechanism (Held 2022). Finally, this field of research has enlarged the knowledge base in order to find pathways to future transformative development processes.

In recent years impulses from environmental sociology have also influenced the understanding of transformation by pointing out that the paradigm of socio-ecological transformation ultimately leads to new social “relations to nature” (Hummel et. al. 2024, 18). These are expressed in new social debates about the ecosystemic foundations of life, about their values and about new patterns of social interaction, behaviour and socio-cultural practices, as at present can already be seen in the struggle for new mobility, alternative energy production or new regional or local food systems. Socio-ecological transformation therefore refers to the totality of these substantial and systemic upheavals, and in this respect it reaches beyond the concept of sustainability of the 1990s. Sustainability is now being reinterpreted in terms of this transformation aiming at systemic change. The term "sustainable transformation" enters the arena.

The actual understanding of this transformation includes a new balance, or rather a new relationship of responsibility, between civil society, business, politics and science. What this means for transformation research, its task and positioning in such transformation processes and ultimately for the self-image of researchers themselves has now been explained in many ways (UBA 2017, WBGU 2011, Maikemper et. al 2022, Howaldt, Schwarz 2024, Kopfmüller et.al 2024).

The UN's Sustainability Goals of Agenda 21 (UN 1992) and Agenda 2030 (UN 2015) remain an important basic framework for this transformation. They primarily provide "normative orientation" (Henkel et. al. 2023, p. 11). The experience gained since the 1990s in implementing these goals on one hand and the associated action agendas on different levels on the other are the base on which future transformative development can be built. However there is a dilemma: Our experiences in practical implementation have revealed numerous failures such as inconsistencies, conflicts of objectives and values, a lack of conceptual clarity or obstacles due to different understandings, interests or competence deficits of involved actors (Henkel et. al. 2023, Klepp, Hein 2024). Against this background, some scientists rightly demand that a further step towards a sustainable transformation is only possible with critical reflection, analysis and explanation of these critical aspects. The time is now, when the fossil fuel era is phasing out (Bauriedl et. al. 2021) and the demand for profound changes in all spheres of living and economy to the point of “generating something new” gets more and more obvious.

KIERON, U; (2024). ***Governance in times of sustainable transformation - Business as usual?*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 98-107
DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma6

2- Governance – imperative for transformative spatial development

Sustainable transformation is a process of steering, decision-making, implementing and evaluation. In terms of regional and local development, this bundle of assignments becoming apparent requires governance. In democratic societies this is understood as a joint management task in which public and non-public actors are assigned competences to participate in development processes and also to take on responsibilities in realising measures and projects (Grabski-Kieron 2024). However it has to be stated, that in different EU countries governance practices differ according to different socio-cultural and historically evolved planning cultures. There is no doubt that EU policy by its political guidelines and funding programmes for spatial development has over time contributed to the significance of governance within national planning systems. Last but not least, the Sustainability Goals of UN Agenda 21 (UN 1992, UN 2015) have provided a wide range of impetus for governance processes at local, regional, national and international level. In parallel governance research has made profound progress. The local and, moreover, the regional level offer the ideal framing for transformative spatial development: They allow people to identify themselves with their surroundings, to find their particular fields of social interaction and communication. Last but not least measures taken in local or regional development have a direct spatial impact and become visible. The emphasis on regional and local governance may not push aside the fact that governance is not restricted to non-statutory planning only. It comprehends both: non-statutory and statutory spatial planning. The latter, becoming apparent e.g. in regional planning, is embedded in a specific national legal framework. It defines the set of planning instruments as well the given institutional environment. Statutory regional planning opens the avenue to comprehensive adjustments between public and private interests. In future, certain demands on critical infrastructures will constitute a planning concern of increasing importance. Thus, spatial development also asks for statutory planning in order to safeguard the concern and to integrate it in a conflict-minimized spatial development in the long term. The future supply of drinking water of good quality, as it is defined in the UN Sustainable Goals (UN 1992, UN 2015), is among others such a major issue in regional development and may serve as an illustrative example for it.

3- Governance for sustainable transformation – no “business as usual”

As it is described further below, sustainable transformation demands a new relationship of responsibility between civil society, business and public actors. In governance processes, elements and procedural steps are inherent that are valuable for actually implementing transformative spatial development. Since the late 1980s of the twentieth century, when planning culture in the western democratic hemisphere began to change from an overall state-driven planning to an understanding of planning as a comprehensive governance process, a broad range of experiences in these processes exists. Regarding the principles of governance, e.g. participation, integrated and actor-orientated planning, governance offers fundamental opportunities to contribute to sustainable transformation. It opens corridors for empowering the above mentioned new relationship of responsibility between civil

society, business and public actors: The communication of competences, capacity building, exchange of ideas and positioning of objectives and projects are inherent working steps. Moreover governance is on one hand a strategic process which enables actors to conceive visions of future development of their home-region, town or village. On the other hand, it is an operational planning process and, as such, it aims at transferring accepted ideas into measures and projects and to make them real in the development process (Grabski-Kieron, Arens 2024). However the challenge of sustainable transformation puts into question whether established methods, procedures and planning tools need to be readjusted in order to meet future duties and responsibilities. A critical debate may lean on the following aspects.

4- Sustainable transformation emphasizes the need for a balance between strategic and operational planning

All too often today regional development processes are submitted to the pressure of increasing demands of rapid project success and visible measures. Even current funding programmes are orientated at this “philosophy of quick and visible success” due to defined financing and evaluating periods. Long term strategic approaches come off worst, but these are fundamental for a profound systematic change as fundamental key elements of a sustainable transformation.

Strategy development begins with visionary thinking. Visionary work is an essential feature of strategic planning (Wiechmann 2016). It opens up the necessary thinking spaces. Communication between those involved offers the opportunity to move from individual to shared visions. The governance process must offer stakeholders the time and space to creatively and in a visionary way address the future viability of the region. This is also a learning process that includes encouragement to think "outside the box" in terms of visions for the future.

Strategies combine visions of the future with possible corridors of action. Strategy development is based on openness and diversity of perspective. It draws on the different action practices and horizons of experience of those who are involved. At the same time it is a collective and iterative process of exchange and learning, which exactly meets the demand to turn regional development to a transformative change. On the path to consensus, there are loops of feedback, of comparing and filtering. Strategies provide a guideline that a regional development process can follow until the measures and projects are finalised in operational planning.

5- Sustainable transformation requires extended regional management

Regional management can be understood as the totality of all technical and planning tasks and organisational methods required in a regional development process (Bröckling, Olbrich 2023). Regional management supports the actors in fulfilling their responsibility for regional development. Regional management initiates, activates, accompanies, bundles and administers budgets and funding.

In the context of sustainable transformation a broader understanding of regional management is needed: There must be room for manoeuvre in order to open up the above-mentioned thinking spaces

for the stakeholders. It is also up to regional management to show ways in which joint learning can succeed in the regional development process and to help to organise this. The complexity of the topic of sustainable transformation must be broken down and communicated to the stakeholders. This transfer has to be designed in such a way that the involved actors can deal with sustainability in terms of their home-region, understand different explanatory worlds and recognise possible lines of action for the sustainability of the region. Social competence in regional management thus goes beyond "old-style" communication and networking. Co-operation with partners from the education sector is the first option. This must also be organised. In future regional management will therefore assume more than ever the role as a partner of "transformative education" (Koch, Frambach 2024, p. 128). Once governance processes have been initiated, they offer a boost and a great opportunity to advance the necessary "sensitising system knowledge" on the topic of sustainable transformation in the region (ibid. p. 126).

6- Communication and networking must be consistently focussed on regionally specific issues of sustainable transformation

This is a logical consequence of the above mentioned aspects. Experience shows that the "jungle" of small-scale projects in regional development often generates the risk that the holistic view of the "system of sustainable transformation" degrades. It is the task of regional management to keep the "red thread" in hand and to constantly communicate it in the network. Addressing new relevant stakeholders and newly introduced digital mediation formats are also parts of this. The high standards must not obscure the fact that selectivity and partiality are inherent dimensions of sustainable transformation. This follows from the fact that strategy work is always influenced by the actors' horizon of experience and that the ability to reach consensus in spatial development presupposes that strands of action are selected in the course of negotiation processes. Regional management faces a difficult double task: On one hand, arrangements for maintaining the relevance of interfaces in the "systemic whole" must be found and kept “alive” for the decision-making process vis-à-vis the stakeholders; simultaneously it must assist in breaking down the illusion that a sustainable transformation in its complexity can be realized "from a single source", e.g. in one funding period (Hesse 2020).

7- Sustainable transformation requires effective interfaces between statutory spatial planning and not-statutory, actor-based development processes

This field of action unfolds between two poles: The first one concerns the integration of strategic actor-based “informal” objectives as results of the stakeholder-driven negotiation process in statutory regional planning; the second one is related to the mandate of spatial planning to safeguard the interests of the common good and the precautionary principle in regional development. Although not all “informal” objectives are relevant to spatial planning, e.g. the development of regional food systems, there are also many objectives that particularly require spatial planning coverage, as e.g. it applies to infrastructural climate adaptation in terms of territorial flood prevention

Spatial planning and informal development follow different logics of action. The orientation towards the common good and the precautionary principle of spatial planning are often neglected. Interfaces between the two spheres are not optimally recognised in terms of synergy potentials. However these synergy potentials are important pillars for sustainable transformation. For Germany it can be stated, that regional development is still far too often characterized by these interface deficits, but as the subject affects the given practices of multi-level- and multi-actor-collaboration inside every single national planning system, the subject should not be generalized. In Germany valuable discourses are going on, which address the future role of cross-sectional spatial planning in the context of post-growth and sustainability. They give rise to the idea of a "collective growth-independent spatial organisation" (Lamker, Dieckhoff 2020, p. 369, Hofmeister et. al 2021). Debates like these can help to minimise existing tensions between private and public stakeholders within the described planning and development processes.

8- Sustainable transformation focusses on integrated planning and action

The management of this interface between statutory spatial planning and stakeholder-led development is already part of integrated planning and action. This aims at tapping synergy potentials for regional development in a co-operative working process. Whereas in earlier integrated development the focus was e.g. on generating regional value chains, at present in the context of sustainable transformation it becomes increasingly important to unlock innovation potential in the region and to ensure the transfer of innovation, e.g. in order to establish structures of an effective circular economy. This requires coordinated planning and action at different levels and in different transformation arenas.

Integrated rural development is nothing new in the development of rural areas in Germany and Europe (Grabski-Kieron 2024). However the interpretation of the term has changed repeatedly over the decades. Nowadays integrated, i.e. cross-sectoral planning can quickly get out of perspective due to sometimes existing dominance of individual topics or of small-scale project funding. In addition some regions are under pressure to become active as it may concern the expansion of alternative energy-production sites appropriate to defined political targets. A major issue like this, well communicated and largely accepted by the civil society, can generate he power to displace integrated approaches in the concerned regional development. Working with and on strategies is ultimately of particular importance in order to avoid it.

9- Sustainable transformation requires consistently aligned funding programmes

Regional development is supported by a wide range of political funding programmes, whether at EU or national level in the member states. The definition of funding programmes, funding conditions, etc. raises questions as to whether these instruments are really suitable for sustainable transformation. A recent study by the University of Oldenburg, which examined not only spatial planning documents but also LEADER funding programs in the period of 2014 -2020 in the Weser-Ems region in Lower Saxony

comes to the conclusion that only a limited number of projects funded by LEADER have real links to the "arenas of transformation" mentioned at the beginning. The "classic" projects for economic regional development, which also correspond to the LEADER approach, dominate. The study points to the potential for sustainable transformation and names possible corridors of action between policy and planning or regional development (Heuer et. al 2024). It can be assumed that this result is not an isolated case. The study points out how research is essential in order to provide a basis for future policy advice for the appropriate revision of funding programmes. Above all political will for sustainable transformation is the essential precondition for it.

10-Conclusion

Transformation and sustainable spatial development are major issues of the present. Discourses on transformation raise questions as to how the global sustainability goals can actually be implemented against the backdrop of the current multi-crises. A gap between theoretical knowledge of transformation on one hand and practices in transformative spatial development on the other become obvious. Governance in regional development offers a suitable framework for action, that enables actors to cooperate on sustainable transformation in the sense of future viability. As a wide range of experiences in governance processes exists, in the meantime questions arise whether transformation generates new demands to modify given practices. The described aspects show that future governance for transformative regional development may not continue in the sense of "business as usual". They can be used to "leverage" the potential inherent in governance structures and processes for the implementation of sustainable transformation.

Bibliography

ARL – AKADEMIE FÜR RAUMENTWICKLUNG IN DER LEIBNIZ-GEMEINSCHAFT (2024). Große Transformation und nachhaltige Raumentwicklung. Impulse zur Umsetzung in der regionalen und kommunalen Praxis. Hannover: *Positionspapier der ARL* 148.

AVELINO, F., GRIN, J., PEL, B., & JHAGROE, S. (2016). The politics of sustainable transitions. *Journal of Environmental Policy and Planning,* (18), 557–567.

BAURIEDL, S., HELD, M., & KROPP, C. (2021). Große Transformation zur Nachhaltigkeit – konzeptionelle Grundlagen und Herausforderungen. In S. Hofmeister, B. Warner, Z. Ott. (Eds), *Nachhaltige Raumentwicklung für die große Transformation.* Forschungsbericht der ARL (15) Hannover, pp. 22–44.

BRÖCKLING, F., OLBRICH, D. (2023). Regionalmanagement. In M. Dziomba, Chr. Krajewski, & C. Wiegandt (Eds.), *Angewandte Geographie*. Paderborn, pp. 121-132.

GRABSKI-KIERON, U. (2024). Ländliche Räume im Spiegel von Politik und Governance. In U. Grabski-Kieron, St. Kordel, Chr. Krajewski, I. Mose, & A. Steinführer (Eds), *Geographie ländlicher Räume.* Paderborn: Brill-Schönigh, pp. 335-346.

GRABSKI-KIERON, U., ARENS, S. (2024). Utopien und räumliche Planung – ein Widerspruch? Eine Antwortsuche in der Regionalentwicklung Südwestfalens. In M. Mießner, M. Naumann, U. Grabski-Kieron, A. Steinführer, W. Nell, & M. Weiland (Eds.), *Ländliche Utopien – Herausforderungen und Alternativen regionaler Entwicklungen.* Bielefeld. Transcript, pp.189-204.

HELD, M. (2022). Spatial transformation – an introduction to the Great Transformation towards sustainability. In M. Abassiharofteh, J. Baier, A. Göb, I.Thimm, A. Eberth, F. Knaps., V. Larjosto, & F. Zebner (Eds.), *Spatial Transformation – Processes, strategies, research design*. Forschungsberichte der ARL – Akademie für Raumentwicklung in der Leibniz-Gemeinschaft 19. Hannover, pp. 9-26.

HENKEL, A., BERG, S., BERGMANN M., GRUBER , H., KARAFYLLIS, N., MADER, I., MÜLLER, A.K., SIEBENHÜHNER, B., SPECK, K., & ZORN, D.P. (Eds.) (2023). Dilemmata der Nachhaltigkeit. Baden-Baden: Nomos.

HESSE, M. (2020): Räumliche Transformationen: Prozesse, Ziel, Leitbild? In: B. Lange, M. Hülz, B. Schmidt, & Chr. Schulz (Eds), *Postwachstumsgeographien. Raumbezüge diverser und alternativer Ökonomien.* Bielefeld: Transcript, pp. 329-342.

HEUER, PH., SCHÄFER, E., & SCHAAL, P. (2024). Implementing the Socio-Ecological Transformation into Regional Development. Analysis of Instruments and Concepts in Northwest Germany. In U. Grabski-Kieron, L. Greinke (Eds), *Rural Geographies in Transition – Rethinking sustainable futures of rural areas.* Rural Areas: Issues of local and regional development (11), Münster: Lit-Verlag, pp: 1-12.

HOFFMEISTER, S., WARNER, B.,& OTT, Z. (2021): Nachhaltige Raumentwicklung für die große Transformation. *Forschungsbericht der ARL* (15) (Akademie für Raumentwicklung in der Leibniz-Gemeinschaft), Hannover.

HOWALDT, J., SCHWARZ, M. (2024). Soziale Innovation und sozial-ökologische Transformation. In: M. Sonnberger, A. Bleicher, & M. Groß (Eds.), *Handbuch Umweltsoziologie.* Wiesbaden: Springer (2. Edition), pp. 175-188.

HUMMEL, D., JAHN, T., KRAMM, J.,& STIESS, I. (2024). Gesellschaftliche Naturverhältnisse – Grundbegriffe und Denkraum für die Gestaltung von sozial-ökologischen Transformationen. In: M. Sonnberger, A. Bleicher & M. Groß (Eds*.), Handbuch Umweltsoziologie.* Wiesbaden: Springer (2. Edition), pp. 15-29.

KLEPP, S., KLEIN, J. (Eds.) (2023). Umweltgerechtigkeit und sozialökologische Transformation Konflikte um Nachhaltigkeit im deutschsprachigen Raum. Bielefeld: Transcript.

KOCH L.T., FRAMBACH, H.A. (2024). Transformative Wirtschaftspolitik. Die Nachhaltigkeitswende gestalten. München: UVK-Verlag.

KOPFMÜLLER, J., WALS, R., BENINGHAUS, C., DANIELZYK, R., DECKERS, M., FERSE, S., FRANK, D., HELMING, K., KREUTZER, D., LUTZ, R., MAIKÄMPER, M., PFEIFER, L., PFLAUM, H., POOHAST, T., SCHLÜTER, A., SCHLÜNZ, B., SIEDMUND, Y., TREUTNER, F., Vogt, M., WEBER, C., WEIHGOLD, V., & WINKELMANN, M. (2024). Excellent forschen in gesellschaftlicher Verantwortung. Positionspapier des Projektkonsortiums LeNA Shape. [Online: https://www.nachhaltig-forschen.de/positionspapier [Accessed Muenster 14.9.2025].

LAMKER, C., SCHULZE, C..& W, DIECKHOFF, V. (2020): Neue Rollen kollektiver wachstumsunabhängiger Raumorganisation. In: B. Lange, M. Hülz, B. Schmidt, & C. Schulz. (Eds.), *Postwachstumsgeographien, Raumbezüge diverser und alternativer Ökonomien.* Bielefeld. Transcript, pp. 369 – 386.

LUKS, F. (2023). Ökonomie der Großzügigkeit. Wie Gesellschaften zukunftsfähig werden. Bielefeld: Transcript.

MAIKÄMPER, M., PETERS, I. ,& DANIELZYK, R. (2022). Transformation in der Wissenschaft*? Nachrichten der ARL* (Akademie für Raumentwicklung in der Leibniz-Gemeinschaft), 52, (1), Hannover, pp. 31–35.

POLANYI, K. (2024). The Great Transformation. Politische und ökonomische Ursprünge von Gesellschaften und Wirtschaftssystemen. Frankfurt/M.: Suhrkamp (16. Edition).

SCHNEIDEWIND, U. (2019). Die große Transformation. Eine Einführung in die Kunst des gesellschaftlichen Wandels. Berlin: Fischer (4. Edition)

SOMMER, B. (2024). Transformationstheorien und Ökologie. In: M. Sonnberger, A. Bleicher, & A. Groß (Eds.), *Handbuch Umweltsoziologie*. Wiesbaden: Springer, pp 159-174.

SRU – SACHVERSTÄNDIGENRAT FÜR UMWELTFRAGEN (2024). Sufficiency as a Strategy of the Enough. [Online]: https://www.umweltrat.de/SharedDocs/Downloads/EN/04_Statements/2020_2024/2024_06_Sufficiency_as_a_Strategy_of_the_Enough.html?nn=400216. [Accessed Muenster 12.9.2024].

UBA – UMWELTBUNDESAMT (2017). Transformationsforschung. *UBA-Texte,* 103, Berlin: UBA

UN – UNITED NATIONS (2015). Agenda 2030. Agenda for sustainable development. 17 goals to transform the world. [Online]: https://sdgs.un.org/goals. [Accessed Muenster 11.9.2025].

UN – UNITED NATIONS (1992). United Nations Sustainable Development. United Nations Conference on Environment & Development Rio de Janerio, Brazil, 3 to 14 June 1992, Agenda 21. [Online]: https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/
Agenda 21.pdf. [Accessed Muenster 11.1.2025].

WBGU – WISSENSCHAFTLICHER BEIRAT DER BUNDESREGIERUNG GLOBALE UMWELTVERÄNDERUNGEN (2011). Welt im Wandel. Gesellschaftsvertrag für eine große Transformation. Berlin. [Online]: https://www.wbgu.de/en/publications/publication/world-in-transition-a-social-contract-for-sustainability. [Accessed Muenster 14.9.2025].

WIECHMANN, T. (2016): Die Planung des Unplanbaren. Zur Wirklichkeit von Stadt- und Regionalplanung zwischen Utopie und Ohnmacht. In: F. Othengrafen, B. Schmidt-Lauber, Ch. Hannemann, J. Pohlan, & F. Roos (Eds), *Jahrbuch StadtRegion 2015/2016*. Opladen, Berlin: Springer pp 23 –42.

CAWLEY, M. (2024). ***The management and conservation of Atlantic Salmon and its habitat in the River Moy, Ireland*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?,. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 108-119
DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

THE MANAGEMENT AND CONSERVATION OF ATLANTIC SALMON AND ITS HABITAT IN THE RIVER MOY, IRELAND

A GESTÃO E CONSERVAÇÃO DO SALMÃO DO ATLÂNTICO E DO SEU HABITAT NO RIO MOY, NA IRLANDA.

Mary CAWLEY
University of Galway, Ireland
mary.cawley@universityofgalway.ie

Abstract

The stocks of Atlantic salmon (*Salmo salar*) are declining internationally and increased attention is being given to the conservation of the fish. Similar concerns are present in Ireland where the salmon is an emblematic species. Traditionally, the River Moy in western Ireland is one of Ireland's most productive salmon angling rivers. However, the stocks of salmon have become depleted in recent years, due to a range of natural and human factors which impinge on the fish and its habitat in the river and at sea where it spends part of its lifecycle. This chapter adopts an actor-centred approach as a method of gaining insight into these factors. The research is based on critical analysis of an extensive range of scientific publications and reports.

Keywords: Salmon, conservation, River Moy, Ireland

Resumo

Os stocks de salmão do Atlântico (Salmo salar) estão a diminuir internacionalmente e é dada cada vez mais atenção à conservação do peixe. Preocupações semelhantes estão presentes na Irlanda, onde o salmão é uma espécie emblemática. Tradicionalmente, o rio Moy, no oeste da Irlanda, é um dos rios mais produtivos para a pesca de salmão no país. No entanto, os stocks de salmão têm vindo a esgotar-se nos últimos anos, devido a uma série de factores naturais e humanos que afectam o peixe e o seu habitat no rio e no mar, onde passa parte do seu ciclo de vida. Este capítulo adota uma abordagem centrada no ator como método para obter insights sobre estes fatores. A investigação baseia-se na análise crítica de uma vasta gama de publicações e relatórios científicos.

Palavras-chave: Salmão, conservação, Rio Moy, Irlanda

1- Introduction

This chapter addresses the subject of natural resource conservation in the context of the Atlantic salmon (*Salmo salar*). Salmon is a diadromous species that begins its life cycle in fresh water, migrates to sea, at about two years of age, and returns to spawn one or more years later. A widespread decline in the numbers of Atlantic salmon has been noted internationally in recent decades to which solutions are sought (ICES, 2022). Atlantic salmon is an Annex II species under the 1992 European Habitats Directive and member states are required to conserve its habitat and protect the stock status (O'Keeffe & Dromey, 2004). The measures taken for the protection of the salmon involve interaction between the fish and a wide range of other entities, many of which also interact with each other in the context of the salmon. These relationships may be viewed usefully as an actor-network as a method of describing

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

their structure and interactions (Massey et al., 2021), an approach adopted in the research reported in this paper.

In Ireland, the Atlantic salmon is an iconic species, a valuable ecological link in the aquatic food chain, an indicator of high quality water and a source of revenue (Dalton et al., 2014; Grilli et al., 2018). The number of salmon returning to Irish rivers declined from about 1,760,000 in 1975 to 171,700 in 2022, resulting in reduced reproduction of the fish and reduced income for the state (IFI, 2024). Recreational angling with rod and line is an important source of revenue regionally and locally, equalling €280 per day (excluding travel) for non-local anglers, in 2016, on the River Moy, Ireland's most prolific salmon river (Grilli et al., 2018). There are, therefore, several reasons for increased attention being given to reversing the factors contributing to the reduction in salmon numbers returning to Irish rivers.

This chapter focuses on the threats to the Atlantic salmon and the measures taken for its protection in the River Moy (referred to hereafter as the Moy) in western Ireland. The aims are: (i) to identify the network of actors focused on the management and conservation of salmon and its habitat in the Moy catchment; (ii) to identify key threats to the salmon in the catchment and the actions taken to offset those threats; and (iii) to examine how an actor-centred approach can provide insight into the challenges associated with conserving the fish stocks. The evidence is based on documentary research. The chapter proceeds by discussing the actor-centred approach used in the study, outlining the methodology, describing the life course of the salmon, presenting the findings, followed by a brief summary and conclusion.

2- An actor-centred approach

Discussion of an actor-centred approach calls actor network theory (ANT) to mind. ANT is well documented and is introduced only briefly here to explain why only certain elements are applicable to the study of the conservation of the salmon stocks and the protection of their habitat in the Moy catchment. ANT may be described as a form of social analysis that permits the relationships between stakeholders in a particular network to be studied in a dynamic way (Callon, 1999; Law, 1993). The actions between the members of the network assume importance, not just the actors per se. ANT has its origins in science and technology studies and the sociology of scientific studies in the early 1980s (Jöhannesson & Bærenholdt, 2009). Some of its principal proponents are John Law (1993), Michel Callon (1999) and Bruno Latour (2007) who drew on ideas proposed by the French philosophers Michel Foucault, Michel Serres, Gilles DeluzE and Felix Guttari. The emphasis is on 'practices' or actions. ANT is based on the methodological principle of material relationalism which proposes that "researchers should refute not only all pre-given distinctions between the natural and the cultural but all distinctions which essentialise actors, in favour of the processes, the translations by which networks (do) *work"* (Eden et al., 2000, 262). The concept of translation, inherent in ANT, means that the outcomes of the actions taken should be identifiable; for example, the extent to which the salmon has responded to the actions adopted for its conservation. Because the conservation actions are ongoing on the Moy, it is not possible to reach definitive conclusions about the extent to which the salmon has responded. Thus, although the focus on actions as well as actors and the recognition of the agency of non-human entities

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

as well as humans inform the research, ANT as such is not used. For critical discussion of ANT see, for example, Woods (1997) and Bosco (2006).

An actor-focused approach enables the salmon to be placed at the centre of the network of the other actors and actions that impinge on its welfare (Massey et al., 2021). These include the natural aquatic environment in the river, its sources of food, the temperature of the water, sources of pollution that can threaten its survival, a range of institutional actors at local, regional, national and international levels that serve to protect the fish or whose activities impinge negatively on it and its environment, owners and managers of angling waters and anglers who present threats whilst also affording protection in certain ways. The relationships and actions between the salmon and the other actors are not static. They change over the fish's lifecycle and its geographical progress in a dynamic way as the salmon migrates between freshwater and the sea.

3- Methodology

The research is based on 152 publications, including academic papers, reports by international scientific bodies, publications of Inland Fisheries Ireland (IFI), the agency responsible for managing and protecting salmon stocks, and other agencies and organisations that support the welfare of the fish and its habitat. For reasons of space, only some sources are cited in this chapter. Some of the actors were known from previous research (Cawley, 2018) and others were identified from the reviewed literature. The academic papers and scientific bodies' publications were sourced through searches on the Web of Science and Google Scholar, for years since 2000, using the terms 'Atlantic salmon Ireland' first and then refining the results with reference to 'River Moy', 'life cycle', 'habitat', 'protection', 'threats', 'nutrients', 'sedimentation', 'predator', 'remediation' and the different terms applied to the fish at different stages in its life cycle. Fifty-four sources consulted on the IFI web site consist of: legislation relating to salmon angling in Ireland; annual reports on salmon and sea trout angling, 2010-2023, and reports on salmon monitoring programmes; reports relating to the application of the EU Habitats and Water Framework (WF) Directives for various years; reports on the fish stocks in individual lakes in the Moy catchment; 20 annual Research Newsletters; and other reports specific to the study.

Other organisations of particular importance in protecting the salmon stocks directly or indirectly whose publications and web sites were consulted are: the government Department of Food, Agriculture and the Marine (DAFM); the research-based Marine Institute (MI); the Environmental Protection Agency (EPA) and the county councils which have responsibility for implementing the EU Water Framework (WF) Directive; the Office of Public Works (OPW) which is responsible for the maintenance of river drainage; the National Parks and Wildlife Service (NPWS) and its parent, the Department of Housing, Local Government and Heritage (DHLGH), which are responsible for ensuring compliance with the EU Habitats Directive, under which the Moy catchment is designated as a Special Area of Conservation (SAC) and the salmon is protected; Uisce Éireann which provides water services; Teagasc, the Agriculture and Food Development Authority, which advises farmers on land use practices; the River Moy Trust (RMT), a voluntary organisation, which promotes community care of the river; the international North Atlantic Salmon Conservation Organisation (NASCO), whose mission is to support

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

and promote actions for protection, conservation and restoration of wild Atlantic salmon throughout the species' range; annual conference reports and posts of Salmon Watch Ireland (SWI), a membership organisation dedicated to restoring wild Atlantic salmon and sea trout; and publications of AFLOAT, a marine journalism source.

In reading the various sources, information was recorded under the headings of 'actors' and 'actions' posing threats to the welfare of the salmon and those serving to offset those threats, according to the various stages of its lifecycle. This information is discussed in the results section and summarised under the headings used in Table 1.

4- The life cycle of the Atlantic Salmon (*salmo salar*): requirements and threats

The Atlantic salmon has different requirements at different stages in its life cycle. Adult female salmon usually return to their river of origin in late summer and autumn, having spent one or more years at sea, and lay their eggs in gravel beds ('redds'), generally in the upper reaches of a river. The eggs are fertilised by one or more males and covered by the female with gravel by her tail to several centimetres in depth to protect them from detritus and predators. Suitable supplies of well-oxygenated gravel, free of sediment, on the river bed are essential for the successful laying and hatching of salmon eggs and for the longer-term survival of the fish stocks (Cooke, 2022).

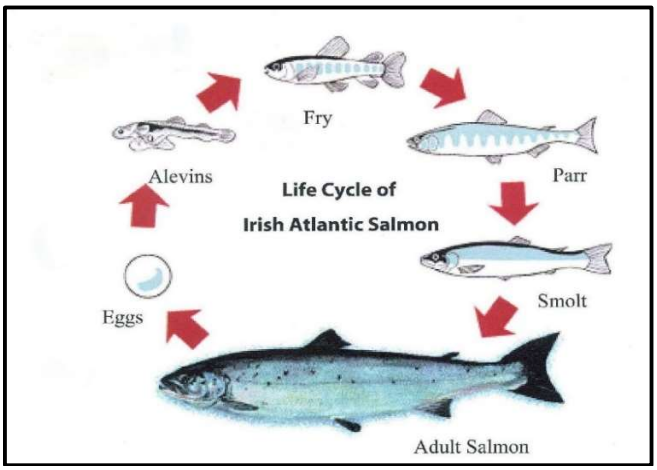


Figure 1. Life cycle of Irish Atlantic Salmon
Source: www.marine.ie

When salmon fry ('alevins') hatch, usually in April and May, they are sustained initially by the yoke sac which they retain (Figure 1). After three or four weeks, they begin to swim up to the surface of the water to fill their swim bladder with air and gain neutral buoyancy, making it easier to swim against the current in fast flowing streams. This critical period exposes the alevins to predators such as cormorants (*Phalacrocorax carbo*), eel (*Anguilla Anguilla*) and trout (*Salmo trutta*). When the alevins begin to swim freely they are called 'fry'. Their food consists of microscopic invertebrates, such as the larvae of caddisfly (*Trichoptera*), mayfly (*Ephemeroptera*) and stonefly (*Plecoptera*), and their

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

abundance is regulated by temperature, predation, pollution and competition for food with other fry and other species of fish. A temperature of 15:9_C has been identified as optimum for salmon growth (Elliott & Hurley, 1997) and thermal stress may occur at temperatures above 20_C from reduced water levels and reduced oxygen in the water. Over the autumn the salmon fry develop into 'parr' which have vertical stripes and spots that provide camouflage. They continue to feed on freshwater invertebrates and continue to grow for one to three years while maintaining their territory in the stream.

Climate-driven increases in freshwater temperatures directly affect the numbers, growth and later survival at sea of juvenile salmon (MOBLEY et al., 2021; Thorstad et al., 2021). River bank vegetation plays a central role in providing food, shade, protection from predators and controlling water temperatures (Cooke, 2022; Kelly & Kelly, 2024). Suspended sediments serve to reduce visibility and the capacity to avoid predators (Kelly & Kelly, 2024; Suttle et al., 2003). Excess organic nutrients (nitrates and phosphates) reduce oxygen in the water and can cause fish kills (Dalton et al., 2014). Competitors for food include the offspring of inter-breeding between farmed salmon and wild salmon, which mature more quickly (McGinnity, et al., 2009), and the Pacific salmon (*Oncorhynchus gorbuscha*), a recent arrival in Irish rivers, which has a two-year life cycle (IFI, 2023a; Millane et al., 2019).

Once the parr have grown to 10cm-25cm in length, they pre-adapt physiologically to life in seawater by a process known as smolting. Their salt-regulating mechanisms change, they become more silver in colour and swim with the current instead of against it. In spring, large numbers of one-to-three-year-old smolts swim downstream to the river estuaries. On reaching the sea they migrate along the North Atlantic Drift, and into the rich feeding grounds of the Norwegian Sea and the wider North Atlantic Ocean (THE MARINE INSTITUTE, undated).

The smolts encounter biotic (predation) and abiotic (water flow and water temperature) threats to their survival on the journey to the ocean (Barry et al.. 2024). Smolts grow quickly in the sea but can be affected by infestation by sea lice (*Lepeophtheirus salmonis*), which can be exacerbated by ocean warming (Shephard & Gargan, 2021). Salmon post-smolts are also subject to capture as by-catches by pelagic fishing vessels in international extra-territorial waters (Gibney et al., 2021). It is difficult to identify with precision the factors that affect the survival of salmon at sea. However, "rising ocean temperatures and acidity and concurrent changes in ocean circulation, stratification, nutrient input and oxygen content" are impacting on food web dynamics and other ocean processes with implications for salmon (Thorstad et al., 2021, 2657).

Salmon that reach maturity after one year at sea ('grilse') may return in summer weighing 0.8kg-4kg. If it takes two or more years at sea to mature, the salmon will return in spring as larger fish (3kg to 15kg), much prized by fishermen. A high proportion of salmon return to their river of origin. On return they may face a series of challenges before reaching the upstream spawning areas, including poachers, pollution from anthropogenic and other sources and physical obstacles in their paths (IFI, 2024). Angling by rod and line is not considered a threat; it is strictly regulated in terms of the angling season and the numbers of fish that can be taken from the water and is monitored closely by IFI and private fisheries

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

(Cawley, 2018). Mortality can be significant after spawning but some salmon survive, return to the sea and return to their rivers of origin again (THE MARINE INSTITUTE, undated).

5- Results: conserving the Atlantic Salmon and its habitat in the River Moy, an actor-centred analysis

The River Moy rises in the Ox Mountains of County Sligo and flows through the adjoining County Mayo for most of its 100 km length, draining a catchment of over 2000 km^2 (Figure 2). The system includes two large lakes, Lough Conn and Lough Cullin, and many small lakes and streams. For much of its course, the Moy flows through lowland pasture and is fed by streams from the surrounding mountains. The Moy records the highest Irish catches of salmon by rod and line but catches fell from an estimated 9500 in 2010 to some 4800 in 2022, reflecting declining returning numbers of fish (IFI, 2010-2023). A recent report identified the main threats to the survival of salmon in the Moy catchment as draining/channel modification, agricultural enrichment, afforestation, inadequate sewerage treatment and industrial discharge (Nasco, 2020, 23). These threats and counteracting them involve many actors and actions, as the analysis of the literature illustrates.

Threats to the returning salmon include poaching (illegal netting), increased water temperatures, removal of shade, and obstacles that interrupt movement upstream (Table 1). Fishing with nets for salmon ceased in Irish rivers in 2007 (Greene, 2006). Occasional poaching occurs on the Moy and the offenders are prosecuted in the courts. River bank shade helps to regulate the water temperature for adult as well as young fish and IFI and landowners undertake appropriate pruning and replace vegetation that has been removed. Angling is suspended when the thermal stress limit of 20º_C is exceeded, which occurred on the Moy between the 8th and the 21st of September 2023 (Afloat, 2023; IFI, 2023c). Obstacles in the path of salmon as they swim upriver to spawn include high weirs, the pediments of bridges and inappropriate culverts, that may become more difficult to surmount as water levels fall (IFI, 2024). IFI has established a Barrier Mitigation Division (IFI, 2024) and, in collaboration with the OPW, removed 14 weirs from the River Glore, a tributary of the Moy, in 2024 (Wroc, 2025).

An adequate supply of well aerated gravel is essential for successful spawning and egg hatching. The supply of gravel in several areas of the Moy catchment was depleted during the 1960s during two arterial drainage schemes which deepened the river (EPA, 2018). A decline in spawning and fish production followed. Gravel refurbishment and associated downriver boulder placement, to reduce gravel erosion, is in progress in 2024 with the OPW, in 38 sites on the Moy and five of its tributaries (Figure 2; Walsh & Partners, 2022). The EU WF Directive is supportive in promoting the restoration and maintenance of high status hydrological conditions (EPA, 2024).

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

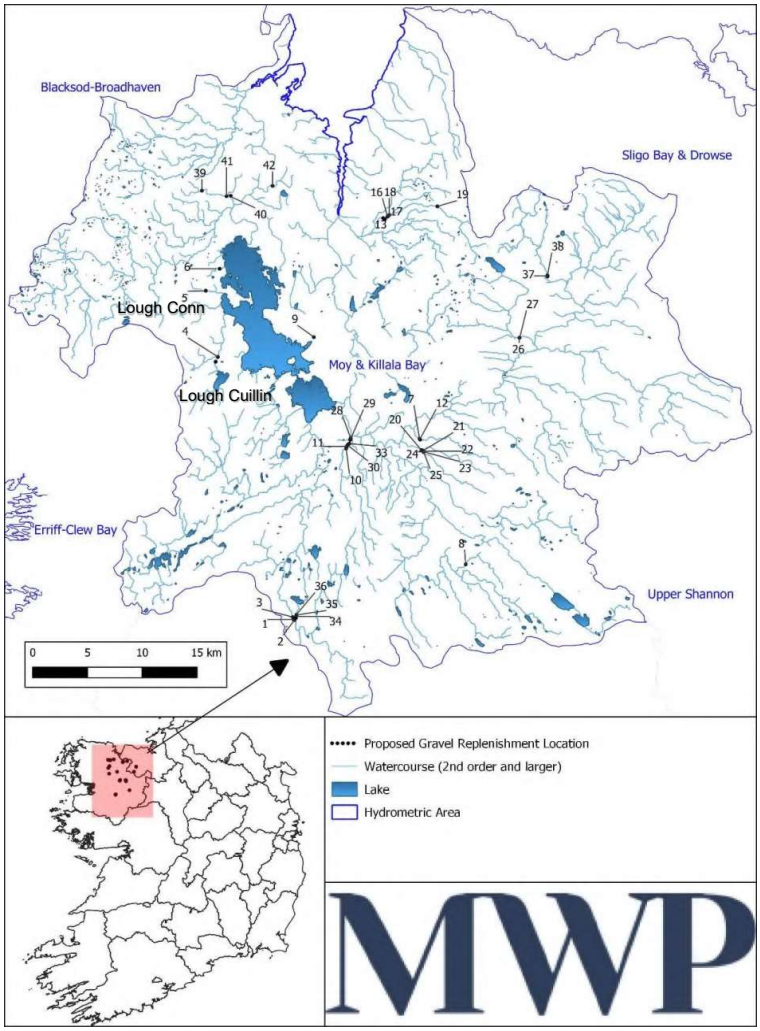


Figure 2. The River Moy
Source: WALSH & PARTNERS (2022)

Sediment from the erosion of river and stream banks at livestock watering points impacts on salmon spawning and egg development in gravel and, when in suspension, reduces the capacity of the salmon fry to escape predators (WILD TROUT TRUST, 2022). The IFI has introduced fencing along watercourse banks to reduce this problem and farmers who have derogation from the EU Nitrates Directive are required to install fencing 1.5 metres from a waterway (DFAM, 2024). Teagasc provides advice to farmers about the fencing of riparian areas

Sedimentation and acidification of water from the felling of coniferous forests take place in a number of areas, including along the headwaters of the River Deel in the northwest of the catchment (Dhlgh, 2020). The timing of felling involves discussion between IFI and the state forestry company, Coillte, to minimise the negative impacts. In a positive development, conifers are being replaced with native deciduous tree species in the environs of Lough Conn and Lough Cullin (Dhlgh, 2020). Sediment release from two quarries in the south of the catchment placed water quality at risk, in 2024, and required remedial action (EPA, 2024).

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

Table 1. The actor network focused on the Atlantic salmon during its life cycle in the River Moy catchment

Age	Lifecycle stage of salmon	Actor sources of threat	Regulatory, research and remediation actors and actions
3+ yrs	Returning salmon moving upstream	1. Poaching with nets; 2. Climate change and removal of shade; 3. In stream physical obstacles.	1. IFI angling regulations and legal system; 2. IFI and landowners replacing vegetation; 3. IFI, OPW, local authorities;
3+ yrs	Spawning and ova	1. River drainage and gravel removal; 2. Sedimentation; 3. Eutrification; 4. Removal of shade.	1. OPW, IFI, WF Directive; 2&3. IFI, EPA, local authorities, NPWS, Coillte, Teagasc; EU Directives; legal system; 4. IFI, landowners.
<1 yr 1-2 yrs	Alevin and fry Parr	1. 1-4 as for spawning and ova development; 2. Competitor for food- Pacific pink salmon.	1. 1-4 as above; 2. Monitoring by IFI and reporting by anglers; research by IFI, NASCO.
2+ yrs	Smolts	1. Predators in estuary; 2. Sea lice; 3. Death at sea.	1. IFI monitoring; 2. IFI, MI: monitoring, research and action as necessary; 3. Research by IFI, MI, NASCO.
3+ yrs	Adult fish North East Atlantic	1. Increased sea temperatures, arising from climate change, affect food supply; 2. Harvesting as by-catches; 3. Predators.	1-3.IFI monitoring and research in association with NASCO; representation by NASCO.

Source: Scientific literature and official reports

Runoff of nutrients (nitrates and phosphates) from slurry on farms and sewage works reduces the oxygen level in rivers and streams and promotes weed growth, impairing the health of the salmon throughout its life cycle. Low levels of runoff from farms in several parts of the catchment are considered by the EPA (2024) to pose a threat to water quality. Nutrient enrichment is greatest in areas of intensive agricultural production in some western areas (EPA, 2024) and contributed to fish kills in the past (Marson & Kelly, 2024). Teagasc promotes good practice among farmers in this regard. Leakage from sewage and wastewater treatment works occurs in the environs of the towns of Castlebar and Ballina and a number of smaller towns (EPA, 2024) and requires action by the local authorities and Uisce Éireann. Chemicals can be a problem and those used in the cleaning of a water treatment tank were identified as a probable cause of the death of some 500 young salmon and trout in 2021 (Meadows, 2021). IFI monitors these events and takes legal action in association with the NPWS, the local authority and the EPA, if required. This can include action against Uisce Éireann.

An absence of sediment and nutrients in the water and the presence of shade are necessary for the survival and successful growth of the salmon alevin, fry, parr and smolts (Table 1). Maintenance of river banks and their vegetation by landowners is supported by IFI to contribute to habitat diversification and to supplies of invertebrates for the juvenile salmon and provide appropriate shade from increased water temperatures (Cooke, 2022). A Pacific pink salmon, whose fry competes vigorously for food with

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma7

Atlantic salmon fry, was caught in the Moy in late June 2023 (IFI, 2023b) and poses a new threat that is being researched by IFI and NASCO. Anglers are requested to report all sightings of the fish.

When the smolts swim downstream to the Moy estuary at about two years of age on their way to the sea they encounter new threats to their survival in cormorants (*Phalacrocorax carbo*), common seals (*Phoca vitulina*) and grey seals (*Halichoerus grypus*) (Cronin et al., 2014). There is a reluctance to interfere with natural competition from the main predators, except in exceptional circumstances. Smolts grow quickly in the sea but can be affected by sea lice infestation (*Lepeophtheirus salmonis*) acquired from escaped farmed fish in the estuary area. IFI is vigilant in monitoring the escape of fish from fish farms which can also infect returning salmon. Internationally, NASCO monitors climate change, changing sea temperatures and their impacts on sources of food for salmon, the salmon per se and the impacts of by-catching by pelagic fishing vessels and makes representations to the appropriate bodies.

6- Summary and conclusion

The research identified: (i) the network of actors involved in protecting and conserving the salmon stocks in the Moy; (ii) the main threats to the welfare of the salmon and the measures taken to offset those threats; and (iii) the value of an actor network approach in understanding the processes at work.

It is apparent that salmon in the Moy are subject to a growing number of threats throughout their life cycle which contribute to their declining numbers.These arise from both public and private land use practices and climate change. A wide and growing number of measures have been introduced to improve the habitat for the fish which involve many agencies and organisations among which IFI plays a pivotal role in being responsible for managing and conserving salmon stocks as a public good and a source of revenue. The welfare of the Atlantic salmon depends also on global climate change and actors and actions during its life in the North East Atlantic Ocean that are not well understood and require research and collaboration at an international level.

The research does not provide solutions to the many issues that surround the welfare of the Atlantic salmon but the application of an actor-centred approach illustrates the complexity of the task involved in its conservation and that of its habitat and the need for collaborative actions.

7. References

AFLOAT (2023). Moy and Galway Fisheries reopen after 'thermal stress' danger, 19th June 2023. Available at: https://afloat.ie/watersport/angling/item/59320-moy-and-galway-fisheries-reopen-after-thermal-stress-danger. [Accessed16 June 2024].

BARRY, J., FITZGERALD, C., O'CALLAGHAN, J.O., KENNEDY, R., ROSELL, R., ROCHE, W. (2024). Interannual variation in survival of wild Atlantic salmon smolts through a dynamic estuarine environment. *Fisheries Management and Ecology*, 00:e12685

BOSCO, F.J. (2006). Actor-network theory, networks and relational approaches to human geography, in S. Aitken & G. Valentine (Eds), *Approaches to human geography*. London: Sage, pp. 136-146.

CALLON, M. (1999). Actor network theory: the market test. *The Sociological Review*, 47(Supplement 1), 181-185.

CAWLEY, M. (2018). An integrated and strategic approach to natural resource management for tourism: meeting the challenges of holistic sustainability. In H. Pina, M. da C.P. Ramos, P. Remoaldo (Eds), *The overarching issues of the European space: preparing the new decade for key socioeconomic and environmental challenges*. Porto: Fac. Letras, University of Porto, pp. 141-154.

CRONIN, M., GOSCH, M., JESSOPP, M., LUCK, C., ROGAN, E. & REID, D. (2014*). A pilot study of seal predation on salmon stocks in selected Irish rivers and estuaries. Final report to IFI*. Coastal & Marine Research Centre, University College Cork. Available from: https:// www. fisheriesireland.ie/ sites/default/ files/ migrated/ docman/ Seal% 20Predation%20on% 20Salmon% 20Rep ort% 20for% 20IFI% 20web site% 20fin al.pdf [Accessed 10th January 2024].

COOKE, D. (2022). Habitat restoration on Irish rivers. *Bonus Ep*, *Ireland on the Fly*, 15 June 2022. Accessible at: www.irelandonthefly.com [Accessed 1 February 2024].

DALTON, C., O'DWYER, B., TAYLOR, D., DE EYTO, E., JENNINGS, E., CHEN, G., POOLE, R., DILLANE, M. & McGINNITY, P. (2014). Anthropocene environmental change in an internationally important oligotrophic catchment on the Atlantic seaboard of Western Europe, *Anthropocene*, 5, 9-21.

DFAM (DEPARTMENT OF FOOD, AGRICULTURE & THE MARINE) (2024). 2024 Nitrates derogation terms and conditions. Accessible at: www.gov.ie [Accessed 10 December 2024].

DHLGH (DEPARTMNT OF HOUSING, LOCAL GOVERNMENT AND HERITAGE) (2020) Site synopsis, River Moy SAC. Accessible at: www.gov.ie [Accessed 10 December 2024].

EDEN, S., TUNSTALL, S.M., TAPSELL, S.M. (2000). Translating nature: river restoration as nature – culture. *Environment and Planning D: Society and Space*, 18, 257-273.

ELLIOTT, J. M., & HURLEY, M. A. (1997). A functional model for maximum growth of Atlantic Salmon parr, Salmo salar, from two populations in Northwest England. *Functional Ecology*, 11(5), 592–603.

EPA (ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY) (2018). *Moy and Killala Bay Catchment Assessment 2010-2015*. Available at: www.epa.ie [Accessed 1 September 2024]

EPA (ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY) (2024). *Cycle 3 HA34*, *Moy and Killala Bay Catchment Report 2022-2027*. Available at: www.epa.ie [Accessed 1 September 2024]

GIBNEY, J., UTNE, K. R., WENNEVIK, V.…& VERSPOOR, E. (2021). The early marine distribution of Atlantic salmon in the Northeast Atlantic: a genetically informed stock-specific synthesis. *Fish and Fisheries*, 22(6), 1153-1412.

GREENE, N. (2006). Irish government bans drift netting for salmon. *Total Fishing*, 6 November 2006.

GRILLI, G., LANDGRAF, G., CURTIS, J. & HYNES, S. (2018). A travel-cost evaluation of the benefits of two destination salmon rivers in Ireland. *Journal of Outdoor Recreation and Tourism*, 23, 1-7.

HENDRY, K., CRAGG-HINE, D., O'GRADA, M., SAMBROOK, H., STEPHEN, A. (2003). Management of habitat for rehabilitation and enhancement of salmonid stocks. *Fisheries Research*, 62(2), 171–192.

ICES (INTERNATIONAL COUNCIL FOR THE EXPLORATION OF THE SEA) (2022). Working Group on North Atlantic Salmon (WGNAS). Available from https://doi.org/10.17895/ices.pub.7923. [Accessed 3 January 2024]

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND) (2011-2023). *Wild salmon and sea trout statistics reports, for 2010-2022*. Available at: www.fisheriesireland.ie) [Accessed 14January 2024].

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND) (2023a). Who we are. Available at: https://www.fisheriesireland.ie/who-we-are/our-organisation/meet-the-team. [Accessed 14 January 2024]

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND) (2023b). *Research Newsletter No. 17*. Available at: https://www.fisheriesireland.ie/sites/default/files/2024-02/ifi_researchnewsletter17.pdf [Accessed 14 January 2024]

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND) (2023c) Press release, IFI to close Moy and Galway salmon fisheries due to high water temperatures. Available at: https://www.fisheriesireland.ie/news/press-releases/ifi-to-close-moy-and-galway-salmon-fisheries-due-to-high-water-temperatures [Accessed 14 Januaary 2024]

IFI (INLAND FISHERIES IRELAND) (2024). *Research Newsletter No. 18*. Available at: https://www.fisheriesireland.ie/sites/default/files/2024-07/ifi_researchnewsletter18.pdf [Accessed 17 September 2024]

JÖHANNESSON, G. T. & BÆRENHOLDT, J. O. (2009). Actor-network theory/network geographies. In: R. Kitchin & N. Thrift (Eds.) *International Encyclopaedia of Human Geography*. Amsterdam: Elsevier, pp. 15-19.

KELLY, S. & KELLY, F. L. (2024). Shaded streams with permeable watersheds provide naturally resilient fish habitat refugia during heatwaves. *Fisheries Management Ecology*, 31 (6), e12704.

LATOUR, B. (2007). *Reassembling the social: an introduction to actor network theory*. Oxford: Oxford University Press.

LAW, J. (1993). *Organising modernity*. Oxford: Blackwell.

MARSON, R. & KELLY, F.L. (2024). *Fish kills in Ireland- history, current status and recovery. Fish and Habitats: Science and Management Vol. 3*. Accessible at: www.fisheriesireland.ie [Accessed 15 September 2024]

MASSEY, C.D., VAYRO, J.V. & MASON, C.M. (2021). Conservation values and actor networks that shape the Adams River Salmon Run in Tsútswecw Provincial Park, British Columbia. *Society & Natural Resources*, 34(9), 1174-1193.

McGINNITY, P., JENNINGS, E., de EYTO, E. , ALLOTT, N., SAMUELSSON, P., ROGAN, G., WHELAN, K. & CROSS, T. (2009). Impact of naturally spawning captive-bred Atlantic salmon on wild populations: depressed recruitment and increased risk of climate-mediated extinction. *Proceeding of the Royal Society B*, 176, 3601-3610. doi:10.1098/rspb.2009.0799 [Accessed 10 March 2024].

MEADOWS, D. (2021). Serious 'Fish Kill' on the Glore River, Kiltimagh, 3rd September 2021. Available eastmayoanglers.com/serious-fish-kill-on-the-glore-river-kiltimagh-3-rd-september-2021/ [Accessed 15 February 2024].

MILLANE, M., WALSH, L., ROCHE, W.K. AND GARGAN, P.G. (2019). Unprecedented widespread occurrence of Pink Salmon Oncorhynchus gorbuscha in Ireland in 2017. *Journal of Fish Biology*, 1– 4. https://doi.org/10.1111/jfb.13994.

MOBLEY, K. B., AYKANAT, T., CZORLICH, Y., HOUSE, A., KURKO, J., MIETTINEN, A., MOUSTAKAS-VERHO, J., SALGADO, A., SINCLAIR-WATERS, M., VERTA, J. P., & PRIMMER, C. R. (2021). Maturation in Atlantic salmon (Salmo salar, Salmonidae): a synthesis of ecological, genetic, and molecular processes. *Reviews in Fish Biology and Fisheries*, 31(3), 523–571.

NASCO (NORTH ATLANTIC SALMON CONSERVATION ORGANISATION) (2020). IP(09)10 Protection, restoration and enhancement of salmon habitat focus area report EU-Ireland. Accessible at: https://nasco.int/wp-content/uploads/2020/02/HabitatFAR_Ireland.pdf [Accessed 10 January 2024].

O'KEEFFE, C. & DROMEY, M. (2004). Designation of sites for fish under EU Habitats Directive. *Biology & Environment: Proceedings of the Royal Irish Academy*, 104b(3), 103-105.

SHEPHARD, S. & GARGAN, P. (2021). Wild Atlantic salmon exposed to sea lice from aquaculture show reduced marine survival and modified response to ocean climate. *ICES Journal of Marine Science*, 78 (1), 368–376.

SUTTLE, K.B., POWER, M.E., LEVINE, J.M., McNEELY, C. (2004). How fine sediment in riverbeds impairs growth and survival of juvenile salmonids. *Ecological Applications*. 14, 969–974.

THE MARINE INSTITUTE (undated). Atlantic salmon (salmo salar). Available at: www.marine.ie [Accessed 10 January 2024}.

THE MOY TRUST (2021). River Pollagh restoration project. Accessible at: https://moytrust.wordpress.com/ [Accessed 1 February 2024].

THORSTAD, E. B., BLISS, D., BREAU, C., DAMON-RANDALL, K., SUNDT-HANSEN, L. E., HATFIELD, E. M. C., HORSBURGH, G., HANSEN, H., MAOILÉIDIGH, N., SHEEHAN, T., & SUTTON, S. G. (2021). Atlantic salmon in a rapidly changing environment—Facing the challenges of reduced marine survival and climate change. *Aquatic Conservation: Marine and Freshwater Ecosystems*, 31(9), 2654–2665.

WALSH, M. & PARTNERS (2022). *Natura impact statement: Moy catchment gravel replenishment*. Accessible at: www.fisheriesireland.ie [Accessed: 1 February 2024].

WILD TROUT TRUST (2022). *River Moy habitat assessment and management plan East Mayo Angling Association, Co. Mayo, Ireland*. Available at: https://www.eastmayoanglers.com/wp-content/uploads/2024/02/moy-emaa-2.pdf [Accessed: 1 March 2024].

WOODS, M. (1997). Researching rural conflicts: hunting, local politics and actor-networks. *Journal of Rural Studies*, 14(3), 321-340.

WROC (2025). Local authorities water programme. https://documents.lawaters.ie/op/op.Download.php?documentid=1178&version=1

OLIVEIRA, L... (2024). ***Corporate sustainability: Limits and possibilities from environmental economic Geography.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 120-129
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma8

CORPORATE SUSTAINABILITY: LIMITS AND POSSIBILITIES FROM ENVIRONMENTAL ECONOMIC GEOGRAPHY

SUSTENTABILIDADE CORPORATIVA: LIMITES E POSSIBILIDADES À LUZ DA GEOGRAFIA ECONÓMICA AMBIENTAL

Leandro Dias de OLIVEIRA
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, IGEO
leandrodias@ufrrj.br

Resumo

A sustentabilidade corporativa compreende um conjunto de preceitos, fórmulas de manejo e mecanismos de aferição e certificação da gestão ambiental empresarial. Constituída a partir da adoção dos princípios do desenvolvimento sustentável à escala global, as formas empresariais de promoção da sustentabilidade são aplicadas nos centros e periferias do mundo, apesar das marcantes diferenças políticas, económicas, sociais e ambientais. No Brasil, com a intensificação dos impactos ambientais decorrentes da industrialização e da urbanização, as grandes empresas têm adotado um crescente conjunto de medidas em torno da sustentabilidade corporativa. O objetivo deste artigo é debater como vem ocorrendo a adoção dos modelos de sustentabilidade corporativa nas áreas periféricas do Brasil contemporâneo. Metodologicamente, a análise centra-se na Região Metropolitana do Rio de Janeiro e incide sobre as grandes indústrias recentemente instaladas, recorrendo ao levantamento bibliográfico, à análise de relatórios de sustentabilidade, à realização de entrevistas corporativas e ao trabalho de campo. Por intermédio da ecologia política, que se revela um importante campo do pensamento crítico sobre as relações sociedade-natureza, são também objetivos desta investigação a reflexão geopolítica e geoeconómica acerca dos modelos corporativos de gestão ambiental e as suas implicações territoriais para com as populações afetadas.

Palavras-chave: Ecologia política, reestruturação territorial-produtiva, sustentabilidade corporativa, geografia econômica, periferias metropolitanas.

Abstract

Corporate sustainability comprises a set of precepts, management formulas and mechanisms for measuring and certifying corporate environmental management. Established based on the adoption of sustainable development principles on a global scale, corporate forms of promoting sustainability are applied in the centers and peripheries of the world, despite the marked political, economic, social and environmental differences. In Brazil, as environmental impacts of industrialization and urbanization intensify, big companies have adopted a growing set of measures around corporate sustainability. The objective of this article is to discuss how the adoption of corporate sustainability models has been occurring in the peripheries of contemporary Brazil. Methodologically, the analysis focuses on the Rio de Janeiro Metropolitan Region and examines large industrial facilities recently established there, drawing on a literature review, an analysis of sustainability reports, corporate interviews, and fieldwork. Through political ecology, which is an important field of critical thinking on society-nature relations, the objectives of this research are also the geopolitical and geoeconomic reflection on corporate models of environmental management and their territorial implications for affected populations.

Keywords: Political ecology, territorial-productive restructuring, corporate sustainability, economic geography, metropolitan peripheries.

OLIVEIRA, L... (2024). ***Corporate sustainability: Limits and possibilities from environmental economic Geography.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 120-129
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma8

1- Introdução

Milton Santos (2002 [1996]) afirma em "A Natureza do Espaço" que o mundo se dá sobretudo como norma, isto é, o mundo globalizado apresenta-se aos lugares como um conjunto de normas às quais estes devem adaptar-se. Para o autor, com a globalização, empresas transnacionais, instituições financeiras e organismos internacionais passam a estabelecer, ou difundir, padrões de produção, consumo e gestão como se fossem universais ou inevitáveis. Assim, valores técnicos, informacionais, económicos, sociais, politicos e culturais são espacializações propiciadas pelo mundo, de forma desterritorializada e teleguiada. Neste cenário, a formação socioespacial estabelece a mediação das formas geográficas, transformadas ou naturais, e das normas de uso do território, sejam jurídicas ou costumeiras, formais ou informais. Neste sentido, *"a utilização dos lugares pelas empresas, sobretudo as firmas gigantes, depende desses dois dados e não apenas de um deles"* (Santos, 2002 [1996], p. 337). Entendemos que é exatamente disso que estamos tratando: das normas de uso do território, encapsuladas pelo modelo corporativo de sustentabilidade e que destroem a própria forma de ordenamento espacial do Estado.

Num primeiro momento, a sustentabilidade corporativa se apresenta como a adequação das empresas aos princípios do desenvolvimento sustentável (Swarnapali, 2017), tendo como objetivo conjugar os resultados e interesses económicos das companhias com a adoção de medidas de cuidados ambientais diversos. Além dos preceitos contidos em documentos internacionais como o "Nosso Futuro Comum" (CMMAD, 1988 [1987]), a "Agenda 21" (CNUMAD, 1996 [1992]) e a "Agenda 2030" (ONU, 2015), que contém os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (17 ODS), há na sustentabilidade corporativa uma miríade de princípios neoliberais e orientações do universo empresarial a serem privilegiados em relação às questões ecológico-sociais.

Todavia, podemos afirmar que o modelo – ou os modelos, pois parecem-nos diversificados e abrangentes os conteúdos e as práticas da sustentabilidade corporativa no território –, não se trata simplesmente de uma adequação do desenvolvimento sustentável aos interesses empresariais, mas de algo além: a sustentabilidade corporativa é um conjunto de preceitos, fórmulas de manejo e de ajustes e mecanismos de aferição e certificação da gestão ambiental constituídos a partir dos interesses económicos das grandes empresas. Estes passam progressivamente a ser adotados, não somente por empreendimentos de diferentes magnitudes, mas também influenciando de forma consistente o Estado nas mais diferentes escalas, e mesmo outros atores da sociedade civil (Oliveira, 2024).

Este artigo integra uma investigação em curso, centrada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro dedicada à análise das grandes indústrias recentemente instaladas, recorrendo ao levantamento bibliográfico, à análise de relatórios de sustentabilidade, à realização de entrevistas corporativas e ao trabalho de campo. Com uma parte substancial das análises já realizada, a nossa proposição analítica neste artigo consiste em contribuir não somente para o entendimento da conceção da sustentabilidade

corporativa, mas verificar também quais as suas principais ações, modelos, palavras-chave e repercussões territoriais, bem como os seus reflexos nas políticas públicas e ações comunitárias. As reflexões aqui contidas sã

2 – A Sustentabilidade Corporativa e o Governo Neoliberal-Empresarial

O padrão neoliberal de governo empresarial, conforme apresentado por Pierre Dardot e Christian Laval (2016 [2010]), permite um verdadeiro culto à empresa (ou unidade empresarial) e promove uma gestão compartilhada por modelos de governança público-privada sob fórmulas de gerencialismo, de mercadorização da gestão estatal e da própria subversão dos direitos dos cidadãos. Com a financialização de tudo (Harvey, 2008 [2005]), o Estado Neoliberal se torna um terreno fértil para o cultivo de medidas ambientais com base em modelos corporativos de gestão. E com o Estado atuando como empresa, e o lucro se tornando a sua razão principal, as noções mercadológicas de eficácia e desempenho provocam o esvaziamento do planejamento político e coletivo das ações governamentais, com a aplicação do léxico empresarial pelos seus agentes e pela constante hibridação das ações públicas e privadas.

Refire-se ainda que a emergente Geografia Económica Ambiental (*Environmental Economic Geography*), promovida particularmente por pesquisadores do Reino Unido, atrelou inicialmente os debates sobre a questão ambiental à Geografia Económica por meio da mobilização de um vocabulário muito próximo do empresarial: externalização de custos ambientais, governança externa, inovação tecnológica, escala organizacional, fatores de influência, externalidades ambientais negativas, preços de mercado, regulamentação, evolução institucional, mecanismos evolutivos sinérgicos, eficiência verde, entre muitos outros (He et. al., 2022). Neste cenário, a combinação entre a proteção da natureza e os interesses empresariais nos *espaços periféricos,* acaba sendo mais potente, pois os braços do Estado se revelam mais negligentes em termos sociais, politicamente autoritários e muito condescendentes com os interesses empresariais.

Todo este processo de contaminação da esfera pública pelos dogmas corporativos permite, em última instância, que ocorra a terceirização das responsabilidades sociais e ecológicas, por meio da transferência de tais obrigações dos governos e gestores públicos de diferentes instituições para o setor de responsabilidade socioambiental das empresas. As grandes empresas postulam o protagonismo na proteção ambiental por meio da formulação de ideias, ações e intervenções, instituição de agendas, parcerias e arcabouços de governança, para além da estruturação de mecanismos de avaliação, certificação e propaganda dos resultados. Contudo, este movimento se completa com o financiamento empresarial direto a organizações não-governamentais, ou mesmo a instituições públicas, *startups* e empresas *spin-offs*, propondo acordos de cooperação para o aprimoramento da proteção ambiental e prospetando e canalizando ideias inovadoras, continuadamente, para os seus departamentos do meio ambiente e *marketing*. Portanto, a “norma” corresponde ao conjunto dos interesses corporativos, enquanto

o território se torna palco de mediações baseadas, local e globalmente, pelos desígnios de investidores-acionistas, grandes companhias e *stakeholders*.

Ciente de que os padrões de negócio e de investimento, as questões gerenciais e regulamentares, os ritmos e remunerações do trabalho, os movimentos logístico-operacionais e as relações com o Estado e a sociedade civil apresentam contundentes diferenças entre os centros e as periferias do mundo – seja na esfera internacional ou nacional, seja na escala regional ou mesmo na perspetiva urbana –, torna-se oportuno indagar: *como vem ocorrendo a adoção dos modelos de sustentabilidade corporativa nas periferias?* Tendo em atenção esta questão, vale a pena reforçar que o neoliberalismo se revela como uma espécie de álibi para que o mercado seja colocado em primeiro lugar pelo Estado, por intermédio de uma promessa de liberdade que se adequa, progressivamente, a formas autoritárias, violentas e antidemocráticas de governança (Harvey, 2008 [2005]). Assim, o entrelaçamento da proteção ambiental com o mundo dos negócios e sua institucionalização para além do Estado, permitiu a neoliberalização (Porto-Gonçalves, 2006) e o empresariamento da questão ecológica, com a inquestionável ramificação dos braços fundacionais das grandes empresas.

3 – Sustentabilidade Corporativa, Ecologia Política e Mudanças Produtivas

Encontramos na ecologia política, um verdadeiro território do pensamento crítico e da ação política (Leff, 2001 [1998]) e vislumbramos na crítica à mercantilização da vida social, sob a ótica da geografia económica, a necessária interpretação política da relação sociedade-natureza. Neste contexto, é essencial ampliar os debates acerca da ecologia política e trazê-la para o universo da geografia económica (Watts, 2000), de maneira que termos como "desenvolvimento sustentável" e "economia verde" não devam ser dissociados da flexibilidade produtiva e do neoliberalismo económico. Do mesmo modo, o conjunto de ajustes ambientais das empresas, a instalação de indústrias em esconderijos espaciais e a criação de "zonas de sacrifício", devem ser avaliadas para além dos princípios internacionais da ecoeficiência empresarial, incluindo a perspetiva da realidade periférica, correspondente a espaços atrativos para o capital, mas que permanecem discriminadores para os seus habitantes.

A proteção da natureza consolidou-se como fator económico e está presente nas mudanças ocorridas no universo da industrialização desde, pelo menos, o último quartel do século XX, quando a preservação e conservação foram progressivamente combinadas com a tecnificação em larga escala (Habermas, 2014 [1968]) e conjugada ainda com o advento de formas flexíveis de produção (Harvey, 2004 [1989]; Hoogvelt, 1997). Assim, se o uso racional da natureza, na sua fórmula liberal, se enraiza nas classes dominantes norte-americanas do final do século XIX (McCormick, 1992 [1989]), desde o final do século XX os grupos empresariais passaram a financiar importantes estudos internacionais sobre a problemática ambiental. A título de exemplo, refire-se o relatório "Limites do Crescimento" (Meadows et al., 1972 [1971]), que recebeu o apoio financeiro da FIAT e da Volkswagen Foundation. Por outro lado, as lideranças do mundo dos negócios coordenaram grandes encontros sobre o tema, como é o caso do empresário

canadense do ramo petrolífero, e diplomata, Maurice Strong. Recorde-se que ele foi o primeiro diretor-executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), para além de exercer as funções de secretário-geral das Nações Unidas nas conferências ambientais de Estocolmo, em 1972, e Rio de Janeiro, em 1992 (Oliveira, 2019).

Para uma maior compreensão destas problemáticas, reuna-se ainda às ilações supracitadas a complexa transição do fordismo para um modelo entendido como flexível, ainda que com os devidos cuidados classificatórios (Martin, 1996 [1994]). Efetivamente, este enquadrameto é imprescindível para se analisar este cenário sob a ótica da adoção de paradigmas de sustentabilidade. Na realidade, em maior ou menor grau, a aposta no paradigma da produção *just-in-time* (*on demand*), acompanhadas pela efetivação de nichos específicos de mercado, ou pela racionalização dos *stocks* e pela personalização perante o consumidor, ou ainda pela diminuição, espraiamento e descentralização de parte significativa das plantas industriais, e pela descontinuação de vilas operárias, e pela superação da relação simbiótica cidade-indústria no que se refere à administração dos interesses citadinos, compreenderemos que se tenha modificado a realidade industrial. Acresce que, se adicionarmos às agendas de flexibilização produtiva ações diversas que incluem desde a captação das águas da chuva, à instalação de lâmpadas menos voláteis e menos impactantes no meio ambiente incorporadas pelas grandes empresas, assim se compreende a constante renovação do parque produtivo com a substituição dos materiais mais poluentes por novas tecnologias e a utilização de arquitetura ecologicamente correta, com o uso de tecnologias verdes, maquinarias menos contaminantes e mobilização de inovações ecológicas.

4 – A adoção do modelo no estado do Rio de Janeiro (Brasil)

A periferia metropolitana do Rio de Janeiro é o nosso espaço empírico privilegiado para o desenvolvimento deste estudo. Todavia, harmonizaremos a sua análise, de forma intercalada, com o quadro brasileiro e, ocasionalmente, com interlocuções com outras realidades mundiais. De facto, o objeto empírico desta pesquisa é a realidade produtivo-logística da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a ser investigada a partir dos seus três vetores de espraiamento, que podem ser assim delineados (Figurra 1):

[i] o Extremo Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, formado pelas cidades de Seropédica, Japeri, Queimados e Paracambi e o complexo industrial Itaguaí-Santa Cruz, que inclui distritos industriais, condomínios logísticos e uma estrutura portuária bastante robusta, com a consolidação de uma área grande de retroporto;

[ii] o Leste Metropolitano, especialmente a partir da retomada das obras do Polo GasLub Itaboraí, nova denominação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), que integra rodovias, um porto específico e outras estruturas produtivas, especialmente nas cidades de Itaboraí, São Gonçalo e Maricá; e

[iii] o vetor norte, que compreende o eixo da BR-040, na cidade de Duque de Caxias, que vive um processo de redinamização económica, especialmente a partir dos investimentos no polo petroquímico de Campos Elíseos, no entorno da Refinaria Duque de Caxias (Reduc-Petrobrás).

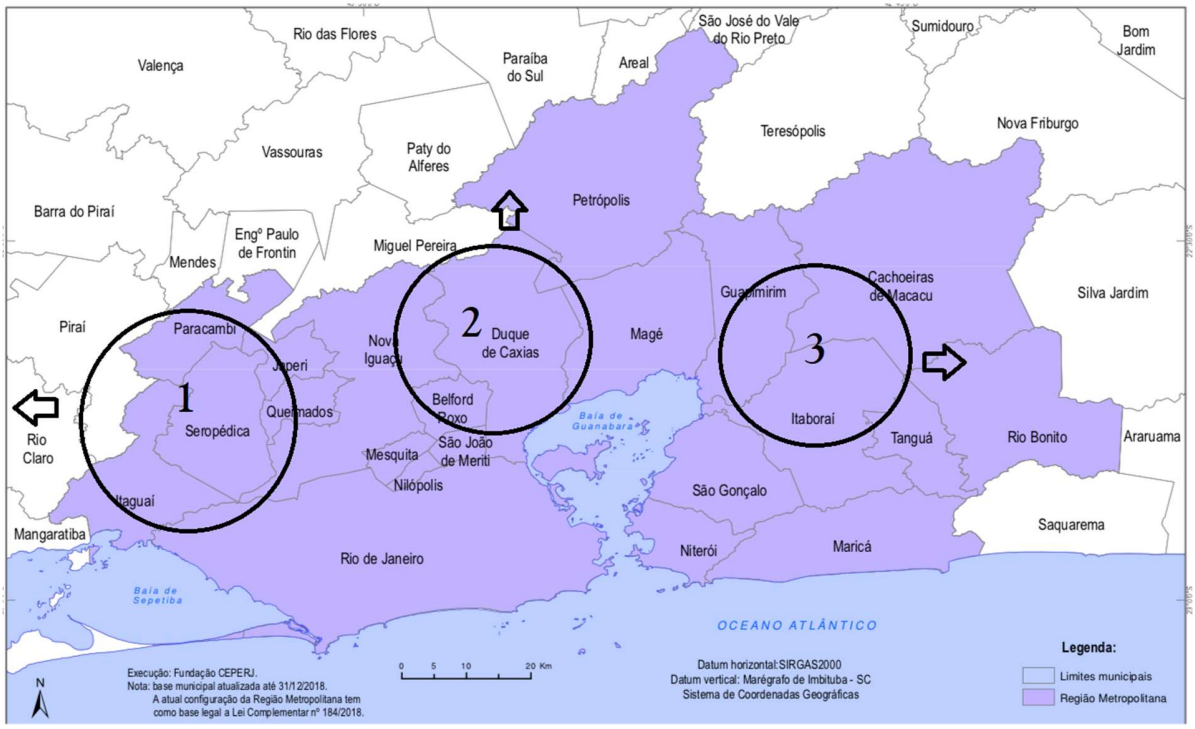


Figura 1 - Polos / Vetores de industrialização na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Brasil), onde: (1) Porto de Itaguaí [Vetor oeste]; (2) Refinaria Duque de Caxias (Petrobras) [Vetor Norte / BR-040]; e (3) Polo Itaboraí Gas-Lub (Vetor Leste).

Fonte: Fundação CEPERJ. Organização: Leandro Dias de Oliveira, 2025.

Os três eixos supracitados localizam-se na periferia metropolitana do Rio de Janeiro e são habitados por populações, em grande parte, pobres e segregadas. A tríade encontra-se conectada pelo Arco Rodoviário Metropolitano Fluminense (BR-465, inaugurado em 2014) e representa as forças centrípetas e centrífugas do desenvolvimento económico do espaço metropolitano fluminense. Por seu turno, no entorno imediato dos empreendimentos, comprimidos pelos robustos investimentos produtivos e pela expansão das estruturas logísticas, encontra-se uma população *periferizada*, correspondente em parte, a habitantes de espaços outrora com feições rurais, mas que se avolumam, continuamente, sobrevivendo em verdadeiras "zonas de sacrifício", devido às atividades industriais do entorno. Urge, pois, apurar o reflexo da combinação do advento de novos empreendimentos logístico-produtivos e da redinamização das antigas áreas industriais, com o recurso sistemático à proteção ambiental, tendo por base modelos de sustentabilidade corporativa e os seus impactos socioespaciais. Eis o desafio fulcral desta pesquisa, ainda em curso.

Portanto, ao se privilegiar a indústria, não podemos ignorar que a aposta nas atividades económicas "verdes", em geral, seja por meio de ações que obedeçam a formas de manejo ecologicamente corretas, seja pela mobilização de práticas de *greenwashing* ou completamente improfícuas, é uma

realidade visível em praticamente todos os setores da economia. Os exemplos multiplicam-se e incluem desde o estímulo à reciclagem de resíduos em escritórios, lojas ou hotéis, à liberação de financiamentos para fins sustentáveis por instituições financeiras, para além do aliciamento ao uso de energias alternativas e à compra de produtos com selos verdes no cotidiano. Há, de facto, uma miríade de ações que compõem o portfólio da sustentabilidade em grandes empresas dos mais diferentes ramos. Contudo, o setor industrial, desde a produção de mercadorias até aos processos de estocagem e translado de insumos e produtos, apresenta, na sua maior parte, impactos ambientais mais contundentes, demandas de ajustes tecnoecológicos mais sofisticados e obrigações de adequação ambiental mais abrangentes para a participação nas cadeias globais de valor.

Iniciamos estas pesquisas por dez unidades logístico-industriais situadas na periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Estas dez unidades pertencem às maiores empresas do Brasil em receita líquida, todavia esta seleção poderá ser redimensionada, para mais ou para menos empresas, caso oportunamente se considere necessário. As dez unidades pré-escolhidas para análise são:

(i) Refinaria Duque de Caxias (Reduc-Petrobrás S.A.);
(ii) Complexo de Energias Boaventura (Petrobrás S.A., anteriormente chamado Comperj);
(iii) Usina Termoelétrica Barbosa Lima Sobrinho (Seropédica, Petrobrás S.A);
(iv) Raízen Combustíveis (Duque de Caxias);
(v) Indústria Química Braskem (Duque de Caxias);
(vi) AMBEV Campo Grande - Rio de Janeiro;
(vii) BRF Seropédica;
(viii) Gerdau Cosigua Santa Cruz;
(ix) Usina Termelétrica de Santa Cruz, FURNAS- Eletrobrás); e
(x) Terminais Tecar e Sepetiba Tecon e MRS Logística (Itaguaí-CSN-Vale).

Os procedimentos metodológicos envolveram a identificação, catalogação e classificação dos investimentos realizados na periferia metropolitana do Rio de Janeiro, cruzando-se dados disponibilizados pelas secretarias e prefeituras municipais, para além dos registros da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN), da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN) e dos próprios espaços industriais – como foi o caso da Associação das Empresas de Campos Elíseos (ASSECAMPE, Duque de Caxias). Pesquisaram-se também as páginas eletrónicas dos empreendimentos aqui citados e as notícias da mídia, obtendo informação que ainda complementamos com a realização de trabalhos de campo. Trata-se, ainda, de um projeto em curso, pelo que, numa fase posterior da investigação, serão apresentados os resultados detalhados para cada unidade produtiva.

O diálogo com os representantes institucionais e as lideranças políticas das áreas abrangidas pelas ações corporativas, será feito posteriormente. É o caso da Floresta Nacional Mário Xavier, em Seropédica, a que reunimos os responsáveis das comunidades da Baía de Sepetiba, da Área de Proteção de Guapi-Mirim e da Estação Ecológica da Guanabara, que recebeu reflorestamentos do antigo Comperj, entre outras.

Dos estudos já concretizados, emergiram várias estratégias, sugestões, a implementar. Destaquemos algumas: o uso de matérias-primas sustentáveis; a criação de áreas verdes nas próprias áreas industriais; o monitoramento da qualidade do ar, da água e do solo; a gestão energética; o reuso da água; o uso de lâmpadas mais económicas; a compra de maquinários menos poluentes. Eis alguns dos exemplos aqui sintetizados. Todavia, dada a manutenção de medidas compensatórias espacialmente distantes, do escasso diálogo com o entorno e com a criação de áreas verdes muradas, prossegue um cenário turvo de medidas ambientais, ampliando-se a segregação e a exclusão socioambiental, enquanto se dissimulam os problemas ambientais com ações desconectadas dos reais problemas locais e regionais.

Da mesma forma, certificações e premiações empresariais atribuidas a cuidados com o meio ambiente realizadas por organizações subsidiadas pelos grandes investidores, ou ainda a persistência da execução de relatórios padronizados sob os dogmas do desenvolvimento sustentável, não garantem uma relação sociedade-natureza menos destrutiva.

5 – Conclusões

Estudar as implicações socioambientais da industrialização a partir das periferias metropolitanas, especialmente nos países periféricos, constitui uma contribuição de relevo e de grande impacto para o desenvolvimento científico, bem como para o planejamento e gestão democrática do espaço. Entre os potenciais impactos, as aplicabilidades e o caráter inovador deste artigo aqui apresentado, ressaltamos a relevância da pesquisa para as melhorias socioambientais das periferias metropolitanas e a intenção de oferecer os seus resultados como um instrumento metodológico para os órgãos gestores do desenvolvimento económico. Disponibilizaremos ainda orientações para a gestão de políticas públicas proporcionadoras da contenção dos impactos socioambientais atualmente vigentes.

Além disso, mais que um exame detalhado sobre os modelos de sustentabilidade corporativa na realidade metropolitana fluminense, projeta-se um importante aporte aos estudos acerca da problemática ambiental contemporânea para a Geografia Económica. Só explorando as relações entre Ecologia Política e Industrialização Periférica, num contexto em que é notória a maleabilidade interpretativa, conceitual e prática das conceções vinculadas ao desenvolvimento sustentável, se observarão os seus reflexos espaciais, particularmente nas realidades periféricas.

Do mesmo modo, como parte de um projeto em curso, idealizamos facilitar a perceção do papel da sustentabilidade na reestruturação produtiva do capital, conjugado com a flexibilidade produtiva, e o neoliberalismo económico. Este estudo corresponde, de facto, a um contributo para percecionar a atuação dos diferentes níveis de classe e de capital, para além das próprias engrenagens associadas à adoção da sustentabilidade no universo da produção. Pretende-se também auxiliar na criação de estratégias e na interpretação das medidas ambientais a implementar no segmento da logística, desde os silos, condomínios e espaços de estocagem, até às infraestruturas de alta rodagem e circulação de mercadorias.

Em simultâneo, será possível compreender o papel contemporâneo do Estado – subordinado aos interesses do capital e à posição no sistema-mundo –, facilitando a permissividade das ações poluidoras em áreas periféricas. Tais atitudes permitem refletir sobre as injustiças, segregações e impactes da modernização nas vidas das pessoas periferizadas, como os moradores e os trabalhadores, para além dos pequenos agricultores, dos pescadores, dos indígenas ou dos quilombolas e de outros grupos vilipendiados. O objetivo final, é contribuir para o inadiável debate acerca de uma política de desenvolvimento socioambiental mais integrado e harmonioso, especialmente nas periferias, na sequência do estreitamento de ações com as diferentes esferas de gestão pública e a sociedade civil.

Só tendo como horizonte a própria conservação ambiental e a solução de questões de importância regional, se concretizarão eficazes negociações de contrapartidas das empresas, e a ampliação do papel que a própria universidade tem para com o seu entorno. Apenas nestas circunstâncias será possível a construção de ações públicas concretas e socialmente referenciadas e eficazes.

Bibliografia

CMMAD – Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1988 [1987]). Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Editora FGV.

CNUMAD – Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1996 [1992]). Agenda 21. Brasília: Senado Federal.

DARDOT, Pierre; LAVAL Christian (2016 [2010]). A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

HABERMAS, Jürgen (2014 [1968]). Técnica e ciência como "ideologia". São Paulo: EdUNESP.

HARVEY, David (2004 [1989]). Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola.

HARVEY, David (2008 [2005]). O Neoliberalismo*:* História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola.

HE, Canfei; HE, Shuqi; Mu, Enyi; PENG, Jian (2022). Environmental economic geography: Recent advances and innovative development. *Geography and Sustainability*, vol. Volume. 3, Issue n. 2, pp. 152-163.

HOOGVELT, Ankie (1997). Globalization and the PostColonial World: The New Political Economy of Development. Baltimore: The Johns Hopkins University Press.

LEFF, Enrique (2001 [1998]). Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis, Vozes.

MARTIN, Ron (1996). Teoria Econômica e Geografia Humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Gregory (Orgs.). *Geografia Humana:* Sociedade, Espaço e Ciência Social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

MCCORMICK, John (1992 [1989]). Rumo ao Paraíso: A História do Movimento Ambientalista. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

MEADOWS, Donella H. et al (1978 [1972]). Limites do Crescimento: Um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade. São Paulo: Editora Perspectiva.

OLIVEIRA, Leandro Dias de (2019). Geopolítica ambiental: a construção ideológica do desenvolvimento sustentável (1945-1992). Rio de Janeiro: Autografia.

ONU (2015). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, Assembleia Geral das Nações Unidas (A/RES/70/1), 25 de setembro de 2015. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 out. de 2015.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Waler (2006). A Globalização da Natureza e a Natureza da Globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

SANTOS, Milton (2002 [1996]). A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: EDUSP.

SWARNAPALI, R. M. N. C. (2017). Corporate sustainability: A literature review. Journal for Accounting Researchers and Educators, v. 1, n. 1, 2017.

WATTS, Michael (2000). Political Ecology. In SHEPPARD, E. and T. BARNES (eds.), *A Companion to Economic Geography*. Oxford: Blackwell.

Agradecimentos

Este capítulo é fruto do projeto *"Ecologia Política, reestruturação territorial-produtiva e desenvolvimento sustentável: implicações nas periferias metropolitanas*", apoiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com Bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) e pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), com a Bolsa Jovem Cientista do Nosso Estado (JCNE). Este estudo também é integrante do projeto de cooperação internacional, no campo da geografia, entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidade do Porto, intitulado "Reestruturação Espacial e Desenvolvimento Regional: Um Estudo Comparativo entre a Região Norte de Portugal e o Estado do Rio de Janeiro", do qual o autor é coordenador juntamente com a Prof.ª Doutora Maria Helena Mesquita Pina, da Universidade do Porto, a quem agradecemos pelo importantíssimo diálogo no cumprimento das agendas de pesquisa.

CAETANO, L.; FARINA, C.; RIBEIRO, A.; SILVA, I.. (2024). ***Brazilian legislation on the environmental recovery of mined areas*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 130-141
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma9

BRAZILIAN LEGISLATION ON THE ENVIRONMENTAL RECOVERY OF MINED AREAS

LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DIRECIONADA À RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DE ÁREAS DE EXTRAÇÃO MINEIRA

Lucio Carramillo CAETANO
Geologist, Professor at the Federal Rural University of Rio de Janeiro, UFRRJ
carramillo@gmail.com

Cefas Dutra FARINA
Federal Rural University of Rio de Janeiro, UFRRJ
ce.farina@hotmail.com

André Luís Pereira RIBEIRO
Federal Rural University of Rio de Janeiro, UFRRJ
andreluis.geologia@gmail.com

Igor Cristiano SILVA
Geologist, Civil Engineer and Consultant,
igorcristiano@hotmail.com

Abstract

This paper presents a brief survey of the main Brazilian legislation dealing with the obligations of mining enterprises to recover mined areas. The study focuses on legal instruments issued at the federal level by mining and environmental management bodies, beginning with Standard NBR[11] 13.030 of the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT[12]), published in 1999, which guides the preparation and presentation of the Degraded Area Recovery Plan (PRAD[13]). It then considers Federal Law No. 9.985/2000, which distinguishes between a "recovered" and a "restored" ecosystem; Decree No. 9.406/2018, which establishes the miner's responsibility for environmental recovery; and ANM[14] Resolution No. 68/2021, which regulates the (PFM[15]). The study also considers the role of environmental management and the concepts of recovery and ecological restoration. The objective is to show how the Brazilian legal framework establishes requirements for the recovery and closure of mined areas and for their return to society in an environmentally appropriate condition.

Keywords: Mining, Environmental Recovery, Environmental Legislation, Mineral Legislation, Environment.

Resumo

Este trabalho apresenta um breve levantamento das principais legislações brasileiras que versam sobre a obrigatoriedade das empresas de mineração em recuperar a área explorada. São apresentados instrumentos legais brasileiros com origem tanto em órgãos gestores da mineração como em órgãos gestores do meio ambiente. O estudo inicia-se em 1999, com a Norma NBR 13.030 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que orienta a elaboração e a apresentação do Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD). Em 2000, a Lei Federal nº 9.985 distingue um ecossistema "recuperado" de um "restaurado". Mais recentemente, o Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, incorpora a responsabilidade pela recuperação ambiental das áreas degradadas

[11] Brazilian Standards (BRS) – Normas Brasileiras (NBR).
[12] Brazilian Association of Technical Standards (BATS) – Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).
[13] Degraded Area Recovery Plan (DARP) – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).
[14] National Mining Agency (NMA) – Agência Nacional de Mineração (ANM).
[15] Mine Closure Plan (MCP) – Plano de Fechamento de Mina (PFM).

pela atividade de mineração. A Resolução ANM nº 68, de 2021, regulamenta o Plano de Fechamento de Mina (PFM), introduzindo exigências ambientais específicas a serem observadas pelas empresas de mineração. O trabalho também aborda a gestão ambiental e os conceitos de recuperação e restauração ecológica. Dessa forma, procura-se demonstrar como o quadro legal brasileiro estabelece obrigações para a recuperação e o fechamento de áreas mineradas e para sua devolução à sociedade em condições ambientalmente adequadas.

Palavras-Chave: Mineração, Recuperação Ambiental, Legislação Ambiental, Legislação Mineral, Meio Ambiente.

1 – Introduction

One of the most important activities for the economic development of a region is mining. In Brazil, mining accounts for more than 4% of the Gross Domestic Product, in which the state of Minas Gerais is the main producer, responsible for almost half of the mineral production in the country, which generates jobs, income, as well as taxes and fees for the state, contributing to the socio-economic profile of the society (Brazilian Mining Institute[16], 2015).

However, some of the greatest challenges facing mining is to minimize the impacts resulting from its activities, such as soil contamination, loss of fauna, air pollution, damage to health and the generation of large quantities of tailings. In this way, maintaining environmental balance and preserving the soil, becomes a matter of quality of life for the environment and the population (Santos, 2017).

The environmental agencies and the Brazilian environmental legislation cover several areas of the economy, including mining and exploitation activities. However, there are also environmental protection, mineral legislation and mining management entities, based on the legislation that regulates mining projects in the country.

The methodological model employed in this work was to undertake bibliographical research on the Brazilian mineral and environmental legislation, highlighting some of the laws, regulations, ordinances and resolutions in force in Brazil, which have as their main focus the environmental recovery of mining areas, as well as the promotion of mining activity in a sustainable manner.

2 - Environmental Management

The use of natural resources must follow pre-established criteria, so that environmental pollution doesn't spread and affect the entire population, which is why environmental management is necessary. In fact, environmental management is the set of operational and administrative decisions made by a company in order to reduce and eliminate impacts on the environment from human activities (Borges, 2009).

The companies that practice environmental management, reduce direct costs and receive recognition for respecting society through an ethical stance, as well as preserving natural resources and the health of the population (Vieira, 2010).

[16] Brazilian Mining Institute (BMI) – Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM).

The state carries out environmental management and it is responsible for overseeing practices related to natural resources, making changes to the plans devised by the entrepreneur when necessary (Lemos, 2016).

Recovery, restoration or rehabilitation techniques, can be used in the process of recovering an ecosystem which has been disturbed naturally or by direct human action (Rogalski et. al., 2009). Environmental recovery involves various natural aspects, including soil, landscape, fauna and flora (Brum, 2000). In fact, the environmental recovery is the reconstruction of an environment that has suffered alterations, with or without human intervention, aiming to reactivate the natural dynamics of the local community, similar to the pre-existing one. In environments where there is a high degree of degradation, where the conditions of the soil and other natural elements have surpassed the limit of their capacity for self-recovery, human intervention is necessary for their recovery, since in these conditions it is not conducive to the emergence of new vegetation (Fonseca et al., 2001).

According to the Environment Ministry[17] (EM), environmental recovery is directly linked to the science of ecological restoration, which is the process of aiding the re-establishment of a degraded, destroyed or damaged ecosystem. When an ecosystem contains sufficient abiotic and biotic resources to continue its development without additional aid or subsidies, it is considered recovered.

2.1 - Environmental legislation

This section presents the main environmental legal instruments selected for the analysis. The selection begins with the legal distinction between recovery and restoration established by Federal Law No. 9.985/2000, and then considers the state-level framework applicable in Rio de Janeiro and the Forest Code. These instruments were highlighted because they establish concepts and procedures directly related to the recovery of degraded areas and environmental protection.

The Federal Law No. 9985, of July 18, 2000, in its Article 2, distinguishes, for its purposes, a recovered ecosystem from a restored one as follows:

> *"Art. 2, for the purposes of this law, it is understood as: [...]*
> *XIII - recovery: restitution of a degraded ecosystem or wild population to an undegraded condition, which may be different from its original condition;*
> *XIV - restoration: restitution of a degraded ecosystem or wild population as close as possible to its original condition;"*

The State Environmental Institute of the State of Rio de Janeiro - INEA[18] in its resolution No. 143 from June 14, 2017, states:

> *The "Article 3rd - For the purposes of this Resolution, it is understood that:*
> *Forest restoration: the process of helping to re-establish an ecosystem that was degraded, damaged or destroyed, consisting of an intentional activity, which triggers or accelerates the ecological integrity recovery of an ecosystem, in a natural or assisted form, including a*

[17] Environment Ministry (EM) – Ministério do Meio Ambiente (MMA)
[18] State Environmental Institute of the State of Rio de Janeiro – Instituto Estadual Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA)

> *minimum level of biodiversity, variability in the structure and functioning of ecological processes, considering its ecological, environmental and social values*"; (INEA, 2017)

On the other hand, the Brazilian Association of Technical Standards NBR 13.030/99 defines recovery as "a set of procedures through which the degraded area is recomposed in order to establish the original function of the ecosystem" (ABNT, 1999). The aim of recovering or rehabilitating degraded areas from mining is to establish a new way of using the mined area, based on a pre-established plan for land use and with a view to achieving environmental stability, thus resulting in the technical solution required by the competent public body (Souza, 2003).

The recovery is directly linked to implementing a methodology aimed at restoring tree cover, guaranteeing the harmony of the landscape. These are measures designed to mitigate the visual impact resulting from mining activities (Lemos, 2016).

2.2 - Forest Code and forest restoration

In addition to the general environmental rules described above, the Brazilian Forest Code is particularly relevant to the protection and recovery of vegetation. This is especially important in the context of Rio de Janeiro, where forest protection and restoration are part of the broader environmental framework. Law No. 12.651, of May 25, 2012, in its Article 51, provides that the competent environmental agency may embargo works or activities associated with deforestation that violates the law, with the objective of preventing continued environmental damage and promoting environmental regeneration and recovery of degraded areas.

> *"The competent environmental agency, upon becoming aware of deforestation in disagreement with the provisions of this Law, shall place an embargo on the work or activity that caused the alternative use of the land, as an administrative measure aimed at preventing the continuation of environmental damage, fostering the regeneration of the environment and providing viability for the recovery of the degraded area".*
>
> *§ 1st The embargo is restricted to the places where the illegal deforestation actually took place, and does not affect subsistence activities or other activities carried out on the property that are not related to the infraction.*
>
> *§ 2nd - The responsible environmental agency must make information on the impounded property publicly available, including through the World Wide Web, safeguarding data protected by specific legislation, characterizing the exact location of the impounded area and informing at what stage the respective administrative procedure is.*
>
> *§ 3rd At the request of the interested party, the environmental organization responsible will issue a certificate stating the activity, the work and the part of the area of the property that is the object of the embargo, as the case may be". (Environment Ministry, 2012)*

As an example of practical application, the provision cited above connects enforcement with environmental recovery: when illegal deforestation is identified, the embargo is intended not only to stop the activity but also to create conditions for environmental regeneration. This illustrates how legal

protection and recovery measures can operate together. The present study, however, is bibliographical and does not evaluate individual enforcement cases or the response of companies and local populations.

3 – Mining Management



Figure 1: Headquarters of the National Mining Agency, Brasília-DF. (Source: ANM)

The following section examines the principal mining-management instruments identified in the literature, with emphasis on the requirements concerning mine operation, recovery and closure.

According to Mining Regulatory Standard (MRS)[6] No. 20, of January 2002, upon completion of the activities conducted, the company must formulate a justification requirement to the Honorable Minister of Mines and Energy, accompanied by a technical report containing the following items:

- Report on the work performed;
- A demobilization plan for the installations and equipment that comprise the infrastructure of the mining project, indicating the destination to be assigned;
- Characterization of the remaining reserves, if any;
- Update of all topographical surveys of the mine;
- Mine plan showing recovered mined areas, recovered and unrecovered degraded areas, soil disposal areas, organic soil disposal areas, sterile, ores and tailings, dams, access roads and other civil work or - structures;
- Soil, atmosphere and water resources pollution control plan, with characterization of controlling parameters;
- Monitoring and follow-up program relating to: dams; slopes in general; behavior of the

water table; water drainage;

- Effluent discharge control plan with characterization of controlling parameters;
- Measures to prevent outsiders from accessing the mine and barriers to access dangerous areas;
- It contains all the data inherent to the operational exploitation activity, the mitigation measures imposed and their success, and the final conformation of the mining area and its recovery.

3.1 - Degraded Area Recovery Plan (DARP)

The Degraded Area Recovery Plan (DARP) is a study that the environmental agency requests at the moment of licensing mining projects. The DARP can be altered and revised subsequently to its approval, with the aim of incorporating technological innovations or more suitable alternatives due to the development of the exploitation work (LEMOS, 2016).

The Brazilian Association of Technical Standards issued Standard NBR 13.030 in June 1999 to guide the preparation and presentation of the Degraded Area Recovery Plan. It defines the items that should be included in the Degraded Area Recovery Plan (ABNT, 1999), which are:

- A general description of the project, containing information on the company, the resource explored, the exploitation plan and the beneficiation processes;
- Environmental diagnosis containing the definition of the direct and indirect areas of influence, diagnosis of the physical environment, biotic and anthropic environment, as well as the ecological physiognomy of the region; assessment and description of environmental impacts;
- Intention and suitability for future use of the area;
- Topographical and landscape conformation;
- Emergency actions for risks of environmental accidents;
- Renunciation of the mining title;
- Monitoring and follow-up program;
- Planning and execution flowchart;
- Technical team responsible; chronogram; bibliographical references and annexes (maps, spreadsheets, drawings, etc.).

3.2 - New Regulation of the Mining Code

Decree No. 9.406, of June 12, 2018, known as the New Regulation of the Mining Code, introduced clearer rules concerning the scope of mining activity and the responsibilities associated with it. Its provisions are relevant to environmental recovery because they connect mining activity, mine closure and the future use of the affected area.

For example, in Article 5th, there is a new, clearer and more objective definition of what is legally understood as a mining activity, including peripheral works within this definition. Thus, in the eyes of the legislation, mining activity ranges from the research and development of the mine, passing through the areas of beneficiation and reutilization of tailings and steriles, up to the sale of the mineral product and the closure of the mine.

> *"Art. 5 The mining activity encompasses research, the exploitation, mine development, the beneficiation, the commercialization of ores, the reutilization of tailings and steriles and the deactivation of the mine.*
>
> *§ 1st. Independent of a concession, the reutilization of manifested and registered mines, which are subject to the conditions established by Decree-Law No. 227 of 1967 - the Mining Code, this Decree and correlated legislation establish for the exploitation, taxation and the inspection of concessioned mines".*

The second paragraph expressly states that it is the total responsibility of the concession holder to rehabilitate the area and treats these procedures as an inevitable consequence of the mining activity.

> *"§ 2nd The exercise of mining activity implies the responsibility of the miner for the environmental recovery of degraded areas."*

The third paragraph includes mine closure for the first time in the form of a Decree as a stage of mineral activity, requiring the miner to foresee the future suitability of the area as part of the mine closure process, as well as dismantling the facilities and monitoring the aquifers and tailings.

> *"§ 3rd The closure of the mine may include, among other aspects, the following:*
>
> *I - the environmental recovery of the degraded area;*
>
> *II - the demobilization of the installations and the equipment comprising the infrastructure of the endeavor III - the suitability and purpose for future use of the area; and*
>
> *IV - the monitoring and follow-up of the tailings and sterile disposal systems, geotechnical stability of the mined areas and servitude areas, behavior of the aquifer and water drainage".*

In practice, all the installations of the mine are contemplated by the Code, including the sectors of transportation, storage and beneficiation of the ore, as well as the points of tailings allocation, for example, the dams.

This means that all mining impact areas are subject to the responsibilities and obligations of the Code, among them, the development of ecological impact reduction plans, the acquisition of all licenses from the environmental and mining authorities as well as the liability to fines and civil responsibilities.

From the authors' perspective, the main contribution of this regulation is that environmental recovery is treated as a responsibility connected to the mining activity and to its closure. The legal text establishes the obligations that companies must observe; however, because this research is bibliographical, it does not provide empirical evidence about the degree of acceptance or compliance by individual companies.

3.3 - Mine Closure Plan - MCP

On April 30, 2021, the National Mining Agency published Resolution 68, which establishes the guidelines for drawing up the Mine Closure Plan.

A Mine Closure Plan was already required in 2001 by Ordinance 237 of the then National Department of Mineral Production (NDMP)[19], and had to be submitted as part of the Economic Improvement Plan (EIP)[20]. In 2018, this requirement was transformed into a Decree by the reform of the Mining Code, and the Mine Closure Plan became mandatory as a second report, which must be submitted together with the EIP. Finally, in 2021, a specific National Mining Agency resolution was published to detail the preparation of the Mine Closure Plan and adapt it to safety and sustainability demands. It also maintains the obligation for the closing costs of the mine to already be foreseen and accounted for in the finances of the company, in such a way that the profits obtained from operating the project are able to cover the cost of decommissioning it.

Among the updates undertaken are its 24 articles, which establish how the Mine Closure Plan should be developed:

Article 1 (III) provides a definition of what a Mine Closure Plan is and a summary of what it should contain. It should be noted that this definition includes the concepts already defined by previous regulations, such as forecasting future use of the area, continuous monitoring of what is suitable for dismantling of the structures, and rehabilitation of the area. The concepts of physical chemistry are introduced by sections VII and VIII, defined individually, the former linked to geomechanical and morphological stability, and the latter to the chemical and mechanical balance of the site.

The Article 2, in turn, reaffirms the obligatoriness of every mine to have a Mine Closure Plan. In fact, the Article 5 details the minimum information that must be presented by developments still at the requirement stage of applying for a exploitation title. That said, it is important that the responsible organization monitors the financial capacity of the development to afford closure interventions. Until then, this guarantee was made by means of the Economic Improvement Plan - which, since the entry into force of item VII of article 5, has deepened this determination. It now requires a financial detailing of the interventions in 3 parts: pre-closure, during closure and post-closure.

The Article 6, embraces mines that are undergoing decommissioning due to exhaustion, adding some information that must be included in the Mine Closure Plan for this type of project. The entire article includes various mapping reports of the project area, including topographical information, which needs to be updated periodically, as well as the locations of the facility and the roads leading to the development.

From a more strictly environmental point of view, 4 sections can be highlighted, namely: II, IV, VI and VII.

[19] National Department of Mineral Production (NDMP) – Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)
[20] Economic Improvement Plan (EIP) – Plano de Aproveitamento Econômico (PAE)

Art. 6 The Mine Closure Plan for mines being closed due to exhaustion, in addition to the elements in art. 5, must contain:

II - Assessment of the risks arising from the closure of the enterprise and ways of mitigating any damage resulting from the activity;

IV - A plan for the physical and chemical stabilization of the remaining structures;

VI - Maintenance and monitoring actions for the remaining structures after the closure of the enterprise; and

VII - Guidelines for adapting the area to the planned future use."

Another article worth highlighting is Article 17, which makes it an obligation to present a report proving the works that should have been carried out were actually executed in accordance with the provisions of the Mine Closure Plan. This measure prevents the Plan from not being implemented and that there are no environmental consequences caused by the company, therefore no failure to comply with the regulations

The analysis of Resolution No. 68 shows that mine closure is associated with environmental, technical and financial planning. This reinforces the preventive character of the legislation, since the future condition and use of the area must be considered before closure is completed. No field interviews or surveys were conducted in this study, so conclusions about the receptivity of companies or populations cannot be drawn from the available material.

4 - Conclusion

The period of operation of a mining project is directly linked to the availability and economic feasibility of the mineral resource targeted by the entrepreneur. Consequently, at some point the project will need to be decommissioned, either because the resource has been exhausted or because continuing the activity is no longer economically feasible. It is therefore important to plan, from the beginning, the future use of the site after mine closure.

This research highlights the concern for environmental protection expressed in the Brazilian legal framework governing mining and environmental management. The legislation analyzed establishes responsibilities for environmental recovery, mine closure, monitoring and future use of mined areas. In particular, the instruments discussed show a progressive structuring of requirements, from the preparation of recovery plans to the planning and verification of mine closure.

The bibliographical analysis therefore indicates that Brazilian mineral and environmental legislation has established a legal framework intended to allow mining activity to be carried out while maintaining environmental responsibilities. The study does not include interviews with companies or surveys of populations, so it cannot establish their receptivity or the practical level of compliance beyond what is provided in the legal and bibliographical sources analyzed. Such an assessment would require empirical research in specific mining areas.

Bibliography

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO (2002) - Mining Regulatory Standards No. 20, Suspension, Mine Closure and Resumption of Mining Operations. (Normas Regulamentadoras da Mineração n°20, Suspensão, Fechamento de Mina e Retomada das Operações Mineiras). [Online]. Available at: https://www.dnpm-pe.gov.br/Legisla/nrm_20.htm. [Accessed October 5, 2020]

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (1999) - NBR 13030: elaboration and presentation of the rehabilitation project din the degraded areas by mining. (NBR 13030: elaboração e apresentação de projeto de reabilitação de áreas degradadas pela mineração), Rio de Janeiro.

BRASIL (2018) - Decree-Law No. 9.406, of June 12, 2018. Regulates Decree-Law No. 227, of February 28, 1967, Law No. 6567, from September 24, 1978, Law No. 7805, from July 18, 1989, and Law No. 13575, from December 26, 2017. Official Gazette of the Union (Diário Oficial da União), Brasília, DF, June 13, 2018. (Decreto-lei nº 9.406, de 12 de junho de 2018. Regulamenta o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, a Lei nº 6.567, de 24 de setembro de 1978, a Lei nº 7.805, de 18 de julho de 1989, e a Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 13 de junho de 2018.) [Online]. Available at http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9406.htm. [Accessed February 28, 2021]

BRASIL (2021) - ANM Resolution No. 68, from April 30, 2021. Provides for the rules regarding the Mine Closure Plan - PFM and revokes Mining Regulatory Standards No. 20.4 and No. 20.5, approved by DNPM Ordinance No. 237, from October 18, 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, May 4, 2021. (Resolução ANM nº 68, de 30 de abril de 2021. Dispõe sobre as regras referentes ao Plano de Fechamento de Mina - PFM e revoga as Normas Reguladoras da Mineração nº 20.4 e nº 20.5, aprovadas pela Portaria DNPM nº 237, de 18 de outubro de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 4 maio 2021). [Online]. Available at: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-anm-n-68-de-30-de-abril-de-2021-317640591. [Accessed June 27, 2022]

BORGES, L. A. F (2009) - Environmental management of mining projects: a case study. 2009. 123 p. Dissertation (Graduate degree) - Federal University of Ouro Preto. Postgraduate Program in Mineral Engineering. (Gerenciamento ambiental de projetos de mineração: um estudo de caso. 2009. 123 p. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Ouro Preto. Programa de Pós Graduação em Engenharia Mineral). Ouro Preto, MG.

BRUM, I. A. S (2000) - Recovery of an area degraded by mining. 2000. 22p. Monography (Specialization in environmental management and technologies in industry) - Polytechnic School, São Paulo (Recuperação de área degradada pela mineração. 2000. 22p. Monografia (Especialização em gerenciamento e tecnologias ambientais na indústria) – Escola Politécnica).

FONSECA, C. E. L. da; RIBEIRO, J. F.; SOUZA, C. C. de; REZENDE, R. P.; BALBINO, V. K. (2001)Restoration of gallery forest vegetation: case studies in the Federal District and surrounding area (Recuperação da vegetação de matas de galeria: estudos de caso no Distrito Federal e entorno). In: RIBEIRO, J. F.; FONSECA, C. E. L. da; SOUSA-SILVA, J. C. (Eds.). Cerrado: characterization and restoration of gallery forests. (Cerrado: caracterização e recuperação de matas de galeria). Planaltina: Embrapa Cerrados, p. 815-870.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO (BRAZILIAN MINING INSTITUTE) (2015) - Information about the Brazilian mineral economy. Brasília. (Informações sobre a economia mineral brasileira. Brasília). [Online]. Available at: http://www.ibram.org.br/sites/1300/1382/00005836.pdf. [Accessed on October 5, 2020].

INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - INEA (STATE ENVIRONMENTAL INSTITUTE OF THE STATE OF RIO DE JANEIRO) (2017) – Resolution No. 143 from June 14, 2017 - Establishes the State System for Monitoring and Evaluating Forest Restoration and sets forth the guidelines, directives, and criteria regarding the preparation, implementation, and monitoring of forest restoration projects in the State of Rio

de Janeiro. Rio de Janeiro State Official Gazette, July 12, 2017. (Resolução Nº143 de 14 de Junho de 2017- Institui o Sistema Estadual de Monitoramento e Avaliação da Restauração Florestal e estabelece as orientações, diretrizes e critérios sobre elaboração, execução e monitoramento de projetos de restauração florestal no estado do Rio de Janeiro. Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro 12 de julho de 2017.). Rio de Janeiro – RJ [Online] Available at: https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=346104 [Acessed on July 23, 2022].

LEMOS, E. C (2016) - Recovery of Degraded Areas by Mining Activity: Analysis of Legal Effectiveness in Minas Gerais. (Recuperação de Área Degradada Pela Atividade Minerária: Análise da Efetividade Legal em Minas Gerais). Lavras, MG. UFLA. 234p.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (ENVIRONMENT MINISTRY) (2012) - Brazilian Forest Code Law No. 12.651, from May 25, 2012. (Código Florestal Brasileiro Lei n° 12.651, de 25 de maio de 2012). [Online]. Available at: http://saema.com.br/files/Novo%20Codigo%20Flo restal.pdf. [Accessed on October 1st, 2020].

ROGALSKI, J. B (2009) - Succession and Maintenance of Biological Diversity and Genetic Variability: Basic Tools for the Environmental Restoration. Brazil. (Sucessão e manutenção da diversidade biológica e da variabilidade Genética: Ferramentas Básicas para a Restauração ambiental). [Online] Available at: https://www.sobrade.com.br/eventos/2003/seminario/Conferencias/Ademir-Reis.pdf. [Accessed on October 2nd, 2020].

SANTOS, J. A. G (2017) - Recovery and rehabilitation of areas degraded by mining. Specialization in Mining and the Environment. Federal University of Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, Bahia. 44 p. (Recuperação e reabilitação de áreas degradadas pela mineração. Especialização em Mineração e Meio Ambiente. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, Bahia. 44 p).

SOUZA, M. G (2003) - Applied mining law. Belo Horizonte: Mandamentos. (Direito minerário aplicado. Belo Horizonte: Mandamentos), 392 p.

VIEIRA, A. S. MARTURANO, N. M. P (2010) - Environmental Management: Possibilities for degraded areas: Case Study. Monograph. Undergraduate Degree in Administration. Cenecista University of Capivari/SP. São Paulo. (Gestão Ambiental: Possibilidades para áreas degradadas: Estudo de Caso. Monografia. Curso de Graduação em Administração. Faculdade Cenecista de Capivari/SP), 2010. 50 p.

List of Acronyms:

1. Brazilian Standards (BRS)
   Normas Brasileiras (NBR)

2. Brazilian Association of Technical Standards (BATS)[1]
   Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT)

3. Degraded Area Recovery Plan (DARP)[2]
   Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD)

4. National Mining Agency (NMA)[3]
   Agência Nacional de Mineração (ANM)

5. Mine Closure Plan (MCP)[4]
   Plano de Fechamento de Mina (PFM)

6. Environment Ministry (EM)[5]
   Ministério de Meio Ambiente (MMA)

7. Mining Regulatory Standard (MRS)[6]
   Norma Regulamentadora da Mineração (NRM)

8. State Environmental Institute of the State of Rio de Janeiro
   Instituto Estadual Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (INEA)

9. National Department of Mineral Production (NDMP)[8]
   Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

10. Economic Improvement Plan (EIP)[7]
    Plano de Aproveitamento Econômico (PAE)

GUEDES, T.; VARGAS, K.. (2024). ***Environmental perception of nature: Perspectives on the protected areas of Baixada Fluminense through photography.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 142-153
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma10

ENVIRONMENTAL PERCEPTION OF NATURE: PERSPECTIVES ON THE PROTECTED AREAS OF BAIXADA FLUMINENSE THROUGH PHOTOGRAPHY

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DA NATUREZA: PERSPECTIVAS SOBRE AS ÁREAS PROTEGIDAS DA BAIXADA FLUMINENSE ATRAVÉS DA FOTOGRAFIA

Tayane dos Santos GUEDES
PPGGEO-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
tayaneguedes61@gmail.com

Karine Bueno VARGAS
PPGGEO-Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
karinevargas@gmail.com

Resumo

A fotografia tem ganhado cada vez mais visibilidade e importância, principalmente devido ao poder de unir sentimentos individuais vividos. Nesse sentido, o presente estudo visa apresentar o uso da fotografia de natureza como ferramenta para o reconhecimento das percepções sobre a natureza da Baixada Fluminense, região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro/Brasil. As áreas verdes nesta região, encontram-se predominantemente enquadradas como áreas protegidas, se tornando ilhas de natureza em meio ao caos urbano. A fim de demonstrar diferentes percepções ambientais sobre esta região, foram selecionadas cinco áreas protegidas: Floresta Nacional Mário Xavier; APA Horto Municipal Luiz Gonzaga de Macedo, Parque Estadual do Mendanha, APA do Gericinó-Mendanha e Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. As áreas protegidas selecionadas sofrem por muitos estereótipos e acabam sendo invisibilizadas pelos seus reais objetivos. A metodologia pautou-se em métodos qualitativos de ciência cidadã e pesquisa ação, sendo criado um concurso fotográfico, trabalhos de campo/oficinas nas UCs, a fim de fotografar a natureza e vivenciar estes locais junto a comunidade, organizando por fim uma exposição fotográfica virtual, com posterior aplicação de questionário aos visitantes. Através das análises realizadas, foi possível perceber o quanto trabalhar com fotografias nas áreas protegidas pode contribuir com novos olhares sobre esses espaços, sendo verificado, que aliar educação e percepção ambiental a ciência cidadã, contribui na divulgação destas áreas, aumentando o uso público, além de possibilitar novas redes em esferas distintas, fortalecendo o sentimento de pertencimento dos envolvidos, sensibilizando a sociedade a proteger a biodiversidade e ressignificar seus olhares sobre a natureza.

Palavras chave: Percepção Ambiental; Arte; Educação Ambiental; Sensibilização; Unidades de Conservação.

Abstract

Photography has become increasingly prominent and influential, particularly in its ability to evoke shared human experiences. This study explores the use of nature photography as a means to understand public perceptions of the natural environment in the Baixada Fluminense region of Rio de Janeiro, Brazil. Green spaces in this region, primarily designated as protected areas, serve as oases within the urban landscape. To highlight the diverse perspectives on these areas, five protected areas were selected: Floresta Nacional Mário Xavier; APA Horto Municipal Luiz Gonzaga de Macedo, Parque Estadual do Mendanha, APA do Gericinó-Mendanha, and Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu. These protected areas, often stereotyped and overlooked, were the focus of our study. Employing a qualitative approach rooted in citizen science and action research, we organized a photography contest, conducted field workshops, and curated a virtual exhibition. Participants were invited to capture the beauty of these protected areas and share their experiences. Subsequent analysis of the photographs and survey responses revealed the transformative power of photography in fostering a deeper connection with nature. By combining education, environmental awareness, and citizen engagement, this project successfully promoted these protected areas, increased public visitation, and strengthened a sense of community ownership. Moreover, it highlighted the critical role of biodiversity conservation and encouraged a renewed appreciation for the natural world.

GUEDES, T.; VARGAS, K.. (2024). ***Environmental perception of nature: Perspectives on the protected areas of Baixada Fluminense through photography.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 142-153
DOI.https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma10

Keywords: Environmental perception; Art; Environmental education; Awareness; protected areas.

.

1- Introdução

A fotografia inicialmente ficou conhecida como uma ferramenta capaz de reproduzir o real, algo de grande valor para registros históricos, pois, fornecia dados sobre pessoas, populações em determinadas épocas. Após as ressignificações, verificou-se que antes de qualquer registro fotográfico, existem ações que envolvem pontos de vistas individuais e coletivos. “É, justamente, por considerar todos esses aspectos, que as fotografias nos impressionam, nos comovem, nos incomodam, enfim imprimem em nosso espírito sentimentos diferentes (Mauad, p. 5, 1996)”.

Uma mesma representação fotográfica pode ter diferentes percepções, podendo inclusive ser recriado outros sentimentos, uma vez que a partir da visão do outro, a mensagem da fotografia passa a ser subjetiva. Além disso, atualmente com os *softwares* de edição, modificam apenas a diferença de uma imagem com alta exposição e uma com baixa exposição, o que remete a sensações completamente distintas.

A arte-educação e a geografia humanística-cultural, destacam a representação como elemento central na compreensão do signo fotográfico e das práticas culturais, ao articular tanto os condicionamentos sociais e culturais dos indivíduos quanto a valorização de sua singularidade e autonomia (Souza, 2011).

A interpretação de paisagens está muito atrelada à percepção ambiental. Relacionado a isso, entram uma série de outros conceitos importantes na fotografia, como as cores, aspectos gerais da fotografia, sensibilidade e o entendimento mais holístico da paisagem. A percepção ambiental pode ser entendida como uma maneira do indivíduo de perceber onde está inserido e ter essa noção de pertencimento maior.

O estudo da percepção ambiental é uma forma de entendimento da forma como os indivíduos adquirem conceitos e valores e de como esses se sensibilizam com problemas ambientais e sociais. E a partir disso, a educação ambiental entra como uma possibilidade, pois pode ser capaz de elaborar projetos que atinjam grande parte da sociedade, uma vez que possuem conhecimento dos valores e ações dos sujeitos, tencionando a uma relação positiva entre a proteção da natureza e a sociedade (Oliveira e Corona, 2011).

A percepção ambiental é muito importante para o entendimento do público que frequenta ou que reside próximo as áreas protegidas. Através dessa percepção é possível partir para projetos de educação ambiental com o uso da fotografia, bem como, ações que envolvam a ciência cidadã/ciência colaborativa.

De acordo com Melazzo (2005) o estudo de percepção ambiental identifica quais valores cada pessoa atribui ao meio (positivos ou negativos), e esses valores dependem das sensações que são estimuladas através dos sentidos humanos, assim a paisagem passa a ser vista como multissensorial. A partir desses estímulos há a compreensão de valores e de outros demais aspectos importantes que mudam sua forma de agir e pensar.

No caso da fotografia de natureza, o vínculo estabelecido entre a pessoa e o lugar é determinante. Segundo Costa e Colesanti (2011), o estudo da percepção ambiental contribui significativamente para a compreensão dos espaços verdes urbanos, possibilitando identificar as diferentes interpretações que os indivíduos constroem sobre o entorno. Essa abordagem favorece uma visão mais holística, ao considerar que, mesmo vivendo próximos e em contextos ambientais semelhantes, muitos indivíduos não usufruem de parques, praças ou jardins, revelando percepções distintas sobre o mundo que os cerca.

Ao retomar a perspectiva de Costa e Colesanti (2011), que apontam a fotografia de natureza como ferramenta de apoio à conservação em áreas protegidas, destaca-se que o estudo da percepção ambiental, por meio da aplicação de questionários aos sujeitos envolvidos, contribui para compreender em que medida as populações residentes no entorno ou frequentadoras dessas unidades de conservação sentem-se pertencentes a esses espaços e como percebem as escalas geográficas e fotográficas associadas a eles.

A fotografia entra como um forte instrumento para uma nova relação sociedade e natureza, pois, pode auxiliar como ferramenta em muitas esferas. Em cada fotografia há um ponto de vista, uma sensação única gerada em quem vê, como diz Sontag (2004): “Para nós, existem pontos de vista dispersos, intercambiáveis; a fotografia é um polílogo.” A fotografia tanto para quem registra, quanto para quem visualiza, é um movimento que expressa e produz vários sentidos, onde cada olhar traz uma percepção e a relaciona de alguma forma em seus mundos internos e externos, como diz Susan Sontag: “Fotografias são experiências capturadas.”

Neste contexto, a fotografia pode atuar como um importante instrumento de divulgação científica das Unidades de Conservação (UCs), sendo utilizada em projetos de educação ambiental. Além disso, se mostra relevante em pesquisas voltadas à análise da percepção ambiental, uma vez que contribui para a ampliação da conservação das UCs e para o fortalecimento da participação e do sentimento de pertencimento da sociedade em relação a esses espaços. Estudos demonstram que o uso de fotografias da natureza em atividades educativas pode aumentar significativamente o aprendizado dos alunos, evidenciando a eficácia da fotografia como ferramenta pedagógica na educação ambiental (BORGES; ARANHA; SABINO, 2010).

Diante de todas essas atribuições para o uso da fotografia como ferramenta de sensibilização e divulgação da natureza ou Unidades de Conservação, surge esta pesquisa que interliga arte, popularização da ciência e comunicação, ao utilizar a fotografia das UCs da Baixada Fluminense para a promoção da conservação da natureza e divulgação desse território polissêmico, tão sensível, porém cheio de vida.

O objetivo geral da pesquisa é reconhecer a percepção ambiental do público visitante das seguintes UCs: Floresta Nacional Mário Xavier (Flona MX), APA Horto Municipal Luiz Gonzaga de Macedo (APAHMLGM), Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), Parque Estadual do Mendanha (PEM) e APA Gericinó Mendanha (APAGM).

GUEDES, T.; VARGAS, K.. (2024). ***Environmental perception of nature: Perspectives on the protected areas of Baixada Fluminense through photography.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 142-153
DOI.https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma10

2- Localização da área de estudo

A Baixada Fluminense integra a Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, abrigando um grande contingente populacional, onde boa parte da população do Estado vive, apresentando um crescimento desordenado, resultado de políticas públicas inadequadas, que causaram e continuam a causar diversas desigualdades sociais e impactos ambientais. A Baixada Fluminense passou por muitas transformações em seu território, essas alterações afetaram todo o seu ecossistema, principalmente pelo desmatamento da Mata Atlântica promovido pela expansão urbana.

A região pertence ao Bioma Mata Atlântica, é um dos biomas mais ameaçados do planeta, um dos cinco mais importantes *hotspots* de diversidade (Myers *et al*.,2000). A Baixada Fluminense guarda uma grande biodiversidade, que luta por se manter e se mantém pela existência das áreas protegidas da região.

Entre as áreas protegidas participantes da pesquisa, a FLONA MX abriga espécies de diversos biomas brasileiros e mundiais, protege ecossistemas úmidos (brejos) com uma biodiversidade significativa, principalmente por ser um dos últimos refúgios de ecossistemas de florestas de terras baixas protegidos na região. Está área tem como missão o resgate histórico da UC e entorno, além do papel de proteger as espécies ameaçadas de extinção em que lá vivem e seus habitats (Do Nascimento, *et al*. 2022; Vargas e Alves, 2019).

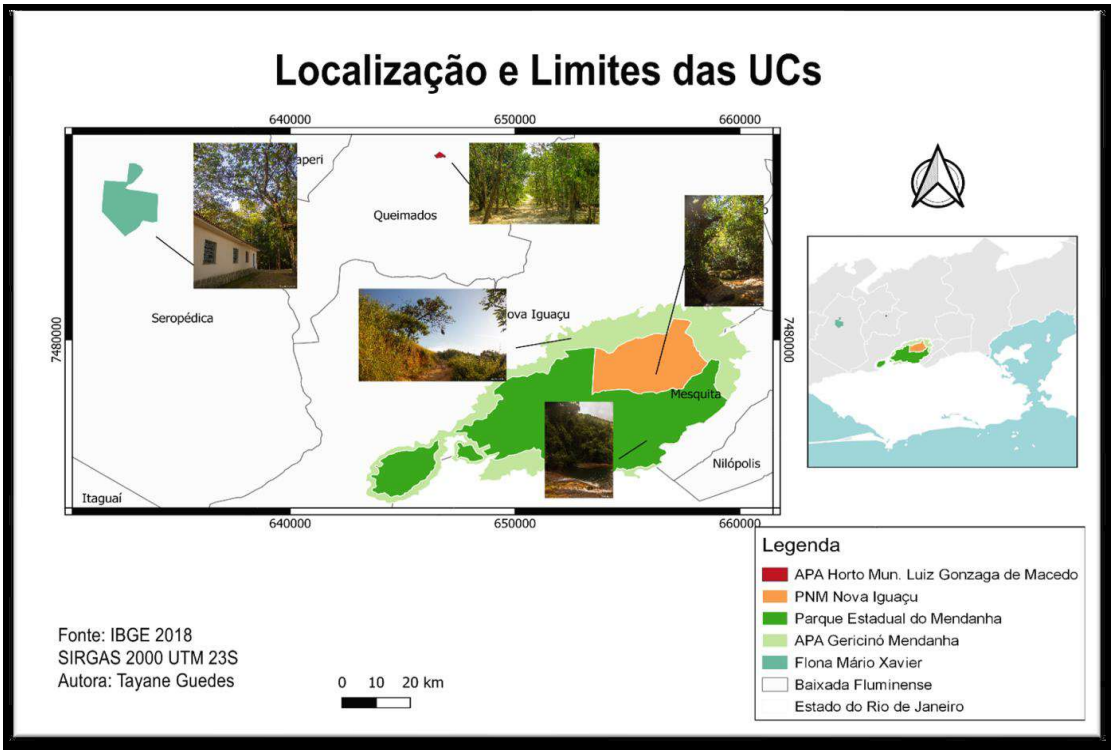


Figura 1- Localização das Unidades de Conservação
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A APAGM, considerada Reserva da Biosfera pela UNESCO desde 1996, abriga uma grande biodiversidade, como há uma sobreposição de áreas protegidas, sobre este imponente maciço costeiro "Maciço do Mendanha", pode-se associar esta área as outras áreas protegidas sobrepostas, sendo o PNMNI e do PEM. Ambas estão integradas ao Maciço do Gericinó Madureira-Mendanha, o qual é revestido pela Floresta Ombrófila Densa e faz parte de um dos conjuntos remanescentes florestais mais importantes do Estado do Rio de Janeiro (Mello, 2008).

O PNMNI agrega muitos valores, a riqueza quanto a sua geodiversidade, os valores educativos, recreativos e científicos. É uma área protegida com muitos potenciais de uso, de pesquisa e de atividades de educação ambiental, tudo isso somado a uma beleza cênica (Queiroz, 2018). Por fim, o PEM possui uma boa cobertura vegetal, em suas áreas mais remotas, os remanescentes florestais encontrados estão em alto grau de conservação. A cobertura vegetal existente nele e em seu entorno é classificada como Floresta Ombrófila Densa Montana e Submontana (Santos Júnior, 2019).

A seguir, o mapa de espacialização das UCs participantes (Figura 1):

3- Materiais e Métodos

A metodologia utilizada em grande parte deste artigo foi a pesquisa ação, uma vez que durante toda a investigação de mestrado a qual esta pesquisa faz parte, houve práticas e trocas e aprendizados durante o processo. A metodologia em pesquisa-ação permite a participação dos envolvidos por meio de reflexões críticas de algo percebido por todos, e potencializa a participação social (Cerati e Lazarini, 2009).

Nesta pesquisa, os participantes englobaram públicos diversos, provenientes de diferentes esferas sociais e faixas etárias, o que possibilitou a análise de múltiplas perspectivas sobre a percepção ambiental. Ao longo do estudo, foram realizadas diversas ações, muitas delas em parceria com as Secretarias de Meio Ambiente dos municípios envolvidos, que se responsabilizaram pela organização do público participante.

As atividades contemplaram desde crianças e adolescentes até adultos e idosos, incluindo grupos mistos em algumas ocasiões. A pesquisa não teve como objetivo restringir-se a um público específico; pelo contrário, adotou uma abordagem abrangente e inclusiva, permitindo compreender como diferentes contextos sociais e idades influenciam a percepção e a relação das pessoas com o ambiente, contribuindo assim para a formulação de estratégias mais efetivas em educação ambiental e participação comunitária.

Os participantes foram estimulados a refletir sobre a paisagem natural observada, por exemplo, nas atividades de fotografia, os pressupostos eram: o que é relevante para ser fotografado de acordo com seus olhares? O que os desperta? A partir das percepções, questionamentos e diálogos, possibilitava a reflexão sobre os pontos positivios das UCs para o público e também os pontos negativos, gerando com isso, uma construção coletiva do conhecimento. A construção coletiva é uma das características principais da pesquisa-ação, uma vez que, visa fazer com que todos os envolvidos tenham vozes ativas sobre suas percepções e anseios.

GUEDES, T.; VARGAS, K.. (2024). ***Environmental perception of nature: Perspectives on the protected areas of Baixada Fluminense through photography.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 142-153
DOI.https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma10

Para a análise da percepção ambiental, houve um compilado de todos os dados obtidos durante a pesquisa, e criado uma exposição fotográfica virtual, pela plataforma *google sites*. A mesma envolveu a junção de fotografias de um concurso fotográfico (ciência colaborativa), fotografia de autoria da pesquisadora, bem como percepções ambientais dos participantes, e da própria pesquisadora, ao trazer palavras/sentimentos aflorados durante as atividades.

A última etapa envolveu a aplicação de um questionário para a análise da percepção dos visitantes a partir da visitação à exposição virtual. Para que este questionário fosse divulgado houveram exposições itinerantes com as fotografias do concurso nas áreas protegidas participantes desta pesquisa.

4- Resultados e Discussões

A exposição virtual foi criada como uma forma de alcançar aqueles que não participaram do concurso, mas poderiam olhar as fotográfias, percebê-las e com isto, responder ao questionário virtual, criado com perguntas objetivas e discursivas. Ao todo obteve-se 61 participantes até a conclusão da pesquisa. A seguir, encontra-se a parte inicial do layate da exposição virtual a qual pode ser acessada pelo respectivo link <https://sites.google.com/view/bxd-fluminense-vida-que-pulsa/p%C3%A1gina-inicial> (figura 2).

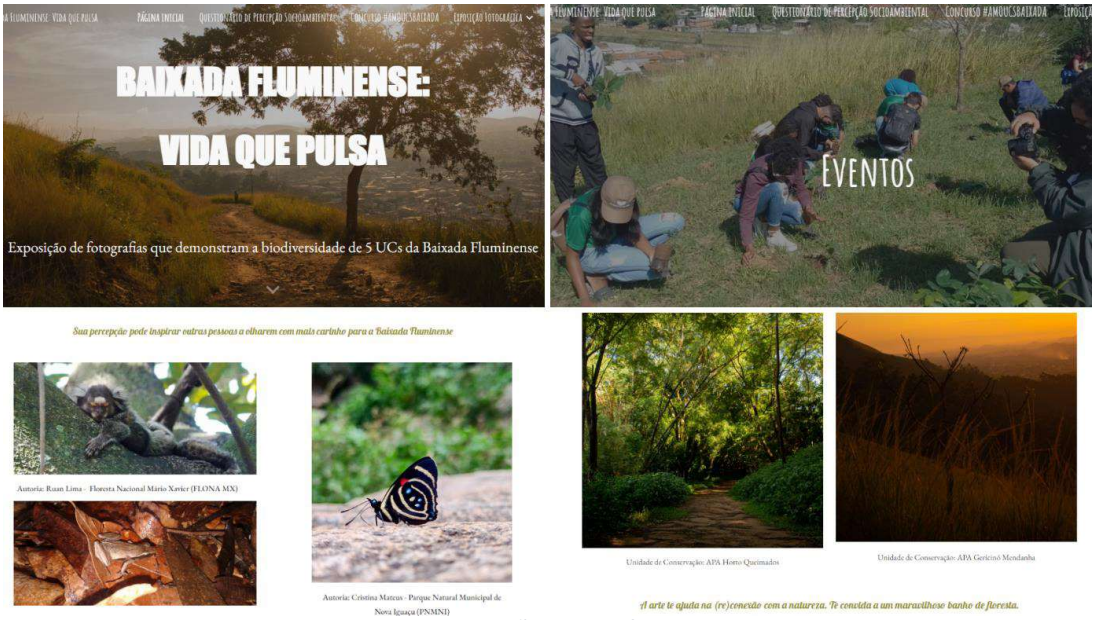


Figura 2 – Exposição Fotográfica
Fonte: Acervo da autora (2023)

Quando questionado aos entrevistados qual a categoria mais havia chamado atenção, a categoria paisagem destacou-se com (60%), seguida de fauna (33,3 %) e por último a flora (6,7%). O resultado da categoria que mais chamou atenção foi de acordo com as impressões tidas na exposição virtual, onde as

paisagens traziam percepções de beleza, surpresa, admiração e vontade de conhecer, enquanto a fauna parecia algo admirável e distante, embora algumas respostas traziam sentimentos de “medo”, já pela flora, grande maioria admirava as cores e texturas das fotografias.

Em uma pergunta discursiva acerca do porquê da escolha da categoria acima, aos que responderam fauna, as respostas envolviam os detalhes dos animais em seus habitats, o fato da fauna ser mais dinâmica e mais difícil de ser fotografada, ter seres tão diversos que ainda sobrevivem em meio a tanta poluição e destruição. Ainda outros afirmaram que através da variedade de espécies (biodiversidade) foi possível repensar o uso destes espaços, por não ter tido conhecimento até então da diversidade da fauna na Baixada Fluminense. De maneira geral, todos os comentários relacionados à fauna traziam surpresa de existir espécies diversas nesses espaços.

Nos comentários que envolviam a categoria paisagem, muitos deles descreviam a beleza e o fato de sempre pensarmos nas paisagens da Baixada como sendo lugares ruins e feios (características negativas). Assim, o sentimento de surpresa também acompanhou os participantes, por não saberem da existência de paisagens tão bonitas na região, outro comentário envolveu o fato de que na paisagem conseguimos perceber elementos sem segregação, assim como no dia a dia. Além disso, alguns comentários envolviam o fato de gostar de admirar paisagens e de se sentir conectada a elas.

Alguns outros comentários diferenciados tocam num ponto relevante e importante para a Baixada Fluminense, o fato de que as paisagens geram atrativos para gerar uma identidade positiva, contam novas narrativas que permitem sensibilizar, e chamar atenção para imagens bonitas e naturais, auxiliando numa maior sensibilização à conservação. Para Campos e Filetto (2011), quando a avaliação do visitante for positiva, esta influenciará em outras pessoas visitarem, logo, o fato das fotografias terem tido tantos comentários positivos, faz com que aumente a probabilidade de um maior uso público e além disso, um aumento nas visitas feitas com um maior cuidado em contribuir para a conservação.



Figura 3- Nuvens de Palavras acerca dos sentimentos expressos
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A parte final do questionário envolveu perguntas discursivas realizadas de forma mais generalista. Duas analisam os sentimentos sentidos por meio das fotografias, de modo geral e o que primeiro despertou a atenção na exposição. Os sentimentos sobre as fotografias de áreas protegidas da Baixada Fluminense descritos foram: Paz, Admiração, Necessidade de Conservar, Alegria, Calma, Tranquilidade, vontade de estar nos lugares, admiração, curiosidade, apreciação, necessidade de preservar e conservar, contemplar, aconchego, liberdade, felicidade, fascínio, reflexão, pertencimento e esperança. A figura a seguir (figura 3) demonstra os sentimentos expressos em uma nuvem de palavras.

Todos os comentários indicam que, embora os sentimentos evocadas pelas fotografias sejam distintos, elas ressaltam aspetos importantes da região. A Baixada Fluminense começa a ser percebida como um lugar belo, que transmite paz e calmaria, despertando na população um forte sentimento de pertencimento. Esse vínculo afetivo com o espaço, denominado topofilia por Tuan (1974), evidencia a valorização emocional do ambiente, fortalecendo a vontade de conservá-lo e gerando esperança em relação a mudanças positivas na região. O último comentário sobre a questão dizia: “Harmonia! O quanto na floresta todos vivem em harmonia, é o que falta no ser humano, pois fazemos parte da natureza, mas não vivemos em harmonia nem com nós mesmos”, a perspectiva de se sentir parte da natureza e a busca por harmonia é essencial para a sustentabilidade deste território.

O ponto sobre o que é a Baixada, é possível perceber de modos diferentes, o ponto 1 diz respeito aos aspectos positivos da região, tais como, a biodiversidade, a beleza cênica, os serviços ecossistêmicos e benefícios para a população. Atrelado a esse ponto também foi possível perceber a falta de conhecimento acerca da beleza cênica e biodiversidade da região e como esses vem associado aos sentimentos de que há muito mais a explorar e conhecer.

Na ótica do participante, o segundo ponto aponta problemas, a Baixada neste caso, é vista como local precário, de urbanização desordenada, de forte influência do crime organizado, que falta divulgação para além do negativo, percebida como um mosaico de existências humanas, sociais, políticas, naturais, mas de forma desigual, um aglomerado urbano e humano cheio de problemas (3). Ainda sobre esse ponto, a região também é entendida como local de passagem apenas, uma região marginalizada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Figura 4).

O terceiro ponto diz respeito a Baixada sendo lar, local de vivência, diversidade, ninho, pertencimento, mãe, cuja história e luta geram um enorme pertencimento, e, portanto, nestes casos a pesquisa contribuiu como uma valorização de suas origens e fortalecimento para o que já vem sendo desenvolvido no âmbito da educação ambiental. Já aqueles que pensavam coisas negativas sobre a região, terminaram suas respostas com um lapso de esperança para mudanças na região, partindo da conservação, e de um viés mais artístico.

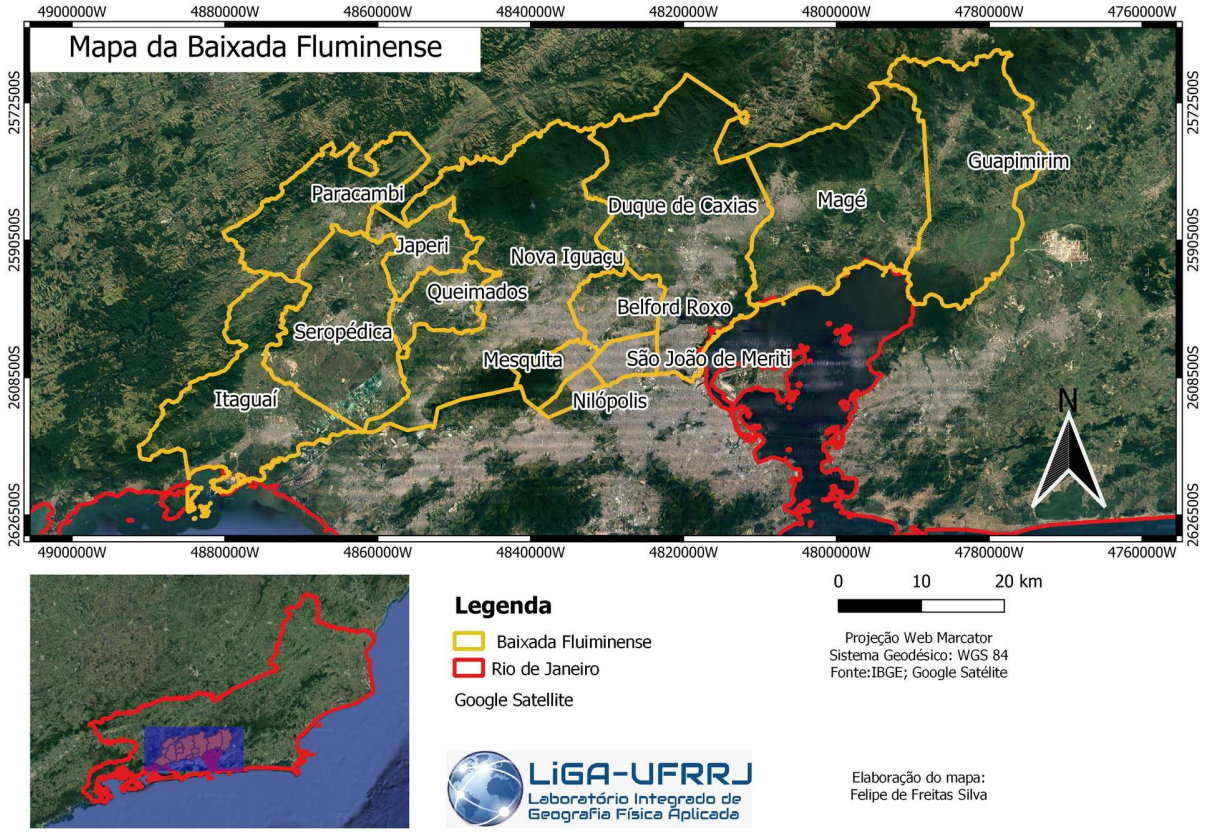


Figura 4 – Localização da Baixada Fluminense
Fonte: Vargas, Lawall e Moster (2023)

Esses indivíduos se interligam com as ideias de Tuan (2012) sobre percepção e pertencimento, e em muitas respostas foi possível perceber a importância do olhar, o olhar que muda e ressignifica perspectivas, o olhar que acrescido a outros pode promover significativas mudanças e transformar a visão de cidade-dormitório ou palco de violências e inclusive transformar o macro, mudando visão de moradores para a preservação dessas áreas, e atentando ao poder público a necessidade de investimentos e melhorias.

Cabe ressaltar que todas as análises sobre a percepção das pessoas sobre a conservação na Baixada Fluminense e nas suas áreas protegidas auxiliam em reflexões que diariamente os espaços são atravessados e mostram a necessidade de maiores investimentos nas UCs, os quais trarão uma maior divulgação e sensibilização sobre estas para os moradores utilizarem estes espaços e saberem a importância dos mesmos. Além de que, como um dos comentários dizia: “A conservação dessas áreas é necessária uma vez que a Baixada abriga uma população de baixa renda que, caso as UCs não existissem, seriam privados dos serviços ecossistêmicos provindo das mesmas”.

Deste modo, a fotografia surge como uma ferramenta possível, para auxiliar nas análises das percepções ambientais. Através de uma fotografia, é possível entender quais são as visões dos visitantes

acerca das UCs, sugerir melhorias para estas, trabalhar em educação ambiental as defasagens, os pontos fortes e alinhar em conjunto com os visitantes sentimentos importantes para ressignificar e aumentar essa relação. Compreender a percepção ambiental dos moradores do entorno das UCs, como também dos frequentados é fundamental para uma gestão efetiva, que pense nas melhorias para o uso público e incentive o uso desses espaços.

5 – Conclusão

Quando falamos de áreas protegidas em áreas urbanas e principalmente periféricas, é urgente a inserção de uma educação ambiental prática e sensível, que permita que a população tenha voz cada vez mais ativa nesses espaços. Participar em diversas etapas do como fazer ciência, é fundamental para ampliar o conhecimento, que pode ser construído com a participação do indivíduo não cientista (Martins e Cabral, 2021).

Todas as ações desenvolvidas na pesquisa foram realizadas utilizando a ferramenta de Educomunicação Ambiental, esta vem se tornando um novo meio de comunicação com fins educativos baseadas em recursos midiáticos, transdisciplinares e interdiscursivos (De Lima, 2023). Na pesquisa as ações de educomunicação ambiental foram diversas, postagens em redes sociais, ações com escolas, ações com o Ambiente Jovem, eventos no geral, exposições itinerantes e por fim, a exposição virtual. Todas trouxeram à tona, a importância também da popularização da ciência, havendo um estigma sobre o que é ciência e quem são os cientistas, e esta também é quebrada através dessas novas formas de compartilhar e refletir acerca de novos conhecimentos com a comunidade.

Por fim, conclui-se que a percepção ambiental inserida a partir do uso da fotografia, demonstra como as paisagens e os individuos são percebidos, ou seja, a mesma paisagem pode ser vista, sentida e entendida de maneiras diferentes por pessoal que possuam vivências e culturas distintas. Como Tuan (2012) acredita, nossas visões sobre a natureza dependerão da forma como percebemos o mundo. Através desta pesquisa, algumas pessoas reforçaram o laço com seus municípios, algumas conheceram pela primeira vez estas áreas protegidas motivadas pelos eventos promovidos, outras não visitavam há muitos anos e retornaram, outras já mantém uma relação com as mesmas. Assim, independente de qual momento o indivíduo se encontra, a pesquisa iniciou ou reforçou laços afetivos entre a sociedade e as áreas protegidas desta região.

Bibliografia

CERATI, T.M.; LAZARINI, R.A.M. (2009). A pesquisa-ação em educação ambiental: uma experiência no entorno de uma unidade de conservação urbana. Ciência & Educação (Bauru), v. 15, p. 383-392.

CAMPOS, R.F.; FILETTO, F. (2011). Análise do perfil, da percepção ambiental e da qualidade da experiência dos visitantes da Serra do Cipó (MG). Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur), v. 4, n. 1.

COSTA, R.G.S; COLESANTI, M.M. (2011). A contribuição da percepção ambiental nos estudos das áreas verdes. Raega- O Espaço Geográfico em Análise, v. 22.

DE LIMA, J. C. C. F. (2023). Análise das ações de Educomunicação Ambiental nas Unidades de Conservação da Baixada Fluminense. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, UFRRJ.

DE OLIVEIRA, K. A.; PAGLIOSA CORONA, H. M. A PERCEPÇÃO AMBIENTAL COMO FERRAMENTA DE PROPOSTAS EDUCATIVAS E DE POLÍTICAS AMBIENTAIS. Revista Científica ANAP Brasil, [S.l.], v. 1, n. 1, mar. 2011. ISSN 1984-3240.Disponível em: <https://amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/anap_brasil/article/view/4>.

DO NASCIMENTO, J. L.; SOUZA, M. C.; VARGAS, K. B.; GUEDES, H. S.; GUEDES, T.S.; DA SILVA, T. L.; NEVES, I. S.; DA SILVA, E. M. R. S.; LUIZ, D. J.; MACIEL. N. S. R.; DA COSTA, M.U.; MOSTER, COSTA FILHO, N.R.R.; CORDEIRO, A.C.; RICHTER, M.; LAWALL, S.; DE SOUZA, R.L.N (2022). Espécies ameaçadas de extinção na Floresta Nacional Mário Xavier e entorno, Seropédica (RJ). Seminário de Pesquisa 2022 do ICMBio.

MAUAD, A.M.; Através da imagem: fotografia e história interfaces. Tempo, Rio de Janeiro,v. 1, n. 2, p. 73-98, 1996.

BORGES, M. D.; ARANHA, José Marcelo; SABINO, José**.** A fotografia de natureza como instrumento para educação ambiental. *Revista Ciência & Educação*, v. 16, n. 1, p. 149-161, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cHZhS6Y6td6ypR96zzHtBGz/?lang=pt.

MARTINS, D. G.; DE SOUZA CABRAL, E.H.; (2021). Panorama dos principais estudos sobre ciência cidadã. ForScience, v. 9, n. 2, p. e01030-e01030.

MELLAZO, G.C (2005). Percepção ambiental e educação ambiental: uma reflexão sobre as relações interpessoais e ambientais no espaço urbano. Olhares & Trilhas. Uberlândia, Ano VI, n. 6, p. 45-51,

MELLO, F. A. P. (2008). Ordenamento da malha de trilhas como subsídio ao zoneamento ecoturístico e manejo da visitação no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu - RJ. 2008. 195 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro;

MYERS, N.; MITTERMEIER, R.A.; MITTERMEIER, C.G.; DA FONSECA, G.; KENT, J. (2000). Biodiversity hotspots for conservation priorities. Nature, v. 403, n. 6772, p. 853-858, 2000.

SANTOS JUNIOR, W.M. (2019). Identificação de áreas prioritárias para a regularização fundiária e contribuição ao plano de manejo do Parque Estadual do Mendanha (PEM) - RJ. 2019. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SOUZA, C. W. M. de. Diálogos entre a Geografia Cultural e a Arte-Educação. *RAEGA - O Espaço Geográfico em Análise*, v. 22, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.5380/raega.v22i0.21777.

TUAN, Y. (2013). Espaço e lugar: A perspectiva da experiência. SciELO-EDUEL, 2013.

TUAN, Y. (2012). Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. SciELO-EDUEL, 2012.

QUEIROZ, E. D. (2018). Uso Público no Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu-RJ: trilhando entre possibilidades e dificuldades. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFF. Niterói.

VARGAS, K. B.; ALVES, A. G. (2020). Espacialização Fitofisionômica de Espécies Arbóreas da Floresta Nacional Mário Xavier, Seropédica-Rj. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

VARGAS, K. B.; LAWALL, S. ; MOSTER, C. (2023) . As florestas urbanas e seus serviços ecossistêmicos: Novos Olhares para Baixada Fluminense. In: RIBEIRO, G. ; SANTOS, C. dos ; SILVA, M. R. ; FIORI, S. R.. (Org.). Geografias Periférias: Contribuições do PPGGEO/ UFRRJ. 1ed.PORTO ALEGRE: LETRA , v. 1, p. 177-191.

CHAPTER III
/
CAPÍTULO III

The multiplicity of factors driving territorial transformation: some fundamentals and implications

---

A multiplicidade de fatores de transformação territorial: alguns fundamentos e reflexos

CARDOSO, A. (2024). ***Tourism in the "Vale dos Solares" – Houses, Stories ans Tales.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 155-179
DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma11

TOURISM IN THE "VALE DOS SOLARES" – HOUSES, STORIES AND TALES

TURISMO NO "VALE DOS SOLARES" – CASAS, HISTÓRIAS E ESTÓRIAS

António Barros CARDOSO
Faculdade de Letras da Universidade do Porto, CITCEM
APHVIN – Associação Portuguesa de História da Vinha e do Vinho.
abarroscardoso@sapo.pt

Abstract

Viana do Castelo has been a commercial and financial center since the late Middle Ages. It was linked to the entire Lima Valley, where the municipalities of Ponte de Lima, Ponte da Barca and Arcos de Valdevez began to gain importance. The wealth generated by this link and the city at the mouth of the Lima with the world are testament to an aristocracy that left its mark on its noble homes, which today serve a tourist agro-industry that deserves the attention of nationals and foreigners, and which forms the basis for routes of undeniable beauty. This article deals with these tangible and intangible heritages. The methodology followed was based on a careful selection of cultural assets that today represent the reality that we portray here. It was based on the selective choice of historic houses classified as heritage of municipal or national interest and which are included in the respective inventory of the General Office of Cultural Heritage.

Keywords: Tourism, noble houses, Lima Valey.

Resumo

Viana do Castelo tomou feição de praça comercial e financeira desde finais da Idade Média. Articulou-se com todo o Vale do Lima, onde os concelhos de Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez foram assumindo expressão. Das riquezas geradas por essa articulação e da urbe da foz do Lima com o mundo, ficaram testemunhos de uma aristocracia que deixou nas suas casas nobres marcas que hoje servem uma agroindústria turística que merece atenção de nacionais e estrangeiros e que dá base a roteiros de inegável beleza. É desses patrimónios materiais e imateriais que versa este artigo. A metodologia seguida ancorou numa criteriosa seleção de bens culturais que hoje representam a realidade que aqui retratamos. Fundou-se na opção seletiva por casas históricas classificadas como património de interesse concelhio, ou nacional e que constam do respetivo inventário da Direção Geral do Património Cultural.

Palavras-chave: Turismo, casas nobres, Vale do Lima.

1 – Introdução

Compreender o Vale do Lima, implica uma viagem no tempo. Com efeito, o núcleo mais antigo da cidade de Viana do Castelo começa num velho Castro, hoje designado por *Cidade Velha.* Lugar povoado e transformado em "*civita*", pela presença romana no território, o sítio haveria de tomar o nome de Monte de Santa Luzia, graças à dimensão civilizacional cristã.

Nesses tempos longínquos, o olhar dos seus habitantes dividiu-se entre a contemplação do estuário do rio Lima, que aqui se encontra com o oceano Atlântico, enquanto o rio Lima fundamentava dinâmicas de complementaridade entre o mar e a terra. Neste contexto, os

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma11

mercados da Vila de Viana começavam a ser inundados pelos frutos de uma economia agrária variada, potenciada pelas margens planas e férteis do rio, enquanto a Vila se abria ao mundo em função das trocas de mercadorias que recebia do exterior com as produções locais obtidas nas Vilas do Vale Limiano e respetivas áreas de influência. Assim, ainda em tempos medievais, tomaram igualmente forma Ponte de Lima, Ponte da Barca e Arcos de Valdevez, servidas por cais ribeirinhos simples de estacaria em madeira[21].

Nos alvores do século XVI começou a nascer o porto da Vila de Viana agora com cais de acostagem em pedra, replicados nas demais Vilas do Vale do Lima. Tal refletia a solidez dos negócios que se faziam nas margens do rio, o que favoreceu que muitos afluíssem à Feira de Ponte de Lima. Viana ia assim tomando feição de praça comercial e financeira, com a respetiva alfândega[22]

Os estrangeiros intensificaram aí a sua presença, mas também o fizeram ao longo de todo o Vale. Malgrado as ameaças da pirataria e dos corsários, Viana respondia como podia, com a construção de estruturas defensivas que atingiram expressão de significado no forte de Santiago da Barra. Entretanto, todo o vale beneficiava do comércio dos açúcares da Madeira e do Brasil, dos vinhos de toda a Ribeira Lima, bem como dos de Monção e Melgaço que também se serviram do Lima como via de escoamento. Neste artigo escolhemos alguns exemplares, os mais icónicos, que o tempo deixou no Vale do Lima que ilustram o que acabamos de referir. Para tal, em termos metodológicos, ancoramos a nossas pesquisas numa criteriosa seleção de casas históricas classificadas como património de interesse concelhio ou nacional, dado o seu valor histórico e arquitetónico, inscritas no respetivo inventário da Direção Geral do Património Cultural integradas no Vale do Lima.

2 - Viana do Castelo e o seu concelho

Este concelho da foz do Lima começou a tomar forma entre 2000 aC até 1500 dC, a partir do povoado castrejo do Monte de Santa Luzia. Os romanos ocuparam o lugar e fomentaram o povoamento de todo o Vale, junto às margens do rio Lima. Mais tarde, foi a vez dos povos bárbaros (séc. IV) se fixarem no mesmo território que viria a ser igualmente marcado pela presença muçulmana (séc. VIII). A Reconquista Cristã, por seu lado, originou em Viana um primeiro núcleo populacional corporizado na atual freguesia de Santa Maria Maior.

Nas proximidades da Vila, passava a via medieval de peregrinação a Santiago de Compostela, que muito contribuiu para o seu desenvolvimento. Dado o seu relevo, D. Afonso III, em 1258, concedeu o primeiro foral à Vila de Viana e, a partir de 1374, Viana e a sua área de influência (Concelho), ganharam importância crescente, sobretudo durante o período dos Descobrimentos e da Expansão marítima de Portugal. Por isso, em 1512, o rei D. Manuel

[21] CARDOSO, A., (2016). *Viana do Lima – Porta para o Mundo*. Viana do Castelo, Centro de Mar, Câmara Municipal de Viana do Castelo, p. 5.
[22] Idem, Ibidem, p.7.

concedeu foral novo a Viana, que, em 1563, foi considerada pelo rei D. Sebastião, como Vila notável, em nobreza e rendimento

Em meados do século XIX, a Vila recebeu o nome de Viana do Castelo, na mesma altura em que a rainha D. Maria lhe atribuiu o estatuto de cidade.

Perante o breve enquadramento geográfico, cultural e histórico apresentado, multiplicaram-se os solares e outros edifícios icónicos, como verificaremos. Dada a sua amplitude, abordaremos apenas os mais notáveis implantados em Viana do Castelo (concelho).

2.1 - O Paço de Anha

Comecemos este trajeto pelo Paço de Anha (Figura 1), situado na margem esquerda do Rio Lima, na freguesia de Vila Nova de Anha. Para além do edifício senhorial, deparamos com a quinta que o rodeia (cerca de 50 hectares) sendo constituída por extensos vinhedos, por um jardim francês e por uma mata de grandes dimensões[23].

Parte integrante das "Terras do Neiva", as mesmas pertenciam ao rei D. João I que, em 1401, as doou ao seu filho D. Afonso, pelo casamento com a filha do Condestável, D. Nuno Álvares Pereira, passando assim a ser propriedade do 1º Duque de Bragança. Por isso, as suas armas encontram-se em três marcos colocados no interior da quinta. Em 1503, D. Jaime, 4º Duque de Bragança, casado com D. Leonor de Mendonça doa a quinta, como prenda de casamento, a Vicente Ferreira que, sendo do serviço da Casa do Duque de Bragança, casou com uma aia da Duquesa[24].



Figura 1 – Paço de Anha. (Fonte: foto do autor)

[23] CARDOSO, A., CARVALHO, T. (2007). A arte de bem receber – Solares de Portugal: Lisboa: Edições INAPA, p. 149.
[24] CARDOSO, A., TRILHO, S., PEREIRA, A. (2023). *Viajar e Sonhar Através do Vale do Lima*, Viana do Castelo: ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima, p. 17-19.

A fachada atual do Paço de Anha é tipicamente seiscentista. Em 1625, João d'Agorreta mandou construir a capela de invocação de Santo António. Um dos descendentes desta família, o Eng.º António Júlio Pereira Eça de Agorreta d'Alpuim, sendo por formação académica agrónomo e dando seguimento à histórica importância económica dos vinhos limianos, apostou na viticultura, iniciando a plantação de vinhas novas em sistemas de armação modernos, usando castas brancas da região: Loureiro, Trajadura, Pedernã e Azal.

Atrás do Solar, encontram-se os jardins de onde se avista o Atlântico. A frescura verdejante do lugar é sustentada pela brisa marítima e pela fonte de espaldar, decorada com uma imagem de Santo António. É imprescindível provar os seus Vinhos Verdes e pernoitar num dos vários anexos agrícolas, hoje adaptados para turismo.[25]



Figura 2 - Jardim do Paço d'Anha (Fonte: foto do autor)

2.2 - O Paço de Lanheses

Situado na margem direita do rio Lima, bordeja a estrada que liga Viana do Castelo a Ponte de Lima. Insere-se numa quinta designada por "Quinta do Paço dos Almadas", já que, desde o início do século XIX, pertence aos representantes dos Condes de Almada. Construído no século XVI, foi totalmente remodelado no século XVIII (Figura 3).

Os seus proprietários, descendem diretamente de João Martins Ricalde, fidalgo basco do séc. XVI e de sua mulher, D.ª Ana da Rocha, da Casa dos Rochas de Meixedo, comendatários do Mosteiro de S. Salvador da Torre e senhores do antigo Couto de Lanheses. Em 1818, D.ª Maria Francisca de Abreu Pereira Cirne Peixoto, Senhora do Paço de Lanheses, casou com o Conde de Almada e Abranches, unindo-se, desta forma, o senhorio de Lanheses com as comendas de Vila

[25] Idem, Ibidem, p. 17-19.

Franca (Viana do Castelo), integradas no concelho de Viana do Castelo, mas também das comendas de Ferreira (Zêzere), Pombalinho (Soure) e dos Lagares d´El-Rei (Lisboa)[26].



Figura 3 - Paço de Lanheses (Foto do autor)



Figura 4 - Doutor José Riccalde Pereira de Castro. (Foto do autor)

Uma figura desta família a realçar no período setecentista foi José Riccalde Pereira de Castro (1715-...) – (Figura 4). Moço Fidalgo e Freire da Ordem de São Bento de Avis, foi nomeado, em 1748, deputado do Tribunal da Inquisição e passou a integrar o Conselho Geral do Santo Ofício e o Conselho Régio, acumulando com as funções de Comissário-Geral da Junta da Bula de

[26] Idem, p. 21-24.

Cruzada. Foi também Desembargador do Paço e Chanceler-mor do reino, entre outros cargos de relevo.

Há, porém, que referir ainda que o Marquês de Pombal indigitou-o para membro da *Junta de Providência Literária*, (1770), organismo encarregue da reforma universitária levada a cabo após a expulsão dos jesuítas de Portugal. Por isso, foi chamado a Integrar o "Conselho Pombalino".

Apesar de colaboracionista com Pombal, logrou escapar às perseguições no final do reinado de D. José I, para além de se engrandecer durante o consolado do Conde de Oeiras, por ter sido o autor das alegações em defesa da aclamação de D. Maria I. Recordemos que, pela primeira vez, uma mulher tomava as rédeas do poder político no Reino de Portugal. Este jurista impediu assim Pombal de seguir a *ordem sálica*, que obrigava a que só podia reinar um herdeiro varão (masculino). Por isso, foi da sua autoria o extenso discurso na cerimónia pública do "Levantamento ao Trono" da Rainha, no dia 13 de Maio de 1777[27]

Conta-se que, um certo dia, entrou pelo quarto da Senhora Condessa de Almada uma das criadas da sua confiança. Os tempos eram conturbados por causa da Guerra Civil (1832-1834). Aflita pelo semblante da criada, a Condessa perguntou-lhe o que se passava. A resposta foi surpreendente! O famoso salteador "Zé do Telhado" estava à porta da casa.

Amedrontada, a Condessa foi ao seu encontro e o assaltante explicou então o motivo da visita. Tinha conhecimento de que ela possuía um maravilhoso diadema e vinha pedir-lho emprestado para o casamento da sua filha. A Condessa entrou e foi buscar a joia, julgando que iria perdê-la para sempre, todavia, alguns dias mais tarde, o "Zé do Telhado" regressou pedindo desculpas pelo atraso na devolução da joia. Tal deveu-se à substituição de um brilhante em falta, que mandou encastrar no lugar do primeiro, a expensas suas[28].

Hoje, quem se deslocar ao Paço de Lanheses pode visitar uma parte da quinta onde se cultivam plantas aromáticas, sem recurso a aditivos químicos, e compreender a originalidade de cada cultura. De notar que estas são usadas na confeção de alimentos e na preparação de compotas e outras iguarias que podem ser degustadas pelo visitante. Visitáveis são também os vinhedos da quinta que ainda hoje impressionam pela sua extensão. As uvas aí vinificadas produzem vinhos semelhantes aos do Reno, pelo que um dos mais antigos rótulos que vestiram as garrafas de vinho deste Paço, ostentam a expressão "Tipo Rheno".

2.3 - A Quinta da Boa Viagem

Outro património a destacar corresponde à Quinta da Boa Viagem. Primeiramente designada por Quinta de Santa Maria da Vinha, pertencia a um mercador enobrecido que residiu em Viana da Foz do Lima, no último quartel do século XVI. À semelhança de muitas casas nobres rurais, o solar integra elementos de diversas épocas construtivas, destacando-se nele a torre do núcleo tardo-medieval, complementado pelo corpo erguido na segunda metade do século XVIII, graças aos

[27] Idem, p. 22.
[28] Idem.

rendimentos que a família Villas Boas obteve no Brasil. Na fachada foi colocada a pedra de armas da família com a data de 1550[29]. No interior da capela encontra-se um retábulo de talha dourada com a imagem da padroeira, Nossa Senhora da Boa Viagem, invocação de origem portuguesa com raiz nos Descobrimentos.

Figura a destacar é D. Fernando Leite Lobo, Morgado da Boa Viagem, ao aplicar na quinta a fortuna acumulada no Brasil. Ornamentou-a criando magníficos jardins barrocos com fontes, tanques, escadarias e terraços, para além do novo corpo do Solar. O conjunto possui ao centro uma escadaria, com esculturas representando personagens mitológicas, e dois "cães-de-Fô", de inspiração chinesa, muito em voga na época. Ao cimo das escadas foi colocada a Fonte da Preguiça, formada por uma escultura feminina deitada (Figura 5).



Figura 5 - Fonte da Preguiça - Quinta da Boa Viagem. (Fonte: Foto do autor)

A montante da Fonte da Preguiça, encontra-se um jardim de camélias com um cruzeiro, onde se cruzam duas linhas de água subterrâneas. Este monumento cristianiza um provável antigo lugar sagrado pagão, associado ao Castro de Monte Cresto[30]

O local ocupado pela Quinta e Capela da Boa Viagem, é bem visível pelos pescadores e marinheiro, pelo que se narra que todas as embarcações que passavam defronte da Quinta e da sua capela, saudavam Nossa Senhora da Boa Viagem, pedindo-lhe proteção ou agradecendo as expedições marítimas anteriores.

Em 1916, a Quinta da Boa Viagem foi adquirida pelo Engenheiro João Teixeira de Queiroz e Vasconcelos, que nela mandou fazer diversas obras que muito alteraram a sua estrutura, culminando na década do século XX com a adaptação da casa a turismo de habitação.

[29] Idem.
[30] CARDOSO, A., TRILHO, S., PEREIRA, A. (2023). *Viajar e Sonhar Através do Vale do Lima*, Viana do Castelo: ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima, p. 37-38.

3 - A Vila de Ponte de Lima e o seu concelho

Muitos outros patrimónios poderiam ser referenciados no concelho de Viana do Castelo, mas avancemos para Leste, visitando o concelho de Ponte de Lima, da maior importância.

No porto fluvial que serve a Vila, forjaram-se desde tempos imemoriais, dinâmicas de assentamento de gentes ancoradas na troca de mercadorias que aqui chegavam através da Barra de Viana, ou das vias terrestres provenientes dos concelhos de Ponte da Barca e de Arcos de Valdevez.

Lugar antigo, com origens pré-históricas, a presença dos romanos convidou, definitivamente, as gentes dos povoados castrejos a descerem para o Vale, quer pela introdução de novas culturas, quer pela adoção de novos métodos de produção agrária. Por seu turno, o traçado viário romano no concelho de Ponte de Lima começa a mostrar a Vila como ponto nevrálgico das comunicações na região do Entre Douro e Minho, o que conduziu à decisão de aqui se construir a Ponte que deu nome à Vila[31].

Não admira que no Concelho se encontrem quintas e patrimónios que alimentam o turismo, sobretudo nas margens do Lima. Visitemos alguns exemplares.

3.1 - A Casa da Lage



Figura 6 - Casa da Lage – Os jardins parecem prolongar-se nos vinhedos onde pontuam as castas Loureiro e Azal. (Fonte: Foto do autor)

[31] ALMEIDA, C. (2007). Ponte de Lima – uma vila histórica do Minho, Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima, p. 59.

A Casa da Lage (Figura 6) situa-se na freguesia de São Pedro de Arcos[32], e está integrada numa fértil propriedade agrícola, na qual se produz Vinho Verde. Enquadra-se no modelo minhoto de casa de fidalguia de finais do século XVII.

Extensa propriedade agrícola com raízes eclesiásticas, uma parte era constituída por bens livres a outra era formada por dois grandes prazos. O primeiro, o "Prazo Velho da Lage", ou "Prazo de S. João D'Arga", pois era primitivamente foreira a este mosteiro, e o segundo, o "Prazo da Igreja" cujo foro era pago à igreja de São Pedro de Arcos.[33]

A Casa, com a configuração atual, é fruto de sucessivas construções executadas a partir de um núcleo primitivo erigido na parte "dízima a Deus" e que, segundo a tradição familiar, remonta ao reinado de D. Sancho I (1223-1248). A parte da casa arquitetonicamente mais rica é datada de finais do século XVII e é o fruto do esforço de três gerações, num espaço temporal que medeia entre 1650 e 1750.[34]

A ampliação do primeiro núcleo da casa ficou a dever-se a Jerónimo de Sousa Machado, 1º administrador do vínculo da Casa da Lage e Padroeiro da Igreja Paroquial de S. Pedro D'Arcos, onde ficou sepultado. Acrescentou-lhe uma torre conhecida ainda hoje por "torre velha" e mandou edificar igualmente a capela da casa, da invocação de N.ª Sr.ª da Apresentação (1674).

Manuel de Sousa Machado (1671-1728), foi o 2º Administrador do Vínculo e igualmente padroeiro da Igreja Paroquial de São Pedro de Arcos. Foi ele o grande impulsionador das obras iniciadas por seu pai, nomeadamente a construção da chamada "torre nova", bem como a quase totalidade do edifício que liga as duas torres. A ele se devem também os bonitos tetos que decoram os salões da Casa.

Foi 3º Administrador da Casa, Fidalgo da Casa Real, que ampliou a capela construída pelo seu avô e alterou a invocação para N. ª Sr.ª da Conceição. Com ele, a Casa da Lage tomou a configuração que se lhe conheceu até 1950. Hoje, é propriedade dos herdeiros de seu neto, o Eng.º Técnico Agrícola, José Adolfo da Costa Azevedo, falecido em 1984, a quem se deve muito trabalho de restauro e obras de beneficiação.

Um dos membros da Família, tio-avô do atual proprietário da Casa da Lage, António Mimoso, mantinha sadia rivalidade com o Conde d' Aurora, sendo mesmo a inspiração de "O Pinto" - *Infância, paixões e morte de um cacique eleitoral*".

A avó do atual proprietário gozava da fama de excelente doceira. Essa qualidade resultou da convivência que manteve com o Abade de Priscos, reputado gastrónomo português que preparou grandes repastos para a família real, ministro, bispos e aristocratas.

[32] CARDOSO, A., CARVALHO, T. (2007). A arte de bem receber – Solares de Portugal: Lisboa: Edições INAPA, p. 57.
[33] CARDOSO, António Barros, TRILHO, Sílvia, PEREIRA, Andreia – *Viajar e Sonhar Através do Vale do Lima*, Viana do Castelo: ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima, 2023, p. 51-52.
[34] Idem, ibidem.

3.2 - Paço de Vitorino

A freguesia de Vitorino das Donas, teve origem no mosteiro medieval do mesmo nome. D. Afonso Henriques fez couto das terras situadas à volta da ermida de Nossa Senhora do Azevedo, ou seja, da Cabração, ao mosteiro de Vitorino. Entre os muitos casais que constituíram a riqueza fundiária do cenóbio, encontrava-se já uma propriedade, sem qualquer vínculo senhorial, o "Casal do Barco". O capitão de Infantaria António Ramos, comprou este casal que juntou à "Quintã do Paço" (propriedade da sua primeira mulher, Dona Ana de Lima). Integrado na expedição do castelhano Francisco Pizarro (América do Sul), chegou a governador de Cusco, no Perú. Enviuvou e regressou a Portugal já casado com D. Catarina Capa Youpange, uma princesa Inca. Deste seu segundo matrimónio, o capitão António Ramos não teve descendência, restando-lhe a filha do seu primeiro enlace, D.ª Francisca de Lima, que casou com Álvaro de Abreu Soares, sargento-mor de Viana que, em 1596, acabou herdeiro da Quinta do Paço (Figura 7).



Figura 7 - Paço de Vitorino. (Fonte:Foto do autor)

O capitão António Ramos passou a utilizar o Paço como sua residência, pelo que realizou melhorias nas suas propriedades e instituiu o morgadio do Paço de Vitorino. Essa fase seiscentista do Paço haveria de granjear alianças matrimoniais com algumas famílias estrangeiras, como os Logier, de origem belga, pelo casamento do cavaleiro flamengo Guilherme de Campanaer Logier, natural de Anvers, com D. Francisca de Lima e Abreu, nesse tempo senhora do Paço. O casal repartia a sua vida entre Vitorino das Donas e Viana, onde Logier tinha a sua casa comercial.[35]

O Paço foi reedificado em 2016 sob a orientação dos arquitetos Paulo e Susana Lago de Carvalho e hoje é unidade hoteleira de referência (Figura 8). O solar ficou popularmente conhecido por "Casas Queimadas" porque fruto da sua militância absolutista, a família granjeou opositores e

[35] CARDOSO, A., TRILHO, S., PEREIRA, A. (2023). *Viajar e Sonhar Através do Vale do Lima*, Viana do Castelo: ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima, p. 59-61.

inimigos políticos da ala liberal. Por isso, o Paço foi saqueado e incendiado a 3 de julho de 1836, daí a sua posterior reconstrução.

O jardim barroco da Casa, renovado segundo um conceito contemporâneo, faz apelo direto ao onírico, quando nele se observam ainda as estátuas que retratam os quatro continentes – África, América, Ásia e Europa. De fora ficou a Oceânia, porque na época da construção do jardim não era ainda conhecida enquanto continente.[36]



Figura 8 - Aspeto interior da atual unidade hoteleira Paço de Vitorino. (Foto do autor)

3.3 - A Casa D'Aurora

Situada no centro da Vila de Ponte de Lima, esta Casa resistiu a revoluções, ao fim dos Morgadios (1863) e, depois, à nova legislação associada às heranças familiares, que fizeram desmoronar tantos patrimónios de norte a sul de Portugal. A Casa D'Aurora permanece há séculos na mão da mesma Família.

O seu edificado resultou da reconstrução setecentista de um imóvel que se estima remontar ao século XIV. O atual formato setecentista da fachada ficou a dever-se a João de Sá Coutinho, fidalgo e desembargador do Tribunal da Relação do Porto. A construção é atribuída a Manuel Pinto de Vilalobos, de Viana do Lima, membro da conhecida família de engenheiros-arquitetos que, entre os séculos XVII e XVIII, desenvolveram intensa atividade na zona norte do país. Junto à capela, exibe-se o brasão esquartelado dos Sás, Sottomaior, Rebelos e Abreus. A mesma foi doada pelo desembargador João de Sá Souto Maior ao arcebispo primaz de Braga em 1723. No seu interior, destaca-se o retábulo de talha dourada de estilo nacional, bem como o revestimento em azulejo da mesma época.[37]

[36] Idem, ibidem
[37] Idem, p. 66-70.

João de Sá Sotomaior de Abreu Rebelo e sua mulher D. Maria Joana de Castro Barreto instituíram, no ano de 1741, o vínculo de Nossa Senhora de Aurora. Fidalgo da Casa Real e Lente na Universidade de Coimbra, foi igualmente Desembargador da Relação do Porto.

João Sá Coutinho Costa Sousa Macedo Sotomaior Barreto foi o 1º Visconde e 1º Conde de Aurora, título criado pelo Rei D. Luís em 1887. Da vasta descendência do 3º conde D'Aurora coube ao sétimo filho, e primeiro varão, João de Sá Coutinho, herdar a Casa.

Em 1952, aqui esteve a bailarina inglesa Margot Fonteyn que, nessa altura, se apresentava na cidade do Porto. As danças tradicionais do Minho, despertaram-lhe os sentidos e foi a Ponte de Lima para as observar presencialmente. De regresso a Londres escreveu ao Conde de Aurora: "Dear Conde, não lhe posso descrever quanto gostei da tarde passada em sua casa e como me sinto orgulhosa de ter participado no Vira...".

A Casa apresenta a curiosidade de ter um quarto onde ninguém dorme. Razão? Está equipado com uma cama *Namban* datada da primeira metade do século XVII e classificada como Tesouro *Nacional*. Esta peça, como a maioria dos exemplares de arte oriental que ornam a Casa, foi trazida para Ponte de Lima, em meados do século XIX, pelo filho do 1º Conde D'Aurora que foi juiz da Relação em Goa.



Figura 9 - Casa d'Aurora. (Foto do autor)

De entre as personalidades desta Casa destaca-se José António Francisco Xavier de Sá Pereira Coutinho, 3º Conde d' Aurora, etnógrafo e escritor, que se encontra representado em estátua no largo de São João. Embora formado em Direito, facilmente trocava a beca pela máquina fotográfica e, através da sua lente, conseguiu fixar em imagens a vida quotidiana do Lima e das suas gentes. A feira, as festas regionais, o trabalho na lavoura, o labor no trato do linho e as casas que fotografou, levaram-no a perceber que a sua herança ia muito para além da propriedade

fundiária e da sua Casa. Da sua ágil pena, através de "Esparsos, Raros e Inéditos do Conde d'Aurora" surge um contributo sem par para a História da Vila e do Vale do Lima.[38]

Já no interior dos muros desta Casa (Figura 9), o jardim evoca a importância da natureza no período barroco[39], disponibilizando várias fontes, nomeadamente a que possui a imagem de Nossa Senhora D'Aurora, pensadas para a fruição de quem os habitava. Interessante desafio será descobrir as diversas espécies de plantas no jardim redesenhado em 1875[40].

3.4 - A Casa do Outeiro

Fronteira à Vila de Ponte de Lima, é uma das mais nobres casas solarengas de todo o vale e situa-se já na Freguesia de Santa Marinha de Arcozelo. Na sua origem está o antigo Paço de Aguião, cujas ruínas se encontram próximo do atual Paço. Remonta a 1487 e consta do dote de D. Rodrigo de Melo, filho dos primeiros Viscondes de Vila Nova de Cerveira, para casar a sua filha D.ª Joana de Melo e Lima com João Gomes de Abreu.

A estrutura do primitivo solar quinhentista foi alterada ao longo do século XVII, contemplando a reestruturação e ampliação do espaço, em 1787, por iniciativa do capitão Francisco de Abreu e Lima, A atual capela, da invocação da Nossa Senhora da Conceição, erguida em 1774, não foi completada.

Nas gerações que se seguiram, o vínculo foi constantemente acrescentado e, em meados do século XIX, constituía uma das maiores casas senhoriais do Norte do país, com terras e foros espalhados por todas as províncias até Lisboa. O pai do atual proprietário, o Dr. João de Abreu de Lima e sua mulher D. Maria Ana Rooke Pereira Dias de Magalhães, foram os impulsionadores das atuais obras de restauro, podendo hoje a Casa do Outeiro ser considerada uma das mais bem conservadas da Ribeira Lima.

No século XVI a Casa era constituída por duas propriedades, uma que pertenceu a um ramo dos Macieis, família ilustre com solar em Darque, junto a Viana do Castelo, e outra emprazada aos senhores da Quinta de Silveiro, na Correlhã, freguesia do concelho de Ponte de Lima. Foi o casamento de António Álvares Maciel com D.ª Ana Pinto Correia, em 1634, que uniu definitivamente as duas quintas.

Deste casamento nasceu D.ª Maria Josefa Vieira Pinto Maciel, que foi a 1ª administradora do vínculo instituído por seus pais, por escritura de dote realizada em 11 de março de 1713, para casar com seu parente Gaspar de Abreu de Lima Teles de Menezes, moço fidalgo da Casa Real e senhor do Paço de Penas, em Refoios de Lima.

A junção daquelas propriedades deu origem a um novo vínculo, registado com o nome de "Quinta de Santo António e de Nossa Senhora da Conceição do Paço do Outeiro e Refoios" que atravessou gerações até à atualidade, sem alteração dos seus limites iniciais. Contudo, a casa foi

[38] Idem.
[39] CARDOSO, A., CARVALHO, T. (2007). A arte de bem receber – Solares de Portugal: Lisboa: Edições INAPA, p. 69.
[40] CARDOSO, A., TRILHO, S., PEREIRA, A. (2023). Viajar e Sonhar Através do Vale do Lima, Viana do Castelo: ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima, p. 68.

reedificada, numa 1ª fase em 1723, e, posteriormente, em 1787, quando lhe foi acrescentada a varanda principal e o portão nobre, através do qual se acede ao terreiro fronteiro ao Paço.

Em 1809, sendo Senhor desta casa João Gomes de Abreu de Lima de Magalhães Pinto e Cardoso, foi a Casa do Outeiro saqueada pelas tropas do General Soult, que comandou a 2ª Invasão Francesa de Portugal e aí se aquartelaram durante a passagem pelo Lima. Nessa altura, a capela foi incendiada e morto o criado que guardava a casa.

Junto à casa foi edificado o cruzeiro do *Senhor da Fortuna,* cumprimento de uma promessa feita para que fosse favorável à pacificação familiar a sentença proferida sobre um conjunto de pleitos envolvendo vários elementos da família em questões sucessórias.

A propriedade mantém vinhedos, horta e pomar, integra dependências agrícolas, devidamente recuperadas e enquadra-se hoje na rede de Casas de Turismo de Habitação. Nela merece referência a cozinha e o sistema de aproveitamento das águas, conduzidas ao seu interior pelo aqueduto setecentista. A cozinha da casa é dotada de dois fornos que funcionavam simultaneamente, um destinado ao arroz e às carnes e o outro à cozedura do pão, ainda hoje usados com a mesma finalidade[41].



Figura 10 - Biblioteca da Casa do Outeiro. (Foto do autor)

A biblioteca da casa é um espaço acolhedor (Figura 10), recheado de obras cuja consulta permite aos leitores divagarem por vários recantos de Portugal e por outros destinos, sem saírem do lugar.

[41] Idem, Ibidem, p.74-78.

3.5 - O Paço de Calheiros

Também conhecido por Quinta do Pinheiro, situa-se na freguesia de Santa Eufémia de Calheiros, concelho de Ponte de Lima. Tal como muitas outras casas nobres, o Paço de Calheiros iniciou-se com uma torre construída em tempos medievais.

Nos finais do século XVII, a torre original foi mandada demolir pelo Morgado Francisco Jácome Lopes de Calheiros, começando a tomar forma o atual Paço que se desenvolve em ambos os lados da capela dedicada a S. Bento, patrono da família. A sua construção evoluiu depois para as torres laterais, mantendo-se o templo ao centro.

As origens da Casa e da Família entrelaçam-se com a antiga Honra de Calheiros, concedida pelo Rei D. Dinis a Martim Martins Calheiro e confirmada por D. Afonso IV, em 5 de fevereiro de 1336. Nas inquirições de Dom Afonso III, em 1258, já aparece registado o vínculo da família com a terra de Santa Eufémia de Calheiros. Mais tarde, nas inquirições de D. Dinis, de 1288, é mencionado Fernão Fernandes de Calheiros e as mercês que recebeu do rei.[42]



Figura 11 – O Paço de Calheiros (Fonte: Foto do autor)

Já no século XV, D. João I concedeu duas provisões à Casa de Calheiros que se revestiram de grande importância, ambas entregues a Garcia Lopes de Calheiros, o Velho, incluindo nelas o lugar de Ponte de Lima, com todas as rendas e direitos. Esta terra foi parte do domínio de Calheiros até 1515, ano da concessão do foral novo à Terra de São Martinho e de *Burral de Lyma*, em 1 de maio daquele ano, pelo rei D. Manuel I. Nesse documento foram envolvidas quase todas as terras que integram as freguesias do atual concelho de Ponte de Lima.[43]

Mais tarde, em 1566, o rei D. Sebastião, ratificou a demarcação do Domínio de Calheiros, bem como os respetivos direitos a Diogo Lopes de Calheiros. Vinculada em Morgadio, desta Honra

[42] Idem, Ibidem, p. 59-61.
[43] CARDOSO, A. (2022). O Paço de Calheiros e o Vinho do Vale do Lima – Contributos para a sua História, in Ponte de Lima – do passado ao presente rumo ao futuro – Boletim Cultural, n-º 8, setembro de 2022, Município de Ponte de Lima p. 65-83.

faziam parte o Padroado da Igreja de Santa Eufémia de Calheiros e igrejas anexas, bem como os sétimos de Lastral e de Vilar do Monte.

O proprietário desta Casa é, atualmente, Francisco Silva de Calheiros e Menezes que, em conjunto com o seu pai, levou a cabo grandes obras de restauro (Figura 11) no Paço de forma a abrir as suas portas ao turismo de habitação, transformando-o numa casa para o mundo (Figura 12).



Figura 12 - Sala de entrada do Paço de Calheiros (Fonte: Foto do autor)



Figura 13 - As vinhas de Calheiros. (Fonte: Foto do autor)

No Paço de Calheiros vivenciam-se muitas experiências que marcam os sentidos dos visitantes. Depois de uma noite repousante, são geralmente acompanhados à mesa do pequeno-

almoço pelo Conde de Calheiros, saboreando os produtos biológicos da Quinta, desfrutando sempre da propriedade e da soberba paisagem do vale do rio Lima.

Os vinhos de Calheiros têm hoje lugar destacado na Região dos Vinhos Verdes. Produzidos a partir da casta Loureiro (Figura 13), conheceram nos últimos anos um forte impulso no apuro da sua qualidade. Os hóspedes do Paço de Calheiros têm a oportunidade de os degustar à mesa ou deles serem portadores a outras paragens.

4 - Ponte da Barca e o seu concelho

Sobre as casas solarengas e os solares de Ponte de Lima muito mais haveria a dizer. Importa-nos, contudo, seguir para dois concelhos localizados na raia de Espanha: Ponte da Barca e Arcos de Valdevez. O primeiro destes concelhos limianos é território de montanha, recuando as suas origens ao período romano. Existiam, todavia, assentamentos humanos pré-históricos, como a chamada "Pedra dos Namorados", na freguesia da Ermida[44]. No curso da Idade Média, a área que abrange boa parte do território do concelho de Ponte da Barca, tornou-se conhecida por "Terra da Nóbrega", nome que significava local fortificado e que lhe adveio do castro que lhe servia de reduto defensivo, situado na freguesia de Sampriz. Nos séculos XII e XIII, o povoamento estendeu-se até às margens dos rios e é nesses tempos que se funda aquela que é hoje a vila de Ponte da Barca[45]. O espaço concelhio é hoje pontuado por patrimónios de inegável valia, ligados às culturas locais, com destaque para os Espigueiros do Lindoso e várias casas senhoriais como a Casa do Correio-Mor e a Casa da Portela de Sampriz.

4.1 – Casa do Correio-Mor

Comecemos Pela Casa do Correio-Mor. Situada no centro histórico da vila medieval de Ponte da Barca, apresenta um majestoso enquadramento que engloba o vale do Rio Lima e o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Também conhecida por "Casa dos Lacerda", é um edifício do século XVII, com capela própria que ostentava a pedra de armas na entrada exterior, mais tarde integrada na Igreja Matriz da Vila[46].

A designação Casa do Correio-Mor (Figura 14) surge nos princípios do século XIX, pois o seu proprietário, António Pereira da Costa Lacerda e Mello, desempenhou aquela função. Já em 1909, nasceu José Pimenta de Castro de Lacerda e Megre, em Coimbra, em 1909, falecendo na Casa Nobre, residência de todos os seus antepassados ilustres desde o séc. XVII. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, exerceu advocacia.

[44] CARDOSO, A. (2022). O Paço de Calheiros e o Vinho do Vale do Lima – Contributos para a sua História, in Ponte de Lima – do passado ao presente rumo ao futuro" – Boletim Cultural, n-º 8, setembro de 2022, Município de Ponte de Lima p. 129.
[45] CARDOSO, A., TRILHO, S., PEREIRA, A. (2023). *Viajar e Sonhar Através do Vale do Lima*, Viana do Castelo: ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima, p. 103.
[46] CARDOSO, A., CARVALHO, T. (2007). A arte de bem receber – Solares de Portugal: Lisboa: Edições INAPA, p. 47.



Figura 14 - Casa do Correio-Mor. (Fonte: Foto do autor)

Testemunho da função do proprietário da casa no século XIX – o Correio-Mor – encontra-se nas argolas em ferro forjado cravadas em quase todas as ombreiras das várias portas viradas para o exterior, incluindo no pátio da entrada. Outra prova da funcionalidade da Casa encontra-se no desgaste das lajes da entrada provocado pelas diligências que ali entravam e permaneciam, com o correio a distribuir nesta região. Existe hoje exposto, no vão da escada principal da Casa, um cofre-forte que se destinou a arrecadar dinheiros e valores. Designado por "Burra", em tempos pretéritos era guardado no sótão da casa.



Figura 15 - Cozinha da Casa do Correio-Mor. (Fonte: Foto do autor)

Durante as obras de recuperação que incluíram a cozinha (Figura 15), a remoção do estuque pôs a descoberto 16 obras de pedra, hoje recetáculos onde se expõem porcelanas e outros objetos decorativos. Contudo, um desses nichos merece atenção especial pois trata-se

de uma antiga latrina que conserva uma bizarra tampa de madeira. Permanece também o "fosso" que serve de ligação entre as duas partes do solar[47].

4.2 - Casa da Portela de Sampriz

Casa Senhorial de raiz quinhentista, situa-se na encosta do Monte de Santa Rita, entre Ponte da Barca e o Castelo da Nóbrega que, em tempos medievais defendia o atual concelho de Ponte da Barca e o domínio senhorial da Terra da Nóbrega[48].

A Casa da Portela de Sampriz é composta por um conjunto arquitetónico harmonioso, resultado de extensas obras de beneficiação e de ampliação do pátio central e do imponente portão de entrada, realizadas no século XVIII. É dessa época a construção da Capela dedicada a Santo António. Contudo, no piso térreo da casa e em anexos agrícolas, ainda hoje podem ver-se vestígios quinhentistas.

A vocação agrária da propriedade é testemunhada pelos espigueiros e pela eira para se tratar e armazenar o cereal. Mas, a sua antiga matriz agropastoril pode observar-se ainda ao contemplar os campos verdejantes que a circundam, as árvores seculares e os circuitos da correnteza das águas de lima e rega que fizeram a prosperidade agrícola desta propriedade típica do Alto Minho. O vinho, fazia igualmente parte das suas produções, como testemunha o que resta da antiga adega que conserva uma prensa de fuso com prancha de madeira (Figura 16).

A Casa foi o primitivo solar dos Tinocos, oriundos da Ponte do Porto, concelho de Amares, e descendentes de Pedro Fernandes Tinoco, que esteve na Batalha de Cananor, na Índia em 1506. No Foral Novo da Terra da Nóbrega, dado pelo Rei D. Manuel I, em 1513, refere-se que Pedre Annes (Pedro Anes Tinoco), filho de Joham da Portella (João Pires Tinoco), pagava, naquela data, pela Herdade da Portela, em Sampriz, doze alqueires de pão, mantendo-se, de então para cá, sempre na mesma família. Mais tarde Frei Gaspar da Silva e Lima, quinto neto de Pedro Anes Tinoco, instituiu um morgadio na quinta da Portela de Sampriz, no ano de 1729. São atuais proprietários D. Maria Leonor Pereira de Lacerda Tavares Barreto, neta de António Pereira de Vasconcelos Rocha Lacerda e Melo, casada com Alberto Tavares Barreto. Para a adaptarem a Casa de Agroturismo, aqui fizeram profundas obras de restauro e renovação (Figura 17).

[47] CARDOSO, A., TRILHO, S., PEREIRA, A. (2023). *Viajar e Sonhar Através do Vale do Lima*, Viana do Castelo: ADRIL, Associação de Desenvolvimento Rural Integrado do Vale do Lima, p. 134-138.
[48] Idem, Ibidem, p. 130-134.



Figura 16 - Adega da Casa da Portela de Sampriz. (Fonte: Foto do autor)



Figura 17 - Sala de jantar da Casa da Portela de Sampriz (Fonte: Foto do autor)

José de Vasconcelos Azevedo Ataíde e Meneses nascido nesta Casa, liberal, nomeado Juiz de Fora da Vila da Moita (1823) e provedor da Comarca de Castelo Branco (1826/1828). Obrigado ao exílio em Inglaterra, por D. Miguel, passou pela Ilha Terceira e integrou o grupo dos "bravos do Mindelo", designação dada aos liberais que desembarcaram na Praia de Pampelido.

Após esta fase belicosa, foi chamado novamente à magistratura para reerguer o Tribunal da Relação do Porto, passando pelo Tribunal de Guerra (1832) como Vogal da Comissão de Julgamentos de Presos Políticos, constituída no mesmo ano.

Com um enquadramento paisagístico inigualável, rodeia-se de serranias e campos de cultivo, um cenário onde a natureza parece intocada. A par, pode experimentar-se a gastronomia local.

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma11

Nesta casa os hóspedes podem dormir no chamado "Quarto da Rainha", cujo mobiliário é oriundo da Casa do Carmo, em Guimarães, principal residência dos Condes de Margaride, família da proprietária da Casa. Aí dormiram as rainhas Dona Maria Pia e Dona Amélia.

5 - Concelho de Arcos de Valdevez

Mas, avancemos para Arcos de Valdevez, onde a relação histórica entre os diferentes níveis de ocupação e a presença do Rio Vez, cujas águas engrossam o caudal do rio Lima, é inquestionável. Estas circunstâncias foram decisivas para que cedo comunidades humanas aqui se fixassem, entre finais do V milénio a.C. e os inícios do IIIº milénio a.C. São assim muitos os monumentos arqueológicos a descobrir no concelho.

A presença romana neste território está igualmente bem documentada na toponímia local e na abundante quantidade de castros que foram romanizados. Já do concelho medievo, ficou o testemunho dos primeiros mosteiros, como o dos Cistercienses de Ermelo e o de Santa Maria de Miranda, este de raiz beneditina. A posição estratégica da chamada "Veiga da Matança" fez até ela convergir Afonso Henriques, que conduziu os seus homens contra um conjunto de cavaleiros leoneses, vencendo-os em torneio (Torneio de Arcos de Valdevez - 1140) afirmando a pretensão do reino de Portugal à independência face a Castela, já desenhada em *Ourique (*1139). Mas Arcos não só evoluiu em termos militares, como no económico, tendo por base os recursos das serranias, mas também a pastorícia ao longo dos séculos X e XI. Caça diversa e abundante e a situação de vila fronteiriça, fizeram que sobre ela cedo recaísse a atenção dos monarcas, pelo que D. Manuel I, em 1515, concedeu-lhe foral.



Figura 18 - Paço da Glória. (Foto do autor)

Exemplar icónico, é o Paço da Glória (Figura 18). Localizado na freguesia de Jolda Madalena, em Arcos de Valdevez, as suas origens remontam ao século XIII, altura em que, por

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma11

ordem régia, a terra foi doada a Martim Fernandes Vilarinho. Nessa altura, construiu-se uma torre, designada por Torre de Novais que ocupava a parte central do atual paço.

O edificado que hoje vemos data do século XVIII e foi mandado construir por Francisco de Araújo e Amorim, casado com Isabel Araújo Pereira de Castro, Senhora de um dos ramos da família dos Pereiras, do Paço de Bertiandos, em Ponte de Lima. Os custos foram suportados pela fortuna granjeada no Brasil. A capela da Casa é dessa altura (1737) e é da invocação de Nossa Senhora da Glória, que deu nome à propriedade.

Em 1909 a venda do Paço foi feita por Francisco Pereira de Castro ao Conde de Santa Eulália, Aleixo de Queirós Sottomaior de Almeida e Vasconcelos (1868-1917).

O Paço da Glória foi então restaurado e recebeu o ar revivalista que hoje ainda possui. Após a morte do Conde de Santa Eulália, a propriedade passou para a posse da sua mulher e filho J. Henry Stetson e vendida em hasta pública, em 1937. O inglês Peter Pitt Millward adquiriu então a propriedade e levou a cabo novas remodelações inspiradas em palácios italianos e no Paço da Palmeira, em Braga. Nessa altura construiu-se a piscina barroca e foi decorado o andar nobre que tomou a forma de galeria com 14 bustos, cópias de esculturas existentes em museus franceses, sobretudo no Louvre. Ali se encontram representados, entre outros, Luís XIV e o Cardeal Richelieu.



Figura 19 - Paço da Glória aspeto interior (Foto do autor)

Em 1978, o palácio transitou para outro britânico, Collin Clark, que incrementou no imóvel o turismo de habitação. Desde 2002 que o Paço da Glória (Figura 19) e a propriedade se encontram na posse da família Illing, sendo utilizado para eventos de âmbito cultural e serviu mesmo de cenário de uma telenovela portuguesa.

Mas recuemos novamente ao início do século XX. O Conde de Santa Eulália era filho secundogénito de Gaspar de Queirós Botelho de Almeida e Vasconcelos, Senhor da Casa da Boavista, em Arcos de Valdevez, Bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra, onde

nasceu em 18 de julho de 1830 e onde viria a falecer em 13 de fevereiro de 1887. Era neto paterno de Gaspar de Queirós Botelho de Almeida e Vasconcelos, nascido a 9 de abril de 1760 na Casa da Coutada em Arcos de Valdevez. Estudou escultura em Viana do Castelo, fixou-se depois em Paris e mais tarde nos Estados Unidos da América, onde casou em 1908 com Dona Elizabeth Shindler Stetson (Figura 20), viúva do capitalista norte-americano Stetson, dono do império do fabrico dos "Sletson Hats", marca de chapéus que, a partir de Filadélfia, onde eram fabricados, cobriam a cabeça de boa parte dos americanos. Foi Cônsul de Portugal em Chicago e apercebendo-se de que não lhe bastava nesse país ter dinheiro, mas era igualmente importante ser aristocrata, passou a usar o título de Conde de Santa Eulália, conseguido em 1908.



Figura 20 - Elizabeth Shindler Stetson e Conde Santa Eulália.

Nessa altura, comprou em Jolda a "Quinta da Glória" e terrenos e prédios que pertenciam aos Abreus Vasconcelos do Casal de Novaes o Conde de Santa Eulália, depois de curta educação literária, abandonou os estudos para se dedicar à sua vocação para as Belas Artes, abraçando muito em particular a escultura. Viveu em Paris e frequentou a École des Beaux-Arts (1891), expondo em 1892 no Salon, o seu trabalho em gesso "Cabeça de Estudo".

Aquando da demolição do Convento dos Remédios, em Braga, entre outros elementos decorativos, o Conde de Santa Eulália adquiriu duas pedras de armas pertença de arcebispos de Braga, que colocou sobre as entradas do Paço. O Conde de Santa Eulália, pessoa algo excêntrica, serviu de inspiração ao Conde d'Aurora para o seu personagem do livro "D. Aleixo".

Passear pelos exuberantes e imaginativos jardins, inspirados por paisagens inglesas, italianas e japonesas, dormir num dos quartos baroniais da casa…[49]

[49] Idem, ibidem, p. 125-128.

DOI : https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma11

6 - Conclusão

É hoje possível viajar pela História de Portugal e pelo território do Vale do Lima, olhando o que se conhece da história científica, mas igualmente dando a conhecer os nossos patrimónios através da "Estória", isto é, olhando as lendas e as tradições que envolvem esses mesmos bens patrimoniais cuja natureza é real, mas que marca também o espírito do turista através dos elementos da história imaterial que lhes anda associada. Há que divulgar este património e as suas histórias, preservando e divulgando.

Muitas destas casas, vimo-lo, encerram ainda hoje patrimónios vitivinícolas de referência que se apresentam como cadinhos de experimentação testemunhal de um passado ligado às melhores escolas arquitetónicas. Se não definiram peculiaridade dentro dos estilos que encerram, foram-na ganhando enquanto símbolos de um passado cumulativo onde se lê bem, ainda hoje, a importância económica deste Vale do Lima que, muito antes, mas sobretudo a partir de 1580 (perda da independência face a Espanha) deu guarida a muitas famílias que nesse tempo descentralizaram a Corte Portuguesa. No dizer de Francisco Rodrigues Lobo – *Cortes na Aldeia* – Transformaram-se desde então em guardiões no nobre e velho saber ser português. Por isso, estas Casas, constituem-se como um valor de aproximação ao verdadeiro sentir de outros tempos. A par, são elos de fiel aproximação entre o presente e o passado, por outras palavras, são produtos turísticos que todos devemos ajudar a valorizar, através da sua mais ampla divulgação.

Bibliografia

A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II. Lisboa: Edições Gama. MCMXLV-MCMXLVI. 3 vols.

AFONSO, D., TRAVASSOS, R. (1988). *Livro de Oiro da Nobreza*. Arcos de Valdez: Edição de J.A. Telles da Sylva, Lisboa,

ALMEIDA, C. (1987). Alto Minho, Lisboa: Editorial Presença.

ALMEIDA, C., BARROCA, M. (2002). História da Arte em Portugal - o Gótico. Lisboa: Edições Alfa.

ALPUIM, M. A., VASCONCELOS, M. E. (1983). Casas de Viana Antiga. Viana do Castelo: Centro de Estudos Regionais.

ANACLETO, R. (1986). A Arquitetura in História da Arte em Portugal, vol. 10, Lisboa

Anuário da Nobreza de Portugal, (1964). Lisboa

AURORA, C. (1959). Roteiro da Ribeira Lima. Porto: Domingos Barreira

AZAMBUJA, S. (1999). A Quinta da Boa Viagem na Rota dos Descobrimentos. Lisboa: Relatório final de licenciatura em Arquitetura Paisagista: Universidade Técnica de Lisboa/Instituto Superior de Agronomia. Lisboa

AZEREDO, F. (1987). Casas Senhoriais Portuguesas, Braga,1978; ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de - *Alto Minho*. Lisboa

AZEVEDO, C. (1969). Solares portugueses: introdução ao estudo da Casa Nobre: Lisboa, Livros Horizonte

BARRETO, M. (1921). Um Documento genealógico sobre os Abreus Coutinhos, Porto

BARROS, J. (2020). Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes, por João de Barros. Porto: Ed. Câmara Municipal do Porto. Porto.

CALHEIROS, D. (1987). Memorial de Calheiros in "Arquivo de Ponte de Lima", Vol. II: Câmara Municipal de Ponte de Lima.

CAPELA, J. (2005). As Freguesias do Distrito de Viana do Castelo nas Memórias Paroquiais de 1758. Alto-Minho: Memória, História e Património: Braga: Ed. Casa-Museu de Monção, Universidade do Minho.

CARDOSO, A. (2016). Vinhos Verdes – A Região, a História e o Património. Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima

CARDOSO, L. (1747). Diccionario geográfico, ou noticia histórica de todas as cidades, villas, lugares e aldeas...dos reynos de Portugal e Algarve, ... Lisboa: Ed.na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, Lisboa.

CASTEL-BRANCO, C. (1985). Jardins com História, INAPA, Lisboa 2002; GOMES, José Cândido, Terras de Valdevez, Arcos

COSTA, P. *(1997).* Subsídios para a História da Terra da Nóbrega e do Concelho de Ponte da Barca. Ponte da Barca, Vol. I

COSTA, P. (1712). Corografia portugueza, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal *(...),* Lisboa: Na Officina Real Deslandesiana

DIAS, P. (1983). Casas de Viana antiga. Viana do Castelo.

FARIA, A. (1909) – D. António, Prieur de Crato*, XVIIIe roi de Portugal. Extraits, notes et documents*, T. I, Milão

FERNANDES, F. J. C. (1999). Tesouros de Viana, Roteiro Monumental e Artístico*. Viana do Castelo*, Viana do Castelo: Grupo Desp. e Cult. Trabalhadores Estaleiros Navais de Viana do Castelo, E. P.

Figuras Limianas: (2008). Ponte de Lima: Município de Ponte de Lima.

GAIO, F. (1938-1941). Nobiliário de famílias de Portugal. Braga: Agostinho de Azevedo Meirelles: Domingos de Araújo Affonso, - Vol. 6, Tomo XII, p. 121.

GIL, J. (1992). Os Mais Belos Palácios de Portugal. Lisboa

LEAL, A. (1873). Portugal Antigo e Moderno. Diccionario. Volume Primeiro: Livraria Editora Mattos Moreira e Companhia. Lisboa.

LEMOS, M. (1873). Apontamentos para as memórias das Antiguidades de Ponte de Lima, Arquivo Municipal de Ponte de Lima.

LMEIDA, C. (1987). *Alto Minho*. Lisboa: Presença.

MACHADO, A. (1967). Viana de Outros Tempos e a sua Gente através da Memória de Porto Pedroso. In "Arquivo do Alto Minho, Repositório de Estudos e Documentos Regionais". Volume V. 2.ª série. Viana do Castelo, p. 58-69.

MACHADO, D. (1752). Bibliotheca Lusitana. Historica, Critica e Cronologica ... tomo III: Ed. Na Officina de Ignacio Rodrigues. Lisboa.

STOOP, A. (2000). Palácios e casas senhoriais do Minho: Civilização, Porto.

TRILHO, S. (2016). Mercadores e negócios em Viana do Lima, in "Vina do Lima Porta para o Mundo". Câmara Municipal de Viana do Castelo. Viana do Castelo.

VIANA DO CASTELO. Câmara Municipal (1993). Fundação de Viana, 1258: foral de D. Afonso III. Viana do Castelo: Câmara Municipal de Viana do Castelo, Centro de Estudos Regionais, Viana do Castelo.

BRAGA, J. (2024). ***Reflections on the concept of 'Post-Tourist'.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 180-185
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma12

REFLECTIONS ON THE CONCEPT OF 'POST-TOURIST'

REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO DE "PÓS-TURISTA"

José Luís BRAGA
CIDI-IEES, Centro de Investigação, Desenvolvimento e Inovação –
Instituto Europeu de Estudos Superiores
jose.braga@iees.pt

Resumo

Vários cientistas sociais têm vindo a advertir para as profundas mutações que têm afetado a organização das sociedades ocidentais contemporâneas desde o final da Segunda Guerra Mundial. Uma maneira de classificar estas mudanças é designá-las de pós-modernas. Este rótulo, porém, não é aceite por todos os comentadores e observadores do fenómeno cultural. Ainda assim, este conceito, que é adotado por diversos sociólogos do turismo, pode servir de orientação na análise de um sistema de signos ou símbolos, específico no tempo e no espaço. Maxine Feifer terá sido pioneira na utilização desta terminologia, denominando de pós-turistas os visitantes que se deliciam com a inautenticidade da experiência turística e que retiram prazer da multiplicidade dos jogos turísticos. Esta motivação entra em contradição com a noção de Dean MacCannell de que os turistas procuram conhecer as vidas reais dos Outros. Este tipo de turistas já não está interessado na autenticidade e nas origens das atrações, apenas na possibilidade ou não da sua fruição. Na realidade, se os produtos que são sujeitos a modificações devidas ao processo de mercantilização conservam características que satisfazem os pós-turistas, estes permanecerão autênticos a seus olhos. O pós-turista está ciente da sua qualidade de turista, de que o turismo é um jogo e não uma experiência turística singular. O pós-turista é autoconsciente, sabe que é um intruso. Daí que novas formas de turismo privilegiem cada vez mais o prazer imediato, em detrimento do reforço das memórias e experiências coletivas.

Palavras-chave: diferenciação, media, pós-fordismo, globalização, pós-modernismo

Abstract

Various social scientists have warned of the profound changes that have affected the organisation of contemporary Western societies since the end of the Second World War. One way of categorising these changes is to call them postmodern. However, this label is not accepted by all commentators and observers of cultural phenomena. Nevertheless, this concept, which has been adopted by various sociologists of tourism, can serve as a guide for analysing a system of signs or symbols that is specific in time and space. Maxine Feifer is said to have pioneered the use of this terminology, referring to post-tourists as visitors who enjoy the inauthenticity of the tourist experience and derive pleasure from the multiplicity of tourist games. This motivation contradicts Dean MacCannell's notion that tourists seek to learn about the real lives of others. This type of tourist is no longer interested in the authenticity and origin of attractions, but only in whether or not they can be enjoyed. In reality, if products that are subject to changes due to the process of commodification retain characteristics that satisfy post-tourists, they will remain authentic in their eyes. The post-tourist is aware of his status as a tourist, that tourism is a game and not a singular tourist experience. Post-tourists are self-aware, they know that they are intruders. This is why new forms of tourism increasingly favour immediate pleasure, to the detriment of strengthening collective memories and experiences.

keywords: diferenciação, media, pós-fordismo, globalização, pós-modernismo

BRAGA, J. (2024). ***Reflections on the concept of 'Post-Tourist'.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 180-185
DOI https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma12

1- Introdução

Durante as décadas de 1980 e 1990, vários pensadores influentes apontaram para a transformação social do turismo. Se o capitalismo industrial tinha sido significado pelo turismo de massas e, especificamente, pelo pacote turístico, então o que Lash e Urry (1987) chamaram de "capitalismo desorganizado", ou "acumulação reflexiva", trouxe consigo a expansão de vários nichos de mercado e o esbatimento das fronteiras entre o turismo e várias áreas da vida social (incluindo práticas orientadas para o trabalho e para o lazer) (Jansson, 2018).

Vários cientistas sociais têm vindo a advertir para as profundas mutações que têm afetado a organização das sociedades ocidentais contemporâneas desde o final da 2ª Guerra Mundial. Uma maneira de classificar estas mudanças é designá-las de pós-modernas. Este rótulo, porém, não é aceite por todos os comentadores e observadores do fenómeno cultural. Ainda assim, este conceito, que é adotado por diversos sociólogos do turismo, pode servir de orientação na análise de um sistema de signos ou símbolos, específico no tempo e no espaço.

2 - A sociedade pós-moderna e o turismo

O pós-modernismo acompanha a transição do fordismo para o pós-fordismo. Esta alteração transparece nos modos típicos de consumo – na passagem do paradigma de massa para padrões mais individuais. Assiste-se, do mesmo modo, a uma maior diferenciação e instabilidade nas preferências dos consumidores e a uma necessidade crescente de os produtores serem guiados pelo consumidor e de procederem a uma segmentação mais sistemática do mercado.

Ao mesmo tempo, verifica-se uma evolução de um turismo velho, “empacotado”, arregimentado e estandardizado para um turismo novo, onde vigora a segmentação, a flexibilidade e a personalização. O paradigma pós-industrial e pós-fordista conduziu não só à já mencionada emergência de novos estilos de consumo dos turistas, mas, também, à mudança na perceção das experiências turísticas e às subsequentes alterações dos produtos turísticos. Uma vez que uma das implicações do pós-fordismo é a flexibilidade da produção e consumo turísticos, assiste-se ao surgimento de nichos de mercado especializados, quando, anteriormente, primava o consumo coletivo de produtos indiferenciados, como se verificava no turismo de pacote. O desenvolvimento de mercados de nicho, procura atender aos gostos variados e especializados dos turistas contemporâneos, ou seja, os “pós-turistas” (ver tabela I).

Ainda que o turista que busca autenticidade não tenha deixado de existir, emergiu uma outra figura, a do “pós-turista”. Este decorre da lógica mercantil e consumista que sempre permeou o turismo, mas que, agora, perpassa por âmbitos não materiais como as imagens e os símbolos, os costumes e os próprios sentimentos.

Tabela I - Modelos de consumo

Consumo moderno	Consumo pós-moderno
Centralizado	Descentralizado
Sujeito à lógica totalizante de mercado	Emancipatório
Comportamentos previsíveis e contínuos	Comportamentos prováveis e fragmentados
Supõe racionalidade do consumo	Componente fenomenológica
Realidade única	Múltiplas realidades
Identidade única	Múltiplas identidades
Estimula uma visão universal	Particularismos, visões alternativas

Source: (Molina, 2006, p. 92)

A pós-modernidade instala-se quando os significados verdadeiros (autênticos) dos produtos culturais e das relações humanas são distorcidos pelo processo incessante de reprodução de sinais e imagens. Nesta sociedade de consumo movida pela imagem, a distinção entre original e cópia colapsa, sobrevindo aquilo Jean Baudrillard e Umberto Eco designaram, respetivamente, de simulacros e hiper-realidades.

Os turistas pós-modernos têm vindo a inquietar-se menos com a autenticidade do original. Esta constatação baseia-se em duas inferências:

1- Se os turistas modernos visavam a recompensa cultural da "busca da autenticidade", os turistas pós-modernos satisfazem-se com a "busca de prazer lúdico" ou com "a fruição estética das superfícies";
2- O turista pós-moderno adquire uma postura mais reflexiva relativamente ao impacto do turismo sobre comunidades anfitriãs frágeis. Logo, a "autenticidade encenada" favorece a proteção de uma cultura e comunidade local débeis evitando que estas sejam importunadas porque age como um "substituto" do "original" e, assim, mantém os turistas fora de uma comunidade e cultura visitadas pouco sólidas (Wang, 1999).

Este tipo de turistas já não está interessado na autenticidade e nas origens das atrações, apenas na possibilidade ou não da sua fruição. Na realidade, se os produtos que são sujeitos a modificações devidas ao processo de mercantilização conservam características que satisfazem os pós-turistas, estes permanecerão autênticos a seus olhos.

O conceito de pós-modernidade acarreta a noção de des-diferenciação. A teoria da pós-modernidade entra, assim, em contradição com o desenvolvimento separado de numerosas esferas institucionais e normativas da economia, família, estado, ciência, moralidade, bem como o universo da estética (diferenciação estrutural), típica dos tempos modernos.

A sociedade pós-moderna é caracterizada pela globalização, hiperconsumismo, economia da experiência e pelo desenvolvimento tecnológico (Smith, Macleod & Robertson, 2010). Na economia da experiência o mercado concorre para oferecer ao cliente experiências inéditas e espetaculares que, no

caso dos pós-turistas, serão tanto mais atrativas quanto mais estiverem imbuídas nas novas tecnologias e forem objeto de representação nos media.

Aliás, a emergência dos mass media resultou numa sociedade complexa e até caótica. Com efeito, os diferentes meios de comunicação (internet, redes sociais, jornais, rádios, etc.) foram os sujeitos desta multiplicação vertiginosa de mundividências, ou seja, de uma auscultação de um número cada vez maior de subculturas, de que o mercado de informação se alimenta. O facto de os media desvendarem mundos diferentes, outras realidades, levou à assunção da noção de relatividade pela sociedade pós-moderna.

No turismo pós-moderno existe uma relação estreita entre a representação e a realidade. A representação é eminentemente visual. A representação massiva do objeto – a que assistimos na contemporaneidade – aumenta a sua acessibilidade. Há uma perda do sentido de distância física do objeto, uma perda da aura (manifestação única da distância, segundo Walter Benjamin), o que elimina o carácter remoto que é fulcral para perpetuar a autoridade do objeto aurático (Rojek, 1997).

A perda da aura ajuda a explicar dois fenómenos: o ceticismo e indiferença característicos do pós-turista e a emergência do ciberturista (que viaja em casa sem sair da internet) ou do *turismo de colagem* (junção de fragmentos de informação pelo utilizador da internet para construir uma aproximação distinta a uma atração turística estrangeira).

2.1- O Pós-Turista

O pós-turista está ciente da sua qualidade de turista, de que o turismo é um jogo e não uma experiência turística singular. O pós-turista é autoconsciente, sabe que é um intruso. Daí que novas formas de turismo privilegiem cada vez mais o prazer imediato, em detrimento do reforço das memórias e experiências coletivas.

Com a emergência de certos setores da classe média como as classes prestadoras de serviços e outras profissões de colarinho branco – que têm um forte compromisso com a moda – gerou-se um público virado para as formas culturais pós-modernas e designadamente para o pós-turismo.

Os parques temáticos da Disney (ver figura 1) e Las Vegas ao terem sido concebidos para oferecerem experiências (ver tabela II) terão ajudado à emergência deste tipo de turista através do simulacro.

Outro ícone da pós-modernidade são os centros comerciais. De facto, estes locais apresentam certas semelhanças com destinos de certos países em desenvolvimento. Se nos centros comerciais existe uma ou duas lojas-âncora que asseguram um fluxo contínuo de pessoas, o mesmo papel nos resorts é atribuído aos hotéis principais (Burns, 1999). Acessoriamente, o resort dispõe de outros suportes funcionais: golfes, marinas, etc (como o centro comercial dispõe de cinemas, por exemplo).



Figura 1 - O reino encantado da Walt Disney World
Fonte: Guy Percival (Public Domain License).
Recuperado de: https://www.publicdomainpictures.net/en/view-image.php?image=247055&picture=walt-disney-worlds-magic-kingdom

Tabela II- Produtos e experiências oferecidos pela Dysney

Produtos	**Experiências**
Parques temáticos	Diversão
Hotéis	Fantasia
Emissoras de rádio	Emoção
Canais de televisão por cabo	Risco
Estúdios de cinema	Conhecimento
Restaurantes	Aprendizagem
Transportes de superfície	Convivência
Produção de *souvenirs*	

Fonte: (Molina, 2006, p. 92)

3 – Conclusão

A emergência da pós-modernidade também se consubstanciou numa transformação do conceito de museu (Urry, 1990; Llano & Pazos, 2004), com a expansão do domínio do artístico num conjunto de novas interdisciplinas como as instalações, a performance e a Land Art, e, sobretudo, as obras no espaço público.

Por outro lado, há uma tendência para os museus se transformarem em lugares de destaque para as atividades comerciais, numa aliança estratégica entre a estética e a Nova Economia. Para se orientarem para o mercado, os museus devem dispor não só de lojas e cafetarias, mas também montar exposições espetaculares. Deste modo, o museu aproxima-se da classe média prestadora de serviços e afasta-se do hermetismo elitista dos intelectuais.

Outra tendência contemporânea da atividade turística é a construção de culturas modelo criadas com o objetivo de reconstruir o estilo de vida de um determinado povo, estruturando, deste modo, as visitas turísticas, sem que os turistas entrem em contacto com os povos ou lugares originais. Um exemplo deste fenómeno são as caves Lascaux, em França – onde se encontram pinturas que são expressões únicas de arte primitiva – e que foram fechadas ao público para evitar esfoliação da pintura. Neste caso, a sala substituta constitui um simulacro ainda mais gráfico que o original (Smith, 1989).

Bibliografia

BURNS, P. (1999). An Introduction to Tourism and Anthropology. London, UK: Routledge.

JANSSON, A. (2018). Rethinking post-tourism in the age of social media. *Annals of Tourism Research*, *69*, 101-110.

LASH, S., & URRY, J. (1987). The End of Organized Capitalism. Oxford: Basil Blackwell.

LLANO, P., & PAZOS, M. (2004). Musealización, turismo cultural y desequilibrios espaciales en Galicia: 1992-2004. *Quintana: Revista de Estudios do Departamiento de Historia da Arte*, 3(3), 161-175.

MOLINA, S. (2006). El Posturismo: Turismo y posmodernidad. México: Editorial Trillas.

ROJEK, C. (1997). Indexing, dragging and social construction of tourist sights. In C. Rojek, & J. Urry (Eds.), *Touring Cultures: transformations of travel and theory* (pp. 52-75). London, UK: Routledge.

SMITH, M., MACLEOD, N., & ROBERTSON, M. H. (2010). Post-tourism. In *Key concepts in tourist studies* (pp. 130-134). Thousand Oaks, CA, USA: SAGE Publications Ltd. Retrieved from: https://www.doi.org/10.4135/9781446251027.n30

SMITH, V. (1989). Introduction. In V. Smith (Ed.), *Hosts and Guests: the Anthropology of Tourism* (pp. 1-17). Oxford, UK: Basil Blackwell.

URRY, J. (1990). The Tourist Gaze: Leisure and Travel in Contemporary Societies, London: Sage Publications.

WANG, N. (1999). Rethinking authenticity in tourism experience. *Annals of Tourism Research*, 26(2), 349-370. Retrieved from: https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738398001030

ROCHA, A.; VIANNA, R.; MANESCHY, J. (2024). ***Social, economic and political elements to think about access to water in the periphery of the Metropolis of Rio de Janeiro – A look from the 2022 IBGE Census and SNIS*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 186-199
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma13

SOCIAL, ECONOMIC AND POLITICAL ELEMENTS TO THINK ABOUT ACCESS TO WATER IN THE PERIPHERY OF THE METROPOLIS OF RIO DE JANEIRO – A LOOK FROM THE 2022 IBGE CENSUS AND SNIS

ELEMENTOS SOCIAIS, ECONÓMICOS E POLÍTICOS PARA PENSAR O ACESSO A ÁGUA NA PERIFERIA DA METRÓPOLE DO RIO DE JANEIRO – UM OLHAR A PARTIR DO CENSO IBGE E DO SNIS DE 2022

André Santos da ROCHA
PPGGEO-UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
asrgeo@gmail.com

Raphael VIANNA
PPGGEO-UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
raphaelvmb@gmail.com

Júlio Majerowicz MANESCHY
PPGGEO-UFRRJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
jmaneschy@hotmail.com

Resumo

Sabe-se que a água é compreendida como um direito universal, pois a sua utilização está atrelada às condições básicas de vida das populações. Apesar disso, diante dos quadros sociais e econômicos existentes, verifica-se uma enorme desigualdade no acesso a esse recurso. O estudo das características econômicas, sociais e políticas do acesso à água permite o melhor entendimento tanto das singularidades de um local quanto das assimetrias regionais. Essas diferenças podem assumir os distintos perfis de renda, raça e gênero que sobressaltam as discrepâncias em nossa sociedade, ao mesmo tempo em que denunciam o processo de evolução das estruturas que desequilibram o acesso à água. Neste sentido, será apresentada uma radiografia do acesso à água na metrópole do Rio de Janeiro, a partir dos dados do SNIS e censo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de 2022, tendo como escopo refletir sobre as diferentes clivagens e perfis em suas periferias. Argumenta-se, como dimensão proveniente do campo da ecologia política crítica, que o problema social do acesso à água não está relacionado apenas com as vazões dos corpos hídricos, mas, sobretudo, com as condições gerais de acesso sustentadas e/ou manipuladas pelas estruturas sociais e políticas. Para tanto, foram selecionadas algumas controvérsias para revelar o aspecto polifônico das relações com as águas nas periferias do estado do Rio de Janeiro, destacando, quando possível, os atores e os interesses que participam do atual cenário hídrico.

Palavras-chave: desigualdades, redes sociotécnicas, gestão das águas, perfil socioeconômico.

Abstract

It is known that water is understood as a universal right, as its use is linked to the basic living conditions of the populations. Despite this, in view of the existing social and economic frameworks, there is a huge inequality in access to this resource. The study of the economic, social and political characteristics of access to water allows a better understanding of both the singularities of a place and regional asymmetries. These differences can assume the different profiles of income, race and gender that highlight the discrepancies in our society, while denouncing the process of

evolution of structures that unbalance access to water. In this sense, an X-ray of access to water in the metropolis of Rio de Janeiro will be presented, based on data from the 2022 IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics) census and SNIS, with the scope of reflecting on the different cleavages and profiles in its peripheries. It is argued, as a dimension from the field of critical political ecology, that the social problem of access to water is not only related to the flows of water bodies, but, above all, to the general conditions of access sustained and/or manipulated by social and political structures. To this end, some controversies were selected to reveal the polyphonic aspect of the relations with water in the peripheries of the state of Rio de Janeiro, highlighting, when possible, the actors and interests that participate in the current water scenario.

keywords: inequalities, socio-technical networks, water management, socio-economic profile.

1- Introdução

Atualmente em todo o mundo, com quase 8 bilhões de habitantes, cerca de 46% da população mundial vivem sem acesso ao saneamento básico seguro, isso corresponde a 3,6 bilhões de pessoas. Além disso, cerca de 2 bilhões de pessoas não possuem acesso à água potável, o que corresponde a 26% da população mundial. Isso é o que aponta o novo estudo divulgado na conferência da ONU sobre a água realizado na cidade de Nova Iorque (EUA) no ano de 2023[50].

O referido estudo aponta que "Os efeitos combinados de crescimento demográfico o aumento das receitas e a expansão das cidades vai provocar um aumento exponencial a demanda por água, enquanto a oferta torna-se mais errático e incerto"[51] (Unesco,2023, 16). Algumas das características apontadas no relatório são parte da realidade dos países do Sul Global, que estão passando por um crescimento de sua população, em especial em suas áreas urbanas. Muitas dessas áreas crescem de forma exponencial, no Brasil e na América Latina. Esse crescimento se apresenta como um processo de urbanização sem urbanidade (Ribeiro,1995). Ou seja, de expansão de áreas urbanas sem as condições sociais e ambientais básicas que permitiriam o bem-estar das populações, muitas vezes marcada por um processo de autoconstrução das habitações sem a devida regulamentação do Estado (Caldeira, 2017). Essas condições estão relacionadas as condições de saneamento das cidades e as possibilidades de acesso à água potável.

Ainda, diante destes fatos não podemos ignorar que, apesar da compreensão da água como direito, há um crescente debate sobre os processos de privatização dos serviços de saneamento e as possibilidades de análise das injustiças e desigualdades pela ecologia política (Swyngedouw, Kaïka, Castro, 2002; Loftus, 2022; Rocha, Oliveira, 2023; Castro, 2013).

No campo dos estudos sobre a história da gestão e governança dá água, Erick Swyngedouwm (2004) destaca que houve distintas fases e modelos da chamada da privatização dos serviços de água. O caso Brasileiro, que é sedimentado a partir do Novo marco Legal do Saneamento (2020), traz para esse país uma nova perspectiva sobre o processo de privatização e concessão de serviços à iniciativa privada (Sousa, 2020; Tavares, Souza, Ribeiro, 2024; Quintslr; Werner, 2021)

[50] Mais informações sugerimos ver < https://news.un.org/pt/story/2023/03/1811712>
[51] Tradução nossa.

Insistimos na argumentação que o alcance que engendra o processo de privatização dos serviços de água no Brasil, ganha escopo por uma disposição espacial estratégica, que permite agora a formação de "blocos territoriais/ou regionais" para concessão. Isso faz com que apenas uma porção do território possa ser concedida a exploração e administração da iniciativa privada, garantindo assim a exequibilidade e rentabilidade necessária que referente àquilo que Swyngedouw (2004) chama de "*Colheita Seletiva".*

No Brasil, através de uma série de questões políticas e econômicas, colocaram o estado do Rio de Janeiro como um laboratório das práticas do modelo Neoliberal. Esse foi o primeiro estado brasileiro a promover um grande leilão dos serviços prestados por sua Estatal no ano de 2021 - CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgotos do Rio de Janeiro). Além disso, inúmeros estudiosos já apontam muitas controvérsias, injustiças e contradições que expõem os problemas da demanda e da oferta dos serviços de saneamento (Quintslr, 2023, Rocha, 2022)

Assim, o presente texto é tributário de dois esforços maiores de investigações em andamento que contribuem para as hipóteses e os resultados apresentados adiante. O primeiro esforço diz respeito a um amplo inquérito sobre a relação interdominial sob o prisma da água, da qual destacamos, neste documento, os domínios da economia, do direito e da administração pública, um acoplamento a que nomearemos por *administração hídrica.* O segundo tem como proposta compreender as características espaciais das desigualdades no acesso às condições de saneamento no contexto do novo Marco Legal do Saneamento, editado no Brasil em 2020[52], tendo como recorte espacial a periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro.

A proposta deste texto, é apresentar os desafios espaciais e institucionais da universalização do saneamento na periferia do Rio de janeiro, destacando a desigualdade no acesso às redes de água e coleta de esgoto sanitário na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Para isso, dividiremos nossa argumentação em três partes centrais. A seção seguinte buscar apresentar contextualização da problemática que articula as questões apresentadas entorno da "*administração hídrica*" e da *espacialidade desigual do acesso ao saneamento no Rio de Janeiro (Brasil)*. Nesta parte buscar apresentar o elemento que impulsiona grandes reflexões e profundas contradições na produção do acesso à água. A seguinte, apresentamos o cenário da neoliberalização e a privatização dos serviços da Cedae. E na última seção, destacamos as características singulares que persistem na espacialidade da desigualdade do acesso, trazendo alguns dados do SNIS (Sistema nacional de Informações sobre Saneamento) e do Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) do ano de 2022. Esta parte é baseada na pesquisa exploratório dos dados coletados sobre acesso as redes de saneamento na periferia metropolitana e na confecção de mapas temáticos que permitem compreender

[52] O novo Marco Legal do Saneamento é o nome dado à Lei n. º 14.026, de 15 de julho de 2020, que atualiza a política federal de Saneamento básico no Brasil de 2007, e traz um arcabouço legal e regulatório para as esferas administrativas no território brasileiro (união, Estados e Municípios). A presente legislação é considerada um elemento fundamental na nova etapa de neoliberalização no campo do saneamento (Sousa, 2020).

dinâmicas injustas e paradoxais no acesso às redes de água e esgoto. Por fim, terminamos com uma guisa de conclusão e a retomada das questões apresentadas.

2- Contextualização e problemática que atravessa a questão do acesso ao Saneamento no Rio de Janeiro na atualidade.

O Rio de Janeiro é um estado extremamente complexo do ponto de vista do abastecimento de água potável isso se dá porque o estado possui forte dependência de outras unidades federativas porque a sua principal fonte de captação de água vem de um rio que tem sua nascente no Estado de São Paulo, passa também pelo Estado de Minas Gerais, e deságua no município de Atafona no norte Fluminense, o Rio Paraíba do Sul.

As águas desse Rio chegam ao principal sistema de distribuição de água através do processo técnico de transposição, atualmente por conta das secas ocorridas recentemente no Estado de São Paulo suas águas estão em maior disputa entre as unidades federativas, cabe lembrar que as águas transpostas alimentam o Rio Guandu responsável por atender, atualmente, aproximadamente 9 milhões de pessoas que residem na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Castro (2010) fala em sua tese da metrópole dos riscos, no Brasil a estrutura utilizada para a gestão ambiental incluída a água se dá a partir das bacias hidrográficas. O autor diz em seu trabalho da complexidade ao se tratar a temática a partir dessas perspectivas porque o nível de bacia utilizado para a gestão desse recurso não leva em conta o caráter sistêmico das bacias de drenagem, ou seja, deixa de levar em conta diversos aspectos: políticos, sociais, econômicos e naturais. Todos esses são aspectos que geram riscos de diversos níveis e categorias. Portanto, o autor defende que uma unidade que atende melhor a gestão dos recursos hídricos seria a unidade Metropolitana. Dessa forma é possível mensurar riscos de diferentes categorias sejam eles relacionados a habitação (falta de esgotamento sanitário e outras fontes de poluição), políticos (legislação e regras normativas de diferentes níveis governamentais), os econômicos porque não dá para discutir tarifas sem levar em conta o nível de renda da população de cada município, e os riscos de abastecimento.

Em relação aos riscos de abastecimento, Castro (2010) destaca que a região metropolitana do Rio de Janeiro está contida numa área de risco extremamente elevado, isso ocorre porque não existem fontes alternativas para o abastecimento da região em caso de desastres, dada a dimensão desse sistema que se inicia a partir da nascente do Paraíba do Sul e passa por distintos trechos no Rio de Janeiro.

Neste sentido, levando em consideração as fontes de abastecimento e a estrutura técnica de abastecimento de água e coleta de esgoto na formação socioterritorial da região, perceberemos a íntima associação das condições políticas e econômicos no Estado do Rio de Janeiro para produzir um quadro contraditório e paradoxal para pensarmos uma ecologia política do saneamento.

A CEDAE – companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro, é responsável majoritário das concessões de serviços na Região metropolitana do Rio de Janeiro. Todavia essa mesma região apresenta indicadores bastante desiguais, sobretudo se levarmos em consideração dos dados de acesso a água e esgoto das cidades de Niterói e Rio de Janeiro, com as cidades da periferia metropolitana.

Por isso, a formação da atual administração hídrica do estado do Rio de Janeiro através dos intercâmbios entre a economia, o direito e a política, tendo como referência o leilão da Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro (CEDAE), permite nos apontar algumas constatações[53].

I. A Região Metropolitana do Rio de Janeiro é abastecida por dois Sistemas Integrados, a saber: Sistema Integrado Leste Imunana/Laranjal e Sistema Integrado Oeste Guandu/Lajes/Acari. O Sistema Integrado Oeste opera com uma vazão de 52.000 l/s. A Estação de Tratamento Guandu contribui com uma vazão de 45.000 l/s e os Sistemas Lajes e Acari contribuem no montante com respectivos 5.500 l/s e 1900 l/s.

II. Os 5.500 l/s do Sistema Lajes são distribuídos entre os municípios de Paracambi (104,50 l/s), Seropédica (319 l/s), Nova Iguaçu (38,50 l/s), Queimados (44 l/s) e Itaguaí (330 l/s). O Sistema Acari distribui 1,9 m^3/s entre os municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias e Belford Roxo.

III. Segundo o Plano Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (PERH-RJ)[54], a região metropolitana do estado é majoritariamente abastecida pelo rio Guandu.

IV. O Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Guandu foi criado pelo Decreto Estadual Nº 31.178/2002, atualizado com a nova redação conferida pelo Decreto Estadual 45.463/2015. O colegiado está inserido na Região Hidrográfica II (RH-II), nomeada “Região Hidrográfica Guandu”, conforme as IX regiões delimitadas na Resolução Nº 107/2013 do Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro (CERH-RJ).

V. O Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos rios Guandu, da Guarda e Guandu-Mirim observa uma média de 56,7% de esgoto coletado na RH-II, com tratamento de 38,9% dos esgotos gerados e 68,7% dos esgotos coletados. Desconsiderando o município do Rio de Janeiro, o índice médio de esgoto coletado na RH-II é aproximadamente 34,0%, com índices médios de tratamento de 0,8% para esgotos gerados e 2,3% para esgotos coletados, abaixo não apenas da região sudeste, como da média nacional[55].

[53] As constatações I e II podem ser consultadas no estudo de Britto et al (2016). As demais podem ser consultadas em Vianna (2024).
[54] Disponível em: <http://www.inea.rj.gov.br/Portal/Agendas/GESTAODEAGUAS/InstrumentosdeGestodeRecHid/PlanosdeBaciaHidrografica/index.htm#ad-image-0 >. Acesso em: out. 2021.
[55] Disponível em: < https://comiteguandu.org.br/wp-content/uploads/2021/10/AGVP_GUANDU_PRH-RF01_R01.pdf > Acesso em nov. 2022.

VI. O Instituto Trata Brasil (ITB, 2023, p. 88)[56] ranqueou os 20 municípios menos afortunados no acesso ao saneamento na última década. Destes, o município de Nova Iguaçu está inserido tanto na RH II quanto apareceu no ranking por seis anos na década. Os demais municípios fluminenses ranqueados (São Gonçalo, Duque de Caxias, São João de Meriti e Belford Roxo) estão inseridos na Região Hidrográfica Baía de Guanabara (RH-V).

VII. A capital do estado do Rio de Janeiro variou quatro pontos negativos nos seus indicadores de saneamento básico (ITB, 2023, p. 92). Dos 6.775.561 habitantes, todos possuem atendimento do serviço de água, entretanto, 89,95% são atendidos integralmente pelo serviço de esgoto, e 73,96 são atendidos integralmente pelo tratamento de esgoto. Com o investimento total de R$ 1.166,44, a correspondência é de um investimento médio de R$ 34,43 per capita.

A compreensão desses apontamentos é vital, para o balaço dos elementos que problematizam e trazem novas problemáticas ao acesso ao saneamento.

3 - Elemento 1 - O cenário da neoliberalização e a privatização dos serviços a CEDAE

Após o anúncio da Calamidade Pública Financeira, em 2017, o estado do Rio de Janeiro foi autorizado a alienar ações representativas do capital social da Companhia Estadual de Águas e Esgotos (Cf. Lei Nº 7529/2017)[57]. Apesar das preocupações de alguns setores com a proposta estadual[58], a decisão parecia tomada desde a divulgação da situação calamitosa. Em dezembro de 2021, após a conclusão do processo de concessão do saneamento, "o governo do estado do Rio de Janeiro garantiu o compromisso de investimentos na universalização dos serviços de distribuição de água e do esgotamento sanitário em 49 municípios pelos próximos 35 anos"[59].

O leilão do saneamento dividiu o estado em quatro blocos, em atendimento às atualizações sinalizadas no novo Marco Legal do Saneamento (BRASIL, 2020)[60], com atenção ao 3º parágrafo da Lei, que coloca as exigências das "normas de referência para a regulação dos serviços públicos de saneamento", cujo item II estimula a "livre concorrência" e a "competitividade" para a universalização do serviço. Essa nova regulação trouxe profundas modificações no Rio de Janeiro (Tavares, Souza, Ribeiro, 2024)

[56] Estudos disponíveis em: < https://tratabrasil.org.br/perdas-de-agua-2023/ > e < https://tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento-2023/ >. Acesso em jan. 2024.
[57] Disponível em: < https://portal.fazenda.rj.gov.br/transparencia-fiscal/wp-content/uploads/sites/15/2022/05/Lei-7529-de-2017-Autorizacao-para-privatizacao.pdf > Acesso em: set. 2023.
[58] Disponível em: < https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/04/29/alerj-vota-projeto-de-decreto-que-preve-suspensao-de-venda-da-cedae.ghtml >. Acesso em set. 2023.
[59] Disponível em: < https://cedae.com.br/noticias/detalhe/governo-do-rio-conclui-concessao-do-saneamento-no-estado/id/1139 >. Acesso em jun. 2023.
[60] Sobre a prestação regionalizada dos serviços de saneamento, Cf. Brasil (2020), Artigo 3º, Item VI, a), b) e c). Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm > Acesso em Set. 2023.

Uma notícia publicada por uma agência do Governo Federal, à época do primeiro leilão - realizado na Bolsa de Valores de São Paulo -, oferece informações importantes para a nossa investigação[61]. Com a presença do Presidente da República, do Governador do Estado do Rio de Janeiro e do Ministro da Economia, o acontecimento já demonstrava certo alinhamento entre as essas esferas de atuação. Na notícia, entretanto, já estava anunciado que o Bloco III não obteve proposta para o serviço de concessão. Apesar dessa questão, o leilão foi celebrado pelos filiados à determinada orientação econômica para a administração dos demais blocos à disposição. Como se nota na seguinte fala do Presidente da República:

> *Este é o momento que marca a nossa história e a nossa economia. Um governo voltado para a liberdade de mercado, na confiança dos investidores e na crença de que o Brasil pode ser diferente.*

Aqui, a pertinência de um comentário sobre a crença e a confiança. Se a crença pode ser alcançada sem a exigência de uma demonstração, a confiança depende da exibição de uma rede de sustentação. Assim, há, pelo menos, duas maneiras de interpretar o pregão: i) para o público geral, a mensagem presidencial dizia respeito à crença, sem a necessidade de exibição de uma rede de sustentação do enunciado ("[n]a crença que o Brasil pode ser diferente"); ii) para os investidores, a mensagem atenta à confiança de que o domínio Político pavimentaria o terreno para a caminhada do Mercado ("Um governo voltado para a liberdade de mercado"). Esta observação pode ser reforçada no enunciado proferido pelo Ministro da Economia:

> *São mais de 50 bilhões que são colocados nesses compromissos Social, econômico, ambiental, de saúde pública. Essa confiança é a palavra que resume o quadro que nós observamos agora.*

São conhecidas as piruetas da posição liberal[62]. Uma posição, cumpre dizer, que demanda a intervenção política para elogiar a liberdade comercial. Nesta manobra, fabrica-se uma extensão da posição liberal para a administração pública. É precisamente este relacionamento entre o mercado e a política, no caso em tela, que chamamos de administração hídrica.

Pois entendemos que houve uma correspondência entre o fundamento econômico do liberalismo, o domínio jurídico e o domínio técnico-administrativo. Cada um desses domínios operou com os seus respectivos regimes de funcionamento, porém, conforme a pertinência das suas intenções, estabelecendo solidariedades entre as suas zonas de intimidade. Não se trata, aqui, portanto, de concluir esses domínios como decididamente liberais, mas, trata-se de detectar certas intrusões liberais no Direito, na Economia e na Administração Pública.

[61] Disponível em: < https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-04/leilao-da-cedae-vende-tres-blocos-da-companhia-por-r-226-bilhoes >. Acesso em Set. 2023.
[62] Como observou Karl Polanyi (2000, pp. 170 – 171): "o laissez-faire não era o método para atingir alguma coisa, era a coisa a ser atingida".

Fabrica-se uma rede de domínios agenciados em favor de um direcionamento acordado pelos participantes. O que soa enfatizado no comunicado do Presidente da Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE), acerca das intenções de uma ampla abertura do capital da empresa:

> *Considerando ações e o Ebitda [indicador financeiro para avaliação na Bolsa de Valores] de outras empresas de saneamento e as condições especiais de contratos de longo prazo diferenciados celebrados com as concessionárias dos quatro blocos. Chegou-se, hoje, a um valor de R$ 10 bilhões a R$ 12 bilhões para a companhia [...] ao longo deste ano, nossa ideia é fazermos os ajustes necessários, uma remodelagem, para que o governador,* se assim *o desejar, possa lançar ações na Bolsa, a preço maiores do que seriam se isso acontecesse hoje. Quanto mais valorizada a empresa, mais ela vai lucrar, mais ela vai ter possibilidade de investir, de reverter isso em benefício da população, no caso de o estado ser o sócio majoritário. Acredito que no fim de 2024, a Cedae já esteja valendo entre R$ 16 bilhões e R$ 20 bilhões.*[63]

Uma rede heterogênea foi formada. Uma rede que sustenta uma orientação econômica para a gestão da água, conforme se buscou demonstrar através das consultas aos enunciados da administração eleita para governar o Estado[64]. Neste caso, falamos de um Governo cuja própria publicidade foi divulgada na posição liberal. Diríamos, portanto, que a motivação econômica obteve maior peso no campo dos domínios relacionados: uma valorização econômica do direito público à água.

Por fim, o primeiro elemento que sustenta essa argumentação e de que o maior peso dado a "privatização/concessão" dos serviços da CEDAE está ancorado na perspectiva financeira e orçamentária. A revelia das tendências mais globais que aponta para uma reestatização dos serviços de água no mundo, apenas das contradições internas, a opção foi o mergulho em uma gestão privada dos serviços de água no Rio de Janeiro. Elemento que enfrentará um quadro bastante desafiador pela dimensão desigual no acesso as redes, como veremos a seguir.

4 - Elemento 2 - Espacialidade desigual no acesso às condições de saneamento

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) atualmente é formada por 22 municípios[65]. Essa região, apresentam um grande nível de complexidade e um formato bastante contraditórios e paradoxal.

[63] Disponível em: < https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2023/01/mina-de-recursos-estado-planeja-lancar-acoes-da-cedae-na-bolsa-e-vender-imoveis-da-estatal.ghtml >. Acesso em Set. 2023.
[64] Também o estado, com "e" minúsculo. Não esqueçamos da presença do Governador do Rio de Janeiro durante a realização do leilão (Cf. Nota de rodapé número 9).
[65] O recorte de municípios foi realizado tendo como base a Lei complementar nº 184/2018[65], da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), que em seu artigo 1º dispõe que: "Sobre a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, composta pelos Municípios do Rio de Janeiro, Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Petrópolis, Queimados, Rio Bonito, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá, com vistas à organização, ao

Atualmente essa região abriga pouco mais de 12 milhões de habitantes e grande parte de seus habitantes encontram problemas ao pleno acesso às redes de abastecimento de água ou coleta de esgoto. Se levarmos em consideração os dados recentes do SNIS (Sistema Nacional de Informações sobre o Saneamento) relativos ao ano de 2022, perceberemos um quadro bastante crítico sobretudo nas áreas da periferia metropolitana, em relação ao acesso a coleta de esgoto.

Quadro 1 – Percentual da população sem acesso à água e a coleta de Esgoto na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Município	Percentual da população sem acesso à água	Percentual da População sem coleta de esgoto
Belford Roxo	24,9	94,4
Cachoeiro de Macacu	8,9	100
Duque de Caxias	34	91,3
Guapimirim	10	100
Itaboraí	70	98,7
Itaguaí	39,5	70,9
Japeri	45,2	100
Magé	27,1	94,4
Maricá	42	98,8
Mesquita	0,0	86,5
Nilópolis	0,0	100
Niterói	0,0	4,5
Nova Iguaçu	0,0	71
Paracambi	57,4	7,2
Petrópolis	2,7	15,4
Queimados	19,1	100
Rio Bonito	33,4	18,4
Rio de Janeiro	6,2	4,2
São Gonçalo	3,7	87,3
São João de Meriti	16,5	5,0
Seropédica	0,0	99,3
Tanguá	43,6	35,7
RMRJ	11,6	36,3
Brasil	15,8	44,5

Fonte: SNIS (2022); Instituto Trata Brasil.

Segundo esses dados recentes (ver Quadro 1), a média geral da RMRJ de acesso à água foi de 11,6% da população e cerca de 36,3% da população não tinha acesso a coleta de esgoto. Neste

planejamento e à execução de funções e serviços públicos de interesse metropolitano ou comum". – Rio de Janeiro, 2018

comparativo médio, os dados são melhores do que a média nacional Brasileira, sendo de 15,8% e 44,5%, respectivamente o percentual de pessoas sem água e coleta de esgoto.

Observando os perfis individuais dos municípios perceberemos, que se levarmos em consideração os dados do SNIS sobre o percentual de acesso à água encontraremos 10 municípios com mais de 20% de sua população sem acesso à água (Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Paracambi, Rio Bonito e Tanguá). Alguns deles chegam a quase a metade de sua população, como é o caso de Tanguá (43,6%) e Japeri (45,2%).

Se considerarmos os dados de coleta de esgoto, perceberemos que o quadro é extremamente caótico. 15 municípios apresentam problemas profundos no acesso a coleta de esgoto, sendo que 11 deles apresentam mais de 90% de pessoas sem o acesso a coleta de esgoto. As redes de coleta de esgoto são essenciais tanto para salubridade das cidades quanto para a sustentabilidade ambiental dessa região. Condições vulneráveis para o acesso podem produzir uma série de problemas de ordem da saúde e na própria qualidade do abastecimento de água.

Além disso, a dimensão paradoxal, contraditória e injusta se apresenta disposta espacialmente nesta Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ao percebermos que os piores dados de acesso à água e esgoto estão, de forma geral, em municípios periféricos e dispostos espacialmente nas bordas da região metropolitana, tanto na porção leste quanto oeste. (ver mapa1)

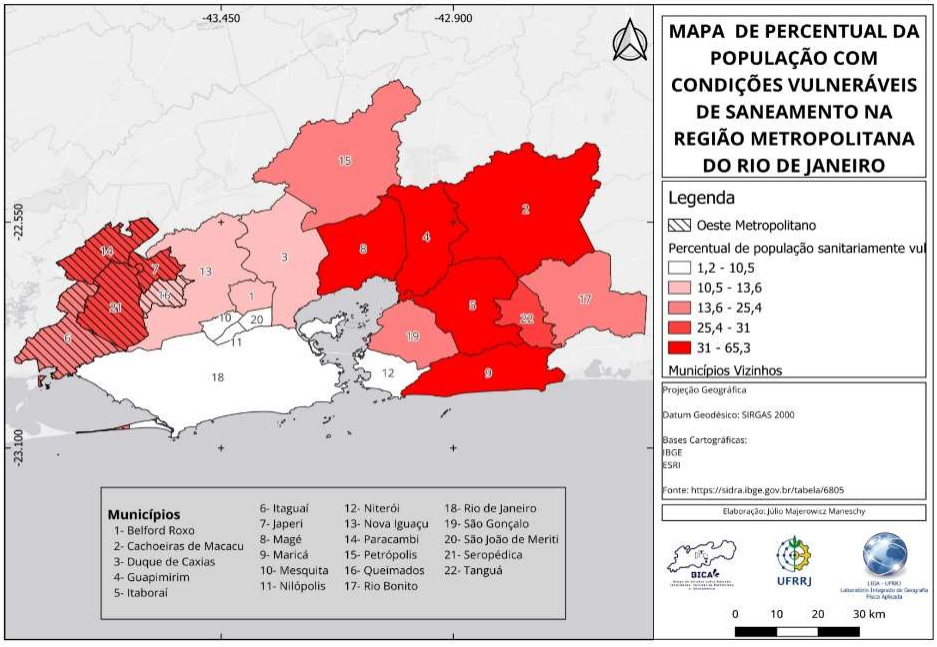


Figura 1 – Mapa de percentual da População com Condições Vulneráveis de Saneamento na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Fonte: IBGE - Censo (2022)

Como vimos, diante de um cenário de neoliberalização no campo do saneamento, compreendemos que o grande gargalo e desafio a universalização do saneamento é a provisão de redes técnicas que

possibilitem a coleta e o tratamento do esgoto. Como a maior parte das cidades elencadas não possuem coleta pelas redes, grande parte da população necessita criar suas próprias condições para despejar as águas residuais.

A partir deste fato, apresentamos o mapa do percentual da população com condições vulneráveis de saneamento, que apresenta espacialmente como os maiores percentuais da população que possuem condições vulneráveis de acesso ao saneamento estão localizados nas bordas metropolitanas, aqui trazendo impactos diretos a dois sistemas de abastecimento da Região metropolitana, na porção Oeste ao Sistema Guandu e na porção Leste – ao sistema Imunana-Laranjal.

O mapa foi elaborado a partir de dados prospectados da tabela de número 6805 da plataforma SIDRA[66], que é mantida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para chegar ao percentual da população em situação de vulnerabilidade sanitária foram somados os dados percentuais disponíveis que não indicam ligação com a rede geral de coleta de esgoto[67] (ver quando 2)

Quadro 2 – dados utilizados para compor percentual da população situação de vulnerabilidade sanitária.

Dados
Fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede
Fossa rudimentar ou buraco
Vala
Rio, lago, córrego ou mar
Outra forma
Não tinham banheiro nem sanitário

Fonte: os autores

Após a aquisição desses dados foi feita a soma desses percentuais no Excel e em seguida foi realizada a união dos dados no software QGIS a partir dos códigos municipais (que devem estar correspondentes tanto no arquivo shapefile, quanto no arquivo de tabela), dessa forma é possível agregar os dados desejados e classificá-los no mapa da região Metropolitana do Rio de Janeiro. O arquivo shapefile foi adquirido através da página do IBGE[68] a partir da aba de malha municipal.

Conforme compreendemos que ainda persiste um percentual significativo da população da região metropolitana que vivem em condições sanitárias vulneráveis. As soluções listadas e indicadas em dados recentes do SNIS e do IBGE reforçam os traços problemáticos para a universalização da água e do esgotamento sanitário na região. Compreende-se que as estruturas para constituição dos sistemas

[66] Disponível em https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/universo-caracteristicas-dos-domicilios
[67] Para finalizar o mapa foi executado o processo de classificação graduada, com base nos números obtidos através da manipulação dos dados do SIDRA e a metodologia estatística utilizada foi a de quartil do *software Qgis*
[68] https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html

técnicas para coleta de esgoto serão importantes elementos para pensarmos a validade e eficácia do cenário neoliberal e das ações destas empresas nos territórios. Todavia, cabe aqui perguntar se tais cooperações estarão dispostas a enfrentar o desafio de criar e prover estruturas para tal, ainda saber se haverá algum tipo de seletividade na criação destas estruturas técnicas no território.

5 - Conclusões

A interpretação da universalização das redes de água e de coleta de esgoto são grandes desafios na realidade Brasileira. No mundo como um todo, a incorporação a uma dimensão financeirizada e mercantilizada da água e dos serviços de saneamento podem ampliar as desigualdades existentes.

Por isso, a emergência de um cenário neoliberal no campo do Saneamento, com um olhar a partir da privatização/concessão da CEDAE, nos traz inúmeras questões, que podemos concluir, aqui em pelo menos quatro considerações/constatações:

I) A construção de sistemas de coleta e tratamento e esgoto são de vital importância para sustentabilidade das bacias hidrográficas e sistemas de abastecimento da população da região metropolitana do Rio de Janeiro;

II) a média do acesso a coleta de esgoto coletado nas bordas das periferias metropolitana do Rio de Janeiro está abaixo das médias nacional e do Sudeste, neste sentido o investimento em saneamento tanto para o estado quanto para o município do Rio de Janeiro parece insuficiente;

III) há uma urgente necessidade de acompanhamento das ações das empresas privadas no setor do saneamento para pensar sua capacidade e eficácia destas, além da necessidade de criar um observatório para identificar as contradições e paradoxos criados no território.

IV) existe de fato uma ecologia política contraditória e paradoxal no campo do saneamento que necessita ser investigada, sobretudo diante dos novos elementos econômico, jurídicos e sociais advindos do novo marco legal do saneamento.

Portanto, percebe-se um cenário de adversidades e desafios ao campo do saneamento e abre-se assim, uma importante frente de investigação. Por isso, insistimos que é necessário investir em estudos que possam identificar os desafios espaciais e institucionais da universalização do saneamento. Além disso ampliar metodologias que possam identificar os problemas no acesso ao saneamento nas periferias, em especial destacando a necessidade de buscar lançar luz sobre as desigualdade no acesso às redes de água e coleta de esgoto sanitário na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Bibliografia

Brasil. *Lei Nº 11.445*, de 05 de janeiro de 2007. Estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico; cria o Comitê Interministerial de Saneamento Básico; altera as Leis nºs 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.666, de 21 de junho de 1993, e 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; e revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978. (Redação pela Lei nº 14.026, de 2020).

BRITTO, A.L., Formiga-Johnsson, R.M., Carneiro, P.R.F. (2016) Abastecimento público e escassez hidrossocial na Metrópole do Rio de Janeiro. *Ambiente & Sociedade*, São Paulo, V. XIX, n.1

CALDEIRA, T. P. (2017). Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. *Environment and Planning D: Society and Space*, *35*(1), 3-20. https://doi.org/10.1177/0263775816658479

CASTRO, C. (2010).

CASTRO, C. M. (2010). Águas do Rio de Janeiro: da metrópole com riscos à metrópole dos riscos. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Geografia. PPGG/UFRJ (Tese de Doutorado).

CASTRO, J. E. (2013) A água (ainda) não é uma mercadoria: aportes para o debate sobre a mercantilização da água. Rev. UFMG, v. 20 221, n.2, p. 190-221, jul./dez. Disponível em < https://www.ufmg.br/revistaufmg/downloads/20-2/09-a-agua-ainda-nao-e-uma-mercadoria-jose-castro.pdf >Acesso em 12 de jan. 2024.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo 2022. Disponível em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=downloads> Acesso 22.dez.2023

POLANYI, K. (2000). *A grande transformação*: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus.

QUINTSLR, Suyá. (2023) Da crise hídrica à ecologia política da água: Megaprojetos de abastecimento e injustiça ambiental no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Letra Capital

QUINTSLR, S.; WERNER, D. (2021) Rodadas de neoliberalização e saneamento básico no Brasil. O caso da Companhia Estadual de Água e Esgoto do Rio de Janeiro (CEDAE). In: Brandão, C. A.; Werner, D.; Oliveira, F. L. P. (orgs.). Socioeconomia fluminense: políticas públicas em tempos de crise. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2021, pp.335-363

Rio de Janeiro. *Decreto nº 31.178, de 03 de abril de 2002*. Cria o Comitê da bacia hidrográfica do Guandu que compreende a bacia hidrográfica do rio Guandu, incluídas as nascentes do Ribeirão das Lages, as águas desviadas do Paraíba do Sul e do Piraí, os afluentes ao Ribeirão das Lages, ao Rio Guandu e ao canal de São Francisco, até a sua desembocadura na Baía de Sepetiba, bem como as bacias hidrográficas do da Guarda e Guandu-Mirim.

Rio de janeiro. *Resolução CERHI-RJ Nº 107, de 22 de maio de2013*. Aprova nova definição das regiões hidrográficas do estado do Rio de Janeiro e revoga a Resolução CERHI Nº 18 de 08 de novembro de 2006.

Rio de Janeiro. *Decreto nº 45.463, de 25 de novembro de 2015*. Dá nova redação ao Decreto nº 31.178, de 03 de abril de 2002, que instituiu o Comitê de Bacia da Região Hidrográfica do Guandu, no âmbito do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

RIBEIRO, A. C. (1995) Urbanização sem urbanidade: Um cenário de incertezas. Ensaios FEE, v16, n. 2 p.556-590

ROCHA, A. S. da; OLIVEIRA, L D. (2023) Ecologia política e saneamento básico: análise a partir da periferia metropolitana do Rio de Janeiro. Ateliê Geográfico, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 112–133, 2023. DOI: 10.5216/ag.v17i1.74784. Disponível em: https://revistas.ufg.br/atelie/article/view/74784

ROCHA, A. (2022). Desigualdades territoriais no acesso à água e esgoto nas periferias da Metrópole: O caso da Baixada Fluminense na Bacia do Guandu - RJ. Geografares, v. 2, n. 34, p. 70–93. DOI:

10.47456/geo.v1i34.38741. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/38741. Acesso em: 12 dez. 2023.

Unesco World Water Assessment Programme (2023) The United Nations World Water Development Report 2023: partnerships and cooperation for water. Paris, Unesco.

SNIS – Sistema nacional de Informações sobre Saneamento (2022). Disponível em < https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis> Acesso em 15. jan.2025.

SOUSA, A. C. A (2020). O que esperar do novo marco do saneamento? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 12, e00224020, dez.

SWYNGEDOUW, E.; KAÏKA, M.; CASTRO, E. (2002). Urban Water: A political-ecology perspective. Built Environment, Special Issue on Water Management in Urban Areas, 2002, Vol. 28, n2, pp. 124-137.

SWYNGEDOUW, E. (2004). Privatizando o H_2O: transformando águas locais em dinheiro global.Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 6, n. 1, p. 33-49, maio 2004. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2004v6n1p33. Acesso em: 15/08/2024

TAVARES É, SOUZA JSA de, Ribeiro CFR de A.(2024) Transformações no setor de saneamento no Estado do Rio de Janeiro: neoliberalização e mudanças regulatórias. Rev Bras Estud Urbanos Reg [Internet]. ;26:e202402pt. Available from: https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202402pt

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001 – em especial no desenvolvimento do projeto “Apoio ao programa de pós-graduação em Geografia/UFRRJ - potencializando formação e pesquisa em Geografia nos espaços de periferia sobre dinâmicas sociais e ambientais”, processo 88887.691557/2022-00. Neste contexto, agradecemos pelas bolsas de Pós-Doutorado e de Mestrado concedidas. Também, agradecemos a FAPERJ pelo amparo a infraestrutura de pesquisa Básica e pela Bolsa de Produtividade Jovem Cientista Nosso do Estado, destacando que os resultados são desdobramentos das pesquisas apoiadas por essa agência.

MAROCCO, A. (2024). ***Queerying urban planning: From gender geographies to inclusive Cities.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade Letras Universidade do Porto. pp. 200-211
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma14

QUEERYING URBAN PLANNING: FROM GENDER GEOGRAPHIES TO INCLUSIVE CITIES

QUEERYING URBAN PLANNING: DAS GEOGRAFIAS DE GÉNERO ÀS CIDADES INCLUSIVAS

Anna MAROCCO
La Sapienza - University of Rome & IGOT
Institute of Geography and Spatial Planning - University of Lisbon
anna.marocco@uniroma1.it

Resumo

No contexto de um projeto de investigação de doutoramento em curso, este trabalho emprega uma abordagem interseccional para examinar questões de justiça sócio-espacial relativas a minorias sexuais e de género, com um enfoque na defesa de uma maior inclusão e representação social no planeamento urbano. Apesar da longa história dos estudos geográficos feministas e queer que desafiam os pressupostos heteronormativos no domínio do planeamento urbano, a integração da inclusão social das minorias sexuais no planeamento urbano, nas políticas e nos processos de governação continua a ser uma questão crítica e não resolvida. Este artigo sublinha especificamente a importância vital e o potencial impacto da integração das perspectivas queer no planeamento e conceção urbanos, propondo estratégias práticas para que os decisores políticos e planeadores promovam um urbanismo transformador e expansivo. Estas estratégias têm o potencial de desempenhar um papel significativo na promoção de cidades mais inclusivas e justas, onde todos os residentes, independentemente da sua identidade de género ou orientação sexual, se sintam apreciados e apoiados no seu ambiente urbano e sejam capazes de realizar todo o seu potencial. O objetivo final deste documento é ajudar a colmatar a lacuna no campo do planeamento e promover o desenvolvimento de espaços queer estimulando o debate em curso sobre o urbanismo queer e a investigação futura nesta área.

Palavras-chave: Geografias de gênero, planeamento urbano, urbanismo queer, justiça socioespacial.

Abstract

In the context of an ongoing doctoral research project, this work employs an intersectional approach to examine issues of socio-spatial justice concerning gender and sexual minorities, with a focus on advocating for greater social inclusion and representation in urban planning. Despite the long history of feminist and queer geographical studies challenging heteronormative assumptions within city planning, the integration of social inclusion for sexual minorities into urban planning, policies, and governance processes remains a critical and unresolved issue. This article specifically emphasises the vital importance and potential impact of incorporating queer perspectives into urban planning and design by proposing practical strategies for policymakers and planners to promote transformative and inclusive urbanism. These strategies could play a significant role in fostering more equitable cities where all residents, regardless of gender identity or sexual orientation, feel valued and supported in their urban environment, and are able to realise their full potential. The ultimate aim of this paper is to help bridge the gap in the planning field and promote the development of queer spaces. Additionally, it seeks to ignite the ongoing debate on queer urbanism and encourage further research in this area.

keywords: Gender Geographies, Urban Planning, Queer Urbanism, Socio-spatial Justice.

MAROCCO, A. (2024). *Queerying urban planning: From gender geographies to inclusive Cities.* The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade Letras Universidade do Porto. pp. 200-211
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma14

1 - Introduction

It is widely recognized that the design of a city defines, to a large extent, the activities that take place within it by determining which actors can actively participate in them. Hence, urban planning is traditionally considered a social project, “a conscious effort to direct social processes to attain goals", oriented towards pursuing the common good (Fainstein & Fainstein, 1996, 265-66). Nevertheless, since the 1960s, several critical works have shed light on the darker side of planning, revealing that it can be used to reflect existing power relations and strengthen inequalities rather than foster positive social change (Jacobs, 1961; Harvey, 1985). Similarly, more recent works highlighted how planning could also be seen as a rational output produced by the exercise of power (Flyvbjerg, 1998), a tool that facilitates capital accumulation, often to the detriment of the working class (Flyvbjerg, 1998); a process of social control applied to people along many possible intersections, including class, race, ethnicity, gender, and sexual orientation (Yiftachel, 1998) and a heterosexist project (Frisch, 2002).



Figure 1 -The first rainbow crosswalk ever in Taylor Square in Sydney, image by Bidgee.

Indeed, feminist scholars have widely delved into the hetero-patriarcal aspect of planning, examining its implications in urban design (Hayden, 1981), zoning policies (Ritzdorf, 1986), and even planning theory itself (Sandercock and Forsyth, 1992). These significant contributions have led to the widespread recognition that urban planning has traditionally been a male-dominated and top-down process, often excluding gender and sexual minorities from meaningful participation. Historically, European cities were primarily designed and planned by civil engineers, architects, and public health experts, sectors dominated by men. By considering the able-bodied, working man as a “neutral” user of the city, male planners and designers - intentionally or unintentionally - created urban spaces that

met their needs, reflecting and perpetuating the patriarchal gender norms of their society: a norm that designated men as income producers, with full access to the public sphere, land and housing, and women as caregivers, relegated to the private sphere of the family and deprived of landed property (Fainstein & Servon, 2005; Moser, 1993). Therefore, the lack of gender competence in urban planning inevitably produces and reproduces serious disadvantages for different categories of people: women, girls, and sexual and gender minorities of all ages and abilities, excluding them from the active public and productive urban realm. In the following paragraphs, we will take a closer look at how this reflection developed inside geographical studies and how a gender approach in planning could help to achieve the goal of a more inclusive, equal, and supportive urban space by integrating a gender perspective and plural competencies into all stages of planning, policy-making, and spatial design.

2 - Gender geographies: from unequal to plural spaces

Gender geographies identify an academic perspective and interdisciplinary field of study within human geography that focuses on the relationships and intersections between gender identities concerning spaces, places and socio-spatial interactions. This perspective emerges as a critical approach to the domain of traditional theories and research that often ignored or downplayed the experiences and perspectives of women and other minorities and subaltern subjectivities in the production of geographical and spatial knowledge.

2.1 - Feminist geographies and methodologies

Feminist engagement with spatial and geographical disciplines consolidated in the early 1980s in the Anglo-American academic context in the wake of second-wave feminism and radical geography. Many early contributions aimed to promote the legitimacy of a feminist perspective within a geographical discipline strongly influenced by the patriarchal, hierarchical structure and a masculinist view of the world (Borghi & Rondinone, 2009). *On Not Excluding Half of the Human in human geography*, published in 1982 in the United States is one of the first articles to conceptually and methodologically problematise the indifference of geographical research to feminist contributions already operative in other disciplinary contexts such as sociology and anthropology, identifying ways in which a non-sexist geography could emerge (Monk & Hanson, 1982, 11) British geographer Gillian Rose, on the other hand, was one of the first to formalise a critique of the “transparent space” of masculinist, white, bourgeois and heterosexual geographical knowledge production that “structured the way geography claims to know space, place and landscape” (Rose, 1993, 137). These research programmes have worked to identify and analyse gender-based spatial inequalities, the power dynamics that influence the construction of and access to spaces, and the complex intersections between gender, race, social class and other dimensions of identities, often adopting an intersectional perspective. As Kimberlé Crenshaw points out, these analytical tools allow us to observe not only the connections between race, class, gender and sexuality in the processes of production and reproduction of spatial interactions but also and especially how structures make specific identities the consequence and vehicle of vulnerability (Crenshaw, 1993).

Some comparative studies have highlighted how women's socio-spatial behaviours and opportunities differ significantly from men's, suggesting a relativistic and distorted dimension of physical space as a function of time, costs and gendered social expectations (Kwan, 1999). In particular, it is evident to urban scholars that the dichotomous and hierarchical separation between the public and productive, male-dominated space and the private reproductive, female and unpaid (or at least feminised, racialised and poorly paid) space is problematic and represents one of the fulcrum nodes to address in a redistributive perspective (Hayden, 1980; Federici, 2012).

On the epistemological and methodological level, Donna Haraway's (1988) orientations on the situated, embodied and partial nature of all knowledge have resonated strongly among geographers. In particular, the critical contributions of *standpoint epistemologies,* with a Marxist matrix, deal with how power relations shape, determine and influence knowledge production by asserting the importance of interpellating corporealities (Grosz, 1993), including the experiences of subaltern groups (Spivak, 1988; Harding, 2004) by integrating the critical ethical and political questions raised by anti-racist and indigenous perspectives on the production of predominantly Western and white academic knowledge (Smith, 2012). These epistemological shifts produce a proliferation of qualitative practices and methods considered closer to the direct experience of people and communities, stimulating the development of collaborative and participatory research and re-discussing what can count as data and the ethical implications in knowledge production (Peake, 2017).

2.2 - Queer geographies and urban spaces

Within the field of gender geographies, the strand of queer geographies identifies an area of study that develops from the critical intersections between human geography and queer theories. This field of research focuses on understanding spatial experiences, gender identities and sexualities beyond dominant social and cultural norms. In particular, queer geographies explore how LGBTQ+ people (lesbian, gay, bisexual, transgender, queer and other non-normative subjectivities) experience, shape, and interact with space, how these spaces are socially constructed, and how they can be redefined or contested. Several studies analyse the socio-spatial dynamics of queer communities, their *space-making* practices, the challenges they face in particular places and the strategies of resistance and empowerment they elaborate. “The goal [...] is to employ ‘place’ as a conceptual framework to analyse LGBTQ+ urban actions across ‘the middle’, drawing attention to their vernacular worldings and critical continuities through local case studies of remembering, being and doing that strive to rupture analytical segregations in urban theory” (Bain & Podmore, 2021, 1307). Even though this is a newly defined and still arduous field of study to delimit, we can, however, identify specific thematic axes that guide its research:

- Space and Identity: which reflects on how LGBTQ+ people negotiate and express their identity in urban, suburban or rural spatial contexts (e.g., analysis of the formation of LGBTQ+ neighbourhoods and “queer spaces” such as bars, clubs and community centres);

● Space-making and Activism: looking at how LGBTQ+ communities organise, promote and create inclusive and safe spaces within cities and neighbourhoods;

● Gender and Queer Urbanism: which focuses on the interactions between sexuality, gender and urban planning (e.g., analysis of the impact of gentrification on LGBTQ+ communities, design of inclusive public spaces and accessibility of services);

● Migration and Mobility: exploring the mobility and migration experiences of LGBTQ+ people (e.g., challenges, strategies, impact on the sense of belonging);

● Transgender Geographies: which investigates how trans and non-binary identities interact with space and place (e.g., the analysis of access to gender healthcare, the design of inclusive public spaces, and the spatial dimensions of transphobia).

Queer urban geography studies, in particular, offer rich accounts and reconnaissance of contemporary city spaces affected by profound processes of transformation that can significantly contribute to reconsidering the dynamics of urban social reproduction and the restructuring of policies and governance to promote inclusion and equality. These “epistemology of multiplicity” can also have essential spin-offs in the approach to urban planning (Olcuire, 2023, 192). However, it is difficult to identify consistent examples of their systematic translation into operational models in our Southern European research context (Perrone, 2010). However, several authors, including Leonie Sandercock in *Towards Cosmopolis* (1998), identify in the concept of responsibility or co-responsibility a methodological and operational lens functional to overcoming the paternalistic dimension of planning and affirming its participatory and pluralistic value (Jacobs, 1961; Sandercock, 1998; Fainstein, 2000).

3 - Queer(ing) urban planning: from gender mainstreaming to queer urbanism

As we have previously introduced, the heterosexist assumptions embedded in planning and design theory and practice were not acknowledged and challenged significantly until the 1980s when feminist scholars in the United States and Europe began analysing how planning and design had excluded women's needs (Fainstein & Servon, 2005). In the following two decades, planning and urban design theory developments helped shed light on gender gaps in the built environment. Scholars such as Dolores Hayden, Gerda Werkerle and Gwendoline Wright published numerous articles and studies on gender inequalities constructed in the urban environment, studying issues of mobility, security, land ownership and access to services and employment. Although some cities have made considerable progress in addressing gender bias in the built environment over the past three decades, much work remains to be done to understand how the urban environment works for sexual and gender minorities (Forsyth, 2001; Doan, 2016) and to overcome the assumption that gender inclusion means ‘women's

issues' - without taking into account gender relations or the cumulative impacts of gender, sexuality, ethnicity, race, income, class, ability and age. In addition to their severe under-representation in the planning and design professions, these subjectivities are systematically excluded from community planning and design processes. This absence happens for various reasons, many related to deficiencies in the urban environment. More generally, these groups are cut out due to economic pressures and social norms, both external and internalised, which often cause them to withdraw rather than participate in participatory planning processes (Moser, 1993). As a result of this lack of representation, women, girls and sexual and gender minorities of all ages and abilities struggle to have their voices heard and their priorities asserted in planning and design decisions around the world. The impact of this historical and systemic bias on planning and design decision-makers is far-reaching and ends up affecting almost all aspects of these groups' daily lives, limiting their socio-spatial opportunities compared to normal, cisgender and heterosexual men. In the following, we will consider some of the tools we have at our disposal to bridge this participation and representation gap with the intention of fuelling a virtuous debate on the promotion of socio-spatial justice.

3.1 - Gender inclusive urban planning

Being interested in addressing gender and sexuality issues in the built environment, we already have at our disposal some powerful references such as Gender Mainstreaming Planning which was formally recognized in 1995 at the UN World Conference on Women held in Beijing. Gender Mainstreaming Planning identifies a strategy and process aimed at integrating a gender perspective into all stages of planning, policy-making, and implementation to promote gender equality. It involves systematically considering the different needs, experiences, and impacts on individuals of all genders to create more equitable and inclusive outcomes. This approach seeks to ensure that gender inequalities are addressed and that all people despite their sex, gender identity, and sexual orientation benefit equally from planning initiatives. In fact, as gender mainstreaming tells us, the lack of gender expertise in planning can lead to substantial disadvantages for gender and sexual minorities of all ages and abilities, limiting their spatial and socio-economic opportunities (UN-HABITAT, 2014; EIGE, 2019; World Bank, 2020). The World Bank (2020) identifies six thematic problem areas in the built environment that intersect with gender inequality by limiting the agency of women, girls, and sexual and gender minorities and on which integrated action is needed (see Figure 2):

- Access: being able to use public services and spaces without constraints and barriers;
- Mobility: moving around the city safely, easily, and conveniently.
- Safety and freedom from violence: to be free from real and perceived dangers in both public and private spheres.
- Health and hygiene: maintaining an active lifestyle free from health hazards in the built environment.
- Climate resilience: the ability to prepare for, respond to, and cope with both the immediate and long-term impacts of environmental disasters.

● Security of tenure: access to and ownership of land and housing to live, work, build wealth, and exercise agency.

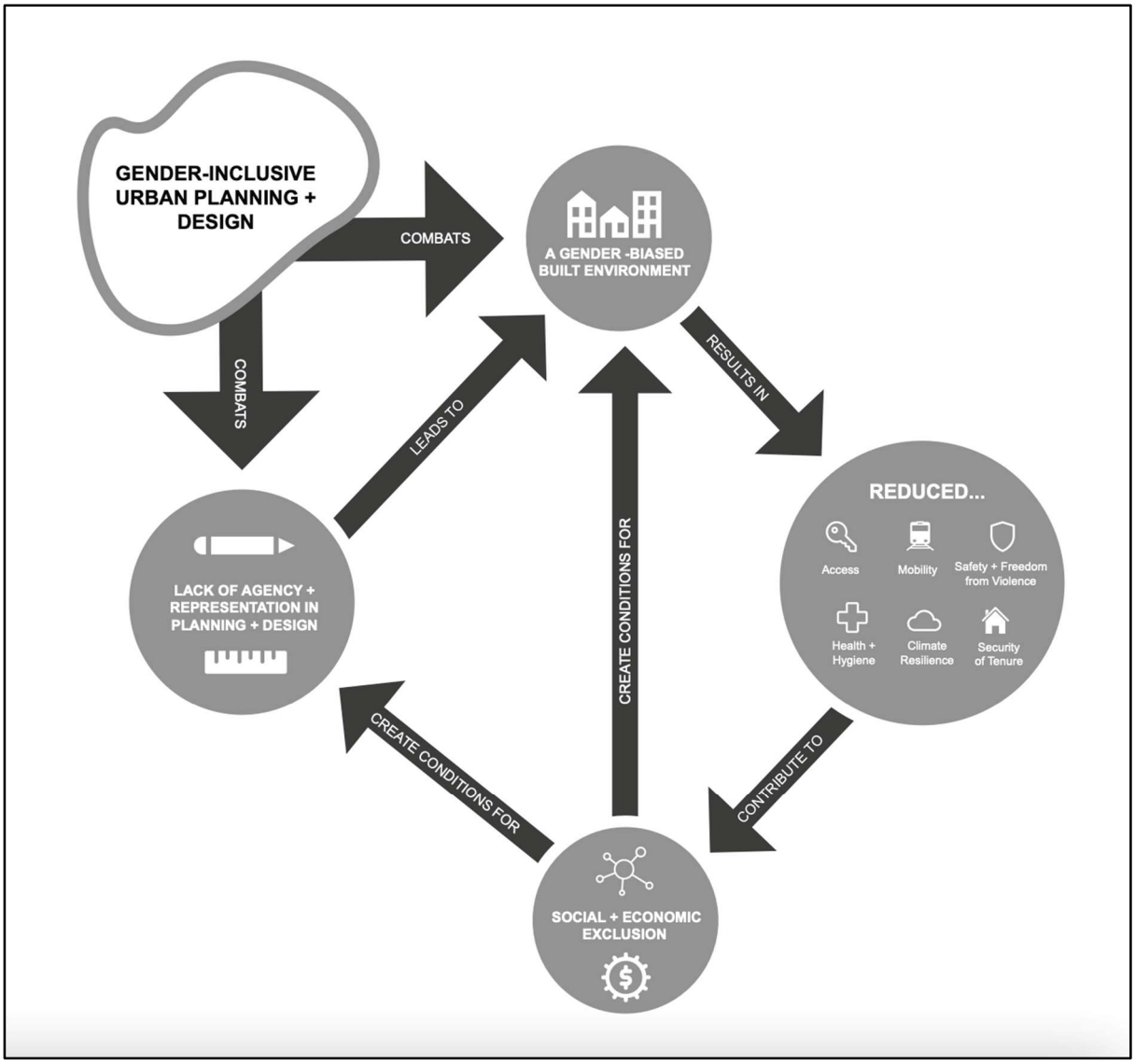


Figure 2 - Conceptual framework of gender and the built environment in World Bank Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design (2020, 33).

Seemingly, we could understand why heteronormative infrastructures and planning procedures exclude and can even endanger queer people, especially those who are trans and BIPOC (black, indigenous, and People of Colour). Indeed, statistics show that over a third of LGBTQ+ people face discrimination in their daily lives in areas such as education (15%), healthcare (14%), housing (12%), and social life (17%) especially in areas where LGBTIQ+ people are not protected from discrimination by the EU law in force (FRA, 2024,18). This is why in recent past decades queer urban scholars are promoting the development of a queer eye on urban planning, namely an approach to urban development that actively incorporates the needs, perspectives, and experiences of LGBTQ+ (lesbian, gay, bisexual, transgender, queer, and other) communities into the planning, design, and management

of urban spaces (Greiner, 2023). This practice aims to create cities that are inclusive, safe, and supportive of diverse gender identities and sexual orientations. It involves rethinking traditional planning paradigms to ensure that urban environments are equitable and reflective of all inhabitants.

3.2 - Toolkit for planners and policymakers to integrate a spatial queer perspective

This final paragraph aims to outline and discuss some key tools and strategies for planners and policymakers that could help to incorporate LGBTQ+ concerns into mainstream planning and urban policies.

- *Data Collection and Analysis*

The collection and analysis of data disaggregated by gender and sexual orientation is crucial for understanding the specific needs and challenges faced by LGBTQ+ individuals. By breaking down the data in this way, we can gain deeper insights into the experiences of different groups within the LGBTQ+ community and tailor our support and resources accordingly. In addition, collective GIS (Geographic Information System) or participatory mapping allows us to map out LGBTQ+ demographics, spaces, and resources in the city. This mapping helps us identify areas where support and resources are lacking and opportunities for improvement. By visually representing this information, we can better understand the geographical distribution of LGBTQ+ individuals and the availability of support services.

- *Community Engagement and Participation*

When promoting inclusion and participation, it is essential to actively involve LGBTQ+ individuals and organisations in decision-making processes. Public consultations and workshops offer valuable opportunities for gathering input and encouraging dialogue. By actively engaging LGBTQ+ communities, we can ensure their voices are heard and their perspectives considered. Furthermore, surveys and focus groups aimed at LGBTQ+ communities can provide detailed insights into their specific needs and experiences. This approach allows for a deeper understanding of the challenges and concerns faced by LGBTQ+ individuals, enabling us to design our initiatives to support them more effectively.

- Inclusive Policy Frameworks

The development and enforcement of non-discrimination policies, which prohibit discrimination based on sexual orientation and gender identity across various sectors of society, are vital for promoting inclusivity and fairness. These policies play a crucial role in ensuring that LGBTQ+ individuals have equal access to housing, public spaces, education, and services without facing discrimination. Furthermore, conducting equity impact assessments to evaluate the potential effects of proposed policies and plans on LGBTQ+ communities is essential. By carefully

DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma14

assessing how these initiatives may affect different groups within the LGBTQ+ community, we can work towards fostering inclusivity and addressing any potential disparities. This approach ensures that policies are designed and implemented in a way that upholds the principles of equity and inclusivity for all individuals, regardless of sexual orientation or gender identity.

● *Training and Capacity Building*

Queer urban researchers emphasise the importance of training and capacity building in relation to LGBTQ+ issues. This includes providing cultural competence training for planners, policymakers, and service providers to help them better understand and effectively address the needs of LGBTQ+ individuals. Furthermore, developing and sharing best practices and guidelines for inclusive planning that incorporate queer perspectives is essential for fostering a more inclusive and supportive environment. These efforts are vital in promoting understanding, acceptance, and equality for the LGBTQ+ community.

● *Partnerships and Collaborations*

In today's world, partnerships and collaborations are vital in tackling significant social issues. When addressing LGBTQ+ concerns, working with LGBTQ+ organisations and fostering interdepartmental cooperation are essential components of promoting inclusivity and equality. Collaborating with LGBTQ+ advocacy and community groups can offer valuable insights and backing for community-led initiatives. By engaging closely with these organisations, businesses and government agencies can ensure that policies and plans genuinely include and serve the diverse needs of the LGBTQ+ community. This collaborative approach not only facilitates the sharing of knowledge and resources but also helps build trust and understanding among different entities. Moreover, interdepartmental cooperation is crucial for addressing LGBTQ+ issues comprehensively. By enabling communication and joint efforts between various government departments and agencies, a more unified and effective approach to LGBTQ+ rights and advocacy can be achieved. This ensures that initiatives are not isolated within a single department but are integrated and supported across different areas of governance.

● *Inclusive Design Principles*

Inclusive design principles are vital in creating welcoming and safe environments for everyone, including LGBTQ+ individuals. A key element of inclusive design involves creating safe and accessible spaces. This means designing public areas and facilities in a way that guarantees safety and accessibility for LGBTQ+ people, considering factors like protection from harassment and violence. One practical approach is incorporating gender-neutral facilities in public buildings and spaces. Providing gender-neutral restrooms and changing rooms can help foster an environment where people of all gender identities feel secure and comfortable. This straightforward yet impactful step significantly promotes inclusivity and respect for diversity within

our communities. By adopting these inclusive design principles, we can cultivate a sense of belonging and safety for LGBTQ+ individuals, ensuring our public spaces are genuinely welcoming for everyone.

● *Monitoring and Evaluating*

Monitoring and assessing policies and programmes to ensure they meet the needs of LGBTQ+ individuals is a vital part of fostering inclusivity and equality. By establishing mechanisms for regular oversight, organisations can track the success of their initiatives and make well-informed decisions based on data. This method enables prompt adjustments and enhancements to better suit the changing needs of the LGBTQ+ community. Additionally, creating feedback channels directly linked to LGBTQ+ communities is crucial for ensuring their voices are heard and appreciated. By setting up ongoing feedback avenues, organisations can gain valuable insights and perspectives, which can then be used to continuously refine policies and services. This approach not only encourages inclusivity but also affirms a genuine dedication to addressing the specific needs and concerns of LGBTQ+ individuals.

4 - Conclusion

This contribution not only outlines the theoretical framework in which a gender approach to spatial analysis and planning developed in the 1980s but also proposes some powerful tools that could significantly influence the future of policy and planning, fostering truly inclusive urban areas and more equitable policies. Specifically, geography has cultivated a rich subfield within the geographies of sex and gender, examining spaces and the diverse non-heteronormative populations that inhabit them. A substantial body of literature demonstrates how non-normative LGBTQ+ subjectivities face limited access and visibility in public space and services, often due to discrimination stemming from society's heterosexist norms, interaction patterns, and spatial design. Traditional planning practices have largely overlooked the urgent needs of the Lesbian, Gay, Bisexual, and Transgender community for safe urban spaces in which to live, work, and express themselves. Addressing this requires socio-economic and spatial opportunities for these marginalised groups, demanding immediate attention and action from spatial disciplines. In recent decades, urban researchers have increasingly promoted the development of a queer approach to planning and the development of queer spaces. It is vital that we actively work to close the gap and eliminate resistance within the planning profession to integrating gay and lesbian concerns into mainstream planning. In conclusion, to provide practical tools and valuable strategies for advancing inclusivity and equality, we present guidelines highlighting key features of a queer approach to planning, which can help foster debate as well as future research and interventions.

Bibliography

BAIN, A. L., PODMORE, J. A. (2021). Placing LGBTQ+ urban activisms. *Urban Studies,* vol. 58, n. 7, pp. 1305–1326.

BORGHI, R., RONDINONE, A. (Eds.). (2009). Geografie di Genere, Unicopli, Milano.

CRENSHAW, K. (1993). Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. *Stanford Law Review*, 43(6), pp. 1241–1299.

DOAN, P. L. (2016). Queerying Planning: Challenging Heteronormative Assumptions and Reframing Planning Practice. Routledge, Abingdon.

EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY, (EIGE). (2019). Gender mainstreaming: Gender Planning, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

EUROPEAN UNION AGENCY FOR FUNDAMENTAL RIGHTS, (2024). LGBTIQ equality at a crossroads: Progress and challenges, Vienna.

FAINSTAEIN, S., FAINSTEIN, N. (1996). City planning and political values: Anupdated view. *Readings in planning theory*, edited by S. Campbell and S. Fainstein, 265-87. Malden, MA: Blackwell.

FAINSTEIN, S., (2000). New directions in planning theory. *Urban Affair Review*, 35 (4), pp. 451-478.

FAINSTEIN, S., SERVON, L. J. (2005). Gender and Planning: A Reader. Rutgers University Press, New Brunswick.

FEDERICI, S. (2012). Revolution at Point Zero: Housework, Reproduction, and Feminist Struggle. PM Press, Oakland, California.

FLYVBJERG, B., (1998). Rationality and power: Democracy in practice. Chicago: University of Chicago Press.

FORSYTH, A. (2001). Nonconformist Populations and Planning Sexuality and Space: Nonconformist Populations and Planning Practice. *Journal of Planning Literature,* 15(3), pp. 339–58.

FRISCH, M. (2002). Planning as a Heterosexist Project. *Journal of Planning Education and Research*, 21(3), 254-266.

GREINER, A. (2023). Why We Need Queer Urbanism. *American Planning Association.* [Online] Available at https://www.planning.org/planning/2023/spring/why-we-need-queer-urbanism/, [last visited on the 20th july 2024].

GROSZ, E. (1993). Bodies and knowledges: Feminism and the crisis of reason. *Feminist Epistemologies*. Alcoff L. & PoDer E. (eds.), Routledge, New York.

HARDING, S. (2004). Introduction: Standpoint Theory as a Site of Political, Philosophic and Scientific Debate, *The Feminist Standpoint Theory Reader: Intellectual and Political Controversies*, edited by Sandra Harding, 1–16, Routledge, New York.

HARVEY, D. (1985). On Planning the Ideology of Planning. In David Harvey, *The Urbanization or Capital*. Oxford: Basil Blackwell, pp. 165-84.

HAYDEN, D. (1980). What Would a Non-Sexist City Be Like? Speculations on Housing, Urban Design, and Human Work. *Signs,* vol. 5, n. 3, pp. 170–87.

JACOBS, J. (2009). Vita e morte delle grandi città. Saggio sulle metropoli americane. Einaudi, Torino, (ed. org. 1961).

KWAN, M. P. (1999). Gender, the home-work link, and space-time patterns of non-employmet activities. *Economic Geography*, vol. 75, n.4, pp.370-394.

MONK, J., HANSON, S. (1982). On not excluding half of the human in human geography. *The Professional Geographer,* vol. 341, pp. 11-23.

MOSER, C. (1993). Gender planning and development: theory, practice and training. Routledge, New York.

OLCUIRE, S. (2023). Indecorose. Sex work e resistenza al governo dello spazio pubblico nella città di Roma. Ombre Corte, Verona.

PEAKE, L. (2017). Feminist methodologies. *The International Encyclopedia of Geography,* John Wiley & Sons, Hoboken.

PERRONE, C. (2010). *Divercity: Conoscenza, pianificazione, città delle differenze,* Franco Angeli, Milano.

RITZDORF, M. (1986). Women and the city: Land use and zoning. *Urban Resources,* 3 (2): 23-27.

ROSE, G. (2003). On the Need to Ask How, Exactly, Is Geography “Visual”?, Antipode, 3, 212–221.

SANDERCOCK, L., FORSYTH, A. (1992). Gender: A new agenda for planning theory. Journal of the American Planning Association, 58(1): 49-59.

SANDERCOCK, L. (1998). Towards Cosmopolis: planning for multicultural cities. John Wiley, Hoboken.

SMITH, L. T. (2012). Decolonizing Methodologies: Research and Indigenous People. 2nd eds, Zed Books, London.

SPIVAK, G. (1988). Can the Subaltern Speak?. In Nelson, C. e Grossberg, L. (Eds.), *Marxism and the Interpretation of Culture*. MacMillan, Houndmills & London, pp. 271-313.

UNITED NATIONS HUMAN SETTLEMENTS PROGRAMME, (2014). Gender Mainstream in Spatial Planning: a step-by-step approach for municipalities.

WORLD BANK, (2020). Handbook for Gender-Inclusive Urban Planning and Design, Washington, DC.

YIFTACHEL, O. (1998). Planning and social control: Exploring the dark side. In *Journal of Planning Literature,* 12 (4): 395-420.

TABORDA, C. (2024). ***Between the global and the local: the International Feminist Strike.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade Letras Universidade do Porto. pp. 212-225
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma15

BETWEEN THE GLOBAL AND THE LOCAL: THE INTERNATIONAL FEMINIST STRIKE

ENTRE O GLOBAL E O LOCAL: A GREVE FEMINISTA INTERNACIONAL

Célia TABORDA
Universidade Lusófona-Porto
celia.taborda@ulusofona.pt

Resumo

O movimento feminista é cada vez mais transnacional, ultrapassa fronteiras geográficas e interliga o global e o local. A Greve Feminista Internacional, iniciada em 8 de março de 2017, no Dia Internacional da Mulher, emergiu como uma força na defesa da igualdade de género e na luta contra várias formas de opressão, incluindo a injustiça económica. O ativismo digital contribuiu para estas novas interações, numa simbiose entre ativismo digital e de rua, numa espécie de continuum relacional. Estas novas dinâmicas ativistas, promovem a discussão de temáticas na esfera pública que questionam a história e a cultura que foram construídas por sociedades patriarcais e hegemónicas, como o conceito de trabalho. Para este movimento, a greve ao trabalho não se deve limitar à produção mas também aos cuidados e à reprodução, sendo a greve não só laboral mas social (Arruzza et al., 2019). O objetivo desta pesquisa é perceber a dimensão e formas de ação globais desta greve feminista e a sua expressão local, em Portugal, um país em que os feminismos quase se dissiparam por causa da ditadura. Recorrendo a uma metodologia qualitativa, pretende-se estudar os repertórios de ação globais e locais desta Greve, para entender se o movimento feminista português, apesar dos constrangimentos históricos, se insere nos feminismos de quarta vaga, reclamado por muitas autoras para os feminismos contemporâneos (Chamberlain, 2017).

Palavras-chave: Greve Feminista Internacional, Global e Local, ação colectiva

Abstract

The feminist movement is increasingly transnational, transcending geographical borders and linking the global and the local. The International Feminist Strike, which began on 8 March 2017 on International Women's Day, has emerged as a force in the defence of gender equality and the fight against various forms of oppression, including economic injustice. Digital activism has contributed to these new interactions, in a symbiosis between digital and street activism, in a kind of relational continuum. These new activist dynamics promote the discussion of issues in the public sphere that question the history and culture built by patriarchal and hegemonic societies, such as the concept of labour. For this movement, the labour strike should not be limited to production but also to care and reproduction, with the strike being not only labour but also social (Arruzza et al., 2019). The aim of this research is to understand the global dimension and forms of action of this feminist strike and its local expression in Portugal, a country where feminisms almost dissipated because of the dictatorship. Using a qualitative methodology, the aim is to study the global and local repertoires of action of this strike in order to understand whether the Portuguese feminist movement, despite its historical constraints, is part of the fourth wave feminisms claimed by many authors for contemporary feminisms (Chamberlain, 2017).

Keywords: International Feminist Strike, global an local, collective action

1 - Introdução

Nos últimos anos, os movimentos feministas têm-se destacado a nível global, mobilizando-se em torno de lutas como a igualdade de género, o combate à violência contra as mulheres e a defesa de direitos sociais e laborais. A Greve Feminista Internacional, que surgiu em 2017, tornou-se uma das

principais expressões dessa mobilização, reunindo mulheres de diversas partes do mundo em manifestações simultâneas realizadas no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Estas greves ultrapassam fronteiras nacionais e reivindicam uma agenda política que combina reivindicações locais e globais (Federici, 2019), destacando a dimensão interseccional e transnacional dessas lutas (Grewal & Kaplan, 1994; Baksh & Harcourt, 2015). Contudo, enquanto as exigências globais conectam os movimentos feministas em diferentes países, as especificidades locais moldam as formas de mobilização e as prioridades de cada contexto.

Este artigo propõe-se a analisar a articulação entre o global e o local nas manifestações da Greve Feminista Internacional, comparando as mobilizações em dois países da Europa (Suécia e Polónia) com o caso específico de Portugal. Utilizando uma metodologia qualitativa e um método comparativo com base nos repertórios de ação coletiva de Charles Tilly (2004), o estudo visa identificar as semelhanças e diferenças nas manifestações e reivindicações feministas nestes países europeus. O objetivo central desta investigação é compreender como as ações e performances da Greve Feminista Internacional são adaptadas às realidades locais, destacando a relação entre as dimensões global e local do movimento. Pretende-se explorar quais repertórios ganharam maior visibilidade e como essas ações globais são ressignificadas em contextos específicos. Assim, visamos entender: de que forma a Greve Feminista Internacional articula reivindicações globais e locais, e como essa articulação se manifesta nas mobilizações em Portugal em comparação com outras manifestações na Europa?

2 - A greve como repertório de ação do movimento feminista

A greve é uma forma histórica e estratégica de mobilização coletiva que tem desempenhado um papel crucial na luta por direitos laborais e sociais. Em termos históricos surgiu associada ao movimento operário, ao processo de industrialização e ao capitalismo (Magalhães et al., 2022). A greve constitui não apenas um meio de pressão sobre empregadores, mas também um espaço de construção de solidariedade entre trabalhadores (Hyman, 1975), sendo frequentemente considerada uma expressão de resistência às desigualdades estruturais, demonstrando a existência de uma conflitualidade laboral (Armstrong & Águilla, 2006). Logo, a greve, na sua aceção contemporânea é entendida como a cessação temporária do trabalho, sendo utilizada pelos sindicatos como a sua arma primordial (Dias & Fernandes, 2016), uma vez que esta ação coletiva implica a conivência sindical e é utilizada no sentido de pressionar uma solução benéfica para os trabalhadores. A greve como processo histórico foi participada sobretudo por homens, operários, não obstante algumas operárias também as integrarem (Silva, 2022), mas neste contexto laboral. O movimento feminista, com o seu vasto repertório de ações coletivas (Taborda, 2024) não escolheu a greve como a sua forma primordial de luta, precisamente pelo caráter institucional da greve, ligado ao sindicalismo como ator político. Contudo, a partir de 2017, o repertório do movimento passou a incluir a greve.

O movimento feminista começou a afirmar-se a partir do século XIX e seguiu um trajeto de reivindicações e lutas que se manifestou em diferentes períodos, sendo consideradas três vagas do feminismo. Mais recentemente, algumas investigações sugerem a existência de uma quarta vaga do

feminismo (Chamberlain, 2017; Cochrane, 2013; Munro, 2013; Rivers, 2017). A quarta vaga do feminismo é vista como uma renovação do movimento na era digital, caracterizada pelo uso intensivo das redes sociais e das tecnologias de informação para organizar e difundir as lutas feministas (Mendes et al., 2018). Esta fase, que se diferencia das ondas anteriores – que se focaram, respetivamente, no sufrágio e na conquista de direitos civis (primeira onda), na crítica à opressão sexual e na construção de uma identidade feminina (segunda e terceira ondas) – enfatiza a interseccionalidade (Crenshaw, 1989) e a necessidade de reconhecer as múltiplas formas de opressão que se entrelaçam com questões de raça, classe, sexualidade e identidade de género (Collins, 2000). Na quarta vaga, as ativistas utilizam plataformas digitais para denunciar a misoginia, o racismo e as desigualdades exacerbadas pelo neoliberalismo, criando redes de solidariedade que transcendem fronteiras geográficas (Boyle, 2005). Esta abordagem permite a organização de um feminismo mais inclusivo (Arruzza et al., 2019), que se expressa tanto em manifestações de rua como em campanhas online, transformando o ciberespaço num espaço de resistência e de construção de narrativas políticas (Chamberlain, 2017; Varela, 2019).

Assim, a quarta vaga representa uma resposta contemporânea às novas dinâmicas sociais, ao mesmo tempo que desafia as estruturas tradicionais de poder (Cerqueira et al., 2025) e propõe uma transformação social baseada em princípios horizontais de participação e na valorização da diversidade de vozes feministas. A quarta vaga resgatou a greve como estratégia de luta, conferindo-lhe um novo significado político (Arruzza et al., 2019). Desde 2017, tem sido adotada a nível internacional no Dia Internacional da Mulher, a 8 de março, não apenas como uma paralisação laboral, mas também como uma greve ao trabalho doméstico e de cuidados. O objetivo é evidenciar que, se as mulheres param, o mundo também para. Esta onda de greves consolidou-se como um movimento feminista global, com potencial para provocar mudanças no quadro político. Esta nova abordagem transcende o espaço tradicional do trabalho formal para se tornar um instrumento de combate em diversas esferas sociais, como é o caso do trabalho doméstico e da reprodução, o que democratiza a greve, alarga o seu âmbito de ação e reforça o seu caráter solidário (Cerqueira et al., 2025).

3 - A Greve Feminista Internacional

A Greve Feminista surgiu como uma inovação no repertório da ação coletiva do movimento feminista. Aliás, aparece também como inovadora na forma como se apresenta, marcando uma rutura significativa com a tradição de greves exclusivamente laborais. Esta greve, conhecida igualmente por "*national women's strike*" ou *"feminist general strike"*, tem as suas origens no início do século XXI, como parte de uma estruturação global do movimento feminista, especialmente a partir de 2016.

A ideia de uma greve transnacional surgiu primeiro na América Latina, em 2016, e inspirou a greve internacional de 2017, organizada por um grupo de conhecidas ativistas e académicas como Angela Davis e Nancy Fraser, célebres nas lutas pelos direitos das mulheres. Este movimento emergiu como resposta à violência de género, às desigualdades laborais e sociais e à persistente opressão das mulheres em diferentes partes do mundo. A iniciativa começou a ganhar forma em países da América

Latina, como a Argentina (Daby & Moseley, 2022), e rapidamente se espalhou para outros continentes, consolidando-se como um marco na luta feminista global.

Em 2016, na Argentina, surgiu o movimento Ni Una Menos, como resposta à escalada de femicídios e violência de género. A morte brutal de Lucía Pérez, uma jovem de 16 anos, desencadeou manifestações massivas em outubro de 2016, levando à convocação de uma greve de mulheres no país (Gago, 2020). Este evento destacou a conexão entre a exploração laboral e a violência de género, integrando questões económicas e sociais na luta feminista (Cavallero & Gago, 2021; Draper & Mason-Deese, 2018).

Em 2017, a Greve Feminista Internacional foi formalizada com a convocação de uma greve a 8 de março. Organizações feministas de mais de 50 países uniram-se sob o lema "Se as nossas vidas não importam, que produzam sem nós" (Gago, 2020). Este slogan reforçou a ideia de que o trabalho das mulheres, tanto o trabalho formal remunerado como o trabalho doméstico e de cuidado, frequentemente invisibilizado, é essencial para o funcionamento das sociedades, e que a ausência das mulheres no trabalho seria uma forma poderosa de protesto (Arruzza et al., 2019).

Nos anos seguintes, a Greve Feminista Internacional consolidou-se como um movimento anual, com mobilizações de diferentes dimensões em países da Europa e América. Na verdade, o recurso à greve como forma de reivindicação pelas mulheres, no sentido da expressão de um conflito, não é uma novidade na Europa do século XXI. Já em 1975 tinha ocorrido na Islândia uma greve de mulheres (Brewer, 2015) com a finalidade de chamar a atenção para as desigualdades de género. Mas a grande mobilização associada à Greve Feminista Internacional na Europa ocorreu em 2016 na Polónia, onde milhares de mulheres saíram às ruas em protesto contra a tentativa do governo de restringir ainda mais o acesso ao aborto (Korolczuk, 2016). Este movimento, conhecido como "*Black Monday*", foi um dos primeiros exemplos de como uma greve feminista poderia mobilizar um grande número de pessoas para desafiar políticas repressivas e reivindicar direitos reprodutivos. Uma nova vaga de feminismo nasceu após 2016, centrada na ação direta, nos protestos de rua e numa crítica às desigualdades sistémicas, defendendo uma transformação fundamental da sociedade para erradicar a desigualdade de género, em oposição a uma narrativa antigénero conservadora e religiosa (Bielska-Brodziak et al., 2020; Graff,2020; Graff & Korolczuk, 2022; Hall, 2019).

A Greve Feminista teve expressão mesmo em países do Norte da Europa, como a Suécia, em que está presente um Feminismo de Estado (Borchorst & Siim, 2008; Sainsbury, 2005). O feminismo na Suécia está profundamente enraizado na cultura política e social do país (Bergqvist et al, 2007), tornando o feminismo parte integrante do discurso público e das estruturas institucionais (Ellingsæter, 2013). A participação da Suécia na Greve Feminista Internacional reflete as particularidades do seu modelo de feminismo institucionalizado, logo, menos contestatário, onde as mobilizações e reivindicações se inseriram mais dentro das próprias estruturas institucionais.

Mais do que uma paralisação no local de trabalho, a Greve Feminista é concebida como uma greve social, abrangendo áreas não reconhecidas formalmente como laborais, como o trabalho doméstico e os cuidados. Este conceito é amplamente explorado por Federici (2019), que argumenta

que o trabalho reprodutivo e o trabalho doméstico sustentam a economia capitalista, embora permaneçam invisíveis e desvalorizados.

A ideia de uma greve que ultrapasse os limites do trabalho remunerado foi reforçada nos movimentos feministas globais, como o Ni Una Menos, na Argentina, e a Women's Strike (Gago, 2018), em vários países da Europa. Esses movimentos ressaltam que as mulheres enfrentam múltiplas formas de opressão simultaneamente, como o sexismo, o racismo e a exploração económica (Collins, 2019; Arruzza et al., 2019).

Uma característica central da Greve Feminista é o seu caráter multidimensional. Segundo Gago (2020), a greve feminista incorpora uma "lógica de interrupção" que transcende o local de trabalho, alcançando espaços domésticos, comunitários e mesmo os afetos. Esta expansão é essencial para compreender como as estruturas patriarcais e capitalistas se interconectam e operam em âmbitos distintos, mas complementares. Além disso, é também um espaço de construção política e de reivindicações que vão para além das questões salariais. Trata-se de uma tentativa de reimaginar a economia e a sociedade, propondo uma "organização do cuidado" que desafia os fundamentos neoliberais (Fraser, 2013).

A mobilização também destaca como as mulheres são atingidas pela violência de género em diferentes âmbitos. Como apontado por Segato (2016), o patriarcado contemporâneo funciona como um "sistema de ordenamento" que organiza a violência como um instrumento de controlo. Neste sentido, a greve feminista procura também interromper estas dinâmicas de violência estrutural, ao tornar visível e politizar estas experiências.

4 - Transnacional e Local na Greve Feminista Internacional

O caráter transnacional (Baksh & Harcourt, 2015) da Greve Feminista Internacional reflete-se na diversidade de temas abordados, que vão desde a violência doméstica e os femicídios até a disparidade salarial e o reconhecimento do trabalho de cuidado. A sua força está na junção de lutas locais dentro de uma narrativa global, demonstrando como os problemas enfrentados pelas mulheres estão interligados e como soluções coletivas podem ser mais eficazes. A Greve Feminista Internacional também utiliza as redes sociais como ferramenta central de mobilização e disseminação de ideias, permitindo a partilha de experiências e estratégias entre diferentes países e contextos. Esta dimensão digital reforça a sua capacidade de alcançar uma audiência global e de se adaptar rapidamente a novos desafios.

A Greve Feminista Internacional caracteriza-se como um movimento transnacional (Liinason, 2021), ao conectar lutas feministas de diferentes países e contextos culturais em torno de reivindicações compartilhadas e solidariedades partilhadas, mas adaptadas às especificidades locais. Várias autoras destacam como a Greve Feminista se tornou uma plataforma global de resistência contra o patriarcado, o capitalismo e outras formas interseccionais de opressão. Verónica Gago (2020), sublinha que a transnacionalidade da greve feminista não é apenas uma ampliação geográfica, mas também uma troca política e cultural entre movimentos feministas em diferentes partes do mundo.

Segundo Gago, "o 8M é uma coordenação global que não busca homogeneizar as lutas, mas potencializar as suas singularidades, reconhecendo a diversidade de opressões e de resistências" (p. 48). Este caráter heterogêneo permite que o movimento articule reivindicações locais, como o direito ao aborto na América Latina, com questões globais, como a precarização do trabalho feminino e a violência de gênero (Gago, 2020). Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), reforçam esta perspetiva ao destacar que o movimento 8M desafia a hegemonia do feminismo liberal ocidental, propondo um feminismo anticapitalista e interseccional que é relevante para mulheres de diferentes origens sociais e culturais (Arruzza et al, 2019). Para as autoras, o 8M não se limita a denunciar desigualdades de gênero, mas aborda questões como o racismo, o colonialismo e as crises ambientais, conectando-as às lutas feministas de forma inovadora e abrangente (Arruzza et al, 2019). Este aspeto transnacional é evidenciado pela participação de movimentos feministas da América Latina, Europa, Ásia e África, cada qual trazendo as suas especificidades para o diálogo global. Por exemplo, o movimento *Ni Una Menos* na Argentina desempenhou um papel fundamental na organização inicial do 8M, colocando a violência de gênero no centro das lutas globais. Segundo Federici (2019), "a greve feminista tornou-se um espaço para conectar diferentes formas de violência patriarcal que são experimentadas globalmente, mas que têm manifestações específicas em cada contexto local" (p. 87). A força da Greve também reside na sua capacidade de combinar estratégias locais e globais. Como observa Gago (2020), a greve feminista opera como um "mapa vivo", no qual diferentes movimentos feministas compartilham práticas, aprendizagens e desafios, criando um fluxo constante de inovação política (p. 114). Este caráter transnacional, porém, não apaga as diferenças; pelo contrário, celebra-as como fonte de enriquecimento mútuo e como elemento de fortalecimento da luta coletiva.

Por fim, a transnacionalidade da Greve Feminista é um testemunho do poder da solidariedade feminista global em tempos de crises sociais e econômicas. Ao conectar múltiplas vozes, práticas e contextos, o 8M transcende as fronteiras e afirma a centralidade das mulheres na transformação das estruturas sociais e econômicas globais.

5 - A Greve Feminista em Portugal

Ao longo do tempo, em Portugal, as mulheres operárias desencadearam algumas greves, embora em número reduzido, mas participaram em muitas das greves operárias promovidas pelos sindicatos. Isto porque, como referem Alves e Gama, o sindicalismo nasceu "androcentrado", reagindo negativamente à inserção das mulheres no mercado de trabalho, o que levou as mulheres a organizarem uma "militância feminina" (Alves & Gama, 2013). Por sua vez, os mais de quarenta anos de ditadura também limitaram a ação das mulheres no espaço público e, consequentemente, as greves participadas ou lideradas por mulheres (Pimentel, 2015).

Assim, num país pouco habituado a greves de mulheres, a Greve Feminista Internacional foi uma novidade e teve pouca adesão nos dois primeiros anos. O impacto dessa greve internacional de 2017, em Portugal, foi ténue, limitando-se a uma paralisação simbólica de algumas horas ao trabalho e às tarefas domésticas (Flor, 2017). O objetivo foi mostrar solidariedade com o protesto internacional, mas

DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma15

funcionou também como um incentivo para a Rede 8 de Março, para que no futuro promovesse novas greves.

Em 2018, ao contrário do que aconteceu no país vizinho, não houve greve feminista em Portugal, por falta de apoios, tendo ocorrido somente em 2019, com grande dimensão. Nesse ano, a Rede 8 de Março, que congrega mais de 30 coletivos (entre organizações da sociedade civil, pessoas individuais, partidos e sindicatos), organizou uma grande campanha de mobilização social no sentido de levar as mulheres a participarem nesta greve (Frianças, 2019). A greve feminista de 2019 ocorreu em várias cidades do país, foi apoiada pelos partidos Bloco de Esquerda e Movimento Alternativa Socialista (MAS), e teve a adesão de cinco sindicatos nacionais (SNESUP - Sindicato Nacional do Ensino Superior, STCC - Sindicato dos Trabalhadores de Call Center, SIEAP - Sindicato das Indústrias, Energia, Serviços e Águas de Portugal, STSSSS - Sindicato dos Trabalhadores da Saúde, Solidariedade e Segurança Social, e STOP - Sindicato de Todos os Professores), que emitiram pré-aviso de greve, cumprindo todos os requisitos legais, para que as pessoas que trabalhavam em atividades ligadas a esses sindicatos pudessem aderir (Frianças, 2019). No entanto, não contou com a participação das grandes centrais sindicais, como a CGTP e a UGT. Assim, essa ação coletiva funcionou como greve, no sentido tradicional (uma paralisação total ao trabalho), apenas para as trabalhadoras cujos sindicatos aderiram à mesma. Para as outras, foi uma greve social, com uma paralisação parcial. Contudo, teve grande mediatização, com a presença de figuras políticas, ligadas à oposição e até ao governo da época. A presença dessas personalidades contribuiu para a visibilidade desta greve, que levou às ruas cerca de 30 mil pessoas (Frianças, 2019).

Nos três anos subsequentes, o mundo enfrentou uma pandemia e o movimento teve que encontrar formas de mobilização e organização menos presenciais do que as tradicionais (Lamartine & Cerqueira, 2023a). A Greve Feminista Internacional priorizou a sua atuação digital, mas também marcou presença física, transmitindo ao vivo os protestos de rua por meio do canal "Greve Feminista PT" no YouTube (Lamartine & Cerqueira, 2023a). Na madrugada de 8 de março, foi lançada uma campanha digital, incluindo um site e mobilizações nas redes sociais, incentivando a participação no protesto online da greve feminista de 2021. As pessoas foram convidadas a compartilhar fotos e outros conteúdos utilizando as hashtags #grevefeminista2021, #8marco2021 e #senosparamosomundopara (A. C. Pereira, 2021). Desta forma, a Greve manteve-se viva, por meio da interação entre ativismo digital e manifestações presenciais.

Em 2023, retomou-se a presença nas ruas, ocorrendo em 12 cidades (Lusa, 2023). O ativismo digital contribuiu para essas novas interações, numa simbiose entre ativismo digital e de rua, numa espécie de *continuum* relacional, sendo fundamental para a continuidade e o crescimento do movimento 8M, tanto em Portugal quanto no cenário global (Lamartine & Cerqueira, 2023a, 2023b).

6 - Metodologia

O objetivo deste artigo é entender a dimensão e as estratégias de ação da Greve Feminista Internacional na Europa e em Portugal. Assim, com base numa metodologia qualitativa, será adotado

um método comparativo entre os repertórios de ação de dois países da Europa (Suécia e Polónia) e Portugal. A seleção desses países europeus teve em consideração a diversidade geográfica, sendo um do Norte e o outro do Centro da Europa, além dos diferentes desafios que os feminismos têm enfrentado nesses países.

Baseada na abordagem de Charles Tilly (2004) sobre repertórios de ação coletiva e na recolha de informações jornalísticas online (2017-2023), a análise focará nas semelhanças e diferenças nas estratégias de mobilização entre os países, considerando os seguintes critérios: Mobilização Digital; Formas de ação; Apoio Institucional; Performances; Resistência governamental; Alianças com Outros Movimentos Sociais.

Quadro Comparativo de Repertórios de Mobilização Feminista

Repertório/País	Suécia	Polónia	Portugal
Mobilização Digital	Debates públicos, petições, campanhas sobre assédio e direitos reprodutivos	Uso intenso de redes sociais para coordenação e disseminação de informação	Redes sociais para convocar manifestações e campanhas
Formas de Ação	Manifestações pacíficas, campanhas por ONGs, ações culturais	Greves nacionais, marchas silenciosas, protestos de rua	Greves, manifestações, assembleias, ações online
Apoios Institucionais	Organizações Feministas, ONGs, sindicatos, partidos, governo	Apoio amplo da sociedade civil nacional e apoio internacional	Coletivos feministas, sindicatos, partidos de esquerda
Performances	Ações simbólicas em espaços culturais e académicos	“Segunda-feira Negra”, cabides, vestuário preto	Marchas, hashtags, campanhas digitais
Resistência Governamental	Baixa; políticas públicas favoráveis	Alta; repressão governamental e criminalização do aborto	Moderada; diálogo com resistência conservadora
Alianças com Outros Movimentos	Direitos humanos, LGBTQ+, antirracismo	Pró-democracia e LGBTQ+	Sindicatos e organizações de direitos humanos
Impacto	Políticas de igualdade implementadas	Recuo na proibição total do aborto	Maior visibilidade das questões de género

(Quadro de elaboração própria, com base em informação jornalística online)

7 - Análise e Discussão

A Greve Feminista Internacional articula reivindicações globais e locais através da mobilização coletiva e do uso de repertórios de ação diversificados (Tilly, 2004). Esta ligação ocorre a partir da interseção entre reivindicações universais do feminismo — como o combate à violência de género, a

igualdade salarial e a valorização do trabalho reprodutivo e de cuidado — e as especificidades políticas, culturais e socioeconómicas de cada país.

Os repertórios de ação da Greve Feminista Internacional demonstram, tanto em contexto europeu como em Portugal, uma articulação híbrida entre mobilização digital, protesto de rua e intervenções culturais, refletindo simultaneamente a universalidade das reivindicações feministas e as especificidades históricas e políticas de cada território, o global e o local (Gago, 2020; Federici, 2019).Os repertórios utilizados, como manifestações, marchas, bloqueios simbólicos e performances artísticas, associam-se frequentemente com a crítica aos sistemas neoliberais e à violência de género (Arruza et al., 2019), respondendo às singularidades locais. Essa pluralidade de ações demonstrou a capacidade de convergir experiências distintas – de países com trajetórias democráticas consolidadas a outros ainda em processo de transição – numa mobilização transnacional que ressalta a solidariedade entre mulheres e a necessidade de repensar as estruturas patriarcais.

Na Polónia, a greve feminista emergiu como uma resposta direta a ameaças legislativas aos direitos reprodutivos, refletindo um contexto de resistência contra políticas conservadoras. A mobilização feminista é mais combativa devido ao contexto político conservador, especialmente no que diz respeito aos direitos reprodutivos. A Greve Feminista Internacional na Polónia tem sido fortemente marcada pela luta contra a criminalização do aborto, resultando em mobilizações massivas, como a Greve das Mulheres de 2016, servindo-se das redes sociais, bem como de greves laborais e protestos de rua como principais repertórios de ação (Korolczuk, 2021). Estes protestos recorreram a símbolos marcantes, como as roupas pretas e os cabides, simbolizando o luto pela potencial perda dos direitos reprodutivos e os perigos dos abortos autoinduzidos, caso o acesso legal ao aborto fosse ainda mais restringido. Esta comunicação visual foi fundamental para a mobilização geral, refletindo o poder das imagens no ativismo contemporâneo (Korolczuk, 2016). A repressão estatal e o papel da Igreja Católica (Bielska-Brodziak et al., 2020; Graff, 2020; Graff & Korolczuk, 2022; Hall, 2019) tornaram a luta feminista polaca mais centrada na resistência contra retrocessos legais e morais.

Na Suécia, a tradição de políticas de igualdade de género (Bergqvist et al, 2007) sugere um contexto diferente de mobilização feminista, mais institucionalizado e menos centrado em manifestações de rua. Aqui, a Greve Feminista Internacional não teve a mesma dimensão em termos de mobilizações de rua, mas encontrou eco nas estruturas institucionais feministas e sindicais, reforçando a luta por melhorias no trabalho de cuidado e pela igualdade salarial. A presença de um forte Estado de bem-estar e de políticas de género avançadas (Borchorst & Siim, 2008) fez com que a Greve Feminista Internacional assumisse um caráter mais reivindicativo dentro das instituições, em vez de grandes paralisações laborais ou protestos massivos. Insere-se num contexto de forte institucionalização das políticas de igualdade de género, mas denuncia desigualdades persistentes, especialmente em relação ao trabalho precário e à divisão sexual do trabalho doméstico. As manifestações suecas refletem a necessidade de aprofundamento das políticas públicas e são marcadas pela presença significativa de sindicatos e organizações feministas, que estruturam a greve como um protesto voltado para a ampliação dos direitos já conquistados. No entanto, embora o

feminismo de Estado abra potenciais canais de acesso privilegiado à tomada de decisões, também restringe as formas organizacionais dos movimentos, privilegiando as ações mais colaborativas e menos conflituosas do protesto (Ferree, 2012; Outshoorn & Kantola, 2007).

Em Portugal, a Greve Feminista Internacional tem crescido progressivamente desde 2018, refletindo a emergência de novos coletivos feministas e a mobilização em torno de questões como a violência de género e a precariedade laboral. Apesar de uma adesão mais limitada do que na Polónia, a greve tem conquistado visibilidade, especialmente em cidades como Lisboa e Porto, através de manifestações de rua, performances artísticas e paralisações simbólicas. No entanto, a ausência de uma tradição histórica consolidada de greves feministas (Alves &Gama, 2013) e o fraco apoio sindical limitam a adesão massiva, em comparação com a Polónia. Portanto, o país encontra-se num espaço intermédio entre os contextos destes dois países, mas as mobilizações portuguesas têm aumentado, incorporando práticas inspiradas em experiências internacionais.

Dessa forma, a Greve Feminista Internacional exemplifica a dinâmica entre o global e o local ao adaptar as suas estratégias às condições específicas de cada país. Enquanto a Suécia enfatiza a institucionalização das agendas feministas, a Polónia enfrenta uma luta mais intensa contra a regressão de direitos, e Portugal procura consolidar a sua mobilização dentro de um cenário político relativamente favorável, mas ainda com desafios estruturais. Essa diversidade de repertórios de ação reflete a flexibilidade do movimento feminista internacional ao articular as suas reivindicações em diferentes contextos nacionais.

A análise comparativa dos repertórios de ação da Greve Feminista Internacional, entre 2017 e 2023, na Suécia, Polónia e Portugal, revela que, embora os contextos dos três países europeus apresentem trajetórias, dimensões e desafios distintos, todos partilham a capacidade de transformar o protesto num espaço de reivindicação e reconstrução social.

8 - Considerações Finais

A análise da Greve Feminista Internacional na Suécia, Polónia e Portugal revela como este movimento transnacional articula reivindicações globais e locais, adaptando estratégias de ação às especificidades políticas, sociais e culturais de cada país. A partir da teoria dos repertórios de ação de Charles Tilly, observa-se que, apesar das diferenças nos contextos nacionais, a Greve Feminista Internacional mantém uma identidade comum baseada na luta contra a violência de género, na reivindicação da igualdade salarial e no reconhecimento do trabalho reprodutivo e de cuidado.

Na Polónia, a greve manifesta-se de forma combativa, como uma resposta direta às ameaças legislativas aos direitos reprodutivos, mobilizando protestos de rua massivos e atos de resistência face a um governo conservador e à influência da Igreja Católica. Já na Suécia, o movimento assume um caráter mais institucionalizado, aproveitando a tradição de políticas de igualdade para pressionar por avanços no combate à precariedade laboral e à divisão desigual do trabalho doméstico. Em Portugal, a mobilização feminista situa-se num ponto intermédio, combinando táticas de rua,

paralisações laborais e ações performativas, embora enfrente desafios relacionados com a fragilidade da sindicalização e a ausência de uma tradição de greves feministas.

Dessa forma, verifica-se que a Greve Feminista Internacional não segue um modelo único de mobilização, mas antes adapta as suas estratégias a cada realidade nacional, demonstrando a capacidade do movimento feminista de articular a solidariedade transnacional com a resposta às necessidades locais. A diversidade dos repertórios de ação confirma a flexibilidade da Greve Feminista Internacional na transformação do protesto num espaço de reivindicação e reconstrução social, reforçando a luta feminista contra as desigualdades estruturais e os sistemas patriarcais em diferentes contextos europeus.

A dimensão da Greve Feminista Internacional na Suécia, Polónia e Portugal varia significativamente consoante o contexto político e social de cada país, mas, em todos eles, há inovação no repertório de ação, refletindo a expansão da quarta vaga do feminismo. Esta vaga manifesta-se de forma mais intensa na Polónia, caracterizando-se pelo uso intensivo das redes digitais, pela dimensão e combatividade dos protestos e pela transnacionalização das reivindicações. Em Portugal, a escala e as formas de ação da Greve Feminista Internacional também refletem a história política e social do país, nomeadamente o impacto da ditadura do Estado Novo (1933-1974), que reprimiu fortemente os movimentos feministas e impediu a sua consolidação até ao período democrático. Esta trajetória distingue a experiência portuguesa da sueca, onde o feminismo foi institucionalizado desde cedo, e da polaca, onde o movimento se fortaleceu em resposta a um contexto político conservador.

Em Portugal, a Greve Feminista tem-se consolidado como um espaço de mobilização e resistência, contribuindo para a progressiva inserção dos feminismos no ativismo transnacional da quarta vaga, embora enfrente desafios relacionados com a institucionalização do movimento e a sua articulação com outras lutas sociais. A continuidade e o impacto dessas mobilizações dependerão da capacidade dos movimentos feministas de manter alianças estratégicas e de responder às transformações políticas e sociais futuras, em linha com as aspirações da quarta vaga dos feminismos.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projeto “FEMglocal - Movimentos feministas glocais: interações e contradições” (PTDC/COM-CSS/4049/2021/DOI 10.54499/PTDC/COM-CSS/4049/2021), apoiado por fundos nacionais através da FCT-Fundação para a Ciência e Tecnologia, I.P.

Referências Bibliográficas

ALVES, P. M., & GAMA, O. (2013). A militância no feminino nos primórdios do sindicalismo em Portugal. *Revista Online, Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior.* http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02.paulo-alves-olinda-gama.pdf

ARMSTRONG, A., & ÁGUILLA, R. (2006). *Evolución del conflicto laboral en Chile 1961-2002.* Ediciones Universidad Católica de Chile.

ARRUZZA, C., BHATTACHARYA, T., & FRASER, N. (2019). *Feminismo para 99%: Um manifesto.* Objetiva.

BABO, I. (2025). Visibility and recognition: The struggle for visibility and recognition of the 8th of March Network. *Women's Studies International Forum, 109*, 103044. https://doi.org/10.1016/j.wsif.2024.103044

BAKSH, R., & HARCOURT, W. (Eds.). (2015). *The Oxford handbook of transnational feminist movements.* Oxford University Press.

BERGQVIST, C., OLSSON BLANDY, T., & SAINSBURY, D. (2007). Swedish state feminism: Continuity and change. In J. Outshoorn & J. Kantola (Eds.), *Changing state feminism* (pp. 224–245). Palgrave Macmillan.

BIELSKA-BRODZIAK, A., DRAPALSKA-GROCHOWICZ, M., PERONI, C., & RAPETTI, E. (2020). Where feminists dare: The challenge to the heteropatriarchal and neo-conservative backlash in Italy and Poland. https://doi.org/10.35295/osls.iisl/0000-0000-0000-1156

BIROLI, F., & CAMINOTTI, M. (2020). The conservative backlash against gender in Latin America. *Politics & Gender, 16*(1), E1. https://doi.org/10.1017/S1743923X20000045

BORCHORST, A., & SIIM, B. (2008). Women-friendly policy paradoxes? Childcare policies and gender equality visions in Scandinavia. In K. Melby, A.-B. Ravn, & C. Carlsson-Wetterberg (Eds.), *Gender equality and welfare politics in Scandinavia: The limits of political ambition?* (pp. 27–42). Policy Press.

BORCHORST, A., & SIIM, B. (2008). Women-friendly policies and state feminism: Theorizing Scandinavian gender equality. *Feminist Theory, 9*(2), 207–224. https://doi.org/10.1177/1464700108090411

BOYLE, K. (2005). *Media and violence: Gendering the debates.* SAGE Publications. https://doi.org/10.4135/9781446212059

BREWER, K. (2015, October 23). The day Iceland's women went on strike. *BBC News.* https://www.bbc.com/news/magazine-34602822

CAVALLERO, L., & GAGO, V. (2021). *A feminist reading of debt.* Pluto Press.

CERQUEIRA, C., TABORDA, C., & PEREIRA, A. S. (2025). Contemporary Portuguese feminist activisms through the analysis of the International Feminist Strike website: Subversive revolt and counterpower. *Journal of Gender Studies*, 1–19. https://doi.org/10.1080/09589236.2025.2477118

CHAMBERLAIN, P. (2017). *The feminist fourth wave: Affective temporality.* Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-53682-8

COCHRANE, K. (2013). *All the rebel women: The rise of the fourth wave of feminism.* Guardian Books.

COLLINS, P. H. (2000). *Black feminist thought: Knowledge, consciousness, and the politics of empowerment* (2nd ed.). Routledge. (Original work published 1990)

COLLINS, P. H. (2019). The difference that power makes: Intersectionality and participatory democracy. In O. Hankivsky & J. S. Jordan-Zachery (Eds.), *The Palgrave handbook of intersectionality in public policy* (pp. 167–192). Springer International Publishing. https://doi.org/10.1007/978-3-319-98473-5_7

CRENSHAW, K. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 139–167.

DABY, M., & MOSELEY, M. W. (2022). Feminist mobilization and the abortion debate in Latin America: Lessons from Argentina. *Politics & Gender, 18*(2), 359–393. https://doi.org/10.1017/S1743923X20000197

DIAS, H., & FERNANDES, L. (2016). A greve geral de novembro de 2012 e os protestos anti-austeridade – Análise a partir do caso português. *International Journal on Working Conditions, 11*, 38–54.

DRAPER, S., & MASON-DEESE, L. (2018). Strike as process: Building the poetics of a new feminism. *South Atlantic Quarterly, 117*(3), 682–691. https://doi.org/10.1215/00382876-6942257

FEDERICI, S. (2017). *O ponto zero da revolução: Trabalho doméstico, reprodução e luta feminista.* Elefante.

FERREE, M. (2012). *Varieties of feminism: German gender politics in global perspective.* Stanford University Press. https://doi.org/10.1515/9780804780520

FLOR, A. (2017, 7 de março). "Não me calo." Portuguesas juntam-se à paralisação mundial no Dia da Mulher. *Público*.

FRASER, N. (2013). *Fortunes of feminism: From state-managed capitalism to neoliberal crisis.* Verso.

FRIANÇAS, A. (2019, March 4). Dez perguntas e respostas para perceber a primeira greve feminista em Portugal. *Público.* https://www.publico.pt/2019/03/04/sociedade/noticia/dez-perguntas-perceber-primeira-greve-feminista-portugal-1863494

GAGO, V. (2018). #WeStrike: Notes toward a political theory of the feminist strike. *South Atlantic Quarterly, 117*(3), 660–669. https://doi.org/10.1215/00382876-6942233

GAGO, V. (2020). *A potência feminista: O desejo de transformar tudo.* Editora Elefante.

GAGO, V., & Gutiérrez Aguilar, R. (2020). The feminist strike as threshold. *New Global Studies, 14*(2), 111–120. https://doi.org/10.1515/ngs-2020-0012

GRAFF, A. (2020). Angry women: Poland's black protests as 'populist feminism'. In *Angry women: Poland's black protests as 'Populist Feminism* (pp. 231–250). Transcript Verlag. https://doi.org/10.1515/9783839449806-013

GRAFF, A., & KOROLCZUK, E. (2022). *Anti-gender politics in the populist moment.* Taylor & Francis. https://doi.org/10.4324/9781003133520

GREWAL, I., & KAPLAN, C. (Eds.). (1994). *Scattered hegemonies: Postmodernity and transnational feminist practices.* University of Minnesota Press.

HALL, B. (2019). Gendering resistance to right-wing populism: Black protest and a new wave of feminist activism in Poland? *American Behavioral Scientist, 63*(10), 1497–1515. https://doi.org/10.1177/0002764219831731

HYMAN, R. (1975). *Industrial relations: A Marxist introduction.* Macmillan.

KOROLCZUK, E. (2016). Explaining mass protests against abortion ban in Poland: The power of connective action. *Zoon Politikon, 7*(7), 91–113.

LAMARTINE, C., & CERQUEIRA, C. (2022). "Caladas nos querem, rebeldes nos terão": Ciberfeminismo e interseccionalidade na construção híbrida do Movimento 8M em Portugal. *Observatorio (OBS)*, 16*(Special Issue). https://doi.org/10.15847/obsOBS16Special%20Issue20222292

LAMARTINE, C., & CERQUEIRA, C. (2023a). Communicating through cyberfeminism: Communication strategies for the construction of the International Feminist Strike in Portugal. *Social Sciences, 12*(9), 473. https://doi.org/10.3390/socsci12090473

LAMARTINE, C., & CERQUEIRA, C. (2023b). Da rede às ruas: O impacto do ciberfeminismo no movimento 8M. *Communication, Technologies et Développement, 13.*

LIINASON, M. (2021). 'Drawing the line' and other small-scale resistances: Exploring agency and ambiguity in transnational feminist and queer NGOs. *International Feminist Journal of Politics, 23*(1), 102–124. https://doi.org/10.1080/14616742.2020.1775489

LUSA (2023, March 8). Associações de mulheres marcham em 12 cidades portuguesas por mais direitos. *Observador.* https://observador.pt/2023/03/08/associacoes-de-mulheres-marcham-em-12-cidades-portuguesas-por-mais-direitos/?cache_bust=1680541153663

MAGALHÃES, C., TABORDA, C., ALONSO, H., & ALMAS, A. (2022). A relação entre a greve e a sindicalização: Um estudo de caso sobre a perceção dos portugueses. In S. A. Ferreira & N. Corrent (Eds.), *Ciências humanas e sociais aplicadas: Competências para o desenvolvimento humano* (1ª ed., pp. 1–21). Atena Editora. https://doi.org/10.22533/at.ed.6422206121

MENDES, K., RINGROSE, J., & KELLER, J. (2018). #MeToo and the promise and pitfalls of challenging rape culture through digital feminist activism. *Feminist Media Studies.* https://doi.org/10.1177/1350506818765318

MONTANELLI, M., & HARDT, M. (2018). The unforeseen subject of the feminist strike. *South Atlantic Quarterly, 117*(3), 699–709. https://doi.org/10.1215/00382876-6942281

MUNRO, E. (2013). Feminism: A fourth wave? *Political Insight, 4*(2), 22–25. https://doi.org/10.1111/2041-9066.12021

OUTSHOORN, J., & KANTOLA, J. (2007). *Changing state feminism.* Springer.

PEREIRA, A. C. (2021, March 4). Greve feminista. Concentrações em seis cidades e muita ação online. *Público.*

PIMENTEL, I. (2015). A situação das mulheres na I República e no Estado Novo. 1910- -1974. In Pimentel, I. F. & Melo, H. P. de. Mulheres Portuguesas: história da vida e dos direitos das mulheres num mundo em mudança. Lisboa: Clube do Autor.

RIVERS, N. (2017). *Postfeminism(s) and the arrival of the fourth wave: Turning tides.* Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-319-59812-3_2

SAINSBURY, D. (2005). Party feminism, state feminism and women's representation in Sweden. In J. Lovenduski (Ed.), *State feminism and political representation* (pp. 195–215). Cambridge University Press.

SEGATO, R. L. (2016). *La guerra contra las mujeres.* Traficantes de Sueños.

SELBERG, R., & KOLANKIEWICZ, M**.** (2023). Rights claims in anti-abortion campaigns in Poland and Sweden. In R. Selberg, M. Kolankiewicz, & D. Mulinari (Eds.), *Struggles for reproductive justice in the era of anti-genderism and religious fundamentalism.* Palgrave Macmillan. https://doi.org/10.1007/978-3-031-31260-1_7

SILVA, C. T. (2022). Social movements in contemporary Portugal. *European Journal of Social Sciences Education and Research, 1*(1), 36. https://doi.org/10.26417/ejser.v1i1.p36-42

TABORDA, C. (2024). Operárias, povo, cidadania. Novas perspetivas da história dos movimentos sociais oitocentistas ibéricos. In J. D. Pereira & D. P. Cerezales (Coords.), (pp. 169-198). *IHC.*

VARELA, N. (2019). *Feminismo 4.0: La cuarta ola.* (Primera edición). B.

FERNANDES, J. (2024). ***Notes from a trip to Chernobyl. Readings between political and cultural Geography*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?,Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 226-238
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma16

NOTES FROM A TRIP TO CHERNOBYL. READINGS BETWEEN POLITICAL AND CULTURAL GEOGRAPHY

NOTAS DE UMA VIAGEM A CHERNOBYL. LEITURAS ENTRE A GEOGRAFIA POLÍTICA E CULTURAL

João Luís J. FERNANDES
Departamento de Geografia e Turismo, FLUC, CEIS20
jfernandes@fl.uc.pt

Resumo

Neste texto, defende-se a tese da viagem como uma vivência performativa que nos pode ajudar a refletir sobre as múltiplas dimensões de um acontecimento trágico. Estas páginas foram escritas com base numa deslocação à Zona de Exclusão de Chernobyl, em 2017. A imersão num espaço geográfico estranho, apesar de poder ser enquadrada nas dinâmicas globais do turismo, apresenta especificidades como a construção multidimensional de um *storytelling* político que veicula mensagens ideológicas e geopolíticas. Esta experiência deve, por isso, ser entendida no contexto de um *shatterbelt* instável, que anunciava e antecipava a agressão russa de 2022. As palavras que se seguem fazem o registo dos locais visitados nesta região demarcada. Ao mesmo tempo, e em primeiro lugar, analisa as mensagens diretas e indiretas, mais ou menos codificadas, que o viajante recebeu, ouviu, ou viu, durante esta experiência. Segundo, partilha as reflexões e associações de ideias a partir de notas que foram registadas num caderno ao longo do trajeto. No final, ficámos com a perceção de que esta experiência atravessou um campo algures entre a Geografia Cultural e a Geografia Política.

Palavras-chave: Chernobyl, turismo, *traumascape*, *shatterbelt*, *storytelling* político

Abstract

In this text, travelling is seen as a performative experience that can help us reflect on the multiple dimensions of a tragic event. It was written on the basis of a trip to the Chernobyl Exclusion Zone, in 2017. This immersion in a strange geographical space can be framed within the global dynamics of tourism. However, it has specificities such as the multidimensional construction of a political storytelling that conveys ideological and geopolitical messages. This tourist experience must therefore be framed in the context of an unstable shatterbelt, which was already announcing and anticipating Russian aggression in 2022. The following words record the places visited in this demarcated region. At the same time, firstly, it analyses the direct and indirect messages, more or less coded, that the traveller received, heard or saw during this experience. Secondly, this paper shares the reflections and associations of ideas that were recorded in a notebook along the way. In the end, we realised that this experience crossed a field somewhere between Cultural Geography and Political Geography.

Key-Words: Chernobyl, tourism, *traumascape*, *shatterbelt*, political *storytelling*

FERNANDES, J. (2024). ***Notes from a trip to Chernobyl. Readings between political and cultural Geography*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?,Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 226-238
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma16

1- Nota Introdutória- A "Zona de Exclusão de Chernobyl" na dinâmica global do turismo

Este texto tem como objetivo a partilha de um conjunto de notas soltas escritas a propósito de uma experiência turística muito particular - uma viagem à Zona de Exclusão de Chernobyl, em 2017.

Para enquadrar esta deslocação, será importante equacionar os fatores que levaram à expansão do turismo, com o aumento quantitativo dos fluxos, do número de turistas, de noites dormidas e dos pontos de chegada e de partida.

Com efeito, para além de uma mudança qualitativa, que tem segmentado a oferta e estendido e diversificado as experiências turísticas, este alargamento tem sido acompanhado por novos padrões espaciais.

O turismo tem atravessado barreiras e apropriado espaços geográficos diversificados, das linhas de costa ao topo das principais montanhas do mundo, da Antártida à Amazónia, do deserto do Sara às profundidades do Atlântico ou do Pacífico.

Esta dinâmica do turismo insere-se no processo que autores, como David Harvey (2011), associam à difusão mundial do capital. Neste sentido, a mobilidade espacial de turistas é um dos pilares nos quais tem assentado a globalização das últimas décadas, na qual a paragem ou a desaceleração implica um indesejado estado de crise.

Nesta perspetiva, a circulação é uma necessidade e uma obrigação que mantém a dinâmica expansionista do sistema. A ampliação do turismo, a descoberta de novas frentes de crescimento e a turistificação de muitos espaços geográficos devem ser enquadrados nesta ótica da deslocalização transnacional do capital económico e financeiro.

Entre os fatores que mobilizam a expansão qualitativa e quantitativa do turismo está o interesse pelo atravessamento de limites e fronteiras e a descoberta de áreas demarcadas (Cintio, 2012).

Desta forma, espaços geográficos, como antigas prisões, hospitais e sanatórios; muros de demarcação política; cemitérios ou, entre outros, campos de concentração desativados, tornaram-se atrativos e pontos de chegada de visitantes, por sua vez orientados por um conjunto heterogéneo de motivações.

Com efeito, o que impelirá o turista a visitar estes lugares? Atendendo à diversidade de destinos, não existirá uma explicação única, mas será necessário equacionar questões como a formação pessoal, o interesse cultural e científico por alguns temas, o apelo do passado, ou a curiosidade e o voyeurismo. Noutros casos, como acontece com o turismo judaico em destinos como os campos de concentração de Auschwitz-Birkenau, o impulso está num ritual de veneração, homenagem e de afirmação identitária. Por exemplo, a pertença a uma tribo de devotos pode explicar também algumas das visitas ao cemitério de Père Lachaise, em particular aos túmulos de celebridades, como Oscar Wilde, Edith Piaf ou Jim Morrison.

O apelo do risco, da diferença, do ir mais além e da saída dos territórios pessoais de conforto, ao que se acrescenta o pioneirismo, a procura da novidade, tudo em conjunto poderá

ter contribuído para levar o turismo mais longe e para turistificar espaços geográficos pouco comuns, ou em nada associados aos princípios do lazer e do hedonismo (Stone, 2006).

Estas tendências cruzam-se com o desejo de contacto com espaços da tragédia individual ou coletiva e com a atração por "traumascapes", isto é, por geografias do trauma e do medo (Tumarkin, 2005; Tuan, 2013).

Desta forma, têm chegado turistas e visitantes a lugares e espaços geográficos que marcaram, de forma negativa, o destino de outros. As topofobias de uns terão o reverso na chamada de outros.

Ainda que cada caso em particular mereça uma análise específica, a apropriação turística da Zona de Exclusão de Chernobyl integra-se nessa tendência de atração por ambientes anti-idílicos que transportam uma aura de proibição e de experiência radical extrema.

Atravessar o limite daquele espaço geográfico demarcado e protegido, visitar e estar algumas horas naquela área de contaminação radioativa é uma experiência de contacto com uma "traumascape" de memória de uma catástrofe e de um acontecimento trágico com efeitos multidimensionais.

A explosão do reator nº 4 da Central Nuclear de Chernobyl não implicou uma catástrofe circunscrita no tempo e no espaço, isto é, àquele momento (na manhã do dia 26 de abril de 1986) e ali, nas margens do rio Pripyat, a cerca de 100 km de distância de Kiev.

Pelo contrário, uma catástrofe como a de Chernobyl tem consequências que não se circunscrevem no tempo e no espaço geográfico no qual ocorre. Os seus efeitos expandem-se, arrastam-se e deslocalizam-se, prolongando-se, atravessando gerações e deixando, no terreno, um risco que persiste, mesmo para os turistas que transpõem aquela linha de demarcação.

Associado ao que se poderá denominar como "Atomic Tourism", ou Turismo Nuclear, a entrada na Zona de Exclusão de Chernobyl (com cerca de 2600 km^2) faz parte de uma rota transnacional de visitas a localizações onde, de alguma forma, se pode contactar com o desenvolvimento científico e tecnológico da energia nuclear, na sua dupla aplicação civil e militar (Berger, 2006).

Desta constelação de espaços geográficos fazem parte, entre outros destinos, a cidade japonesa de Hiroshima - alvo de um ataque nuclear durante a II Guerra Mundial; também no Japão, a região da Central Nuclear de Fukushima, onde, em 2011, ocorreu um outro acidente com libertação de radioatividade; o Atol de Bikini, um espaço insular no Pacífico, onde se fizeram experiências e detonações nucleares durante as décadas de 40 e 50 do século passado; ou os lugares do Projeto Manhattan, como as áreas desérticas do Novo México e do Nevada, nos EUA, associadas ao desenvolvimento e teste da primeira bomba atómica (em 16 de julho de 1945) (Berger, 2006).

Apenas a título de exemplo, em Hiroshima esta experiência envolve a visita ao Hiroshima Peace Memorial Museum e ao Peace Memorial Park. Neste último (de certo modo, um geossímbolo desta catástrofe), o turista observa o conhecido Atomic Bomb Dome, um edifício (o

Hiroshima Prefectual Industrial Promotion Hall) cujas estruturas resistiram à explosão da bomba, em 1945 (Daisuke, 2007).

Como resultado da estratégia de dissuasão durante a Guerra Fria, das vagas de aquisição de armas de destruição massiva e de períodos de instabilidade como a "crise dos mísseis de Cuba" (em 1962), o tema do nuclear tornou-se um conteúdo popular nas indústrias criativas e culturais, em particular no mundo ocidental.

Em 1957, foi publicado o livro "On the beach", do autor australiano Neil Shute. Nesta distopia, representa-se um grupo de personagens que, em Melbourne, espera pela nuvem radioativa que se formou e alastrou após o início de uma guerra nuclear no Hemisfério Norte.

Em 1987, um ano após o acidente de Chernobyl, Morrissey inspirou-se no livro de Shute e escreveu a letra de uma canção de sucesso naquela época - "Everyday is like Sunday".

Em 2016, a escritora da Bielorrússia, Svetlana Alexievich (Prémio Nobel em 2015), publica o livro "Vozes de Chernobyl", que reavivou o interesse pelo tema e pelo acontecimento.

Já em 2019, esta tragédia foi revisitada por uma série da HBO, intitulada "Chernobyl", divulgada e popularizada pelos canais de *streaming*.

Antes disso, em 1979, Andrei Tarkovsky realiza o filme "Stalker", discutindo a atração por espaços geográficos de escombros e ruínas que, sendo repulsivos, se tornam objeto de desejo.

Na sua última obra - "Sacrifice", de 1986, Tarkovsky regressa, de forma explícita, à temática do nuclear, encenando o início de uma III Guerra Mundial e o caminho para um Holocausto global, após a utilização efetiva deste armamento de destruição em massa.

O primeiro filme de Tarkovsky influenciou outras linguagens, como a dos videojogos. Em 2007 é lançado S.T.A.L.K.E.R. - *Shadow of Chernobyl*, um jogo digital que, produzido por uma empresa ucraniana, encena um ecossistema violento e distópico semelhante à catástrofe de 1986.

A atratividade de Chernobyl e o aumento do turismo nesta área demarcada estarão a jusante destas múltiplas influências, nas quais devemos incluir o efeito indutor da cultura de massas, através de representações como a literatura, a televisão, o cinema ou o ambiente digital dos videojogos.

De acordo com Bakota, Zastavetska e Plomiński (2018), em 2017, data da nossa visita, Chernobyl recebeu 50200 turistas. Em 2010, esse valor foi 8300 e, em 2004, apenas 800. Estes números mostram uma progressão no interesse e na atratividade da área que, ainda assim, não deixa de ser um setor turístico de nicho. De assinalar que, segundo os mesmos autores, em 2017 mais de 80% dos visitantes eram de nacionalidade estrangeira, cerca de metade dos quais provenientes do Japão e dos EUA.

Refira-se que estes valores representam os acessos autorizados, regulados e vigiados. Para além destes, logo após 1986, registaram-se fluxos de entradas ilegais neste território de exclusão, vigiado pelas autoridades e pelo exército da Ucrânia. Inspirados pelo imaginário "stalker" do filme de Andrei Tarkovski, mas também por motivações materiais, muitos terão

violado as regras e atravessado este limite: procuram-se objetos de valor, tal como se buscam experiências desafiadoras de aventura e curiosidade (Banaszkiewicz, 2022).[69].

2- A experiência turística em Chernobyl (2017) - uma leitura pessoal

A visita à Zona de Exclusão de Chernobyl é curta (cerca de oito horas), mas intensa. A entrada no perímetro que se desenhou a partir de um raio aproximado de 30 km de distância da central nuclear, careceu de uma solicitação prévia, possível mediante a entrega antecipada do número de passaporte. A autorização foi concedida pelo Estado ucraniano. Ainda assim, o processo de reserva e pagamento desta experiência envolveu uma cadeia de serviços transnacional, articulando empresas da América do Norte e da Ucrânia, estas últimas disponibilizando guias que comunicam em inglês.

A deslocação inicia-se a partir de uma das mais icónicas praças de Kiev (a Praça *Maidan*). O percurso, para norte, não é uma experiência neutra. Nesse trajeto, orientado pelo guia, o grupo de 15 pessoas, de várias nacionalidades, assiste a documentários num pequeno ecrã, que nos ambientam com o tema e remetem o turista para os esplendores da cidade de Pripyat antes da catástrofe de 1986. Logo depois, os viajantes visualizam algumas imagens do acidente e da desordem que se seguiu. Antes disso, passa um videoclip musical: “Radioactive”, dos *Imagined Dragons*.

Ao mesmo tempo, o guia vai expondo um discurso paradoxal de cautela e de tranquilidade relativamente à experiência que se aproxima. Diz-se que o nível de exposição radioativa nas horas que se seguirão não ultrapassará o risco em que se incorre com uma viagem aérea de longa distância. Em paralelo, impõe um conjunto de obrigações, deveres e comportamentos preventivos, que devem ser respeitados: nenhum visitante se poderá afastar do guia e dos caminhos definidos pelo mesmo (em poucos metros, os níveis de radiação poderão aumentar para escalas de risco máximo); não se deve tocar em objetos ou superfícies; não se poderá trazer de volta nenhum material biológico, mineral ou outro. Antes de terminada esta viagem de ida, o turista assina um documento de responsabilização.

A entrada na Zona de Exclusão significa a passagem por uma fronteira murada e vigiada por militares, com a apresentação dos passaportes e a devida verificação dos documentos que permitirão o acesso.

Já no interior da área demarcada, a primeira paragem ocorre à entrada da pequena cidade de Chernobyl, onde se notam as canalizações à superfície (para evitar a contaminação que ainda existe nos solos). O circuito continua em direção a um conjunto de memoriais que evocam as aldeias desaparecidas durante o processo de remoção do material radioativo, que implicou a destruição de edifícios e a supressão de lugares; os bombeiros que ocorreram à chamada após

[69] Na verdade, o termo “Stalker” tem origem no livro “Roadside Picnic”, uma obra de ficção científica publicada em 1972 pelos autores russos Arkady e Boris Strugatsky. Neste livro, um “Stalker” é alguém que atravessa uma barreira proibida e invade uma área demarcada.

o que se pensava ter sido um pequeno incêndio no reator 4; assim como os pequenos veículos usados para auxílio nas primeiras horas e dias de resposta à destruição do reator.

Depois da paragem num antigo infantário e de alguns exercícios de medição da radioatividade, visita-se um radar soviético desativado, importante dispositivo militar durante a Guerra Fria. Após isso, faz-se a aproximação à central nuclear, aos três reatores desativados, respetivamente em 1991, 1996 e 2000 e ao sarcófago que protege e isola o reator que explodiu em 1986, sarcófago esse construído com a cooperação da comunidade internacional, tal como se assinala no local.

Segue-se depois para a cidade de Pripyat, a cerca de três quilómetros da central nuclear. A entrada no espaço urbano, que mantém muita da sua materialidade, mostra-nos uma paisagem renaturalizada, com ruas largas ocupadas por corredores de vegetação fechada.

Entra-se nalguns edifícios, atravessam-se portas e corredores, visitam-se velhos equipamentos coletivos, como uma piscina, um bar e um centro cultural. No exterior, pára-se num parque de diversões, desativado pouco depois de ser inaugurado.

No final da tarde, antes da saída da Zona de Exclusão e do regresso à capital da Ucrânia, todos os elementos do grupo, e respetivos haveres, como mochilas, foram rastreados por um suposto dispositivo de descontaminação.

Vejam-se, a propósito desta incursão turística, as figuras 1 a 4.



Figura 1- Praça *Maidan* (A); O pequeno autocarro que transportou o grupo (B); Paragem à entrada da cidade de Chernobyl, que deu nome à central nuclear (C); Memorial que evoca as aldeias e os lugares perdidos (D).

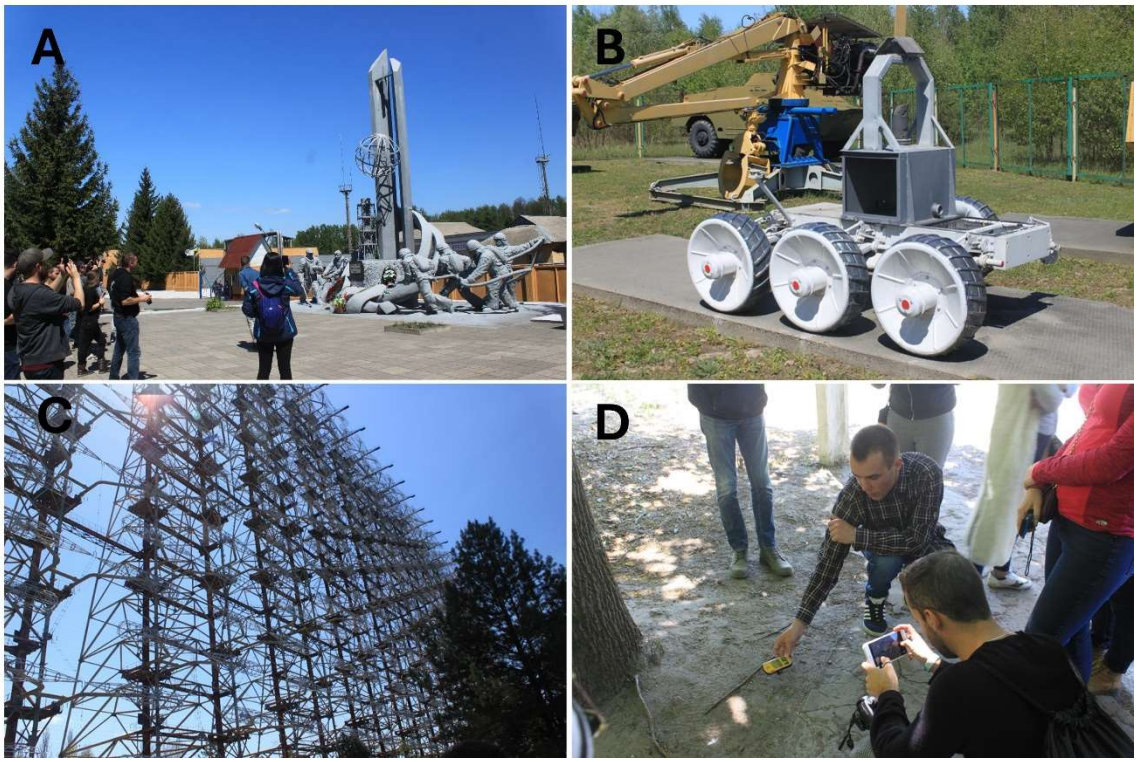


Figura 2- Memorial dos bombeiros (A); Réplica de um veículo robotizado que entrou no reator acidentado (B); Radar soviético (C); Exercício de medição da radioatividade (D).

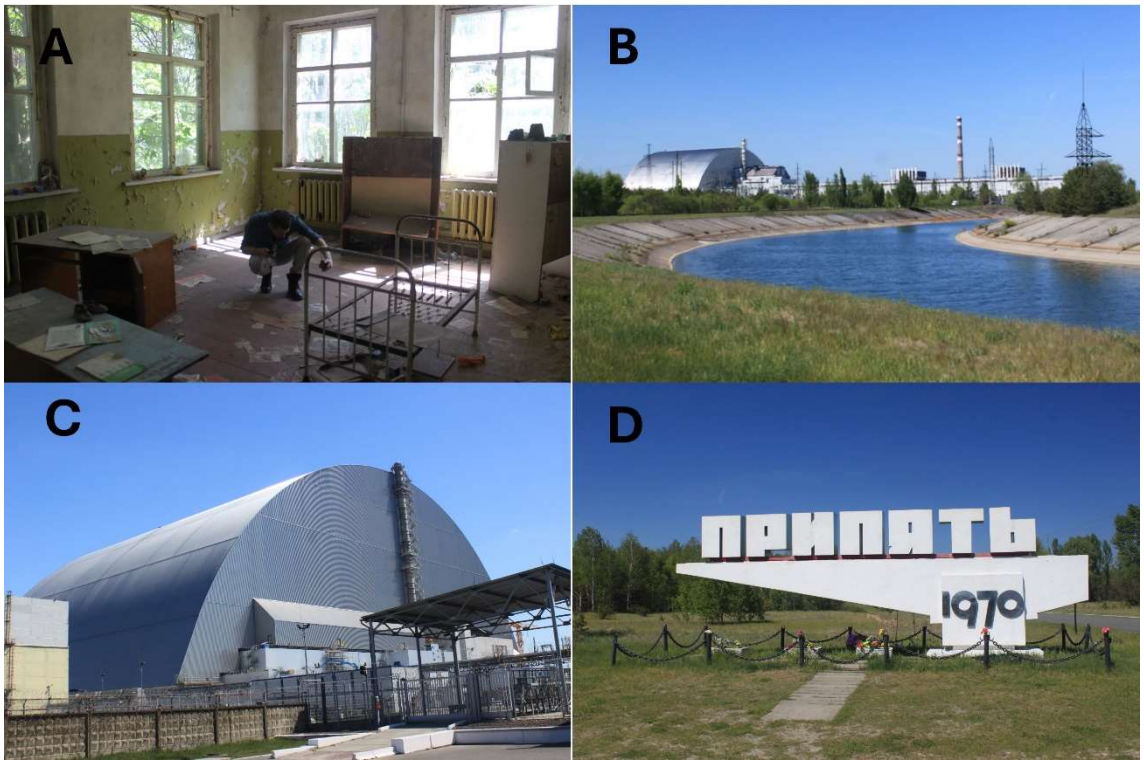


Figura 3- Antigo infantário (A); Aproximação à central nuclear, com o respetivo canal de arrefecimento (B); Cúpula (ou sarcófago) de proteção do reator nº 4 (C); Geossímbolo sinalizador da fundação da cidade de Pripyat, em fevereiro de 1970, mas também, pelas flores recentes, a evocação do respetivo topocídio, isto é, do seu desaparecimento enquanto espaço vivido (D).

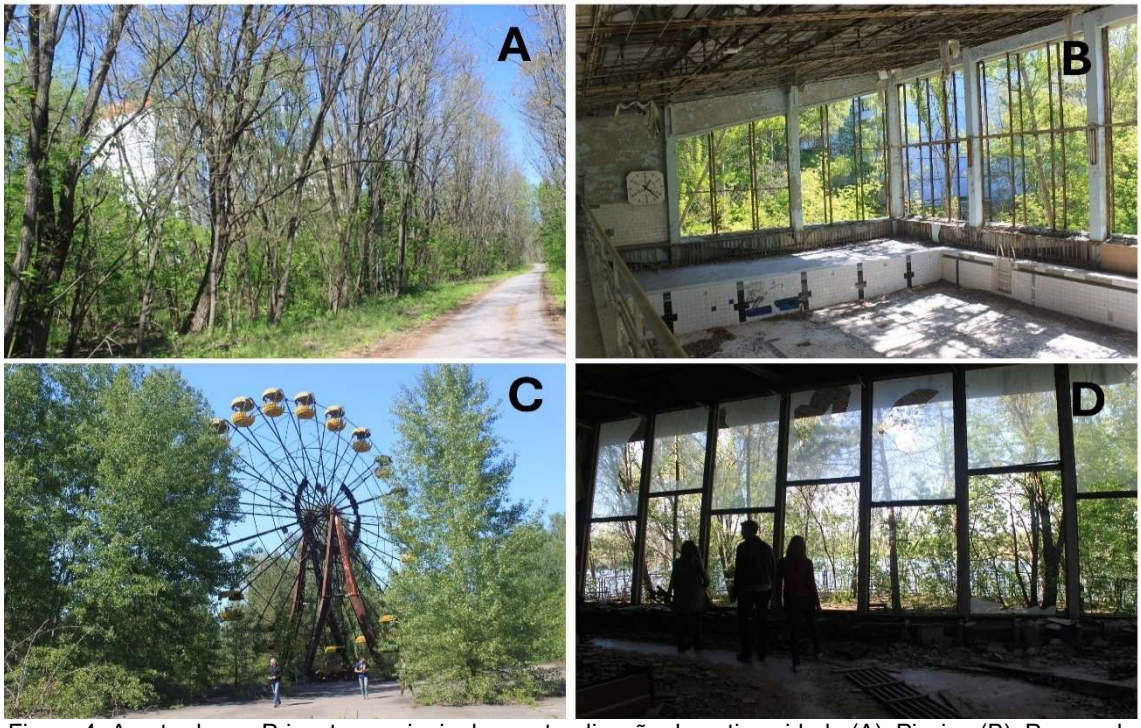


Figura 4- A entrada em Pripyat e os sinais de renaturalização da antiga cidade (A); Piscina (B); Parque de diversões (C); Um bar, com uma fachada de vidro que permite observar o avanço da natureza em Pripyat (D).

Para o geógrafo, para além da *traumascape*, Pripyat evoca os conceitos de urbicídio e topocídio (Coward, 2009). Com este acidente, desapareceu uma cidade com cerca de 50 mil habitantes, bem infraestruturada e com serviços de apoio à população, constituída, entre outros, por técnicos e trabalhadores da central nuclear e respetivos familiares. Aqui, a "morte do lugar" foi um acontecimento rápido e repentino, não o resultado, como aconteceu noutros casos, de um processo lento que ocorreu ao ritmo compassado da História longa e estrutural.

Em poucas horas e dias, assistiu-se ao aceleramento do relógio de transformação deste espaço geográfico e deste lugar, com um processo de desreterritorialização (Haesbaert, 2004) que alterou a Geografia Humana daquela região e de uma parte da Ucrânia (e da Bielorrússia), naquele momento e nos ciclos temporais longos que se seguiram.

Noutra perspetiva, sobretudo nesta "ghost town" de Pripyat (Benden, 2021), nota-se a dinâmica de renovação e renaturalização da paisagem. O regresso da natureza, da fauna e da flora, criou um *hotspot* de biodiversidade que, já em 2017, atraiu investigadores de Biologia e áreas científicas afins.

De referir ainda o processo de patrimonialização desta tragédia, que chegou a equacionar a ideia de candidatura à lista de Património Mundial da Unesco, mas que se materializou também pela organização e abertura de um espaço museológico em Kiev (no qual, por exemplo, numa figura miniaturizada da central nuclear, se encena e recria a explosão do reator).

Conjugando as mensagens recebidas, a simbologia dos espaços visitados, assim como o *storytelling* do guia que acompanhou o grupo, fica-nos a ideia de um trauma como elo unificador de um Estado frágil e ameaçado, num contexto de um *shatterbelt*, aqui entendido como uma área

de tensão permanente e estrutural, com ciclos de paz e de guerra, de conflitos e de acalmia, mas sempre um espaço geográfico tenso, incerto e disputado.

A tragédia no seu conjunto, os mártires (como os bombeiros que, sem a consciência da gravidade da ocorrência, se deslocaram de imediato ao local), as aldeias perdidas, a morte de uma cidade e de uma comunidade de meia centena de milhar de habitantes, a memória da perda e da catástrofe, todo este universo parece constituir um cimento agregador.

Dada a inexistência de equipamentos turísticos visíveis, de acordo com a classificação de Stone (2006, p.151) este será um destino enquadrável numa tipologia de turismo sombrio "extremo" ou, nas palavras do autor, de um "Darkest Tourism" com forte componente política e ideológica.

Experienciar uma paisagem traumática e perceber *in situ* um acontecimento pode contribuir para um melhor entendimento do passado, para a formação de uma cidadania mais ativa e consciente dos riscos nos quais a humanidade incorre.

No entanto, nenhuma destas experiências está salvaguardada de leituras tendenciosas, ideológicas e politizadas. Apesar da diversidade dos destinos, estes não são imparciais e as mensagens veiculadas não são isentas. Estas paisagens, antes de serem turísticas, são culturais e ideológicas.

Neste sentido, poderemos ter experienciado algo próximo do que se poderá denominar como "Turismo Político", nas fronteiras entre a Geografia Cultural e Política.

3- Visitar Chernobyl- uma experiência cultural e (geo)política? Um exemplo de Turismo Político?

Por princípio, uma viagem não será neutra. Nalguns casos, pode abrir novas perspetivas, noutros poderá ir ao encontro do conhecido, reforçando as perceções estereotipadas e os mapas mentais do turista. Outras experiências atravessam balizas e marcos separadores, afastando os viajantes dos corredores habituais e entrando em espaços intersticiais e opacos que, por várias razões, se foram demarcando e afastando das geografias do quotidiano.

A Zona de Exclusão de Chernobyl é um espaço geográfico de exceção, o resultado de uma catástrofe tecnológica e o exemplo do que Andrew Barry (2017) denomina como uma "Chemical Geography". Aqui, o *storytelling* dominante na visita a Chernobyl é, ao mesmo tempo, tecnológico, ecológico e político.

A narrativa exposta ao turista realça que a explosão do reator nuclear foi resultado da negligência da antiga URSS. Neste sentido, o turismo em Chernobyl é uma peça de *soft power* que se acrescenta ao conflito latente entre a Ucrânia e a Rússia, num dos mais problemáticos *shatterbelts* da Geografia Política europeia, como, aliás, se confirmou com a invasão russa em fevereiro de 2022, já depois do episódio da Crimeia, ocorrido em 2014, três anos antes da visita a esta região.

Para além de uma perspetiva identitária e unificadora através da memória coletiva que agrega, este *storytelling* político apresenta outras leituras e interpretações.

Nestas narrativas, faz-se referência explícita à cadeia de erros e omissões por parte da antiga URSS - os russos erraram e a culpa da catástrofe é-lhes atribuída. São-lhes também imputadas negligências grosseiras na gestão da crise e da catástrofe. Por tudo isto, esta catástrofe não significou apenas o fim de uma cidade-modelo, mas teve implicações no colapso de uma utopia ideológica que, afinal, tinha bases tecnológicas, sociais, económicas e políticas frágeis. De alguma forma, 1986 antecipa a queda do Muro de Berlim, em 1989.

Por outro lado, Chernobyl remete-nos para as geografias que Saskia Sassen (2014 e 2025) carateriza como *dead lands*, isto é, espaços inóspitos, repulsivos e, nalguns casos, tóxicos, degradados por estratégias de exploração intensiva.

A ação antrópica vai excluindo solos, mas também recursos hídricos (as *dead waters* referidas por Sassen), que se tornam incompatíveis com a presença do Homem. Não sendo propriamente um espaço vazio e uma terra morta (a natureza ganhou aqui um novo impulso), a Zona de Exclusão tornou-se total ou parcialmente interdita à permanência contínua e quotidiana do ser humano.

Esta passagem por Chernobyl e pela cidade abandonada de Pripyat sugeriu-nos ainda a questão energética. Em tempos de transição, de tomada de consciência sobre as alterações climáticas e do reconhecimento da energia como um setor crucial nas atuais sociedades complexas, esta *traumascape* abre-nos para um debate mais extenso a respeito do papel que a tecnologia nuclear poderá desempenhar no futuro *mix* energético. Neste sentido, mais do que uma viagem ao passado, Chernobyl interpela-nos em relação às opções estratégicas do futuro.

Estas mensagens políticas, presentes nos discursos explícitos e implícitos dirigidos ao turista, mas invocados também pelos olhares, pelas leituras e pelas indagações do viajante, remetem-nos para um assunto pouco explorado - para a dimensão política do turismo, ou mesmo para a existência de um Turismo Político, como se refere em Moynagh (2008) e Fitzpatrick e Rasmussen (2008).

Neste ponto de vista, continua a ser importante avaliar o efeito dos eventos políticos no turismo (Butler e Suntikul, 2010). No entanto, é também importante acompanhar o seu inverso, isto é, o modo como, através do turismo, se produzem e transmitem mensagens (geo)políticas. O turismo é mais do que uma simples cadeia económica de serviços e de circulação de capital económico e financeiro. O turismo não é neutro, é um instrumento diplomático e uma forma de s*oft power*.

4- Notais finais

Com a presente guerra na Ucrânia e outros conflitos latentes, que envolvem potências como a Índia e o Paquistão, os riscos associados aos usos civis e militares da energia nuclear voltam a ser discutidos. A centralidade das políticas energéticas, o alargamento do tempo de vida útil de muitos reatores e a problemática do *mix* energético desejável e possível (no qual as centrais nucleares podem vir a desempenhar um novo papel), reforçam a centralidade desta temática.

Por isso, não terá sido casual a publicação, em 2024, do livro *Nuclear War. A Scenario*, no qual Annie Jacobsen encena uma hipotética guerra nuclear à escala global.

O acontecimento de Chernobyl não foi um caso isolado na cartografia dos acidentes em centrais nucleares. Contudo, a escala do acontecimento e a sua projeção para o exterior da antiga URSS aceleraram a desconstrução do mito ideológico da sociedade perfeita e ideal.

Somado a uma difusa sucessão de fatores, Chernobyl contribuiu para o fim da Guerra Fria. A explosão do reator 4 de Chernobyl deixou rasto no enfraquecimento dos alicerces do regime soviético, facto que se iria projetar na queda do Muro de Berlim (em 1989), na reunificação da Alemanha (1990) e na desintegração da URSS (1991).

A viagem à Zona de Exclusão foi uma experiência intemporal que reavivou uma linha de tensão entre o fim da utopia comunista e o irrealismo do "Fim da História" de Francis Fukuyama (1992), como se, no após catástrofe de Chernobyl, tivéssemos entrado num mundo de estabilidade universal e perpétua.

Para o viajante, nesta breve incursão, foi inevitável associar a energia nuclear de uso civil à sua aplicação em tecnologias militares de destruição em massa, com a dispersão destas armas por diferentes países após a II Guerra Mundial. Este facto pode colidir com a conceção de paz permanente de Fukuyama, já amplamente negada pela realidade empírica.

Para além da cúpula que esconde o *ground zero* desta tragédia, Pripyat é um dos geossímbolos desta catástrofe. Por isso, a entrada no perímetro urbano daquela antiga cidade revelou-se um dos momentos altos desta experiência.

Na senda de autores, como Jared Diamond (2005), Pripyat evoca-nos a tese da *colapsologia*, uma corrente também assente em mitos, neste caso nas distopias da destruição do ambiente e do fim de uma civilização, tal como se representa em obras literárias, como *A Estrada* (2006), de Cormac McCarthy.

Em Chernobyl, ao conceito de Geografias Químicas, de Andrew Barry (2017), será oportuno acrescentar o de Capitalismo Químico, de Jean-Baptiste Fressoz (2012). Neste ponto de vista, também no ecossistema ideológico do socialismo se aplicou um modelo funcionalista de produção intensiva, aqui traduzível num fluxo de energia que, apesar do risco, não poderia ser interrompido. Esta incúria acabou por dar origem à explosão.

A partir do bloco de apontamentos que se foi organizando durante a viagem, regista-se uma outra interpretação. Também neste caso, talvez estejamos perante o resultado daquilo que Fressoz (2012, p.9) caraterizou como "petites désinhibitions modernes", que têm promovido a aceitação do risco em nome da tecnologia e, acrescentamos, dos resultados produtivistas de aplicação das mesmas.

Seguindo a linha de Fressoz (2012), Chernobyl simboliza o falhanço na imposição de uma tecnologia de produção de energia em massa, tal como Pripyat é a alegoria da felicidade e da sociedade perfeita que colapsou, ao mesmo tempo que se afundou o regime político que a produziu e sustentou.

Ainda assim, a confiança no nuclear persistiu. Talvez se tenha dado crédito a um argumento também escutado durante o percurso naquela *paisagem química*: a central nuclear de Chernobyl cedeu também porque dependia de uma tecnologia rudimentar e anacrónica. Ainda assim, em 2011, seis anos antes desta deslocação à Ucrânia, registou-se um novo acidente, desta vez numa central moderna e sofisticada - Fukushima.

Bibliografia

ALEXIEVICH, Svetlana (2016). *Vozes de Chernobyl*. Amadora: Elsinore.

BANASZKIEWICZ, Magdalena (2022). The Transgressive Approach to the Dark Tourism Experience: Stalkerism in the Chernobyl Exclusion Zone, *Polish Sociological Review*, No. 219 (2022), pp. 367-384.

BARRY, Andrew (2017). *Manifesto for a Chemical Geography*. Inaugural Lecture. Gustave Tuck Lecture Theatre, University College London.

BENDEN, Lisa (2021). *Walking the Streets of a Nuclear Ghost Town - Dark Tourism in Pripyat (Chernobyl)*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

BERGER, Jenna (2006). Nuclear Tourism and the Manhattan Project. *Columbia Journal of American Studies,* 7, pp. 196-214.

BUTLER, Richard; SUNTIKUL, Wantanee (2010). *Tourism and Political Change*. Oxford: Goodfellow Publishers.

CINTIO, Marcello di (2012). *Walls. Travels along the Barricades*. London: Union Books.

COWARD, Martin (2009). *Urbicide. The politics of urban destruction*. London: Routledge.

DAISUKE, Yuasa (2007). Hiroshima as a Social Landscape. Bright Peace and Silenced Alternatives. Ritsumeikan Asia Pacific University: *RCAPS Occasional Papers*, nº 07-2, 19 pp.

DIAMOND, Jared (2005). *Collapse: How Societies Choose to Fail or Succeed*. New York: Viking Press.

FITZPATRICK, Sheila; RASMUSSEN, Carolyn (edit.) (2008). *Political Tourists*. Melbourne University Publishing.

FRESSOZ, Jean-Baptiste (2012). *L'Apocalypse Joyeuse*. Paris: Seuil.

FUKUYAMA, Francis (1992). *The End of History and the Last Man*. New York: Free Press.

HAESBAERT, Rogério (2004). *O Mito da Desterritorialização*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HARVEY, David (2011). *O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo*. Lisboa: Bizâncio.

JACOBEN, Annie (2024). *Nuclear War: A Scenario***.** New York: Dutton.

MCCARTHY, Cormac (2006). *A Estrada*. Lisboa: Relógio d'Água.

MOYNAGH, Maureen (2008). *Political Tourism and its Texts*. University of Toronto Press.

SASSEN, Saskia (2014). *Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy*. Harvard University Press.

SASSEN, Saskia (2015). At the Systemic Edge. *Cultural Dynamics*, 27(1), 173–181.

STONE, Philip (2006). A Dark Tourism Spectrum: Towards a Typology of Death and Macabre Related Tourist Sites, Attractions and Exhibitions. *Tourism: An Interdisciplinary International Journal*, 54 (2). pp. 145-160.

STRUGATSKY, Arkady; STRUGATSKY, Boris (1972). *Roadside Picnic. Tale of the Troika*. London: Macmillan.

TUAN, Yi-Fu (2013). *Landscapes of Fear*. University of Minnesota Press.

TUMARKIN, Maria (2005). *Traumascapes. The Power and Fate of Places Transformed by Tragedy*. Melbourne University Publishing.

CHAPTER IV
/
CAPÍTULO IV

Education and training:
impact on spatial development and management

Educação e formação:
impacte na evolução e gestão territorial

SOUSA, G.; SILVA, T.; PINHEIRO, Y. (2024). ***Tactile maps for acessibility for visually impaired people in the UFRRJ botanical garden, Seropédica/ Rio de Janeiro, Brazil.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 240-250
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma17

TACTILE MAPS FOR ACESSIBILITY FOR VISUALLY IMPAIRED PEOPLE IN THE UFRRJ BOTANICAL GARDEN, SEROPÉDICA/RIO DE JANEIRO, BRAZIL

MAPAS TÁTEIS PARA ACESSIBILIDADE DE DEFICIENTES VISUAIS NO JARDIM BOTÂNICO DA UFRRJ, SEROPÉDICA/RIO DE JANEIRO, BRASIL

Gustavo SOUSA
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
gustavoms@ufrrj.br

Tainá SILVA
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Yasmin PINHEIRO
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Resumo

A paisagem é um dos grandes desafios para o ensino da Geografia que é representada através dos mapas visando a melhor compreensão para os alunos desde os primeiros anos escolares. Diante desse desafio inicial, é importante lembrar que a paisagem nem sempre é representada de maneira acessível para todos os públicos quando temos a situação das pessoas que possuem deficiência visual. Nesse sentido, os mapas táteis possuem finalidade semelhante aos mapas para videntes (pessoas sem deficiência visual) com a representação de dados espacializados que se comunicam com os deficientes visuais para a identificação de fenômenos geográficos, bem como localização e orientação. O objetivo desse estudo é a construção de mapas táteis para identificação dos espaços do Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (JB-UFRRJ) visando trazer mais acessibilidade para esta Unidade de Conservação localizada dentro do campus universitário no município de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, Brasil. A metodologia para a construção do mapa tátil é iniciada com a coleta de dados em campo através de coordenadas geográficas adquiridas por Sistema de Navegação Global por Satélite (GNSS) de dez locais mais acessíveis no JB-UFRRJ. Posteriormente, esses dados de campo foram digitalizados e editados em programa de Sistema de Informação Geográfico (SIG) com a elaboração de um mapa temático de localização para o público vidente. Esse mapa foi convertido para linguagem tátil através de processos de generalização e a inserção de hachuras para criação de alto relevo com a impressão em papel microcapsulado (swell paper) que foi aquecido em máquina fusora para a finalização do mapa tátil do JB-UFRRJ. Os resultados foram avaliados por pessoas cegas e com baixa visão que aprovaram os mapas táteis produzidos.

Palavras chave: Cartografia Tátil, Educação Ambiental, Máquina fusora, papel microcapsulado, Recurso didático

Abstract

The landscape is one of the great challenges for teaching Geography, which is represented through maps to enhance understanding for students from the early school years. In light of this initial challenge, it is important to remember that the landscape is not always represented in an accessible manner for all audiences, especially for individuals with visual impairments. In this sense, tactile maps serve a similar purpose to those for sighted individuals (people without visual impairments) by representing spatialized data that communicates with visually impaired individuals for the identification of geographic phenomena, as well as for location and orientation. The objective of this study is to construct tactile maps for identifying the spaces of the Botanical Garden of the Federal Rural University of Rio de Janeiro (JB-UFRRJ), aiming to bring more accessibility to this Conservation Unit located within the university campus in the municipality of Seropédica, State of Rio de Janeiro, Brazil. The methodology for constructing the tactile map begins with field data

SOUSA, G.; SILVA, T.; PINHEIRO, Y. (2024). ***Tactile maps for acessibility for visually impaired people in the UFRRJ botanical garden, Seropédica/ Rio de Janeiro, Brazil.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 240-250
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma17

collection through geographic coordinates obtained via Global Navigation Satellite System (GNSS) from ten of the most accessible locations in JB-UFRRJ. Subsequently, this field data was digitized and edited in a Geographic Information System (GIS) program, resulting in the creation of a thematic location map for the sighted audience. This map was converted into tactile language through processes of generalization and the insertion of hatching to create relief with printing on swell paper, which was heated in a heat machine to finalize the tactile map of JB-UFRRJ. The results were evaluated by blind individuals and those with low vision, who approved the produced tactile maps.

keywords: Tactile Cartography, Environmental Education, Fusion Machine, Swell paper, Teaching resource

1- Introdução

A descrição da superfície terrestre é realizada através dos mapas que são utilizados como conteúdo de apoio da Geografia, instrumento de pesquisa, objeto de estudo, forma de registro e representação gráfica de algum fenômeno, dentre muitas outras utilidades que foram sendo somadas ao longo do tempo (Oliveira, 2007). Os mapas apresentam a paisagem para as pessoas que enxergam, conhecidas como “videntes”, sem a preocupação para o público com deficiência visual.

O Brasil possui poucas representações cartográficas e com acessibilidade para pessoas com deficiência visual. A necessidade de materiais inclusivos com representações espaciais é a preocupação da Cartografia Inclusiva que se apoia na elaboração de materiais que possam ser manuseados por todos através da multissensorialidade para qualquer necessidade especial (Almeida, Sena e Carmo, 2018). Dentro dessa esfera, tendo como prioridade a construção de materiais para pessoas com deficiência visual especificamente, surge então, a Cartografia Tátil.

.

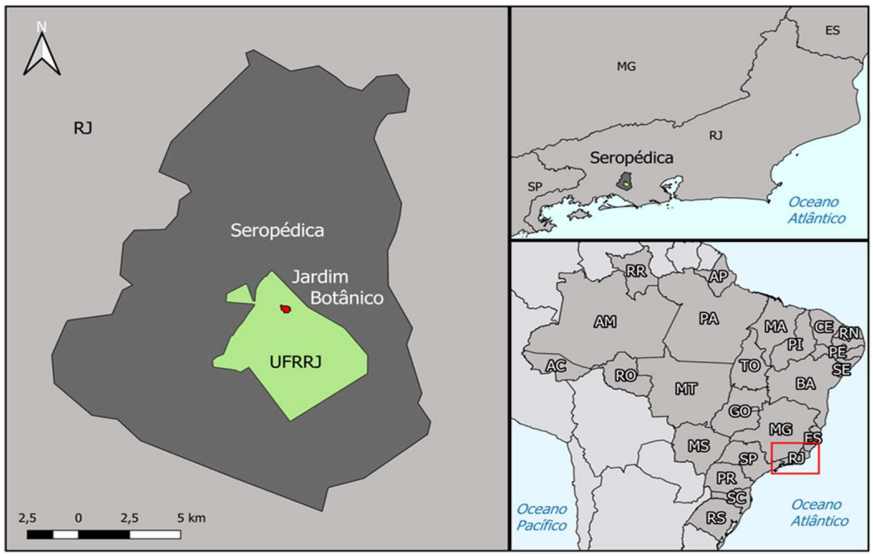


Figura 1 – Mapa de localização do Jardim Botânico da UFRRJ no campus de Seropédica, Brasil

Esse ramo da Cartografia demonstra a importância da criação de oportunidades para a Inclusão de deficientes visuais com a construção de mapas e representações da paisagem em locais públicos para propiciar maior acesso a diferentes públicos.

Este artigo tem como objetivo a construção de um mapa tátil do Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (JB-UFRRJ) para identificação dos espaços de visitação ao público: Entrada; Auditório; Sede administrativa; Cactos; Lago Artificial; Jardim das Amoreiras; Pomar das Mirtáceas e Plantas Medicinais. O JB-UFRRJ é uma Unidade de Conservação, localizada na cidade de Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, Brasil (Figura 1) e, que recebe centenas de visitantes provenientes de escolas de cidades vizinhas

2 – A paisagem para pessoas com deficiência visual

A paisagem é um conceito muito importante para a Geografia e possui diferentes abordagens que podem trazer desde aspectos naturais e antrópicos (Rodriguez, Silva e Cavalcanti, 2017) que podem considerar a definição de Santos (1988) como “tudo aquilo que a visão alcança”. Esse conceito pode ser considerado um desafio quando é feita a abordagem para a pessoa com deficiência visual. Por isso é importante trabalhá-lo a partir da palavra “percepção” por se tratar de uma consideração mais ampla do conceito, que não esteja ligado só a um sentido do ser humano, abrindo a possibilidade de se pensar na paisagem a partir dos outros sentidos (Tuan, 2013).

Os principais sentidos desenvolvidos para aqueles que têm perda de visão parcial ou total são o tato e a audição. Esse desafio traz a necessidade para a busca por maneiras que visam adequar a leitura desses indivíduos que substituem os estímulos visuais apresentados nos mapas (Sena e Carmo, 2018).

A cartografia tátil representa a paisagem em mapas e outros recursos cartográficos com a abordagem da leitura a partir do tato, ocorrendo a identificação individual dos signos, que, usualmente, se dão por texturas e braille. Nesse processo, a pessoa com deficiência visual precisa unir as informações individuais para formular a compreensão global do que está sendo representado pela produção cartográfica (Vasconcellos, 1993).

A construção dos mapas táteis utiliza processos de generalização das informações e relações espaciais com diferentes formas e tecnologias de produção. Os equipamentos e materiais utilizados conhecidos são EVA; madeira e corte a laser; thermoform; relevo em acrílico; máquina fusora e *swell paper*. O método utilizado neste estudo foi máquina fusora e *swell paper*, a partir de parceria com o Centro de Inovação Tecnológica e Educação Inclusiva (CITEI-UFRRJ). O *swell paper* é um papel especial para produções táteis, possui microcápsulas de álcool em sua superfície que reagem ao calor proporcionado pela máquina fusora, e expande o que foi impresso com tinta preta. As outras cores que não utilizam o pigmento preto não reagem ao calor, portanto não expandem o alto-relevo no *swell paper* aquecido.

SOUSA, G.; SILVA, T.; PINHEIRO, Y. (2024). ***Tactile maps for acessibility for visually impaired people in the UFRRJ botanical garden, Seropédica/ Rio de Janeiro, Brazil.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 240-250
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma17

3 – Materiais e métodos

A elaboração dos mapas táteis para a representação dos pontos de visitação no JB-UFRRJ segue as etapas apresentadas no fluxograma metodológico (figura 2). A metodologia foi fundamentada no levantamento bibliográfico acerca dos conceitos que abrangem a Cartografia Tátil. Então, é relevante a compreensão do espaço a ser mapeado com o uso de técnicas importantes como a generalização cartográfica que possibilitou a construção do mapa dos pontos de visitação do JB-UFRRJ para atendimento as pessoas que enxergam.

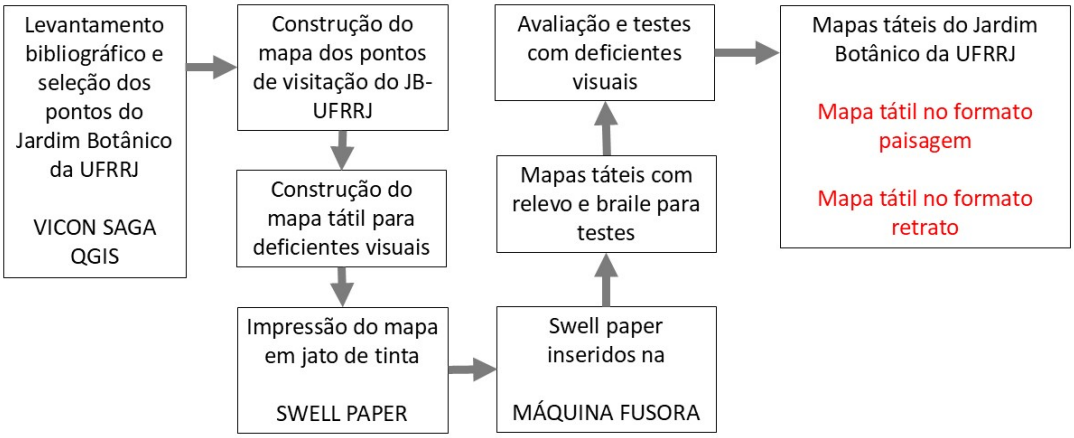


Figura 2 – Fluxograma metodológico .

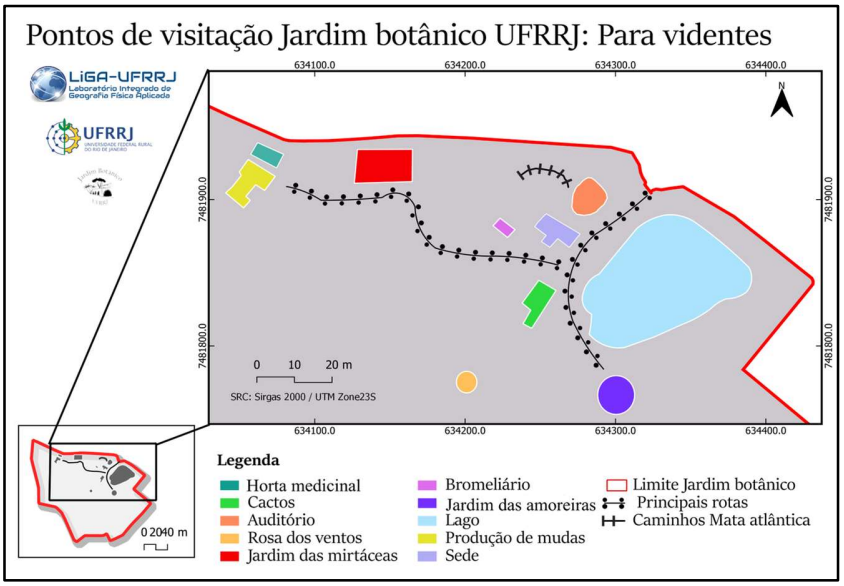


Figura 3 – Mapa dos pontos visitáveis do JB-UFRRJ.

O mapa dos pontos de visitação do JB-UFRRJ (Figura 3) contou com a identificação em campo dos locais acessíveis para a visitação com a coleta de pontos georreferenciados através de aplicativos como o VICON SAGA, desenvolvido por Marino et al. (2023), e o aplicativo GPS STATUS & TOOLBOX que estão disponíveis na loja da Google Play. O mapa dos pontos de visitação do JB-UFRRJ (figura 3) serviu como modelo para a construção do mapa tátil para deficientes visuais.

Desta maneira, o mapa dos pontos de visitação do JB-UFRRJ ajudou para a definição dos locais de visitação com melhor acessibilidade para os deficientes visuais, favorecendo novas generalizações, adaptações e escolha da melhor representação do espaço para o mapa tátil. Assim, alguns pontos identificados neste mapa foram desconsiderados por não se alinharem com o objetivo do mapa tátil: Representação dos pontos acessíveis do JB-UFRRJ. Então, uma nova generalização foi realizada visando atingir o objetivo de representar os pontos de visitação que estejam permanentemente abertos ao público e que proporcionam melhor acesso aos visitantes com deficiência visual. Os pontos de visitação representados no mapa tátil foram: sede; plantas medicinais ou horto de plantas medicinais; cactos; mirtáceas ou pomar das mirtáceas; auditório; lago; jardim das amoreiras; entrada; limite.

Assim, a versão tátil do mapa de pontos visitáveis do JB-UFRRJ foi elaborada em duas folhas A3 constando o mapa e a legenda em cada folha (figuras 4 e 5). O processo de construção deste mapa tátil contou com a elaboração de diferentes preenchimentos para as formas que, quando impressas em tecnologia *swell paper* e máquina fusora, se desenvolveram as texturas com hachuras desenvolvidas com recursos do Canva. Outro recurso importante foi a inserção da escrita em braille, realizada com auxílio dos sites “tradutor braille” e o “braille facil” desenvolvido pelo NCE-UFRJ. No mapa foram adotados os parâmetros da norma NBR9050 da ABNT para padronização do braille, estes parâmetros foram alcançados através da fonte “braillekiama” tamanho de fonte 23.

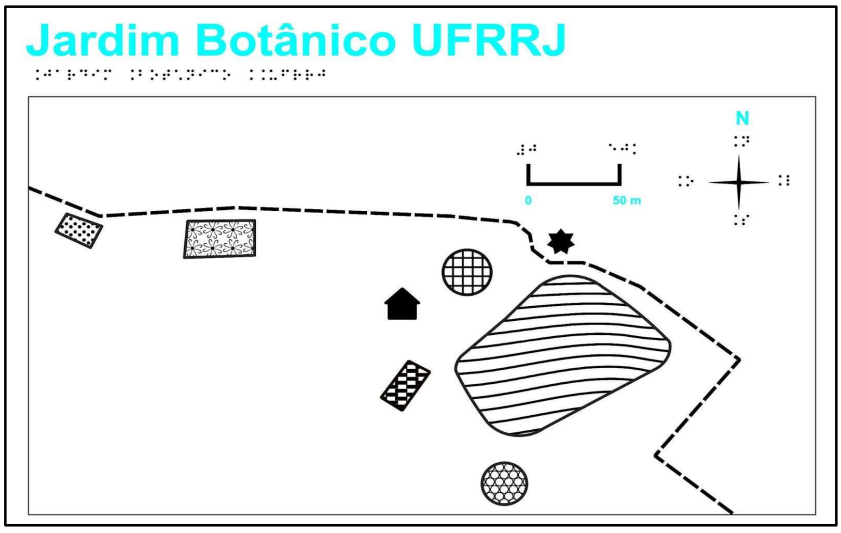


Figura 4 – Mapa tátil pontos visitáveis do JB-UFRRJ em paisagem



Figura 5 – Legenda mapa tátil pontos visitáveis do JB-UFRRJ em paisagem

Desta forma, o mapa tátil elaborado pela pesquisa utilizou a tecnologia swell paper e máquina fusora, foi desenvolvido em layout no formato paisagem, ocupando duas folhas swell paper A3, uma para o mapa, outra para legenda. Depois disso, inspirado em produções do LABTATE (Nogueira, 2009), que possui características que condensam informações e favorecem o espaçamento de informações táteis, foi desenvolvido outro layout do mapa. Nesta versão, os mesmos elementos são representados, mas adotando somente o braille para diferenciação dos elementos, não mais o preenchimento das formas, também, diferenciando o layout, desta vez adotando somente uma folha swell paper A3 em formato retrato (figura 6).

As duas versões dos mapas táteis do JB-UFRRJ elaborados nos formatos paisagem e retrato foram submetidas a testes com pessoas com deficiência visual. A pesquisa contou com a colaboração de três voluntários: Duas pessoas cegas e uma pessoa com baixa visão. O teste foi aplicado no Laboratório integrado de Geografia Física Aplicada na UFRRJ (LiGA-UFRRJ) e foi adotado um questionário avaliativo (tabelas 1 e 2), inspirado no modelo de entrevista estruturada. Os voluntários assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para o conhecimento e concordância com a pesquisa que estavam participando.

SOUSA, G.; SILVA, T.; PINHEIRO, Y. (2024). ***Tactile maps for acessibility for visually impaired people in the UFRRJ botanical garden, Seropédica/ Rio de Janeiro, Brazil.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 240-250
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma17

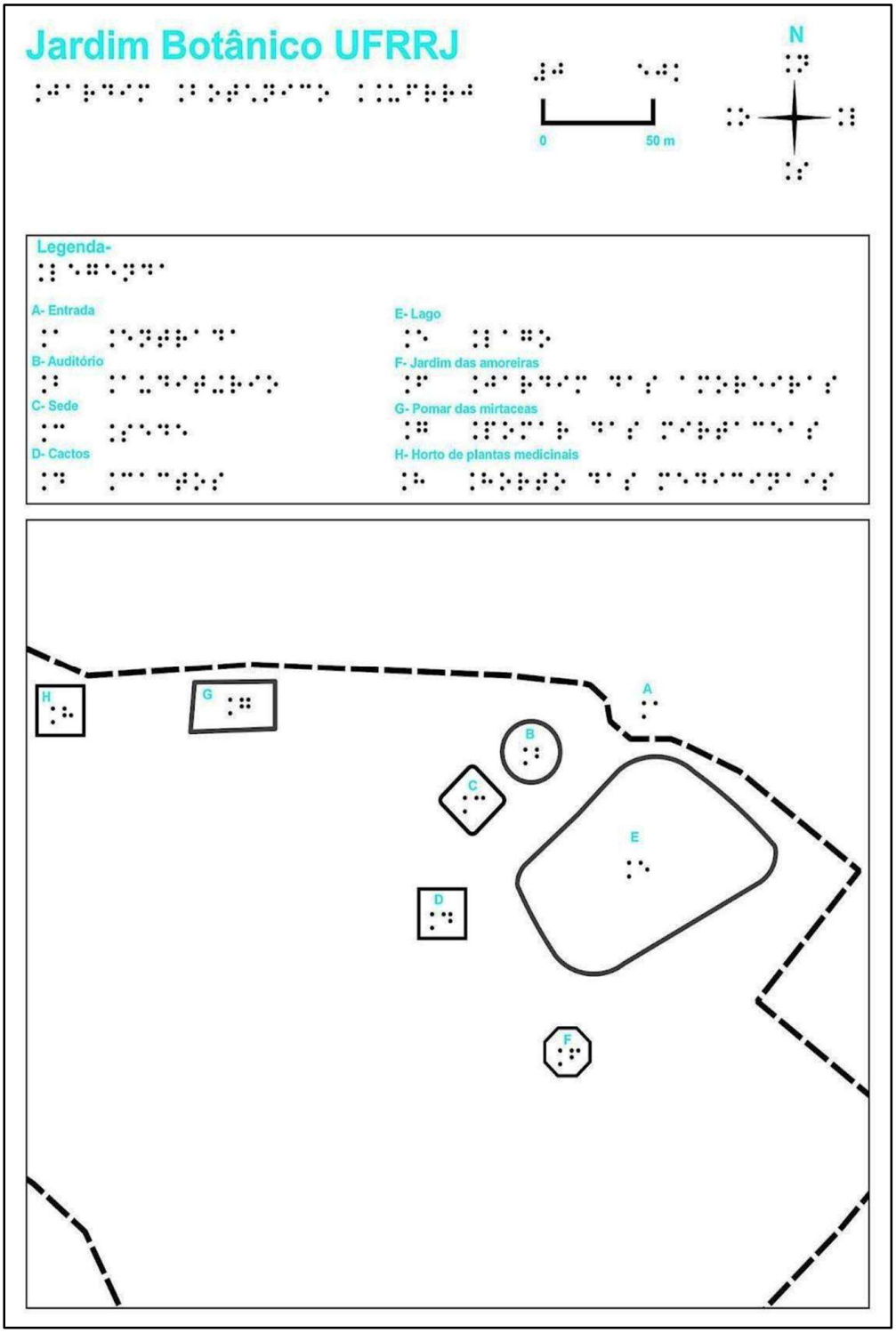


Figura 6 – Mapa tátil pontos visitáveis do JB-UFRRJ em retrato

Tabela 1 – Questionário teste mapa tátil paisagem.

TESTE MAPA TÁTIL PAISAGEM			
	Você acha que a escala e a rosa dos ventos ficaram em uma boa posição? Foi fácil sua identificação e leitura?		Foi fácil identificar e diferenciar a Praça dos Dinossauros?
	Sobre o mapa e a legenda ficarem separados acha que isso ajudou no mapa?		Foi fácil identificar e diferenciar o Jardim das Amoreiras?
	Sentiu alguma confusão para compreender as diferentes texturas que estão presentes no mapa? Se sim, quais?		Foi fácil identificar e diferenciar o Lago?
	Foi fácil identificar e diferenciar o Jardim das Mirtáceas?		Foi fácil identificar e diferenciar o Limite do Jardim Botânico?
	Foi fácil identificar e diferenciar o Horto Medicinal?		Foi fácil identificar e diferenciar a Entrada?
	Foi fácil identificar e diferenciar a Sede?		A leitura da legenda está clara? Sentiu algo errado com o braille?
	Foi fácil identificar e diferenciar o Jardim Desértico?		De modo geral, você conseguiu identificar as principais informações dessas figuras?
	Alguma observação que deseja fazer sobre o material? Quais?		

Fonte: Próprios autores.

Tabela 2 – Questionário teste mapa tátil retrato

TESTE MAPA TÁTIL RETRATO	
	Você acha que a escala e a rosa-dos-ventos ficaram em uma boa posição? Foi fácil sua identificação e leitura?
	A leitura da legenda está clara? Sentiu algo errado com o braille?
	É compreensível a organização do mapa? Com o título, escala e rosa-dos-ventos em cima, no quadrado embaixo a legenda e no outro o mapa?
	É fácil identificar os pontos da legenda no mapa?
	Fica claro que a linha pontilhada é o limite da área do mapa?
	Algo gerou alguma dúvida sobre o material?
	Alguma observação que deseja fazer sobre o material? Quais?

Fonte: Próprios autores.

Os voluntários examinaram os dois mapas táteis produzidos e apontaram alterações na legenda do mapa com layout em formato paisagem (figura 5), desta forma, houve alteração da legenda em braille do

elemento “Limite do Jardim Botânico”, devido ao reduzido espaçamento entre elementos táteis. Também, ajuste da escala da imagem que representa os elementos “Jardim das Amoreiras” e “Plantas medicinais”. Portanto, estas alterações foram realizadas na nova legenda e versão do mapa tátil com layout em formato paisagem (figura 7).



Figura 7 – Legenda mapa tátil pontos visitáveis do JB-UFRRJ em paisagem, retificado.

4 – Resultados e discussões

Os resultados dos mapas táteis, após a avaliação feita pelos voluntários, proporcionou que os dois layouts de mapas táteis dos pontos visitáveis do JB-UFRRJ produzidos com a metodologia realizada neste estudo estão aptos para utilização. Ambos os mapas táteis foram construídos em swell paper com tamanho A3 em que o formato paisagem com texturas (figuras 4 e 7) demandaram correções e, o mapa tátil em formato retrato (figura 6) que possui uma legenda somente com braille teve uma boa aceitação e avaliação pelos voluntários.

A etapa de testes com pessoas com deficiência visual foi bastante importante para compreensão e observação de alguns desafios que envolvem a validação do recurso didático pelo público alvo dos mapas táteis elaborados. Portanto, é reconhecido que são necessários um maior número de pessoas com deficiência visual, colaborando com a qualidade do recurso didático e com a discussão teórica metodológica da cartografia tátil. Este cenário ideal de testes mais abrangentes com pessoas com deficiência visual enfrenta desafios para sua realização frente a heterogeneidade da população com deficiência visual, devido, principalmente, às diversas manifestações da deficiência visual bem como ao déficit educacional enfrentado por este grupo.

Outro desafio que merece ser observado se dá em relação ao material *swell paper* que foi utilizado em conjunto com a máquina fusora que possuem alto custo para a realidade brasileira e que merece

maiores investimentos visando baratear e tornar mais acessível a possibilidade de construção de mapas táteis com essa tecnologia. A disseminação dessa tecnologia pode trazer a ampliação do uso de recursos táteis que podem ser disponibilizados online para a impressão e inseridos em máquinas fusoras que precisam ter essa tecnologia barateada. Infelizmente, é um potencial ainda não aproveitado no Brasil que precisa de apoio do poder público para treinamento e uso nas escolas de diversos níveis e públicos.

5 – Conclusão

A construção dos mapas táteis para o Jardim Botânico da UFRRJ foi a primeira etapa de uma série de estudos que pretendem ampliar ainda mais a temática da pesquisa com educação especial que começa a ser realizada pelo curso de graduação e pós-graduação em Geografia da UFRRJ. Este estudo vem com a pretensão de trazer mais acessibilidade para uma Unidade de Conservação que está localizada dentro de um campus universitário em uma área periférica da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A Cartografia Tátil vai muito além dos mapas táteis e pode seguir para outras percepções como os desenhos através de gráficos que podem ter diversas representações que são lidas com a visão ou objetos que podem ser comparados com a altura de uma pessoa ou o tamanho da mão para a compreensão das dimensões reais em escala. Diante disso, é importante afirmar que o uso dos mapas táteis pode não ter limites por trazer diferentes maneiras de acessibilidade através do tato.

Os autores agradecem ao Programa Interno de Bolsas de Iniciação Científica do Jardim Botânico da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - PROVERDE-UFRRJ por todo o apoio na bolsa concedida a uma das autoras e, também a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ por disponibilizar recursos que ajudaram na compra de equipamentos e insumos para o Laboratório integrado de Geografia Física Aplicada (LiGA-UFRRJ).

Bibliografia:

ABNT. (2015) *Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos*. NBR 9050. Terceira edição.

CAMPOS, M.C. (2016) O Ensino de Cartografia para alunos com deficiência visual. *Geografia, Ensino & Pesquisa*, Vol. 20, n.1, p. 95-102.

CANVA. *Canva*. Disponível em: https://www.canva.com/pt_br/. Acesso em: 27 out. 2023.

INTERVOX. *BRFácil: Sistema de Tradução de Texto para Braille*. Disponível em: https://intervox.nce.ufrj.br/brfacil/. Acesso em: 27 out. 2023.

MARINO, T. B.; XAVIER DA SILVA, J.; MATHIAS, M. A. S. (2023) Plataforma Vicon SAGA: Um instrument de apoio ao mapeamento colaborativo. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, Brasil, v. 13, n. 2, p. 121–140.

MENEZES, P. M. L. e FERNANDES, M.C. (2013) *Roteiro de Cartografia*. São Paulo: Oficina de Textos, 1ª Ed.

NOGUEIRA, Ruth. E. (2009). *Mapas Táteis Padronizados e Acessíveis na Web*. Instituto Benjamin Constant.

OLIVEIRA, L. (2007) Estudo Metodológico e Cognitivo de um Mapa. In: ALMEIDA, R. D. (Org.) *Cartografia escolar*. São Paulo: Contexto.

QGIS. *QGIS: Sistema de Informação Geográfica*. Disponível em: https://qgis.org/. Acesso em: 27 out. 2023.

RODRIGUEZ, J. M. M.; SILVA, E. V.; CAVALCANTI, A. P. B. (2017) *Geoecologia das paisagens: uma visão geossistêmica da análise ambiental*. 4. ed. Fortaleza-CE: Ed. UFC.

SANTOS, M. (1988) *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SENA, C.; CARMO, W. (2018) *Cartografia tátil: o papel da tecnologia na educação inclusiva*. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo.

TRADUTOR BRAILLE. *Tradutor Braille*. Disponível em: https://www.tradutorbraille.com.br/. Acesso em: 27 out. 2023.

TUAN, Y. (2013) *Espaço e lugar: A perspectiva da experiência*. SciELO-EDUEL.

VASCONCELLOS, R.A.A. (1993) *Cartografia Tátil e o Deficiente Visual: uma avaliação das etapas de produção e o uso do mapa.* Tese de Doutorado. São Paulo.

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in Geography and Economics in the high school stage in the Bulgarian School.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 251-267
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma18

METHODOLOGICAL PROJECTIONS OF THE CURRICULA CONTENT FOR THE SUCCESSFUL IMPLEMENTATION OF NEW CURRICULUMS IN GEOGRAPHY AND ECONOMICS IN THE HIGH SCHOOL STAGE IN THE BULGARIAN SCHOOL

PROJEÇÕES METODOLÓGICAS DO CONTEÚDO CURRÍCULO PARA A IMPLEMENTAÇÃO COM SUCESSO DO NOVO CURRÍCULO DE GEOGRAFIA E ECONOMIA NA FASE DO ENSINO SECUNDÁRIO NA ESCOLA BULGARA

Stella DERMENDZHIEVA
St. Cyril and st. Methodius University of Veliko Tarnovo
s.malcheva@ ts.uni-vt.bg

Tamara DRAGANOVA
St. Cyril and st. Methodius University of Veliko Tarnovo
t.draganova@ts.uni-vt.bg

Abstract

The theoretical justification of the research is mainly oriented towards the improvement of the pedagogical practice of the teachers by getting to know the current trends in relation to the methodological requirements for teaching the learning content, the didactic tools and the methods of training geography and economics in the high school stage in the context of a new standard for educational content, new curricula, new assessment regulations, new strategies.
The aim of training geography in the first high school degree (8th-10th grade) is for students to be able to benefit from the already acquired knowledge and skills in the field of geography by applying them in their daily life and unfamiliar tasks which are of an unknown nature and character. The curricula and the teacher do not aim to make the student memorize the data and the facts from the study material, but the goal is for the information of geography as a science and its approaches and means in using the geographical knowledge to be understood, assimilated and accepted, thus, the student has the opportunity for professional, social and personal self-realization.
The updating of the educational content, the application of the methods to achieve the goals, as well as the improvement of the system of results and the place of ICT have been studied on a comparative basis. The idea is to help bridge educational gaps. The methodological solutions as elements of the system are interconnected, there is a certain dependence between them in terms of place, purpose of application, educational content, in the mastery of which they are applied.

keywords geography and economics, learning content, curricula, methodological projections, high school stage, goals, ICT

Resumo

A justificação teórica da investigação está orientada principalmente para a melhoria da prática pedagógica dos professores, através do conhecimento das tendências atuais em relação às exigências metodológicas para o ensino dos conteúdos de aprendizagem, das ferramentas didáticas e dos métodos de ensino da geografia e da economia no ensino secundário no contexto de um novo padrão de conteúdos educativos, novos currículos, novos regulamentos de avaliação, novas estratégias.
O objetivo da formação em geografia no primeiro grau do ensino secundário (8º ao 10º ano) é que os alunos sejam capazes de beneficiar dos conhecimentos e competências já adquiridos no âmbito da geografia, aplicando-os na vida diária e em tarefas desconhecidas, de natureza e caráter desconhecidos. Os currículos e o professor não visam fazer

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in Geography and Economics in the high school stage in the Bulgarian School.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 251-267
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma18

com que o aluno memorize os dados e os factos do material de estudo, mas o objetivo é que a informação da geografia enquanto ciência e as suas abordagens e meios de utilização do conhecimento geográfico sejam compreendidas, assimiladas e aceites, para que o aluno tenha a oportunidade de autorrealização profissional, social e pessoal.
A atualização dos conteúdos educativos, a aplicação dos métodos para atingir os objetivos, bem como a melhoria do sistema de resultados e o lugar das TIC foram estudados de forma comparativa. A ideia é ajudar a reduzir as lacunas educacionais. As soluções metodológicas enquanto elementos do sistema estão interligadas, existindo entre elas uma certa dependência em termos de lugar, finalidade de aplicação, conteúdo educativo, no domínio do qual são aplicadas.

Palavras-chave: geografia e economia, conteúdos de aprendizagem, currículos, projeções metodológicas, etapa do secundário, objetivos, TIC

1- Introduction

The study of methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in geography and economics in the high school stage in the Bulgarian school is possible through the application of the systems approach, revealing the specificity of the elements, internal and external links, influencing the functioning of the system and enabling the achievement of its goals.

This system can be viewed in the following aspects:

- **substantive** - including regulations translated into curricula;
- **procedural** - reflecting the processes with teaching and learning activities taking place within it;
- **functional** - including the achievements of geographical and pedagogical sciences, information, educational and technical resources, relationships with institutions, civil society structures and business. (Dermendzhieva, 2021, 137)

This gives us a reason to search in the paradigms of geography and didactics for ideas, formulations, the application of which in the educational process will lead to a new type of communication and efficiency of the educational process, and thus to a new quality of geographical education.

Modern school education in Bulgaria since 2016 has a new normative-procedural vision and goals, content and structure, methods and tools that are oriented towards the competency approach and information and communication technologies. Competence-oriented training in geography and economics focuses on the formation of competences for the application of theoretical models for the methodological situating of educational content in the training of geography and economics.

The practical-applied character is related to the enrichment and improvement of the academic, pedagogical and administrative competence of the geography and economics teacher through activities to acquire the key competences, as well as for interdisciplinary connections connections in geography and economics, construction of methodological variants of types of lessons in geography and economics, didactically reasoned opportunities to form skills for working with different types of text and educational technologies for using interactive lessons in geography and economics. Their realization will open an opportunity for the improvement of functional literacy of the trainees in the context of geographic education and the new educational paradigm.

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in Geography and Economics in the high school stage in the Bulgarian School.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 251-267
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma18

The school geography has a huge potential for building and developing those key competences that are the basis of the functional literacy. Competences, defined as knowledge, skills, attitudes and values, lead to the connection of individual abilities of the person with social goals and can contribute to successful personal, professional and social realization.

The general educational preparation in school education in Bulgaria is the same for all types of schools and is acquired by studying the same general education subjects. The state educational standard for general educational preparation is a set of requirements for the results of training in each general education subject and defines the competencies - knowledge, skills and attitudes that are expected as results of the training in the subject at the end of each stage of the relevant level of education. Curricula determine the learning objectives, learning content and learning outcomes for the relevant general education subject in the respective class. The teacher independently plans his didactic work for the practical implementation of the training goals and for achieving the expected results in the relevant curricula for the acquisition of general educational preparation in accordance with the scheduled teaching hours according to the curricula.

The scientific justification of the topic of methodological projections is based on the developed educational content, presenting the main objectives of the learning process, its expected results and some specific didactic interpretations to promote activity, independence and creativity in the activity of students.

In order to construct a functionally and structurally dynamic system, we formulate scientifically sound answers to 4 main didactic questions - Fig. 1.

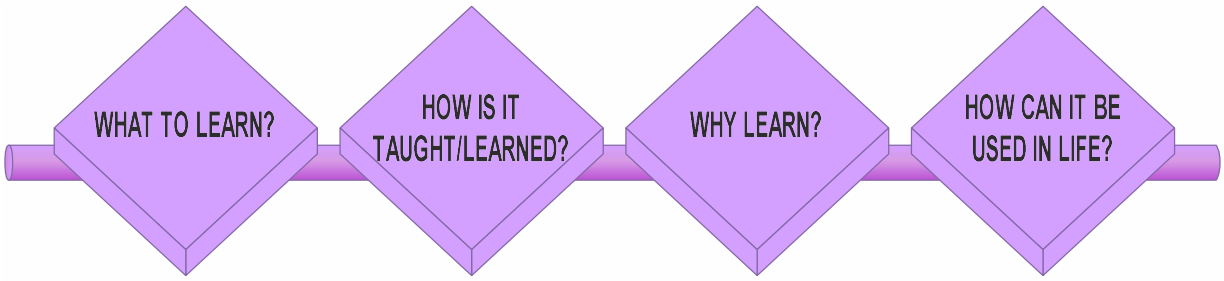


Figure 1 – Model of didactic questions for formulating scientifically based answers

This paper explores the goals, competencies as expected outcomes composed by levels of mastery on active verbs, and establishing the place and possibility of ICT application at the program level. The overall situational framework of the study was carried out based on the systematic approach and by applying the following methods - retrospective analysis, content analysis, situational and comparative analysis, systematization, generalization, deduction, modeling, etc.

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in Geography and Economics in the high school stage in the Bulgarian School.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 251-267
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma18

2 – Didactic and comparative interpretation of the content perspectives of the curricula objectives in training in geography and economics grade VIII - X

The learning content in educational geography in Bulgaria is divided into a system and decomposed into stages, grades and courses based on the logical-methodological approach. The arguments for the choice are based on its indisputable advantages in terms of: the possibility to minimize the information overload of learners, to transfer knowledge by analogy, to rhythmically control the process of its acquisition, to save study time. (Dermendzhieva, 2021, 141)

The first secondary stage of school geography includes three grades - VIII, IX and X. The programme design is set up with the introduction as a brief presentation of the curricula, which contains the main learning objective for the whole class (Table 1).

The curricula prior to the mini-reform effective 2024/2025 identified the program line: 1. acquisition of key competencies through mastery of knowledge, skills, and attitudes and 2. the thematic and thematic content of the course. Either the two programmatic aspects are related on the one hand to the competency approach and on the other hand to the content-spatial dimension of the course. The exception is the main objective in grade VIII, where it is described that the formation of the geographical culture of the students is continued in the context of the position as the first grade of the first secondary school stage. Geographical culture as a part of general culture is a key to perception, understanding and adaptation in the world, which is increasingly diverse, informational, consumer, spatially and virtually accessible to humanity (Draganova, 2024, 41). One of the contemporary models of geographical culture according to A. Dermendzhiev is a carrier of the geographical „world picture" or a mental scheme, which is positioned between objective knowledge and subjective-personal evaluation of facts with many satellite factor resonances - time, territory, demographic, cultural-historical, socio-cultural substrate, socio-cultural adstrate, bi- and multiculturalism, convergence. (Dermendzhiev, 2022, 2729) Geographical culture shapes each individual worldview, it is an imprint of culture on individual consciousness or a product of personal worldview, because its formation is part of the school educational policy, including geographical global thinking and global competence. (Dermendzhiev, 2018, 222; Dermendzhieva, 2021, 169; Dermendzhieva, Draganova, 2022) The programmatically integrated goal related to the process of continuing the formation of geographic culture is also a reflection of the specific goals in the state educational standards (SES) in geography and economics. The specific objectives of the SES for the secondary education and the first high school stage are didactically and purposefully composed in relation to the process of continuing the formation of „the geographical culture of students as part of their general culture of orientation and for reasonable activity in the geographical space at the global, regional and national level". (Regulation 5, 2015, 75)

The State Educational Standard for General Education is a set of requirements for training outcomes in each general education subject. In the case of geography and economics, it defines the competencies -

knowledge, skills and attitudes - that are expected as training outcomes at the end of each stage of the respective degree. (Dermendzhieva, 2021, 386)

There are also 6 areas of competences for the first stage of secondary education - Fig. 2. In addition to the core key competences, the training in each subject contributes to the development of other key competences specified in the respective curricula. The curricula fits into, continues, develops and reasons from the philosophy of the integrative nature of the school content and the resulting didactic training opportunities and value orientations (attitudes) related to the key competences, as laid down in the Act and its specification documents.



Figure 2 – Areas of competence for the first stage of secondary education

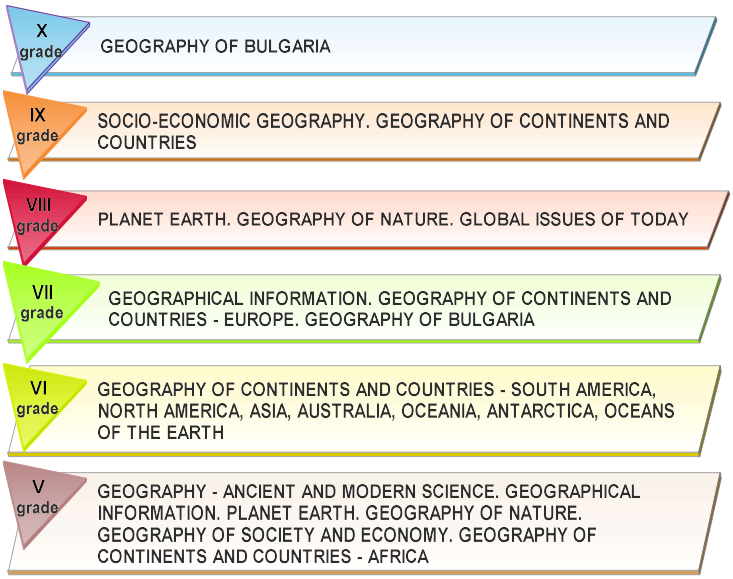


Figure 3 – Program-content positioning by spatial units

The horological-content framework for the three grades is positioned by 1). the nature of the Earth, its natural resource potential, and the sustainable development of geographic space; 2). the political and socioeconomic organization of society, the regions of the world, and the countries within them; 3). the native country (Table 1). Territorial scope is spatially constructed from the deductive to the inductive, from the common to the private spatial units, as well as according to the algorithmic specificity of geographical

theoretical knowledge: planet, nature, political and socio-economic organization of society, regions and countries (Fig. 3). (Dermendzhieva, Draganova, 2024, 14)

Table 1 - A systematic comparative-retrospective vision of the main curricula objective in the curricula for grades VIII, IX and X

SHORT INTRODUCTION AND MAIN OBJECTIVE	
main programme objective - grade 8	
Curricula from 2016 in force from the academic year 2017/2018	**Curricula from 2023 in force from the academic year 2024/2025**
Geography and economics education in Grade VIII is aimed at acquiring key competencies by mastering knowledge, skills and attitudes related to the nature of the Earth, its natural resource potential and the sustainable development of the geographical space. The formation of students' geographical culture continues.	Geography and economics training in the **eighth grade** is aimed at acquiring key competences by mastering knowledge, skills and attitudes related to the Earth's nature, its natural resource potential and the sustainable development of the geographical space. The development of students' geographical awareness continues. The main objective is for them to make sense of what they have learned and to discover its application in new and unfamiliar everyday situations. They are not required to memorise data and facts aimlessly, but to understand and perceive geography as a science and the approaches and means of using geographical knowledge for personal, professional and social fulfilment.
main programme objective - grade 9	
Curricula from 2017 in force from the academic year 2018/2019	**Curricula from 2023 in force from the academic year 2024/2025**
Geography and economics training in Grade IX is aimed at acquiring key competencies by mastering knowledge, skills and attitudes related to the political and socio-economic organization of society, the world's regions and the countries within them.	Geography and economics training in **ninth grade** is aimed at the development of key competencies through the acquisition of knowledge, skills and attitudes related to the political and socio-economic organization of society, the world's regions and the countries within them. The main objective is for them to make sense of what they have learned and to discover its application in new and unfamiliar everyday situations. They are not required to memorise data and facts aimlessly, but to understand and perceive geography as a science and the approaches and means of using geographical knowledge for personal, professional and social fulfilment.
main programme objective - grade 10	
Curricula from 2018 in force from the academic year 2019/2020	**Curricula from 2023 in force from the academic year 2024/2025**
Geography and economics training in Grade X is aimed at acquiring key competencies through the acquisition of knowledge, skills and attitudes related to the territory most closely associated with the student's life - the native country.	Geography and economics training in the **tenth grade** is aimed at the implementation of key competences acquired by the students related to their native country, the formation of critical thinking and reasonable behavior in different life situations and the formation of responsible citizens of Bulgaria.

(Grade VIII Curricula, 2016, 1; Grade VIII Curricula, 2023, 1; Grade IX Curricula, 2017, 1; Grade IX Curricula, 2023, 1; Grade X Curricula, 2018, 1; Grade X Curricula, 2023, 1;)

From the school year 2024/2025, the main objectives for the three grades are didactically upgraded and, with a few exceptions, substantively changed. In VIII grade, the existing competency vision and content dimensions of the previous curricula have been preserved. The didactic and content expansion is towards:

- finding meaning from what you have learned;
- discovering its application in new and unfamiliar everyday situations;
- no aimless memorising of data and facts is required;

- understanding and perception of geography as a science;
- understanding and acceptance of the approaches and means of using the geographical knowledge for personal, professional and social fulfilment (Fig. 4). (VIII grade Curricula, 2023, 1; IX grade Curricula, 2023, 1)

The presented didactic-content composition model of the main objective has been applied exactly the same in the IX grade, or it is the new addition of the curricula, keeping the preface of the brief presentation related to the competence approach and the content-spatial dimension of the course.

The first three sub-objectives in the amended and supplemented curricula for grades VIII and IX are of general didactic rank and can be related to any curricula, even if it is not in geography and economics. The latter two sub-objectives are specifically oriented towards school geography education and require an understanding and perception of geography as a science on the one hand and the application of geographical knowledge for personal, professional and social realization on the other. Undoubtedly, the school geographical education is a didactic transfer from the academic development of the geographical science, and the state requirements imposed on it are oriented towards the key competences and especially towards the group of social and civic competences. The curricula thesis is a reflection of the goals of school education to „acquire the competences necessary for successful personal and professional realization and active citizenship in contemporary communities". (ZPUO, 2015, 2)

It is clearly established in the ZPUO that „education as a process includes training, upbringing and socialization", therefore it is the group of social and civic competences that lead to the conception, realization and existence of the socialization process. (ZPUO, 2015, 1) One-sidedness towards one group of key competences is not justified, even though it is most directly related to the aim of the course, because all groups of key competences are „interdependent and represent a set of knowledge, skills and attitudes necessary for the lifelong personal development of the individual, for the development of an active citizenship and participation in social life, as well as for his suitability for the labour market". (Regulation 5, 2015, 1-2)

In X grade, the amended and supplemented curricula is didactically oriented towards four didactic and content-spatial aspects:

- application of the acquired key competences for the native country;
- formation of critical thinking;
- reasonable behaviour in different life situations;
- building responsible citizens of Bulgaria.

In comparison with the curricula content for the main objective from before 2023, the following additions are found: specification of the native country as a geographical nomenclature - ***Bulgaria***; description of the required key competences to be mastered - ***knowledge***, ***skills*** and ***attitudes***; normative establishment and transfer from the specific objectives of the SES of reasonable behaviour and the competence approach through the formation of ***critical thinking***; as an independent target unit also appears

the need to build responsible citizens of Bulgaria as part of the group of key competences - ***social and civic competences***. The goal of forming reasonable behaviour in different life situations is also part of the practical-applied nature of the educational policy on the role of the school geographical education, on the social formation of the personality and the formation of „civic consciousness and civic virtues..., on the rights and duties of the citizen and with skills and readiness for responsible citizenship behaviour". (Regulation 13, 2016, 1)

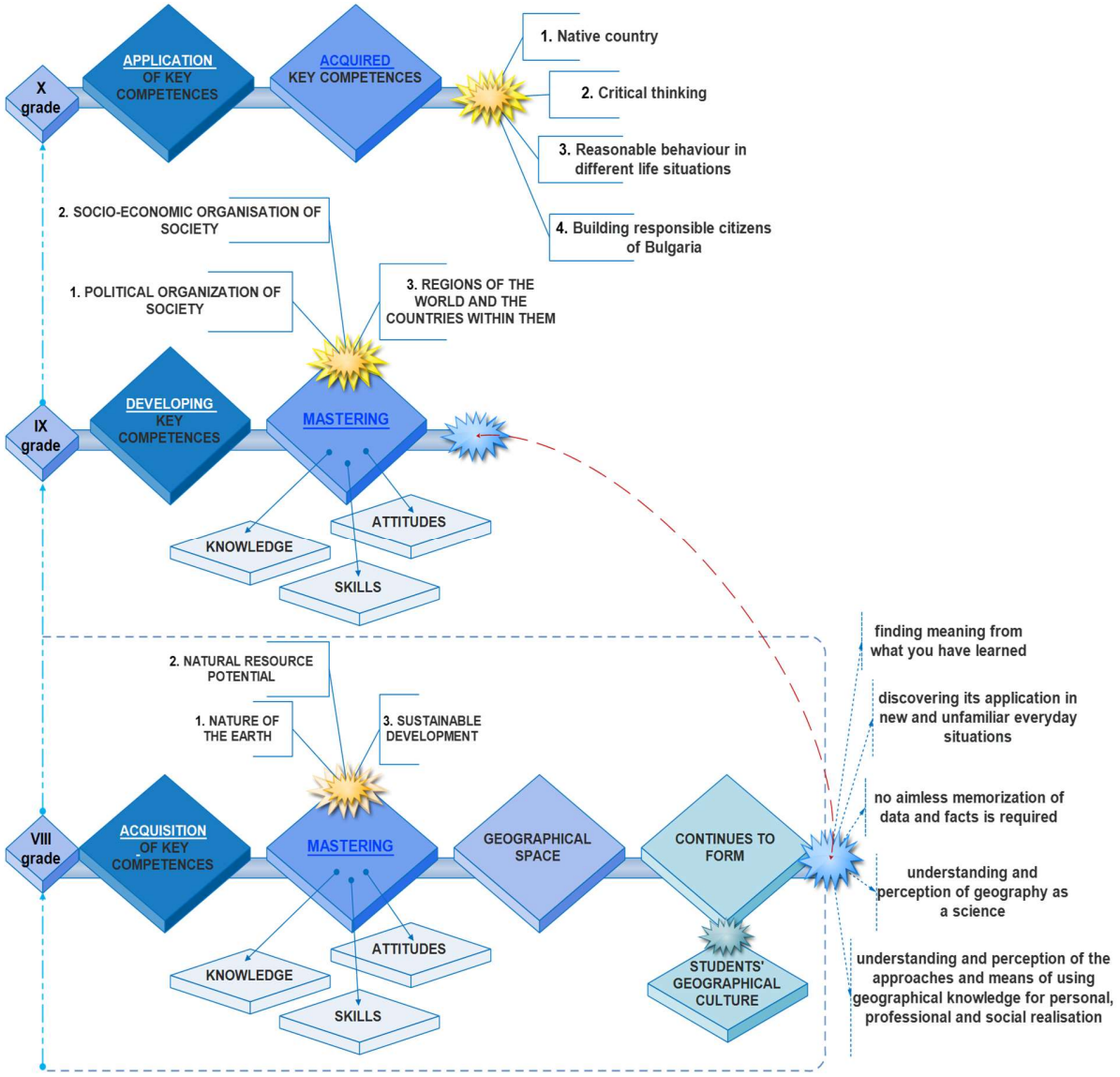


Figure 4 – A general contemporary vision of the main objectives of geography and economics training in grades VIII, IX and X of the curricula level in force from 2024/2025

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in Geography and Economics in the high school stage in the Bulgarian School.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 251-267
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma18

The generalized model of the main objective of the education in geography and economics from VIII to X grade reveals another didactic specificity, reasoned unfolded in relation to the taxonomic actions of **acquisition** - **development** - **application**, oriented to the educational paradigm of the XXI century - the competence approach through the key competencies and the levels of mastery (Fig. 5).

Competencies are defined as “a combination of knowledge, skills and attitudes, where knowledge is made up of facts and figures, concepts, notions and theories”, skills are “one's ability and capacity to reason and use existing knowledge” to achieve outcomes, and attitudes and mindsets relate to „the way one thinks about acting or reacting to ideas, persons or situations”. According to the Council Recommendation, the key competences are the competences “needed by every person for personal fulfilment and development, employability, social inclusion, sustainable living, successful life in peaceful societies, organizing life in a health-conscious way and active citizenship”. (Council Recommendation, 2018, 7) The curricula target concept in *Geography and economics* is fully relevant to the current strategy for competency-based approach.

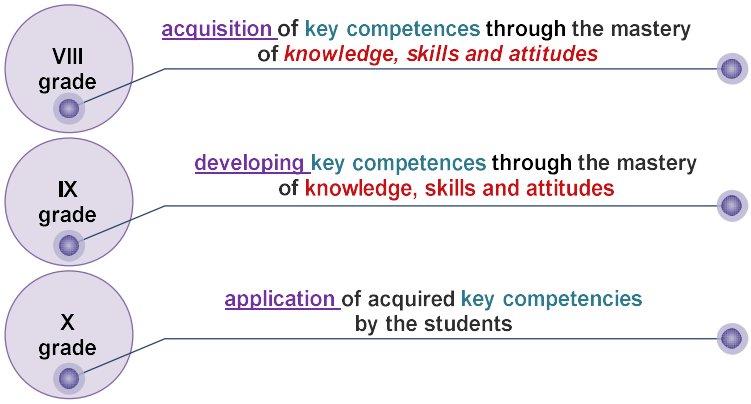


Figure 5 – A general contemporary vision of the main objectives of geography and economics training at curricula level in force from 2024/2025

3 – Visual-didactic models of competencies as expected outcomes in relation to active verbs at programme level in geography and economics in grade VIII, IX and X

Geography and economics training at programme level from the 2024/2025 academic year is also modelled at competency level as expected learning outcomes for knowledge, skills and attitudes. The programmatic specificities consist of the following didactic findings:

- high didactic frequency of applied active verbs in terms of quantity and levels of mastery;
- the highest number of active verbs for the implementation of competences as expected training outcomes in grade X - a total of 26 active verbs according to the Bloom's taxonomy;

- the quantitative vision of the applied active verbs for the three grades are: grade IX - total 18 active verbs; grade VIII - total 20 active verbs; grade X - total 26 active verbs;
- in the three grades of the first secondary school educational stage of secondary education degree have been applied to the curricula content as a projection of competences as expected results a total of 64 as a total didactic element, and in relation to the single use a total of - 35 active verbs;
- with significant absolute values in grade VIII are distinguished active verbs: explains - 19 times frequency of repetition; *characterizes* - 9 times frequency of repetition; *distinguishes* - 6 times frequency of repetition;
- with significant absolute values in IX grade are distinguished active verbs: *characterizes* - 12 times frequency of repetition; *explains* - 12 times frequency of repetition; *understands* - 8 times frequency of repetition;
- with significant absolute values in Grade X are the active verbs: *characterize* - 29 times frequency of repetition; interpret - 19 times frequency of repetition; *present* - 12 times frequency of repetition; *evaluate* - 11 times frequency of repetition; *comment* - 10 times frequency of repetition; *solve a geographical case* - 8 times frequency of repetition
- the nine active verbs with the highest frequency of repetition for the three grades are mainly from conceptual knowledge (understand, explain, distinguish, characterize, interpret) and metacognitive knowledge (comment, solve a geographical case, evaluate), while only one active verb has a described action for procedural knowledge - *present*;
- the application of the active verbs by knowledge area and levels of mastery reveals the compliance of the composed competences as expected results with the age characteristics of the students of the first secondary school stage, with the metacognitive experience, with the strategic sphere of development of productive-oriented learning, with the didactic objective setting;
- the high frequency of active actions in conceptual and metacognitive knowledge directs the learning process on the one hand to the content dimensions of interrelations and interactions of individual elements in larger structures and macro units, and on the other hand to the knowledge of wholeness and holistic awareness and knowledge of the world and own knowledge;
- the network model in Grade X ends with a predominant extension towards the levels of mastery - *analysing*, *synthesising* and *evaluating* - Fig. 8;
- the competencies as expected outcomes in Grade VIII are normatively established around the levels of mastery - *understanding* and *applying*, and in the levels of *knowing* and *analyzing* and *synthesizing*;
- competencies as expected outcomes in grade X are predominantly described in terms of characterizing, solving a case, answering a geographical question, interpreting, commenting, presenting, and evaluating;
- the presence of a large number of active verbs and the high frequency towards levels of mastery - knowing and understanding is not justified in grade IX;

• network "scissors" is wide open to conceptual knowledge in grades VIII and IX (Fig. 6, Fig. 7);



Figure 6 – Network model of active verbs for the realization of competencies as expected training outcomes in grade VIII of the curricula in geography and economics for the school years 2024/2025

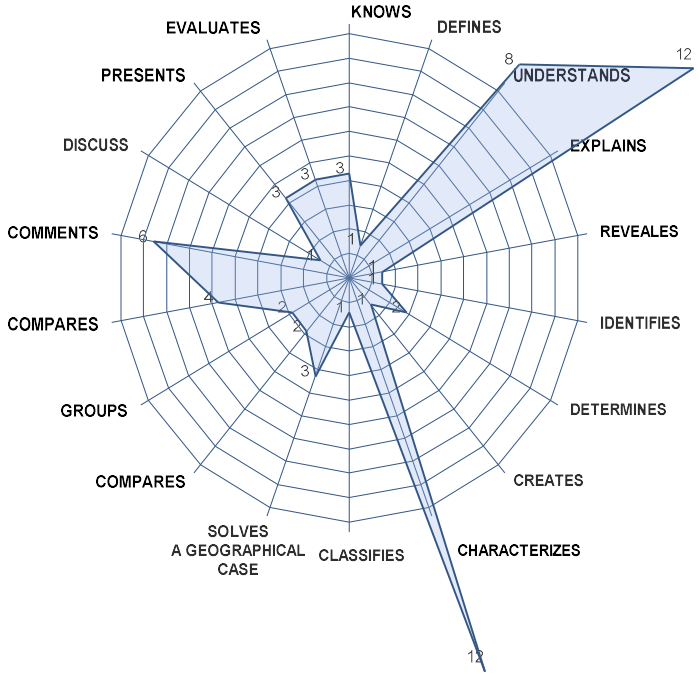


Figure 7 – Network model of active verbs for the realization of the competences as expected training outcomes in IX grade of the curricula in geography and economics for the academic years 2024/2025

• in grade X, four didactic perspectives stand out, which are evenly oriented with respect to the centre, the levels of mastery for the age of the students, the complexity and conceptualization of the educational content, the formation and further development of micro- and macro-skills;

• the widespread prevalence of the active verb at the program level - **characterize** (50 times in total for the three secondary school grades) is a reflection of the competence approach versus the practical-applied effect of the formation of abilities, skills and qualities of the individual.

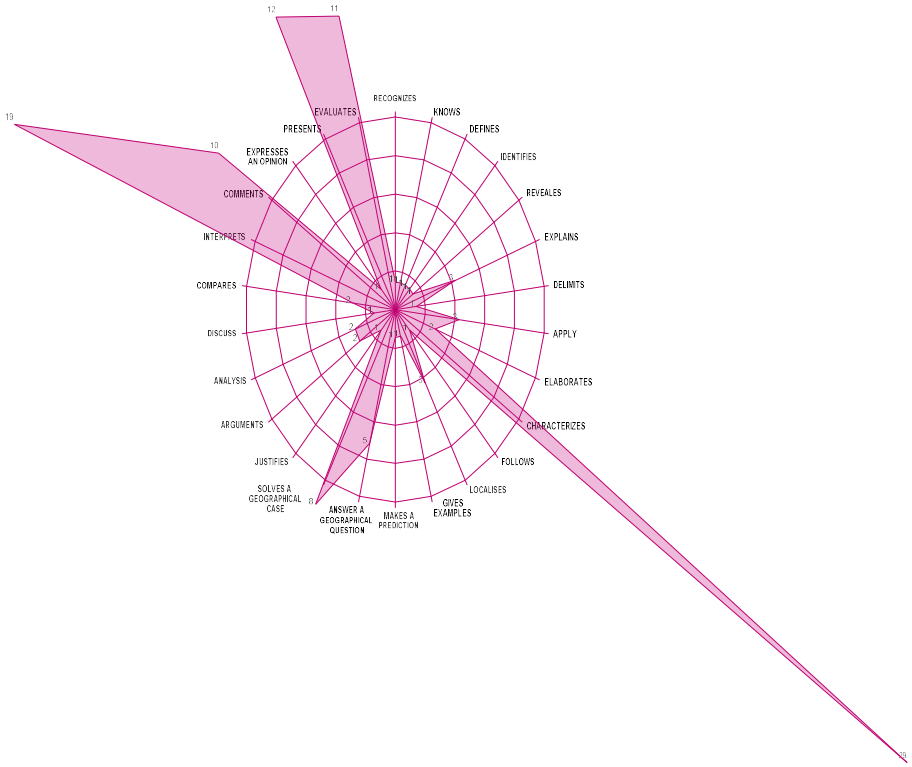


Figure 8 – Network model of active verbs for the realization of competences as expected training outcomes in the Xth grade of the curricula in Geography and Economics for the academic years 2024/2025

4 – Visual curricula modules of Geography and Economics grades for VIII, IX and X grades

The amended curricula for geography and economics in force from the 2024/2025 academic year contain changes in relation to the number of teaching hours for different types of lessons (Figure 9, Figure 10, Figure 11). The main change for all three curricula is the ratio between lessons for new knowledge and lessons for activities, practical activities, exercises, etc. A curricula pattern towards decreasing the number of lessons for new knowledge and increasing the number of lessons for activities has been established. The number of lessons for activities has been increased the most in Grade X - by 10. (Draganova, 2024, 233-235) Lessons for generalization have been maintained with a normative stagnation for grade VIII and IX of 2/2, while in grade X they have been increased by one - 4/5.

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in Geography and Economics in the high school stage in the Bulgarian School.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 251-267
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma18

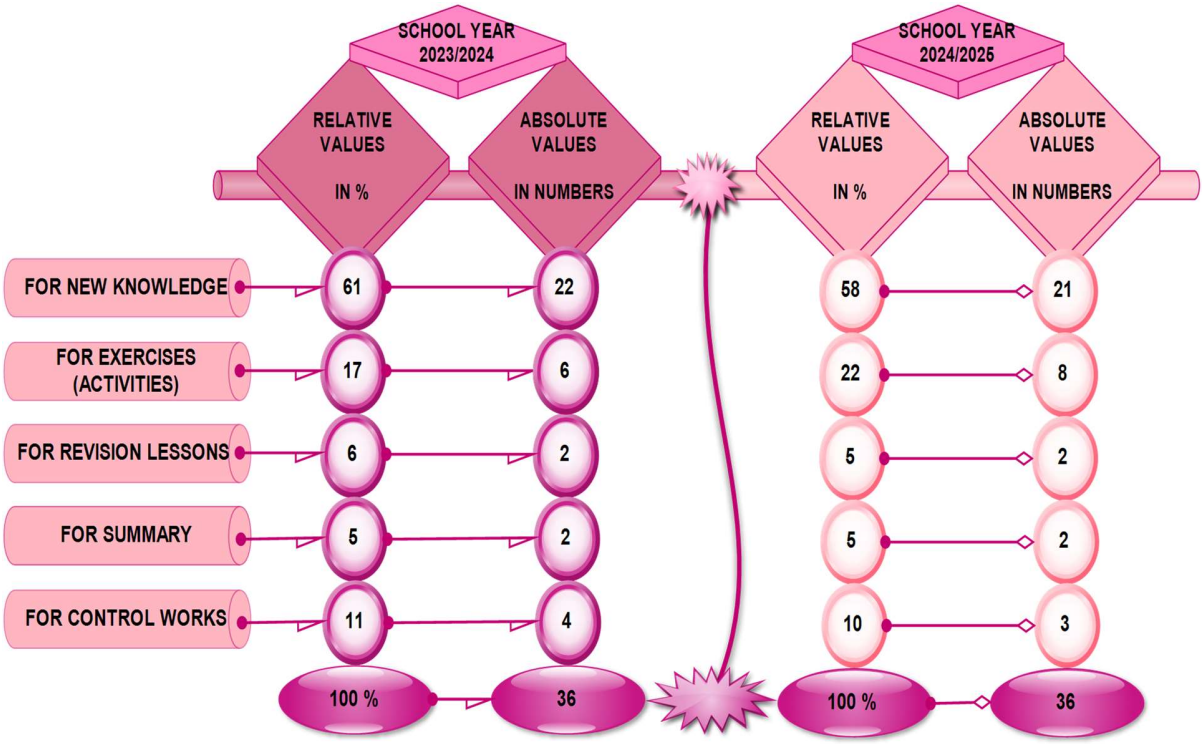


Figure 9 – Comparative model of the normative and curricula distribution of compulsory teaching hours in geography and economics in grade VIII for the academic years 2023/2024 and 2024/2025

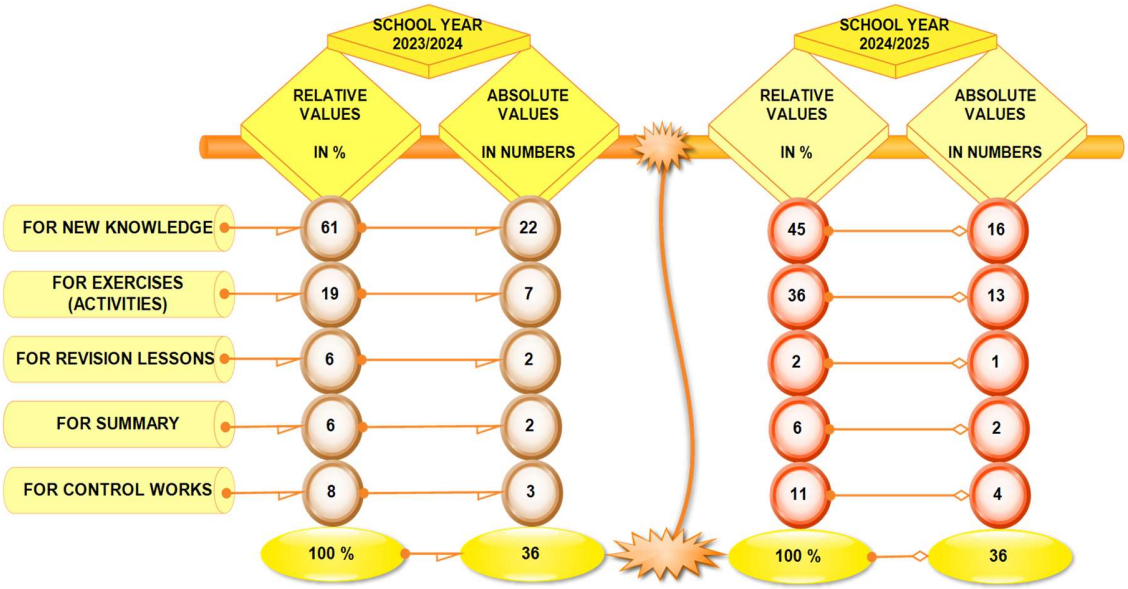


Figure 10 – Comparative model of the normative and curricula distribution of compulsory teaching hours in geography and economics in Grade IX for the academic years 2023/2024 and 2024/2025

Another curricula specificity that emerges from the recommended percentage distribution of compulsory teaching hours is in the case of exam paper classes in grades IX and X, which tend to increase minimally. A decrease is also observed in the revision lessons, which alone remain unchanged in grade VIII, but are reduced by one lesson in grades IX and X. The reduction in grade IX is effectively depriving learners of revision because one revision lesson is relevant to one initial or annual revision and nothing more. After all, the programme level figures quoted are stated as recommended, but the textbook writers also take into account the programme requirements.

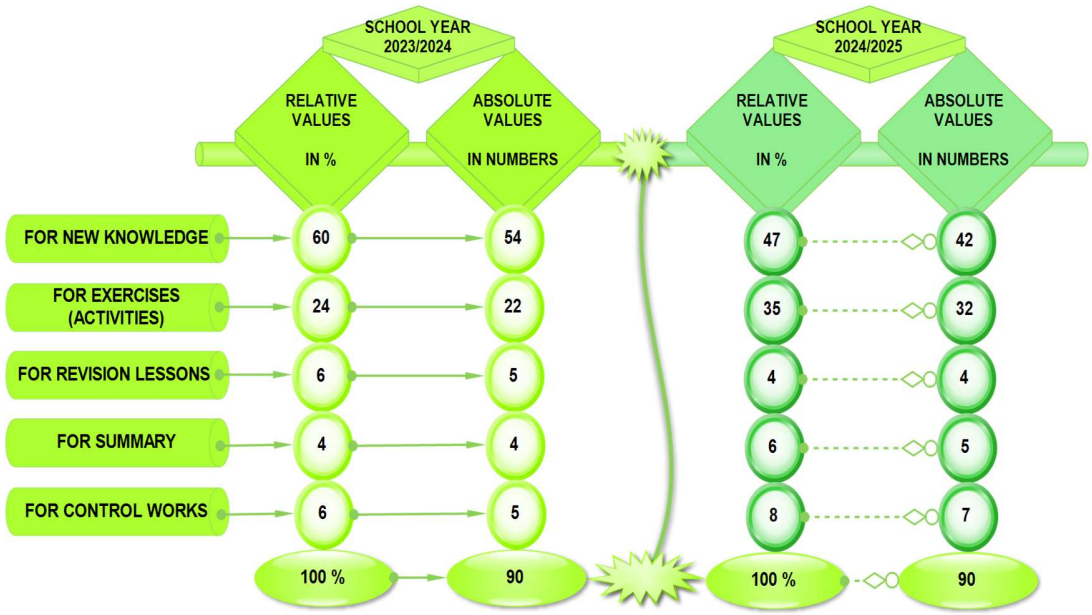


Figure 11 – Comparative model of the normative and curricula distribution of compulsory teaching hours in geography and economics in Grade X for the academic years 2023/2024 and 2024/2025

5 –Conclusion

As a result of a complex study of methodological projections of the curricula content for the successful implementation of new curriculums in geography and economics in the high school stage in the Bulgarian school some of the methodological problems are highlighted: abstractness of the geographical content; empirical knowledge (mainly geographical nomenclature and facts) occupies too high relative share, which makes it difficult and demotivates students; theoretical knowledge (mainly concepts) often are unsustainably assimilated, and cause-effect relationships are unidirectionally or fragmentarily grounded

An option for overcoming these real imperfections in the organization of geographic training we see in the potential possibilities of: alternation of problem-systematic and chronologically linked topics; complexity in the construction of geographic ideas about the development of human society;

comprehensiveness, balance and flexibility of the educational and cognitive process; inclusion of unanalysed problems with global, regional and local reflection; increase of personality-oriented practical-applied value of geographic knowledge.

The retrospective and content analysis, situational and comparative analysis reveal a curricula design in geography and economics with the application of the competency approach, the practical-applied connection of school content and competencies as expected training outcomes, as well as goal-oriented knowledge, skills and attitudes, the horological and holistic design model.

Retrospective analyses identified changes and additions at the competency level as expected traning outcomes in the direction of reducing the total number of expected outcomes, orienting towards active actions at the conceptual and metacognitive knowledge level.

The situational analysis of competences as expected training outcomes also identifies the training methods on which the amended and supplemented curricula are focused: interactive methods, case study, geographic question answering, project method, etc.

In all three curricula studied, the presence of a requirement for the application of information and communication technologies (ICT) to elaborates and present.

The focus of the application of information technology in Grade VIII is in the development of a diagram of the major ocean and sea currents in the World Ocean and the creation of a map of the territorial distribution of various natural resources. In Grade IX, the implicit application of ICT is related to interpreting information from various sources, and using information technology to represent the features of major tourist areas of the world and tourist routes in them, presenting information about international organizations and solving and answering geographical questions and case studies about a region or country in text, graphics, cartographic image. In Grade X, a programmatic requirement to complete an active activity using information technology is the presentation of tourist routes in selected forms: cartographic, graphic, textual, and the creation of a gender-age population pyramid.

Every pedagogical situation requires prior preparation and awareness of the methodology of training in synchrony between the traditional and the innovative for the realization of an effective learning process precisely in the conditions of huge quantity and quality of information flows, software products and programs, digital resources and tools, educational innovations and novelties.

The integration of new information and communication technologies in geography education also leads to a change in the educational paradigm.

This approach can also be criticized, mainly due to the inability to balance the subject-object ratio in the foundations of the educational geographical content, i.e. to place qualitative content supports against the personal relevance of geographical knowledge for learners and the related activation of motivational mechanisms for cognitive activity. However, the educational content must be consistent with the criteria for its selection and structuring, namely: perspectivity, functionality, organizational systematicity, coherence, accessibility.

A key factor for their qualitative didactic interpretation is the educational documentation that frames the school geography.

The study highlights the need to apply modern methodological approaches for effective implementation of the new curricula in geography and economics in the first secondary school stage. The main accent is placed on the competence approach, which requires not just the acquisition of knowledge, but the development of skills and attitudes in students. The curricula focus on interdisciplinarity, global processes, sustainable development and civic responsibility. Their successful implementation requires the use of interactive training methods, project and research activities, and the incorporation of digital resources and technologies. The teacher must take on the role of facilitator, adapting the content to the individual needs of the students.

Bibliography

DERMENDZHIEV, A. (2018). Sotsialna i kulturna geografia – anali(zi), kontekst(i), (s)misli. Veliko Tarnovo: IVIS, 2018. – 400 p.

DERMENDZHIEV, A. (2022). „Kartinata na sveta" kato obshtestvena geografia. Sbornik dokladi ot Godishna universitetska nauchna konferentsia 30 yuni – 1 yuli 2022 g. elektornno izdanie. Veliko Tarnovo: IK na NVU „Vasil Levski", 2022, pp. 2729-2738.

DERMENDZHIEVA, S. (2021). Teoria i metodika na geografskoto obrazovanie. Veliko Tarnovo: „ITI", 2021. – 887 p.

DERMENDZHIEVA, S., DRAGANOVA, T. (2024). Obuchenieto po gegografia na stranite. Metodicheski analizi i interpretatsii. Veliko Tarnovo: Izdatelstvo „ITI", 2024. – 355 p.

DERMENDZHIEVA, S., T. DRAGANOVA. (2022). Geography and geographical (global) thinking. The 16-th Conference on the Overarching issues in European area - 27th-29th May 2022, Porto, University of Porto, 2022.

DRAGANOVA, T. (2024). Didakticheskо modelirane na intelektualnite karti v obuchenieto po geografia i ikonomika. Veliko Tarnovo: Izdatelstvo „ITI", 2024. – 310 p.

NAREDBA (2015). Naredba № 5 ot 30 noemvri 2015 za obshtoobrazovatelnata podgotovka.

NAREDBA (2016). Naredba № 13 ot 21 septemvri 2016 g. za grazhdanskoto, zdravnoto, ekologichnoto i interkulturnoto obrazovanie.

PREPORAKA NA SAVETA (2018). Preporaka na Saveta ot 22 may 2018 godina otnosno klyuchovite kompetentnosti za uchene prez tselia zhivot (tekst ot znachenie za EIP) (2018/C 189/01).

UCHEBNA PROGRAMA (2016) po geografiya i ikonnomika za VIII klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2016 g., v sila ot uchebnata 2017/2018 g.

UCHEBNA PROGRAMA (2017) po geografiya i ikonnomika za IX klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2017 g., v sila ot uchebnata 2018/2019 g.

UCHEBNA PROGRAMA (2018) po geografiya i ikonnomika za X klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2018 g., v sila ot uchebnata 2019/2020 g.

UCHEBNA PROGRAMA (2023) po geografiya i ikonnomika za IX klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2023 g., v sila ot uchebnata 2024/2025 g.

UCHEBNA PROGRAMA (2023) po geografiya i ikonnomika za VIII klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2023 g., v sila ot uchebnata 2024/2025 g.

UCHEBNA PROGRAMA (2023) po geografiya i ikonnomika za X klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2023 g., v sila ot uchebnata 2024/2025 g.

ZAKON (2015) za preduchilishno I uchilishno obrazovanie, 2015, v sila ot 01.08.2016 g.

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Innovative strategies and methods of training Geography and Economics for Europe, Balkan Peninsula and Bulgaria in 7th grade.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 268-283
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma19

INNOVATIVE STRATEGIES AND METHODS OF TRAINING GEOGRAPHY AND ECONOMICS FOR EUROPE, BALKAN PENINSULA AND BULGARIA IN 7TH GRADE

ESTRATÉGIAS E MÉTODOS INOVADORES DE ENSINO DA GEOGRAFIA E ECONOMIA PARA A EUROPA, PENÍNSULA DOS BALCÃS E BULGÁRIA NO 7º ANO DE ESCOLARIDADE

Stella DERMENDZHIEVA
St. Cyril and st. Methodius University of Veliko Tarnovo
s.malcheva@ ts.uni-vt.bg

Tamara DRAGANOVA
St. Cyril and st. Methodius University of Veliko Tarnovo
t.draganova@ts.uni-vt.bg

Abstract

The educational system in Bulgaria is being modernized, transformed and digitized. There is a continuous effort to increase the quality of education, the improvement of methodological tools and the introduction of innovative strategies, models and training methods.
In the training of geography and economics in the 7th grade, from the academic year 2024/2025, new curricula will be in force, which has been amended and supplemented, and includes changes related to all components. The content design for the study of Europe, the Balkan Peninsula and Bulgaria is preserved as a temporal identification, but with modified didactic purposes, grouping and training methodology.
In the present chapter, are presented conceptual frameworks of the school subject geography and economics for the 7th grade, through a situational analysis of the educational process and the new curricula in 2018/2019 and in 2024/2025 or for the period of a six-year.
Specific ways in which artificial intelligence can be used in education to improve the educational and learning experiences, encourage individualization and contribute to raising student outcomes are presented. Based on this, artificial intelligence is a software that is able to detect cause-and-effect relationships in the data provided to it and generate predictions, recommendations or decisions based on incomplete and unclear information without the presence of predefined instructions.

Keywords: geography and economics, curricula, methods, strategies, Europe, Balkan Peninsula, Bulgaria.

Resumo

O sistema educativo na Bulgária está a ser modernizado, transformado e digitalizado. É visível um esforço contínuo para aumentar a qualidade da educação, o aperfeiçoamento das ferramentas metodológicas e a introdução de estratégias, modelos e métodos de formação inovadores.
Na formação em Geografia e Economia do 7.º ano, a partir do ano letivo 2024/2025, passaram a estar em vigor novos curricula, que foram alterados e complementados, incluindo alterações relativas a todas as componentes. O design de conteúdos para o estudo da Europa, Península Balcânica e Bulgária foi preservado como uma identificação temporal, mas com propósitos didáticos, agrupamento e metodologia de treino modificados.

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Innovative strategies and methods of training Geography and Economics for Europe, Balkan Peninsula and Bulgaria in 7th grade.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 268-283
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma19

Estruturas conceptuais da disciplina escolar geografia e economia para o 7º ano são apresentadas neste capítulo, através de uma análise situacional do processo educativo e dos novos curricula.
São apresentadas formas específicas através das quais a inteligência artificial pode ser utilizada na educação, para melhorar as experiências educativas e de aprendizagem, e contribuir para melhorar os resultados dos alunos. Com base nisto, a inteligência artificial é um software capaz de detetar relações de causa e efeito nos dados que lhe são fornecidos e gerar previsões, recomendações ou decisões baseadas em informação incompleta e pouco clara, sem a presença de instruções predefinidas.

Palavras-chave: geografia e economia, currículo, métodos, estratégias, Europa, Península Balcânica, Bulgária.

1- Introduction

The dynamic changes in the last five years and Bulgaria's place on the global socio-economic and political-strategic, cultural and educational scene determined higher public demands at all levels. With an optimal combination of the necessary didactic conditions (a detailed study of the educational documentation and compliance with its requirements; appropriate selection of textbooks and teaching aids, informatization and technology, adapted to the specifics of the specific school environment) and application of the principles of humanization, sociologization, dynamization of the interaction between teacher and students in the course of educational and cognitive activity, the social expectations for geographical training would be achieved.

In the training of geography and economics in the Bulgarian school, the process of educational reform, amendments and additions to the curricula has not stopped since its beginning in 2016. Some of the program amendments and additions that have occurred are inevitable in relation to the digital transformation of education, innovations and global educational trends and changes in public attitudes and school innovation. Another part is unfounded and outside the framework of educational traditions, but follow the general methodological trends in education.

Geography education occupies an important place in the general education of modern young people. Its position is based, on the one hand, on the general state educational policy and, on the other hand, on its so-called absolute value in the general education of people, connected with his understanding and rational activity in geographical space. This value is based on the uniqueness of geography as a natural and social science, on its „dual object" of study (Dermendzhieva, 2001, 80-81).

The study of geography becomes an essential basis for understanding a world that is complex and rapidly changing. By assessing the diversity of people and places in the world, geography provides real opportunities, not only contributing to local, national, and global development, but also for „understanding and promoting multicultural, international, and other perspectives in the world" (Dermendzhieva, 2021, 116).

Content analysis, situational and comparative analysis, systematization, generalization, deduction and induction, in combination with the exploratory, complex and systematic approach, are applied in the research and the didactic interpretation on the topic.

The methodology of the study is also based on the program data of the last two editions of the curricula in geography and economics. Through the qualitative method, the program data in the curricula were analyzed, synthesized and evaluated - content analysis, topic analysis, analysis of expected results, analysis of new concepts, analysis of the number of lessons, analysis of lesson types, analysis of other didactic criteria. The program and statistical data used are the basis for the comparative models in the article, presented through infographics and diagrams.

The present chapter is structured as follows: after Introduction, the second section focus on the content aspects and objectives of geography and economics education in grade VII, types of geography and economics lessons in grade VII in relative and percentage values, comparative models between curricula, competencies as expected learning outcomes and new concepts and comparative models of studied countries.

2 – Content aspects and objectives of geography and economics training in grade VII

2.1- Situational analysis and didactic interpretation of the learning content

In Bulgaria, the latest educational reform poses a challenge and raises questions and possible solutions about the place and role, importance and content of school geography education and its successful development against the background of the unified state educational policy. It is also a circumstance that defines a new learning environment with adapted educational phenomena, processes and objects.

In the Bulgarian secondary school, the study of Geography of Europe, the Balkan Peninsula and Bulgaria in the new realities is designed in the normative documents, the world trends in education, the societal needs and the combination of traditional and innovative models of geographical education. Each systematization has a conditional nature as it is based on different criteria. It is based on the answers to several questions (Fig. 1):

- „What is being studied (subject approach);
- How, by what means is it studied (methodological approach)?
- Why, for what reason, for what purpose is it studied? (applied approach)" (Dermendzhieva, 2021, 27).

The new realities bring to the fore the importance of geographical knowledge, of geographical cognition, the importance of geographical education as culture, as behaviour, i.e., with other emphases and new dimensions. This calls for research, along with a deep rethinking of the achievements of geographic education in our country, in combination with the traditions that have retained their value. Mass digitalization and the introduction of educational innovations are observed with innovations related to the new realities, forming „a philosophy of the development of geographical values" (Dermendzhieva, 2021, 120).

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Innovative strategies and methods of training Geography and Economics for Europe, Balkan Peninsula and Bulgaria in 7th grade.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 268-283
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma19

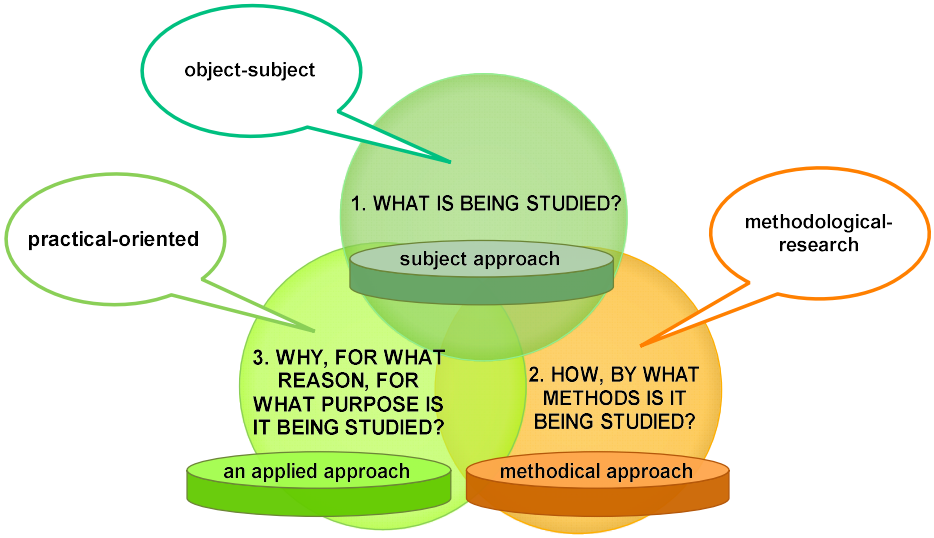


Figure 1 - A general scientific system for the overall scientific knowledge of geography
Source: Author's scheme – S. Dermendzhieva and T. Draganova

The grounds for determining the place of the 7th grade course as part of the geographic training system are:

- the traditions that have preserved their value, which after repeated changes prove the expediency of the arrangement of the continents (typological approach);
- the modern achievements of the geographical science, primarily in terms of regional studies, which implies a complex approach to the study of the continents and oceans of the planet;
- the new concepts in didactic, methodological and psychological-pedagogical science, as a result of which the adaptation of scientific knowledge for educational purposes is carried out in accordance with the principles of accessibility, actuality, complexity, systematicity, personal significance and are adequate to the age characteristics of the students; the potential opportunity for interdisciplinary (according to the scope) and preceding, concurrent and prospective (according to the chronology) binding of the educational content in geography and economics.

The effectiveness of geography education in grade 7 can be assessed by the following two criteria: the ability of students to use their critical thinking in situations that are new to them and the degree of engagement and interest demonstrated toward learning (Dermendzhieva, 2010, 400). The training includes characterization of the geographical position and borders of Europe and the Balkan Peninsula and selected countries within them, features of the nature of Europe and the Balkan Peninsula, the political map, population, economy in Europe and in selected countries (Great Britain, France, Germany) and the political map, population, economy in the Balkan Peninsula and in selected countries (Romania, Serbia, North Macedonia, Greece).

Four of the expected outcomes are specifically linked to the geography of Europe and the Balkan Peninsula, and the fifth is indirect because it includes the political map, population, economy and selected countries of the Balkan Peninsula as part of Europe. The characterization of a continent is done according to the model: geographical position and borders, population, political map, economy, countries representative of the continent (for Europe - 3, and for the Balkan Peninsula - 4). Concluding the course is anlysed the geography of Bulgaria. The section covers geographical position, nature, population, settlements, and economy.

The training in geography and economics in the seventh grade is aimed at continuing the formation and development of geographical culture through the mastering of basic knowledge, skills and the acquisition of key competences by students. The training covers the surrounding space the regional and local level through the study of Europe, the Balkan Peninsula and Bulgaria.

The didactic goals are oriented towards searching for the meaning of what has been learned and discovering its application in new and unfamiliar everyday situations. The goal setting is oriented towards ensuring a full and effective acquaintance with the approaches and means of finding and using geographical knowledge for personal, professional and social realization.

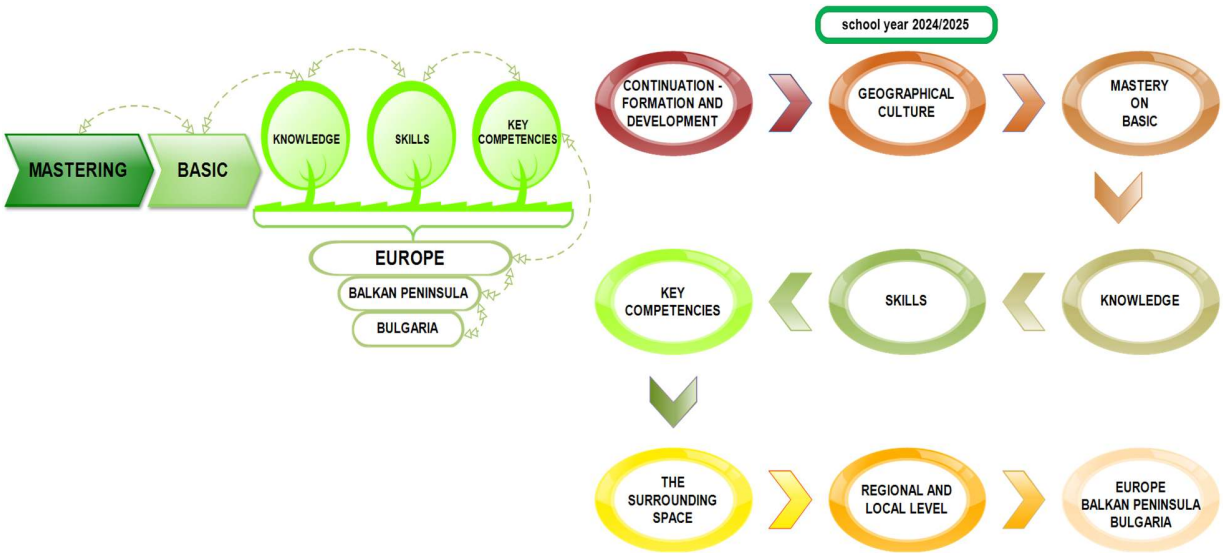


Figure 2 – Comparative model of the main objective in the curricula before and from the academic year 2024/2025
Source: (Curricula, 2023, 1)

The comparative analyses cover the curricula in force until the 2023/2024 academic year and the amended and supplemented curricula in force from the 2024/2025 academic year. The main objective for the whole class reveals: structural integration; didactic expansion of the objective in relation to geographical culture; preservation of the chronological character of the surrounding space, the different territorial levels and units; integration of the learning process as a function of social activity; integration of practical-applied

dimensions; overcoming the reproductive character of memorizing data and facts; introduction of social and civic competences where the aim is to apply geographical knowledge for personal, professional realization (Fig. 2, Fig. 3).

The main objective before the mini-reform of 2023 is competency and horological-content oriented, with the requirements covering the mastery of basic knowledge, skills and key competences on a territorial basis in the direction from the far to the near or the deductive to the inductive range or from *Europe - Balkan Peninsula - Bulgaria* (Curricula, 2017, 1) The three horological units are integrated programmatically as independent structural-content units.

The 2024/2025 main purpose has been structurally, territorially and content-wise amended and supplemented. The didactic specification has been included not only for the three horological units to be studied: *Europe - Balkan Peninsula - Bulgaria*, but also the taxonomy on which the movement from the general to the particular or to the native country takes place has been described: at the regional and local level.

The amended and supplemented curricula set the conceptual centre for continuing the formation and development of the **geographical culture** at the competence level through the didactic unity of knowledge, skills and acquisition of the key competences by the students (Curricula, 2023, 1) The formation of the geographical culture is the main objective of the school geographical education, because „the general culture is formed on the basis of the geographical culture" and a unique geographical picture of the world is built, situated on the four main components: „geographical picture of the world, geographical thinking, methods of geography and language of geography" (Dermendzhiev, 2018, 23-24, 222; Draganova, 2024, 41, 46). Or the normative statement about the training to continue the formation of the geographical culture in grade VII is a didactic induction related to the volume category of the objective „picture of the world" and the improvement and enrichment of the geographical culture in the context of global thinking and global competence (Dermendzhieva, Draganova, 2022). The implemented programmatic targeting for continuing the formation and development of the geographical culture is a direct transformation of the geographical environment for Europe, the Balkan Peninsula and Bulgaria on the one hand, and „people as formers of the geographical values" on the other hand, while a third side is „the rational activity and individual excellence in dealing with geographical information" (Dermendzhieva, 2021, 160-163).

The curricula additions also cover the implementation of a requirement for the way of learning and the outcome of this learning to be of a practical and applied nature. The search for meaning from what is learnt is precisely the transformation of training into a social activity, one that is the basis for the reproduction of any subsequent activity. The formed competences as a system of knowledge, skills and values are applicable specifically in new and unfamiliar everyday situations or the training as activities is transformed as a socially significant quality of the already trained students capable of applying familiar models in new environments and new situations. The didactic emphasis is on learning as activities, and the training process guides the structure and content of the activities to form the main characteristics of this training, which is a social phenomenon and a carrier of the geographical culture.

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Innovative strategies and methods of training Geography and Economics for Europe, Balkan Peninsula and Bulgaria in 7th grade.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 268-283
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma19

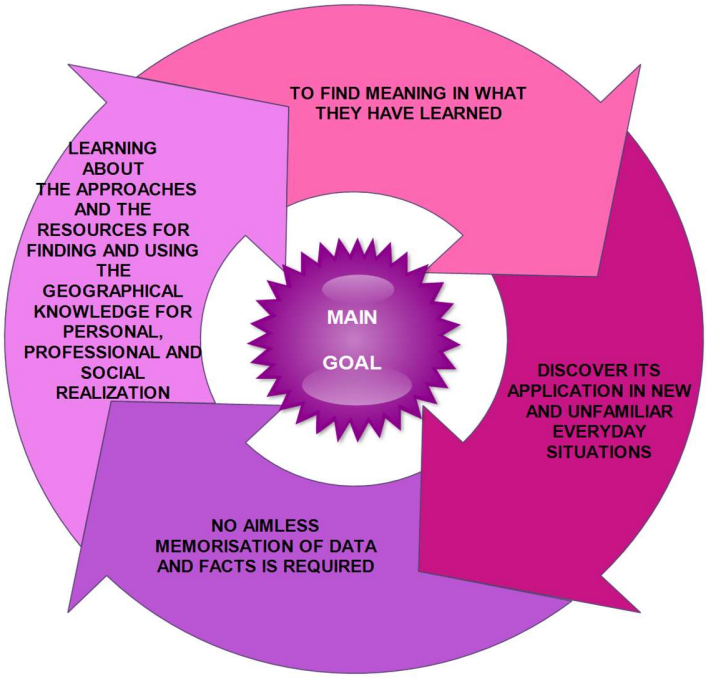


Figure 3 – Decomposed supplemented main objective of the curricula in geography and economics for grade VII in force from the academic year 2024/2025.
Source: (Curricula, 2023, 1)

The programmatic specificity of objective setting in Grade VII in the supplemented curricula is the search and use of geographical knowledge in order to achieve personal, professional and social realization (Fig. 3). In this case, the geographic specific objective corresponds to the legal framework in the implementation of the third objective: „acquisition of competencies necessary for successful personal and professional realization and active citizenship in modern communities" (ZPUO, 2016, 2). Knowledge of the approaches and means of finding geographic information is important, assuming its selection and interpretation rather than reproductive overlay and reproduction of facts, theories and data. The implementation of this procedural requirement is mentioned in the brief as not allowing „the aimless memorization of data and facts" (Curricula, 2023, 1). On the other hand, the objective is oriented towards the group of key competences - **social and civic competences**, an integral part of the scope of general education, socialization, education, and training of students. Essential for the realization of this objective is the interaction with the other groups of key competences, as well as the fact that it is a reflection of the principles of the school education system related to „orientation to the interest and to the motivation..., to the age and social changes in its life, as well as to its ability to apply the acquired competences in practice" (ZPUO, 2016, 2).

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Innovative strategies and methods of training Geography and Economics for Europe, Balkan Peninsula and Bulgaria in 7th grade.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 268-283
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma19

2.2- Types of geography and economics lessons in VII grade in relative and percentage values - comparative models

The content analysis of the types of geography and economics lessons in the amended and supplemented VII grade curricula reveals a change in the names as well as in the relative percentages of four of the five lesson types (Fig. 4, Fig. 5). One type is for activities, and in the amended and supplemented curricula the emphasis is on the practical nature of the exercises and the activities are not in the position of clarification or it is stated „didactic-conceptual equivalence of the type of skills – practical" (Draganova, 2023, 146-147; Draganova, 2024, 229):

- „for exercises (activities)" and „for practical exercises and activities";
- „for assessment papers" and „for assessment papers (for entry and exit level and for assessment papers)" (Curricula 2017, 7; Curricula, 2023, 6).

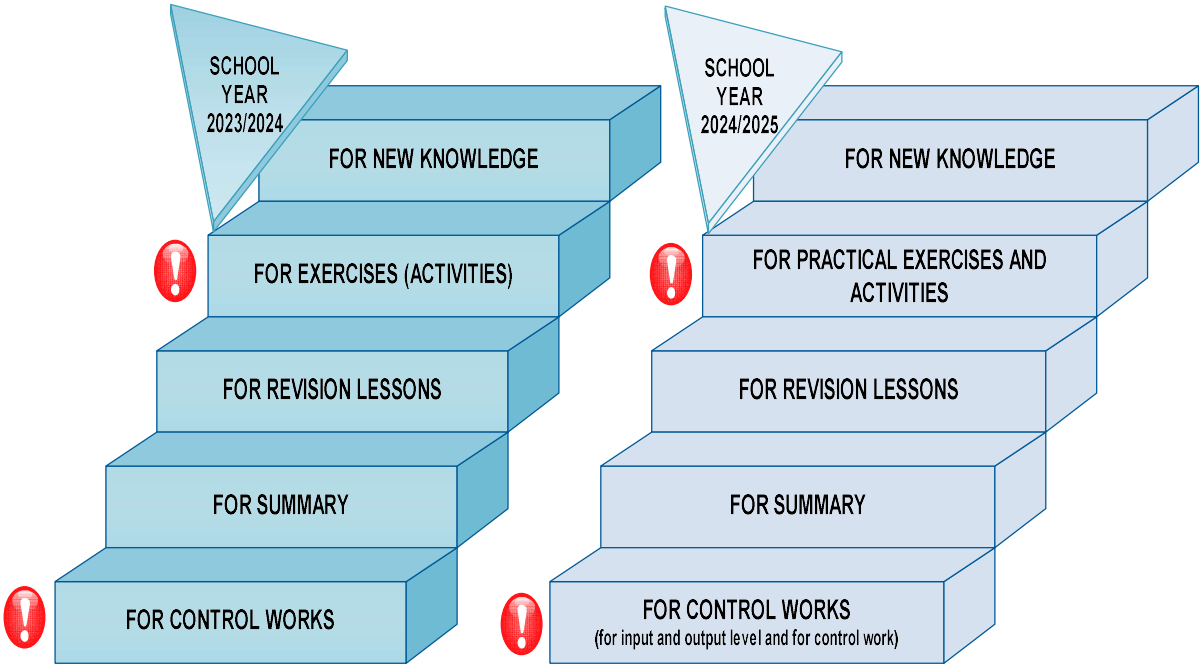


Figure 4 – Comparative vision of the lesson types in geography and economics in VII grade between the curricula of 2023/2024 and the academic year 2024/2025
Source: (Curricula 2017, 7; Curricula, 2023, 6)

The other type of lesson where there has been a change and terminological layering is for the lessons on *control works*, where in the supplemented curricula model for the 2024/2025 school year, clarification has been added for the type of assessment as exit and entry level. The repetition in the clarification that the lesson type is for assessment papers is not explainable, given that it is already defined in the systematized vision - *for control works*.

DERMENDZHIEVA, S.; DRAGANOVA, T. (2024). ***Innovative strategies and methods of training Geography and Economics for Europe, Balkan Peninsula and Bulgaria in 7th grade.*** The Overarching Issues of the European Area- How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 268-283
DOI . https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma19

The comparative model of the recommended percentage distribution of compulsory school hours for the two curricula shows a change in quantitative values in relative and absolute terms. Only one type of lesson is not covered by the changes in the quantitative distribution of school hours - *for control works*.

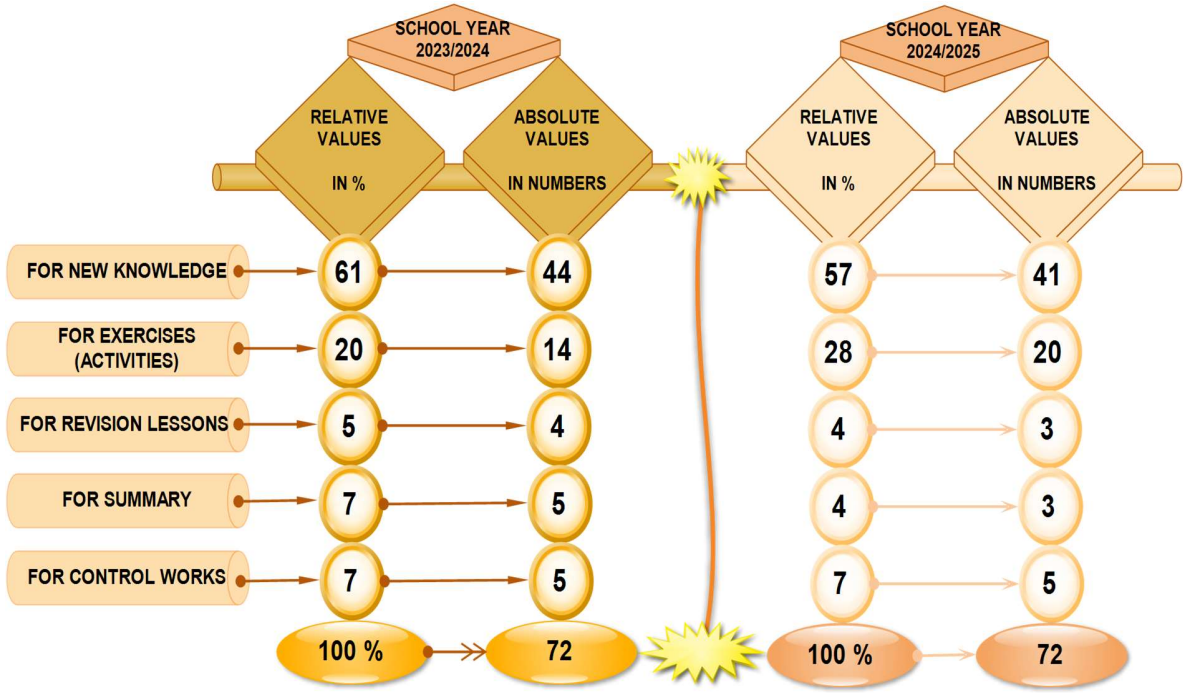


Figure 5 – Comparative model of the recommended distribution of the mandatory school hours in geography and economics in VII grade according to the curricula of 2017 and 2023
Source: Draganova, 2024, 232-233.

For the other lesson types, the following curricula changes are observed:

- reduction of the lessons for new knowledge - by three lessons;
- Increase the lessons for exercises and activities - by six lessons;
- minimal reduction of the revision lessons - by one lesson;
- reduction of the lessons for summary - by two lessons;
- the overall normative framework of increasing the compulsory school hours is towards one type of lessons - practical exercises and activities;
- three lesson types are reduced in proportion to two other lesson types, 7/5 and 4/3, with a 2/1 reduction.

The amended curricula in force from the 2024/2025 academic year sets quantitative equality in the absolute number of revision and summary lessons. The didactic underestimation and reduction of these two types of lessons is not justified. Summary lessons in grade VII are minimized to 3, probably based on the chronological content of the three territorial units, but in this case they are studied not as separate topics in a 1:1:1 ratio, but are normatively established as 2:1. The didactic arguments for devoting a greater amount

of lessons to summarization are related to its objectives of application in the lesson system - deepening, broadening and awareness of the new school content, consolidation, generalization, as well as meaningful systematization. Through the lessons of summarization and revision, a holistic view of the geographical objects, processes and phenomena is formed. The functionality of these types of lessons is disturbed, especially the summary lessons, where the dependence is proportional to the increase of the classes in the vertical and because „through them the summary results of the educational work can be best seen and corrected accordingly if necessary" (Andreev, 1996, 295). There is a didactic disproportion between the lessons for summarizing (3) and for assessment (5) papers (3:5), where there is a methodologically justified relationship.

The reduction of lessons on new knowledge at the expense of lessons on practical exercises and activities is in response to the main objective of the curricula and the idea of orienting the learning process towards practice, overcoming the aimless memorization of data and facts, as well as the knowledge of approaches and tools for finding and using geographical information. The increased number of activity lessons reflects the need to effectively learn and apply fundamental geographical skills, develop research skills, activate thinking activities and independent learning, as well as the development of critical thinking (Dermendzhieva, 2021, 502).

2.3- Competences as expected training outcomes

In the amended and supplemented curricula in geography and economics for VII grade from 2023, a total of **57 expected results** are set against **84 expected results** in the curricula until 2023/2024. The reduction in competencies as expected outcomes is drastic - **27 fewer expected outcomes** have been removed from the 2023 amended curricula.

A total of **19 active verbs** are included in the 2017 syllabus for class VII, the most applicable being - characterizes (repeated 24 times); evaluates (repeated 15 times); applies (repeated 7 times); indicates (repeated 6 times). There are 7 active verbs included which are only applied once - *names*, *composes*, *understands*, *elaborates*, *answers a geographical question*, *expresses an opinion* and *comments*. A total of 8 active verbs are between the maximum and minimum values of application and repetition, or between 2 and 4 times, and most refer to factual and conceptual knowledge: *knows*, *defines*, *describes*, *explains*, *presents*, *gives examples*, *groups*, *compares*. All 84 expected outcomes were composed by the 19 active verbs, with a predominance of application versus **conceptual** and **metacognitive knowledge** at the levels of acquisition - ***application*** and ***evaluation*** (Fig. 6). The two levels are met by **characterize** 24 times applied and **evaluate** - applied 15 times or in total out of the 84 competencies as expected outcomes almost half - 39 are introduced as a requirement through productivity of learning process.

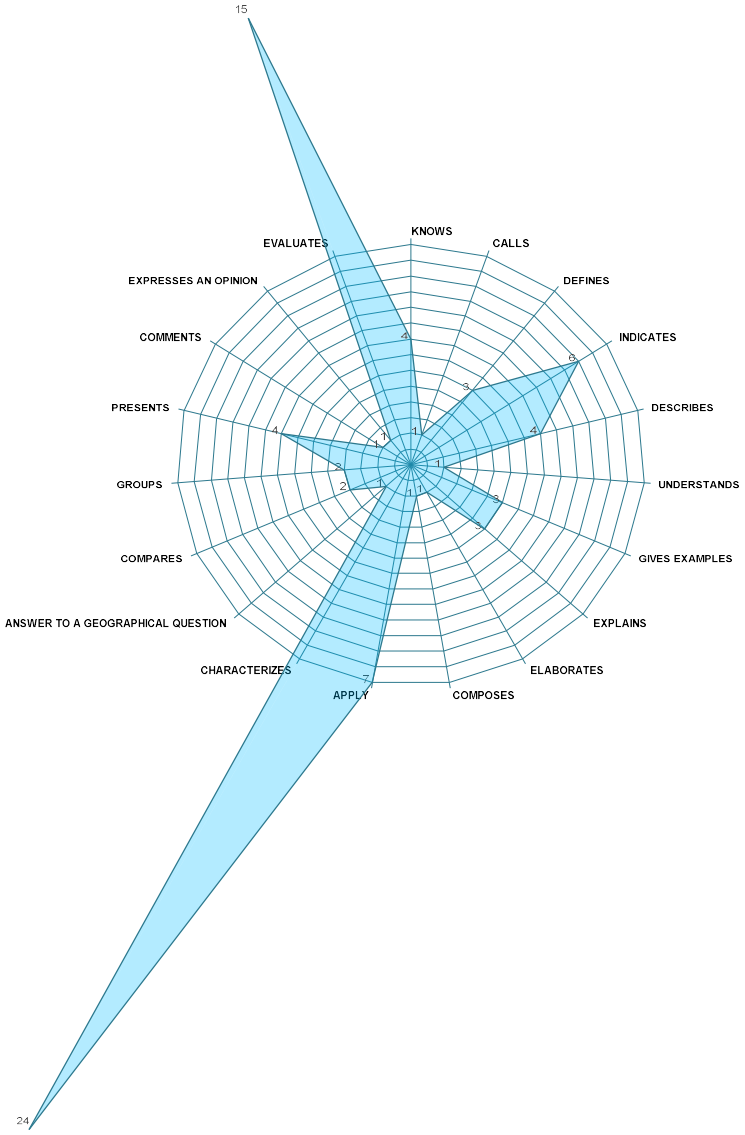


Figure 6 – Systematized model of the active verbs, composed according to the competences as expected training outcomes of the curricula in geography and economics for VII grade from 2017
Source: (Curricula 2017, 2-7)

In the curricula of 2023 for VII grade a total of **20 active verbs** are included on the basis of which **57 competences are composed as expected** ––training outcomes (Fig. 7). The application of the active verb characterized by the maximum frequency of repetition has been maintained - a total of 19 times, but less compared to the 2017 curricula. Compared to the four active verbs in the 2017 curricula, only one has remained in the amended curricula, which dominates in level of mastery - ***application*** (*characterize*).

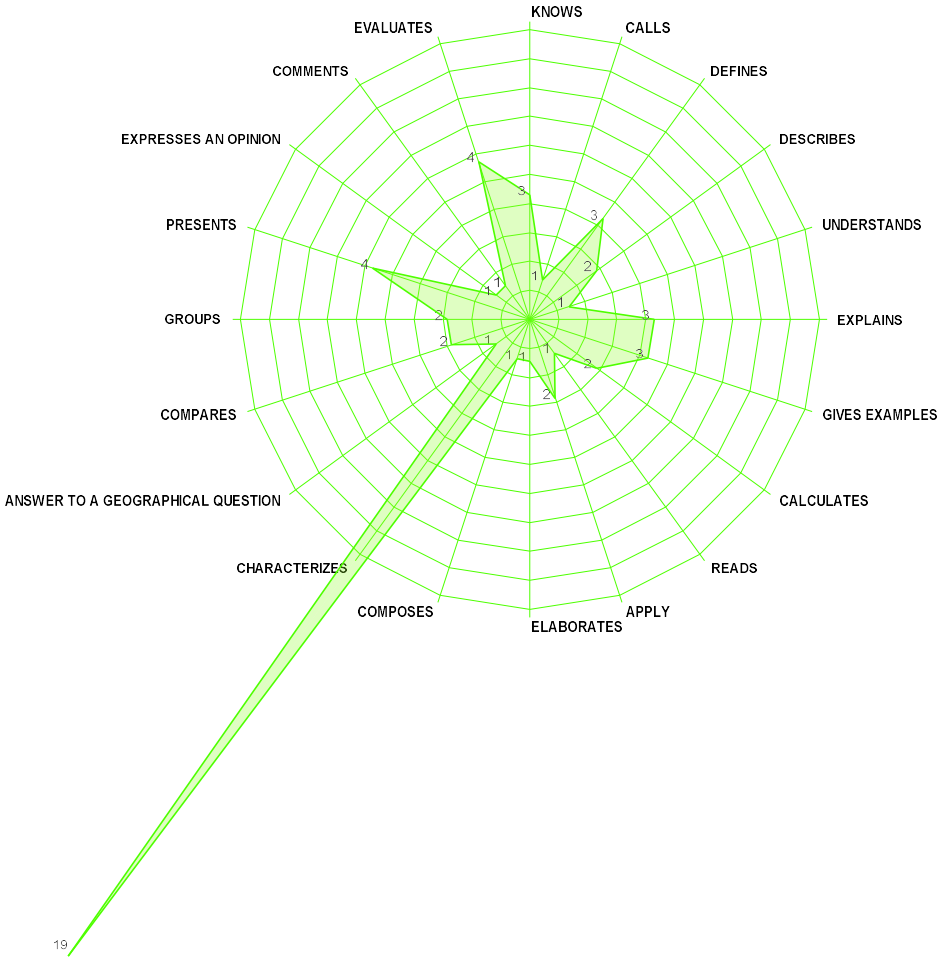


Figure 7 – Systematized model of the active verbs, composed according to the competences as expected training outcomes of the curricula in geography and economics for VII grade from 2023
Source: (Curricula 2023, 2-6)

A total of 8 active verbs were found to be used only once: *read*, *name*, *understand*, *elaborate*, *compose*, *answer a geographical question*, *comment*, express an opinion. In this taxonomic context, for the single application of the active verbs, the 7:8 ratio in favor of the 2023 curricula has been maintained. The number of active verbs that have a frequency of repetition between 2 and 4 times has increased - 11 in total: *recognize*, *determine*, *describe*, *explain*, *calculate*, *apply*, *compare*, *give examples*, *group*, *present*, *evaluate*. It is found that the number of active verbs are predominantly reproductive in nature of the action required in the process of competence formation as expected outcomes.

The comparative model of active verbs between the two curricula reveals the preservation of activities for characterizing geographical objects, processes or phenomena (Fig. 8). A decrease in productivity in the direction of evaluation is noted, as well as an increase in the number of active verbs, which determine the reproductive focus of the training.

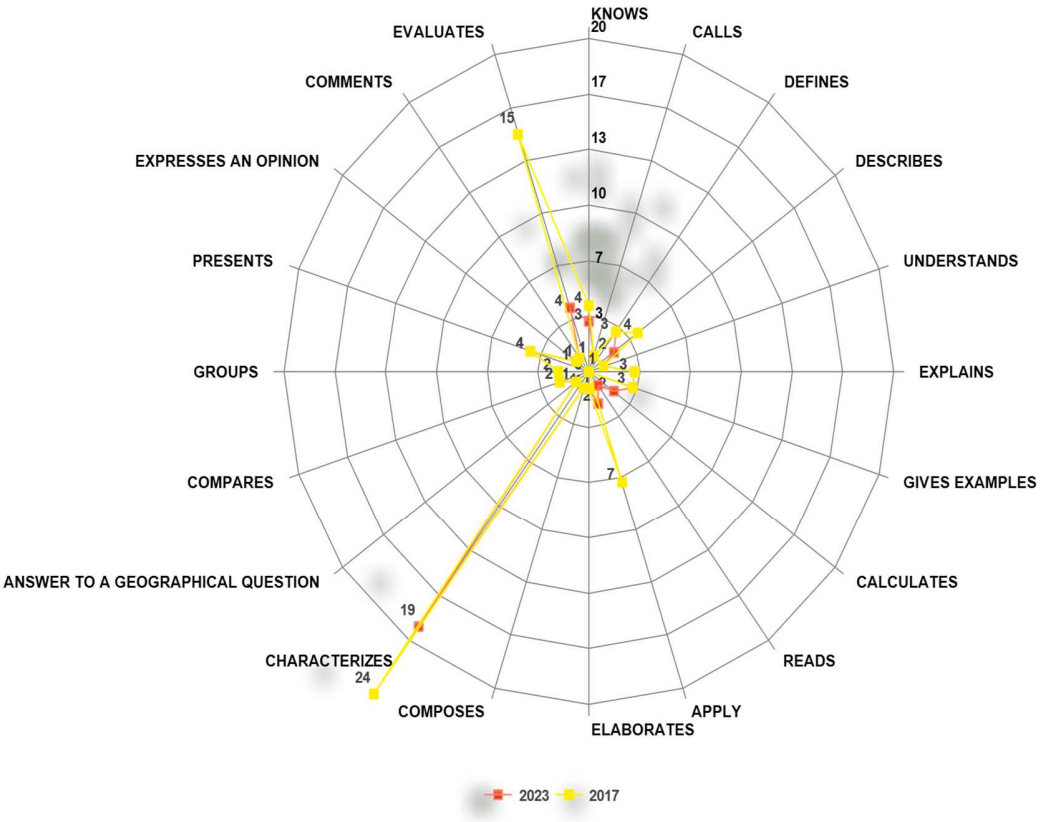


Figure 8 – Comparative model of the active verbs, compounded by competencies as expected training outcomes in geography and economics curricula for VII grade from 2017 and 2023

2.4- New concepts in geography and economics training in VII grade

The situational analysis of the new concepts in the 2023 geography and economics curricula identifies the presence of 27 in total and 37 in the 2017 curricula. A reduction in the amount of new concepts in the amended curricula by a total of 10 concepts is observed. There is no didactic justification for the mechanical removal of 10 new concepts from the curricula content at programme level. Some of the removed new concepts from the structural distinction for new concepts have been moved to competences as expected training outcomes, embedded in the expected outcomes themselves or as annotations.

2.5- Countries studied at curricula level in grade VII - comparative models

In the amended and supplemented curricula in geography and economics for grade VII, a total of 7 countries to be studied in *Europe* and the *Balkan Peninsula* are listed with geographical nomenclature, in

the following sequence: *Great Britain*, *France*, *Germany*, *Romania*, *Serbia*, *North Macedonia* and *Greece*. Countries are defined for characterization as competence by essential features. The curricula requirement as a competency is for students to represent the study of a country of choice from Europe and the Balkan Peninsula in a variety of forms. (Curricula, 2023, 4) The amended curricula does not specify or record the various forms through which students may represent the chosen country.

The retrospective analysis of the 2017 curricula reveals a total of 10 countries to study by rule, divided on a territorial basis: from Europe - *Sweden*, *Great Britain*, *France*, *Germany*, *Italy*, *Russia* or 6 countries and from the Balkan Peninsula - *Romania*, *Serbia*, *Macedonia* and *Greece*. The curricula requirement is introduced to characterize the countries by rule, with the same presentation competency but for the two territorial units: Europe - selected country in different forms - text, poster, presentation and from the Balkan Peninsula in different forms - text, poster, presentation. The competence to present a country is, as a rule, twice established for the continent of *Europe* and for the *Balkan Peninsula*, but with very clearly identified different forms - text, poster and presentation, which are missing in the 2023 curricula.

The curricula for *geography and economics* for the academic year 2024/2025 has reduced the number of countries to be studied by removing three countries - *Sweden*, *Italy* and *Russia*. In retrospect, Russia has featured in geography and economics curricula and textbooks as a representative country for the continent of *Europe*, but the current political climate and military conflict have determined that the programme item be removed for study. The removal of *Sweden* and *Italy* are as inexplicable as their inclusion, especially of *Sweden*.

The reduced number of countries to be studied can be traced back to the conceptual change with regard to the chronological unification of the themes *Europe* and the *Balkan Peninsula*, which is not a substantive or a didactic reason for removing certain countries.

For both curricula studied, the active action of *characterizing* a country is retained, as well as the *presentation* of a selected country from *Europe* and the *Balkan Peninsula*.

It is not didactically justified to substitute the action of characterizing a country **by rule** and **by essential features** because there is a substantive, structural and metacognitive difference between them, and they should not be identified in program documents (Draganova, 2024, 248).

3 – Conclusion

The implementation of the state educational order and the normative requirements for training geography and economics in the 7th grade is based on innovative strategies and training methods that are holistic, systematic, and synthesis-integrative.

The training of geography and economics in the 7th grade has a key prospective importance for the system of the geographic education. Its qualitative implementation means predictable efficiency with an

increasing affinity for creativity on the part of the teacher and students due to the freedom to use algorithmically acquired knowledge about the characterization of territory and skills to apply them.

The content analyses, situational and comparative analyses of the curricula in geography and economics for grade VII reveal a decrease in competencies as expected outcomes, a decrease in the number of new concepts and a transformation of the terminological substitution between the rule and the essential features in the characterization of a country, as well as a decrease in the number of the studied countries. The analyses cover only the normative documents – curricula in geography and economics.

There is a progressive reduction in competencies as expected learning outcomes and new concepts. Competencies specific to geography education have been removed, which changes the functions of the curriculum as an official state document.

The names of the types of geography and economics lessons have been preserved, with variability observed only in the activity lessons.

New amended and supplemented curricula are expected, which will be a model for comparison with the already effective second-year curricula from the 2024/2025 academic year, as well as those from the previous 6 academic years (from 2018/2019). The continuous amendment and supplementation of curricula has already been a system of the educational reform in Bulgaria since 2016, but no justified and didactically argued changes are being made. Most amendments are mainly mechanical-programmatic and have a reducing effect in terms of the program structure by topics, content and new concepts. Changes related to the return of conceptual requirements from before the 2016 educational reform are also noted, such as replacing a characteristic of a geographical object (country, river, etc.) as a rule with one by essential features.

Bibliography

ANDREEV, M. (1996). Protsesat na obuchenieto. Didaktika. Sofia: UI „St. Kliment Ohridski", 1996. – 424.

DERMENDZHIEV, A. (2018). Sotsialna i kulturna geografia – anali(zi), kontekst(i), (s)misli. Veliko Tarnovo: IVIS, 2018. – 400.

DERMENDZHIEVA, S. (2001). Metodika na izsledovatelskata deynost po regionalna geografia. Veliko Tanovo: UI „St. st. Kiril i Metodiy", 2001. – 329.

DERMENDZHIEVA, S. (2021). Teoria i metodika na geografskoto obrazovanie. Veliko Tarnovo: „ITI", 2021. – 887.

DERMENDZHIEVA, S. i dr. (2010). Geografia i obrazovanie. Metodika na obuchenieto po geografia i chast. Veliko Tarnovo: UI „St. st. Kiril i Metodiy", 2010. – 400.

DERMENDZHIEVA, S., T. DRAGANOVA. (2022). *Geography and geographical (global) thinking*. The 16-th Conference on the Overarching issues in European area - 27th-29th May 2022, Porto, University of Porto, 2022.

DRAGANOVA, T. (2023). *Tipovete urotsi po geografia i ikonomika – situatsionna ramka i kolichestvena viziya sled obrazovatelnite promeni*. – In: Sbornik dokladi ot nauchna konferentsia „Znanie, nauka,

inovatsii, tehnologii", 28 april 2023 g., Veliko Tarnovo. Veliko Tarnovo: Izdatelstvo „Institut za znanie, nauka i inovatsii", 2023, 142-153.

DRAGANOVA, T. (2024). *„Sashtestveni priznatsi" i „po pravilo" – didakticheski utochneniya, analizi i interpretatsii na izmenenite uchebni program po geografia i ikonomika v progimnazialen etap*. – In: Yubileen sbornik 40 godini Katedra „Geografia" vav Velikotarnovskiya universitet „Sv. sv. Kiril i Metodiy". Veliko Tarnovo: Izdatelstvo „ITI", 2024, 243-250.

DRAGANOVA, T. (2024). Didakticheskо modelirane na intelektualnite karti v obuchenieto po geografia i ikonomika. Veliko Tarnovo: Izdatelstvo „ITI", 2024. – 310.

UCHEBNA PROGRAMA (2017) po geografiya i ikonnomika za VII klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2017 g., v sila ot uchebnata 2018/2019 g.]

UCHEBNA PROGRAMA (2023) po geografiya i ikonnomika za VII klas (obshtoobrazovatelna podgotovka), 2023 g., v sila ot uchebnata 2024/2025 g.]

ZAKON (2015) za preduchilishno I uchilishno obrazovanie, 2015, v sila ot 01.08.2016 g.

OLIVEIRA, J.; POLIDORO, M. (2024). ***Vocational training in privat social nonprofit organizations (IPSS).*** The Overarching Issues of the European Space - How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 284-298
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma20

VOCATIONAL TRAINING IN PRIVAT SOCIAL NONPROFIT ORGANIZATIONS (IPSS)

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL NAS INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL (IPSS)

José António OLIVEIRA
Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Politécnico do Porto
& Centro de Estudos Transdiciplinares de Desenvolvimento (CETRAD)
jao@estg.ipp.pt

Maria João POLIDORO
Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Politécnico do Porto
& Centro de Estatística e Aplicações da Universidade de Lisboa (CEAUL)
mjp@estg,ipp.pt

Resumo

A gestão do capital humano é um dos fatores essenciais para o sucesso e sustentabilidade das organizações do Terceiro Setor, em particular das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Consequência do fortíssimo dinamismo social, económico, tecnológico e mental, aos trabalhadores exige-se, eficácia, eficiência, motivação e competências *hard* e *soft* adequadas para o exercício das suas funções, no presente e no futuro. Neste contexto, a formação profissional e a formação ao longo da vida assumem uma importância crucial, condicionando o desempenho organizacional e o futuro das organizações.
Sendo um dever dos trabalhadores e uma obrigação legal das instituições, qual a realidade da formação profissional nas IPSS? Como é concretizada e que importância assume? Para responder a estas questões, realizamos um estudo exploratório, na zona norte de Portugal, recorrendo a um inquérito por questionário a 27 IPSS. Da informação recolhida, podemos afirmar que a formação profissional naquelas IPSS é uma realidade, muito embora não cumpram escrupulosamente o estipulado na legislação. No entanto, a maioria das instituições é sensível à importância da formação profissional para o aumento dos conhecimentos e das competências dos seus trabalhadores, possibilitando a aquisição de novos saberes e práticas, articulados com os objetivos institucionais cada vez mais exigentes.

Palavras-chave: Formação Profissional, Terceiro Setor, IPSS

Abstract

Human capital management is a critical factor in the success and sustainability of third-sector organizations, particularly Private Social Solidarity Institutions (IPSS). In the context of significant social, economic, technological, and mental dynamism, workers must demonstrate effectiveness, efficiency, motivation, and the appropriate hard and soft skills to carry out their current and future duties. Vocational and lifelong training are therefore of critical importance, both in the present and in the future, in determining organizational performance and the future of organizations.
Since it is a duty of workers and a legal obligation of institutions, what is the reality of professional training in the IPSS? How is it materialized, and how important is it? To answer these questions, we carried out an exploratory study in the north of Portugal, using a questionnaire to survey 27 IPSS. From the information gathered, we can say that professional training in these IPSS is a reality, although they don't scrupulously fulfill the legislation stipulations. However, most institutions are aware of the importance of professional training in increasing the knowledge and skills of their workers, enabling them to acquire new knowledge and practices, in line with the ever-increasing institutional goals.

Keywords: Professional Training, Third Sector, IPSS

OLIVEIRA, J.; POLIDORO, M. (2024). ***Vocational training in privat social nonprofit organizations (IPSS).*** The Overarching Issues of the European Space - How to efficiently combine sustainability, resilience and territorial management?, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 284-298
DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma20

1 - Introdução

A relevância das instituições do Terceiro Setor, em Portugal, é inegável. Não tendo como primeiro objetivo o lucro, asseguram serviços essenciais para a sociedade, pelo que a eficaz e eficiente gestão destas organizações é fulcral para o seu sucesso, existindo várias áreas estratégicas que devem ser consideradas. Assim, a gestão de pessoas é crítica nestas organizações (Akingbola, 2013, 2020), sendo os seus trabalhadores um determinante de sucesso ou de fracasso da própria instituição (Bastida et al., 2018).

Pertencem ao Terceiro Setor múltiplas entidades de economia social: as cooperativas, as associações mutualistas, as misericórdias, as fundações, as instituições particulares de solidariedade social (IPSS), as associações com fins altruísticos, as entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário e outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social (Lei de Bases da Economia Social, Lei n.º 30/2013, art.º 4).

As IPSS são constituídas por iniciativa de particulares, não têm finalidade lucrativa, e têm o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre os indivíduos. Não podem ser administradas pelo Estado ou por autarquias e englobam as áreas de apoio a crianças e jovens, apoio à família, proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de capacidade para o trabalho, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação, educação e formação profissional dos cidadãos e resolução dos problemas habitacionais das populações (Instituto da Segurança Social, 2014). Existem também várias entidades que podem adquirir o estatuto de IPSS, conforme o previsto no art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014 e na Lei n.º 76/2015, de 28 de julho.

O Terceiro Setor afirma-se como um importante segmento da economia, dando, atualmente, trabalho a um número considerável de pessoas e com tendência a aumentar na próxima década (Ronquillo et al., 2017). No caso nacional, e seguindo a informação disponível na Conta Satélite da Economia Social 2019-2020, podemos evidenciar alguns números e factos:

- de 2019 para 2020, o valor acrescentado bruto (VAB) da Economia Social (ES) aumentou de 3,0% para 3,2%, tendência contrária à verificada na economia nacional;
- entre 2019 e 2020, o emprego e o emprego remunerado aumentaram na ES, 0,3% e 0,4% respetivamente, sendo as organizações da ES responsáveis por 5,1% e 5,2% do emprego total e por 5,8% e 5,9% do emprego remunerado da economia nacional;
- em 2019 e 2020 foram identificadas, respetivamente, 73574 e 73851 entidades da ES;
- em 2019 e 2020 foram identificadas, respetivamente, 5511 e 5476 entidades com o estatuto de IPSS ou equiparado;

- em 2020, a saúde e os serviços foram as atividades mais relevantes em termos de VAB e emprego. A saúde foi responsável por 25,5% do VAB e 33,2% do emprego remunerado, enquanto os serviços sociais geraram 24,9% do VAB e 29,9% do emprego remunerado da ES;
- em 2020, as organizações da cultura, comunicação e atividades de recreio representaram 3,7% do VAB e 4,9% do emprego remunerado da ES;
- em 2020, mais de 70% das misericórdias e mais de 80% das associações mutualistas eram organizações "maduras" (entre 50 e 99 anos de existência);
- em 2020, existiam entidades de ES em todos os municípios, notando-se clara litoralização e polarização em alguns dos concelhos do interior do país;
- em 2020, a remuneração média nas entidades da ES correspondia a 85% da média nacional.

Em suma, desde 2010, o número de entidades que integram o setor da ES cresceu cerca de 33%, mantendo-se praticamente inalterado entre 2019 e 2020 (+0,4%). Revela-se um setor com elevada resiliência, mesmo em contextos de crise económica e financeira, constituindo um "amortecedor" em períodos de crise, funcionando em contraciclo, para responder a necessidades sociais prementes que, em geral, se agravam nesses períodos.

2 - Formação Profissional

Não é simples o conceito de formação profissional. É um construto abordado por diversos autores em que cada qual valoriza dimensões, que, sendo diferentes, se complementam. Se há autores que relevam a questão do processo e do desenvolvimento, vendo na formação a aquisição e aperfeiçoamento de conhecimentos e capacidades (Ferry, 1987), outros ligam formação ao desempenho, implicando a aprendizagem de um saber, ou saber fazer (De Ketele et al., 1988). Fabre (1994) foca-se mais no formando, enfatizando a transmissão de conhecimentos e a combinação entre o saber teórico e o empírico, ressalvando, igualmente, o investimento e a implicação do formando na sua própria formação e desenvolvimento.

Independentemente das diferentes perspetivas, há vários benefícios associados ao processo de formação: melhoria no desempenho, vantagens competitivas, individuais e organizacionais, resolução de problemas operacionais, mudanças de atitudes e de mentalidades e aumento da motivação (Melo & Machado, 2015). Por outras palavras, é um processo de *win-win*, que sustenta o desenvolvimento dos colaboradores, valorizando o indivíduo e as equipas, favorecendo a retenção de talento e potenciando o futuro das organizações (Cerdeira & Fernandes, 2021).

Vicente & Cópio (2021), abordaram a problemática da formação, salientando aspetos fundamentais, como o *lifelong learning*, o *upskilling* e o *reskilling*, processos indispensáveis às exigências da educação 4.0. Numa sociedade globalizada, onde as fronteiras não existem ou são quase impercetíveis, onde o mercado se estrutura à escala global (Oliveira-Brochado et al., 2013), indivíduos e organizações

têm na formação profissional e na aprendizagem ao longo da vida estratégias e ferramentas de sobrevivência e de sustentabilidade. As transformações económicas, sociais, políticas, mentais e tecnológicas obrigam os indivíduos e as organizações a relações de proximidade com a formação. Hodiernamente, a digitalização e a inteligência artificial (IA), reforçam a urgência da formação ao longo da vida, quer nas *hard* quer nas *soft skills* (Roubuni, 2023).

Não sendo um desafio fácil (Contreiras, 2021), a formação assume hoje, por todos os motivos, um papel preponderante nas organizações, sendo um pilar estratégico nos modelos de gestão integrada, fundamental no desenvolvimento e retenção do capital humano (Pereira, 2021).

Umbilicalmente ligado ao conceito de formação, está o conceito de educação profissional, conexo a um conjunto de atividades que promovem a articulação entre conhecimentos teóricos, habilidades e atitudes, exigidos para o exercício de uma profissão. Trata-se de uma dimensão "estratégica" porque se apresenta como facilitadora da mudança, num contexto altamente dinâmico e imprevisível, implicando todos: ativos e aqueles que procuram emprego (Vicente & Cópio, 2021).

Em suma, "o futuro da formação está a transformar-se, como resultado da conjugação de forças que constituem os principais propulsores destas mudanças: desenvolvimento da tecnologia, globalização, diversidade cultural e geracional no mundo do trabalho, alterações sociodemográficas e ambientais e alterações nos processos de trabalho" (Vicente & Cópio, 2021, p. 21). Obriga o Estado, as organizações e os indivíduos a uma *lifelong learning*.

Segundo Ceitil (2002, p. 338), "a formação é utilizada nas organizações como um instrumento para desenvolver, no conjunto dos colaboradores, as competências que melhor se ajustam às necessidades de progresso e à produção de vantagens concorrenciais de cada organização no difícil e turbulento mercado moderno". Assim, a formação é um componente-chave da gestão de pessoas (DeVaro et al., 2017) e, segundo Macduff (2005), esta prática é a forma pela qual as organizações sem fins lucrativos transmitem os níveis de eficiência que deverão ser atingidos pelos trabalhadores.

Com efeito, a formação fornece à organização benefícios, e um dos mais preponderantes benefícios é o facto de desenvolver competências que, por sua vez, irão diminuir, a nível geral, o custo das operações (Miri et al., 2014). A formação é, então, uma ferramenta que possibilita que os colaboradores melhorem as suas habilidades e aumentem as suas competências para enfrentarem as responsabilidades das suas funções e respetivas mudanças que, frequentemente, ocorrem no ambiente de trabalho (Pynes, 2004).

Pereira (2014, p. 51) correlaciona a prática de avaliação de desempenho com a de gestão de formação, dizendo que "o processo de avaliação de desempenho permite a identificação das necessidades de formação e das oportunidades de desenvolvimento de cada um dos colaboradores, as quais constituem o ponto de partida para a elaboração do plano de formação".

Cunha et al. (2012, p. 407) apresentam as várias fases desta técnica, categorizando o ciclo da formação que tem o seu início "com a identificação das necessidades de formação, prossegue com a programação das atividades formativas, concretiza-se na execução das atividades propriamente ditas, e

conclui com a avaliação de todo o processo", sendo que os benefícios da formação têm maior índice de sucesso quando esta prática é planeada, implementada e avaliada de forma correta (Mehale et al., 2021).

O desenvolvimento da formação pode ocorrer de diferentes formas e em contextos distintos (Pereira & Ramos 2018). Assim, a formação pode concretizar-se em várias modalidades: presencial, *e-learning* ou *b-learning*.

Regra geral, nas organizações sem fins lucrativos, a formação deve ter a duração mínima de 40 horas anuais. Queiroz (2012, p. 19-21) menciona as temáticas das formações com maior relevo nas IPSS: "Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho", "Gestão de Conflitos e Relações Interpessoais", "Gerontologia e Geriatria", "Primeiros Socorros e Suporte Básico de Vida", "HACCP", entre outras que a instituição considere relevantes para a prestação do serviço.

3 - A formação profissional no código de trabalho português (Lei n.º 7/2009)

No Código de Trabalho (CT) português, a temática da formação profissional aparece como um direito dos trabalhadores e como um dever do Estado e dos empregadores.

Ao Estado, genericamente, cumpre garantir a qualificação e requalificação da força de trabalho, nomeadamente:

a) através da definição de políticas e estratégias, alinhadas com as necessidades do mercado de trabalho e as prioridades nacionais e europeias;
b) através de financiamento e apoio, utilizando fundos nacionais e europeus;
c) através da gestão e supervisão de instituições e programas destinados à oferta de cursos e apoios para trabalhadores e desempregados;
d) através de parcerias com o setor privado, desenvolvendo programas de formação orientados à empregabilidade e competitividade e
e) assegurando a qualidade da formação, através da certificação e acreditação dos cursos, procurando o seu reconhecimento no mercado de trabalho (IEFP, 2024).

Estas ações são essenciais para promover a inclusão social, a empregabilidade e o desenvolvimento económico e social do país.

Aos empregadores, genericamente, cabe disponibilizar formação profissional para promover a reinserção profissional dos trabalhadores, concretamente após a licença para assistência a filho ou para assistência a pessoa com deficiência ou doença crónica, de modo a promover a sua plena reinserção profissional" (CT, art.º 61).

Numa medida especificamente orientada para a formação profissional de menores, ao empregador compete "assegurar a formação profissional de menor ao seu serviço, solicitando a colaboração dos organismos competentes sempre que não disponha de meios para o efeito". Ao menor é assegurado o direito à licença sem retribuição para a frequência de curso profissional que confira habilitação escolar ou curso de educação e formação para jovens, salvo quando a mesma for suscetível de causar prejuízo grave

DOI: https://doi.org/10.21747/978-989-9193-48-2/coma20

à empresa, e sem prejuízo dos direitos do trabalhador-estudante. Em determinadas condições, previstas no n.º 1 do art.º 69, o menor tem direito a passar ao regime de trabalho a tempo parcial, fixando-se, na falta de acordo, a duração semanal do trabalho num número de horas que, somado à duração escolar ou de formação, perfaça quarenta horas semanais (CT, art.º 67).

Relativamente a princípios gerais que fomentem o emprego de trabalhadores com capacidade de trabalho reduzida, o CT estabelece várias situações: "O empregador deve facilitar o emprego a trabalhador com capacidade de trabalho reduzida, proporcionando-lhe adequadas condições de trabalho, nomeadamente a adaptação do posto de trabalho, retribuição e promovendo ou auxiliando ações de formação e aperfeiçoamento profissional apropriadas, cabendo ao Estado estimular e apoiar, pelos meios convenientes, a ação das empresas na realização dos objetivos definidos no número anterior" (CT, art.º 84, n.º 1 e 2).

Todavia, a legislação é mais explícita quanto aos deveres do empregador. Deve, "c) Proporcionar boas condições de trabalho, do ponto de vista físico e moral; d) Contribuir para a elevação da produtividade e empregabilidade do trabalhador, nomeadamente proporcionando-lhe formação profissional adequada a desenvolver a sua qualificação (…) e i) Fornecer ao trabalhador a informação e a formação adequadas à prevenção de riscos de acidente ou doença" (CT, art.º 127).

No âmbito da formação contínua, as obrigações dos empregadores são variadas e estão plasmadas no art.º 131 do CT:

"1 - a) Promover o desenvolvimento e a adequação da qualificação do trabalhador, tendo em vista melhorar a sua empregabilidade e aumentar a produtividade e a competitividade da empresa; b) Assegurar a cada trabalhador o direito individual à formação, através de um número mínimo anual de horas de formação, mediante ações desenvolvidas na empresa ou a concessão de tempo para frequência de formação por iniciativa do trabalhador; c) Organizar a formação na empresa, estruturando planos de formação anuais ou plurianuais e, relativamente a estes, assegurar o direito a informação e consulta dos trabalhadores e dos seus representantes; d) Reconhecer e valorizar a qualificação adquirida pelo trabalhador. 2 - O trabalhador tem direito, em cada ano, a um número mínimo de quarenta horas de formação contínua ou, sendo contratado a termo por período igual ou superior a três meses, a um número mínimo de horas proporcional à duração do contrato nesse ano. 3 - A formação referida no número anterior pode ser desenvolvida pelo empregador, por entidade formadora certificada para o efeito ou por estabelecimento de ensino reconhecido pelo ministério competente e dá lugar à emissão de certificado e a registo na Caderneta Individual de Competências nos termos do regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações. 4 - Para efeito de cumprimento do disposto no n.º 2, são consideradas as horas de dispensa de trabalho para frequência de aulas e de faltas para prestação de provas de avaliação, ao abrigo do regime de trabalhador-estudante, bem como as ausências a que haja lugar no âmbito de processo de reconhecimento, validação e certificação de competências. 5 - O empregador deve assegurar, em cada ano, formação contínua a pelo menos 10 % dos trabalhadores da empresa. 6 - O empregador pode antecipar até dois anos ou, desde que o plano de formação o preveja, diferir por igual período, a efetivação da formação anual a que se refere o

n.º 2, imputando-se a formação realizada ao cumprimento da obrigação mais antiga (…) 9 - O disposto na lei em matéria de formação contínua pode ser adaptado por convenção coletiva que tenha em conta as características do sector de atividade, a qualificação dos trabalhadores e a dimensão da empresa".
Caso as horas de formação previstas no n.º 2 do art.º 131 não sejam asseguradas pelo empregador até ao termo dos dois anos posteriores ao seu vencimento, transformam-se em crédito de horas em igual número para formação por iniciativa do trabalhador. O crédito de horas para formação é referido ao período normal de trabalho, confere direito a retribuição e conta como tempo de serviço efetivo. O trabalhador pode utilizar o crédito de horas para a frequência de ações de formação, mediante comunicação ao empregador com a antecedência mínima de 10 dias. Por instrumento de regulamentação coletiva de trabalho ou acordo individual, pode ser estabelecido um subsídio para pagamento do custo da formação, até ao valor da retribuição do período de crédito de horas utilizado. Em caso de cumulação de créditos de horas, a formação realizada é imputada ao crédito vencido há mais tempo. O crédito de horas para formação que não seja utilizado cessa passados três anos sobre a sua constituição (CT, art.º 132).

O conteúdo da formação contínua e a respetiva área de formação devem ser determinados por acordo ou, na falta deste, pelo empregador, caso em que devem coincidir ou ser afins com a atividade prestada pelo trabalhador. A área da formação é escolhida pelo trabalhador, devendo ter correspondência com a atividade prestada ou respeitar as tecnologias de informação e comunicação, segurança e saúde no trabalho ou língua estrangeira (CT, art.º 133, n.º 1 e 2).

Em caso de cessação do contrato de trabalho, o trabalhador tem direito a receber a retribuição correspondente ao número mínimo anual de horas de formação que não lhe tenha sido proporcionado, ou ao crédito de horas para formação de que seja titular à data da cessação (CT, art.º 134).

No caso dos trabalhadores temporários, "a empresa de trabalho temporário deve assegurar a formação profissional de trabalhador temporário contratado a termo sempre que a duração do contrato, incluindo renovações, ou a soma de contratos de trabalho temporário sucessivos num ano civil seja superior a três meses. A formação profissional prevista no número anterior deve ter a duração mínima de oito horas, ou duração mais elevada, de acordo com o n.º 2 do art.º 131. A empresa de trabalho temporário deve afetar à formação profissional dos trabalhadores temporários, pelo menos, 1% do seu volume anual de negócios e não pode exigir ao trabalhador temporário qualquer quantia, seja a que título for, nomeadamente por serviços de orientação ou formação profissional" (CT, art.º 187, n.º 1 a 4).

Igualmente, é obrigação do empregador "assegurar formação adequada, que habilite os trabalhadores a prevenir os riscos associados à respetiva atividade e os representantes dos trabalhadores a exercer de modo competente as respetivas funções" (CT, art.º 282, n.º 3).

Caso a empresa se encontre em redução temporária do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho por facto respeitante ao empregador, a formação profissional a frequentar pelos trabalhadores durante o período de redução ou suspensão deve orientar-se para a viabilização da empresa e a manutenção dos postos de trabalho, ou o desenvolvimento da qualificação profissional dos trabalhadores que aumente a sua empregabilidade. Cabe ao empregador elaborar o plano da formação,

precedido de consulta aos trabalhadores abrangidos e de parecer da estrutura representativa dos trabalhadores (CT, art.º 302, n.º 1 e 2).

Quanto aos deveres dos trabalhadores, cabe-lhes "participar de modo diligente em ações de formação profissional que lhes sejam proporcionadas pelo empregador" (CT, art.º 128, n.º 1, al. d). Igualmente, devem ter uma participação ativa e diligente, ser assíduos e pontuais, demonstrando compromisso com o processo de aprendizagem, aplicar os conhecimentos adquiridos, contribuindo para a melhoria da produtividade e da qualidade do trabalho, colaborar com os formadores e colegas de formação e respeitar as normas e regulamentos da formação (Formação - IEFP, I.P., 2024).

São objetivos da formação profissional "a) Proporcionar qualificação inicial a jovem que ingresse no mercado de trabalho sem essa qualificação; b) Assegurar a formação contínua dos trabalhadores da empresa; c) Promover a qualificação ou reconversão profissional de trabalhador em risco de desemprego; d) Promover a reabilitação profissional de trabalhador com deficiência, em particular daquele cuja incapacidade resulta de acidente de trabalho; e) Promover a integração sócio-profissional de trabalhador pertencente a grupo com particulares dificuldades de inserção" (CT, art.º 130).

4- Estudo Exploratório

4.1 - Metodologia

Com o objetivo de analisar as práticas de formação profissional nas IPSS de dois concelhos na região norte de Portugal, antes e durante a crise pandémica da COVID-19, foi realizado um estudo que adotou uma metodologia de natureza quantitativa. Como instrumento da recolha de dados, foi selecionado um inquérito por questionário com questões fechadas, abertas e de escolha múltipla (Santos & Lima, 2019). O questionário apresenta uma primeira secção correspondente à caracterização da instituição respondente e contém três grupos de questões. O primeiro grupo aborda as práticas existentes ao nível da formação antes da pandemia COVID-19, o segundo inquere sobre as práticas de formação em contexto pandémico e, no terceiro grupo, são questionadas as principais consequências verificadas no desempenho das funções dos colaboradores devido à pandemia COVID-19 (informações não utilizadas neste trabalho).

A aplicação do questionário cumpriu os princípios éticos em vigor a nível nacional. O questionário foi fornecido e preenchido *online*, utilizando a ferramenta *Google Forms*, e preservou-se o anonimato dos seus intervenientes, incluindo o das IPSS. A obtenção da autorização para a recolha de dados não dispensou o pedido de consentimento informado dos participantes no estudo.

Para tratamento das informações reunidas nos questionários, realizou-se a análise através do programa estatístico *RStudio* (versão 4.2.0).

4.2 - Amostra

Foram incluídas no estudo apenas as IPSS e instituições equiparadas a IPSS que, efetivamente, possuem estrutura de gestão de pessoas e estão em pleno funcionamento. Definiu-se a amostra englobando 27 IPSS e instituições equiparadas (17 pertencentes ao concelho de Felgueiras e 10 ao concelho de Lousada, ambos situados no norte de Portugal, na região do Tâmega e Sousa). O preenchimento do questionário, efetivado durante o mês de maio de 2022, foi realizado pelo responsável da gestão de pessoas de cada IPSS ou, na sua falta, por quem assumia essas funções.

5 - Resultados

Obtivemos a participação de 24 (88,8%) IPSS e Instituições Equiparadas a IPSS. Estas instituições possuem distintas respostas sociais que garantem resposta a vários grupos da sociedade. Essas respostas foram agrupadas em quatro grupos de intervenção: crianças e jovens, idosos, pessoas com deficiência e família e comunidade.

Tabela I - Instituições por grupo *de intervenção*

	Crianças e Jovens	**Idosos**	**Pessoas com Deficiência**	**Família e Comunidade**
Instituição 1	X	X		X
Instituição 2	X	X	X	X
Instituição 3	X	X		X
Instituição 4	X	X		
Instituição 5	X	X		X
Instituição 6			X	
Instituição 7	X	X		X
Instituição 8	X	X		
Instituição 9	X	X		
Instituição 10	X	X		
Instituição 11	X	X		
Instituição 12		X		X
Instituição 13	X			
Instituição 14	X			X
Instituição 15		X		
Instituição 16	X			
Instituição 17	X			
Instituição 18	X	X		
Instituição 19	X			X
Instituição 20		X		

Instituição 21	X	X		
Instituição 22	X	X		
Instituição 23			X	
Instituição 24		X		X
Total	**18(75%)**	**17(71%)**	**3(12,5%)**	**9(37,5%)**

A Tabela I permite concluir que o grupo de intervenção Crianças e Jovens é o que tem maior número de instituições aderentes (75%), seguindo-se o grupo dos Idosos (71%), o grupo da Família e Comunidade (37,5%) e finalizando com o grupo Pessoas com Deficiência (12,5%). Na Tabela II apresentam-se as características sumárias de cada uma das 24 instituições.

Tabela II – Caracterização sumária das Instituições

	Horário	**Número Respostas Sociais**	**N.º Clientes**	**N.º Colaboradores Tempo Inteiro**	**N.º Colaboradores Tempo Parcial**	**N.º Voluntários**
Instituição 1	Contínuo	6	221	130	4	8
Instituição 2	Contínuo	7	300	250	0	0
Instituição 3	Contínuo	9	217	72	6	1
Instituição 4	Diurno	3	89	21	0	0
Instituição 5	Diurno	4	67	11	0	0
Instituição 6	Diurno	2	80	18	1	0
Instituição 7	Diurno	5	162	25	0	1
Instituição 8	Diurno	2	53	14	1	0
Instituição 9	Contínuo	5	141	40	0	1
Instituição 10	Diurno	3	75	16	1	0
Instituição 11	Diurno	4	145	23	0	0
Instituição 12	Contínuo	3	100	6	5	6
Instituição 13	Diurno	1	33	9	0	0
Instituição 14	Diurno	3	400	7	0	1
Instituição 15	Diurno	2	70	11	0	2
Instituição 16	Diurno	4	180	30	20	0
Instituição 17	Contínuo	3	176	35	6	0
Instituição 18	Diurno	3	210	39	0	0
Instituição 19	Diurno	3	55	5	0	1
Instituição 20	Diurno	1	40	13	0	0
Instituição 21	Contínuo	4	151	49	2	0
Instituição 22	Diurno	2	15	2	0	0
Instituição 23	Contínuo	2	30	18	1	18
Instituição 24	Contínuo	4	205	35	2	2

Procurou-se aferir se as instituições, antes e durante a pandemia, disponibilizavam formação profissional aos colaboradores. Obtiveram-se os resultados apresentados na Tabela III.

Tabela III – Formação Profissional nas 24 instituições

ANTES da pandemia	DURANTE a pandemia
SIM – 21 (87,5%) NÃO – 3 (12,5%)	SIM – 24 (100%)

Relativamente ao número de horas de formação anual, antes e durante a pandemia, os resultados obtidos são apresentados na Tabela IV.

Tabela IV – Número de horas anuais de formação profissional, por colaborador, *nas 24 instituições*

ANTES da pandemia	DURANTE a pandemia
40 h – 8 (33,3%) Menos de 40h – 10 (41,6%) Mais de 40h – 3 (12,5%) N/R – 3 (12,5%)	40 h – 6 (25,0%) Menos de 40h – 14 (58,3%) Mais de 40h – 1 (4,2%) N/R – 3 (12,5%)

As instituições foram questionadas, também, sobre a existência de planos de formação profissional individuais (ver a Tabela V).

Tabela V – Planos de formação profissional individuais, nas 24 instituições

ANTES da pandemia	DURANTE a pandemia
SIM – 7 (29,2%) NÃO – 14 (58,3%) N/R – 3 (12,5%)	SIM – 2 (8,3%) NÃO – 19 (79,2%) N/R – 3 (12,5%)

De seguida pretendeu-se identificar quais as modalidades de formação disponibilizadas pelas instituições (ver a Tabela VI).

Tabela VI – Modalidades de formação profissional, nas 24 instituições

ANTES da pandemia	DURANTE a pandemia
Presencial – 19 (79,2%) *E-learning* – 2 (8,3%) N/R – 3 (12,5%)	Presencial – 8 (33,3%) *E-learning* – 10 (41,7%) N/R – 6 (25,0%)

Também se questionou se a formação profissional disponibilizada tinha um carácter obrigatório ou facultativo (ver Tabela VII).

Tabela VII– Obrigatoriedade da formação profissional, nas 24 instituições

ANTES da pandemia	DURANTE a pandemia
Obrigatório – 10 (41,7%) Facultativo – 10 (41,7%) N/R – 4 (16,6%)	Obrigatório – 10 (41,7%) Facultativo – 9 (37,5%) N/R – 5 (20,8%)

As temáticas das formações profissionais desenvolvidas nas instituições também foram questionadas, sendo identificadas as formações apresentadas na Tabela VIII.

Tabela VIII – Temáticas da formação profissional, nas 24 instituições.

TEMÁTICA	ANTES da pandemia	DURANTE a pandemia
HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO	8	10
COMUNICAÇÃO INTERPESSOAL	7	1
PRIMEIROS SOCORROS	9	7
NUTRIÇÃO E DIETÉTICA	8	3
GESTÃO DE CONFLITOS	7	3
GESTÃO EMOCIONAL	5	3
PROCESSO DE ENVELHECIMENTO	4	3
DEFICIÊNCIA / NECESSIDADES EDUCATIVAS	1	0
PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS DE COMBATE À COVID-19	0	14

6 - Conclusões

Embora se trate de um estudo exploratório realizado em 24 IPSS, há algumas evidências que merecem ser destacadas:

- antes da pandemia, 87,5% das instituições assumem disponibilizar formação profissional aos seus trabalhadores, número que atinge os 100% durante o período pandémico;
- o número de horas anuais de formação, por colaborador, é diferente de instituição para instituição. Antes da pandemia 11 instituições declaram disponibilizar 40 ou mais horas de formação anual, número que diminui para 7 durante o período pandémico;
- os planos de formação individuais, antes e durante a pandemia, são minoritários, respetivamente 29,2% e 9,5%;

- a modalidade de formação presencial domina antes do período pandémico, embora o *e-learning* não ultrapassa os 42%, durante a pandemia;
- as instituições dividem-se quanto à obrigatoriedade da formação, nos dois períodos analisados;
- as temáticas são variadas, embora interligadas com as áreas de intervenção das instituições, notando-se em período pandémico a prevalência dos temas "PRÁTICAS E PROCEDIMENTOS DE COMBATE À COVID-19" (14 respostas) e "HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO" (10 respostas).

No geral, os resultados obtidos vão de encontro a outros trabalhos publicados (Freudenthal, 2021; Maurer, 2020; Campion et al., 2021; Vnoučková, 2020; Pereira, 2021, Bragança et al., 2021) que estudaram o papel da formação profissional em diferentes contextos e instituições, antes e durante a pandemia COVID-19.

A pandemia de COVID-19 implicou impactos diferenciados no setor. Mas, como evidenciaram Santos & Almeida (2023), a resiliência das instituições da Economia Social, em Portugal, ficou bem demonstrada pela capacidade de adaptação e inovação, nomeadamente no que concerne à reconfiguração dos seus serviços, à adoção de novas formas de trabalho e à colaboração com outras organizações e entidades públicas.

As IPSS demonstraram uma notável capacidade de manutenção do seu propósito e de continuidade da sua missão, realçando a sua forte ligação às comunidades locais, a sua flexibilidade organizacional e a sua orientação para o social. A pandemia, realçou a importância do investimento em infraestruturas digitais, o reforço das redes de colaboração e a necessidade de políticas públicas que apoiem e fortaleçam a capacidade de resposta destas instituições. A formação foi, também, um investimento indispensável.

Não sendo exemplares no cumprimento da legislação, pode-se concluir pela existência de práticas de formação profissional nas instituições do Terceiro Setor, embora ainda exista um caminho a percorrer.

Agradecimentos

Este trabalho é financiado por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/00006/2020. DOI: 10.54499/UIDB/00006/2020 (https://doi.org/10.54499/UIDB/00006/2020)

Bibliografia

AKINGBOLA, K. (2013). A Model of Strategic Nonprofit Human Resource Management. *Voluntas*, *24*(1), 214-240. https://doi.org/10.1007/s11266-012-9286-9

AKINGBOLA, K. (2020). COVID-19: The Prospects for Nonprofit Human Resource Management. *Canadian Journal of Nonprofit and Social Economy Research*, *11*(1), 16-20. https://doi.org/10.29173/cjnser.2020v11n1a372

BASTIDA, R., MARIMON, F., & CARRERAS, L. (2018). Human Resource Management Practices and Employee Job Satisfaction in Nonprofit Organizations. *Annals of Public and Cooperative Economics*, *89*(2), 323–338. https://doi.org/10.1111/apce.12181

BRAGANÇA, A. et al. (2021). *O Impacto da Pandemia de COVID-19 nas IPSS e seus Utentes em Portugal*. Universidade Católica Portuguesa. F. Martins & F. Pinto (coord.). Retrieved from https://www.ucp.pt/sites/default/files/files/CRP/docs/2021-03_ATESUCP_RelatorioCOVID-19nasIPSS.pdf

CAMPION, E. et al. (2021). Technical Report: Impact of Covid-19 and Human Resource Management Agility Practice. *The Industrial-Organizational Psychologist*, *58*(3).

CEITIL, M. (2002). O Papel da Formação no Desenvolvimento de Novas Competências. In A. Caetano & J. Vala (Orgs.), *Gestão de Recursos Humanos contextos, processos e técnicas*, 2ª Ed., pp.325-356, RH Editora.

CERDEIRA, S., & FERNANDES, V. (2021). A Importância da Formação nas Organizações. In Vicente, N. & Cópio, P. (2021). *Aprender Importa. A Formação Prática nas Empresas em Portugal*, pp. 215-224, RH Editora.

CONTREIRAS, A. P. (2021). Persistir, Envolver e Desenvolver – Uma História em Construção. In Vicente, N. & Cópio, P. (2021). *Aprender Importa. A Formação Prática nas Empresas em Portugal*, pp. 205-214, RH Editora.

CUNHA, M. P. et al. (2012). *Manual de Gestão de Pessoas e do Capital Humano* (2ª edição). Edições Sílabo.

DE KETELE, J. et al. (1988). *Guia do Formador*. Instituto Piaget.

DEVARO, J., MAXWELL, N., & MORITA, H. (2017). Training and intrinsic motivation in nonprofit and for-profit organizations. *Journal of Economic Behavior and Organization*, *139*, 196–213. https://doi.org/10.1016/j.jebo.2017.04.005

FABRE, G. (1994). *Penser la Formation*. Presses Universitaires de France.

FERRY, G. (1987). *Le Trajet de la Formation*, Bordas.

FREUDENTHAL, M. (2021). Generis: recursos humanos positivos. In J. Bancaleiro & N. Moreira (Coords.), *Gestão de Pessoas em Tempo de Pandemia,* pp. 120-125, Editora RH.

https://www.iefp.pt/documents/10181/12629673/Impacto_formacao_profissional.pdf (cons. 2024-12-17)

MACDUFF, N. (2005). Principles of Training for Volunteers and Employees. In. R. D. Herman & Associates, *The Jossey-Bass Handbook of Nonprofit Leadership and Management* Second Edition, pp. 703-730, Jossey-Bass.

MAURER, R. (2020). Job Interviews Go Virtual in Response to COVID-19. *Talent Acquisition SHRM.* https://www.shrm.org/resourcesandtools/hr-topics/talent-acquisition/pages/job-interviews-go-virtual-response-covid-19-coronavirus.aspx

MEHALE, K. D., GOVENDER, C. M., & MABASO, C. M. (2021). Maximising training evaluation for employee performance improvement. *SA Journal of Human Resource Management*, 19 (0), a1473, 1–11. https://doi.org/10.4102/sajhrm.v19i0.1473

MELO, P., & MACHADO, C. (2015). *Gestão de Recursos Humanos nas Pequenas e Médias Empresas. Contextos, Métodos e Aplicações*. RH Editora

MIRI, S. A. et al. (2014). Staff Organization Training: Designing, Stages, and Methods. *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, 129, 227–235. https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2014.03.671

O impacto da formação profissional (2024). IEFP (E-Book).

OLIVEIRA-BROCHADO, A. et al. (2013). *Desafios da Globalização Casos de Estudo*. Escolar Editora.

PEREIRA, M. C. (2014). Avaliação de Desempenho – A Utilidade e a Multiplicidade de Caminhos. In V. Meirinhos & A. C. Rodrigues (Orgs.), *Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos - Tendências e boas práticas* (pp. 45-62). Vida Económica – Editorial, SA.

PEREIRA, D. C. L., & RAMOS, M. C. P. (2018). Educação e Formação em Contexto Organizacional. *Holos*, *3*, 456–470. https://doi.org/10.15628/holos.2018.6757

PEREIRA, P. (2021). O Desafio da Formação Perante o Conflito de Gerações nas Organizações. In Vicente, N. & Cópio, P. (2021). *Aprender Importa. A Formação Prática nas Empresas em Portugal*, pp. 163-179, RH Editora.

PEREIRA, S. (2021). COVID-19: a necessidade de reinventar a gestão de pessoas. In J. Bancaleiro & N. Moreira (Coords.), *Gestão de Pessoas em Tempo de Pandemia,* pp. 182-185, RH Editora.

PYNES, J. E. (2004). *Human Resources Management for Public and Nonprofit Organizations*. (2º Edição). Jossey-Bass.

QUEIROZ, M. F. (2012). *Formação Profissional e Qualidade nas IPSS (s). Um Estudo Comparativo.* Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Educação - Instituto Politécnico de Portalegre.

RONQUILLO, J.C., MILLER A., & DRURY I. (2017). Trends in Nonprofit Employment. In J. K. A. Word & J. E. Sowa (Eds.), *The nonprofit human resource management handbook From theory to pratice*, pp. 29-43. Routledge Taylor & Francis.

ROUBINI, N. (2023). *Mega-Ameaças*. Planeta.

SANTOS, F., & ALMEIDA, N. (2023)**.** *The Resilience of the Social Economy in Times of Crisis: Lessons from the COVID-19 Pandemic in Portugal. Voluntas: International Journal of Voluntary and Nonprofit Organizations*, *34*(3), 601-615.

SANTOS, L.A.B., & LIMA, J.M.M. (Coord.). (2019). Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação, 2.ª ed., revista e atualizada). *Cadernos do IUM*, 8. Lisboa: Instituto Universitário Militar.

VICENTE, N., & CÓPIO, P. (2021). *Aprender Importa. A Formação Prática nas Empresas em Portugal*. RH Editora.

VNOUČKOVÁ, L. (2020). The Impact of COVID-19 on Human Resource Management. *Revista Latinoamericana De Investigación Social*, *3*(1), 18-21. Retrieved from https://revistasinvestigacion.lasalle.mx/index.php/relais/article/view/2614

Código do Trabalho. Aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

Conta Satélite da Economia Social 2019-2020. INE, CASES.

Decreto-Lei n.º 172-A/2014, de 14 de novembro. *Diário da República, Série I* (221).

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL (2014). *Guia prático - Constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social (9002 – v4.02)*. Retrieved from 2022, 18 janeiro. https://www.seg-social.pt/documents/10152/15030/constituicao_ipss

Lei n.º 76/2015, de 28 de julho. *Diário da República, Série I* (145)

Lei n.º 30/2013, de 8 de maio. *Diário da República, Série I* (88)



U.PORTO
FLUP FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DO PORTO

CEGOT
Centro de Estudos de Geografia
e Ordenamento do Território

fct Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia